**UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI**
**PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE SOCIEDADE & AMBIENTE**

**LUDMILLA ZAIRA FARNEZI DE OLIVEIRA**

# INSERÇÃO E/OU EXCLUSÃO DO DISCENTE NEGRO DOS CURSOS DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI – UFVJM- CAMPI DIAMANTINA/MG

**Diamantina - MG**
**2013**

**LUDMILLA ZAIRA FARNEZI DE OLIVEIRA**

# INSERÇÃO E/OU EXCLUSÃO DO DISCENTE NEGRO DOS CURSOS DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI – UFVJM- CAMPI DIAMANTINA/MG

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* Saúde, Sociedade e Ambiente da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM, como pré- requisito para obtenção do grau de Mestre.

Área de concentração: Interdisciplinar
Linha de Pesquisa: Educação, Saúde e Cultura

Orientadora: Profa. Dra. Sílvia Regina Paes

**Diamantina - MG**
**2013**

**INSERÇÃO E/OU EXCLUSÃO DO DISCENTE NEGRO DOS CURSOS DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI – UFVJM- CAMPI DIAMANTINA/MG**

Ludmilla Zaira Farnezi de Oliveira

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* Saúde, Sociedade e Ambiente da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM, como pré – requisito para obtenção do grau de Mestre.

Aprovado em: 20/ 09/ 2013

**COMISSÃO EXAMINADORA**

Profª. Drª. Ana Cristina Sousa – IFBA
Instituto Federal da Bahia

Profª. Drª. Rosana Passos Cambraia
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM

Profª. Dra. Sílvia Regina Paes (Orientadora)
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM

Diamantina – MG
2013

“Todos estes que aí estão
Atravancando o meu caminho
Eles passarão...
Eu passarinho!”

(Mário Quintana, 1978)

Ao meu pai **Geraldo Gonçalves Farnezi** *(in memorian),* homem negro, forte e decidido que, numa época em que as oportunidades quase inexistiam, trilhou o seu próprio caminho, conseguindo atingir os seus objetivos e superar o preconceito racial. Além de um grande exemplo, foi também, nos momentos mais difíceis, o meu maior mentor...

## AGRADECIMENTOS

À minha mãe **Carmen,** pelo apoio de todos os momentos. Agradeço pela vida, pela educação que tive, por ter-me confiado ao mundo precocemente, o que resultou num amadurecimento pessoal que levo para toda a vida.

À minha avó **Lígia** *(in memorian*), a pessoa que mais me ensinou, por meio do exemplo. Reconheço, hoje, a grandiosidade dessa didática da vida...

Agradeço à minha irmã **Emília**, por ter assumido parte de meu papel de mãe, quando precisei dedicar-me mais aos estudos. Sem a sua participação nessa conquista, certamente eu teria traçado caminhos mais duros e passado por maiores dificuldades.

À minha irmã **Amanda,** pelo apoio de sempre, por ser alguém com quem posso contar. Neste percurso transcorrido nos últimos dois anos, você esteve sempre presente, auxiliando-me quando necessário e aumentando a minha fé.

Ao meu cunhado **Paulo** que, embora esteja aparentemente nos "bastidores", faz parte de minha vida de forma direta.

Aos meus sobrinhos **Ana Luyza** e **Davy Gustavo**, pela promessa de dias melhores e pela mensagem de que a vida deve ser assim: simples, leve e bela...

Às minhas filhas **Lígia** e **Isabella**, por serem a maior motivação para o meu crescimento pessoal e profissional, e ainda, por serem a razão de minha busca constante por novos horizontes, dando-me forças para superar as barreiras... quando recordo que devo ser o exemplo de vocês, busco por asas invisíveis e alço vôos mais altos, que até mesmo eu julgava impossíveis de realizar. Amo tanto vocês...

À minha professora-orientadora Dra. **Sílvia Regina Paes**, pela amizade, compreensão, carinho e confiança. Empatia, autenticidade e simplicidade são sinônimos de nossa relação... obrigada por tudo e que Deus ilumine os seus caminhos...

Ao meu co-orientador Prof. Dr. **Marivaldo Carvalho**, pela visão crítica aguçada, despertada em nós aprendizes, através de suas aulas, sempre interessantes, dinâmicas e questionadoras. E ainda, pela possibilidade de lançarmos um novo olhar em relação aos "diferentes" e excluídos de nossa sociedade, através de sua visão, como ser humano e como profissional. A você, a minha admiração.

À coordenadora do SasA, Profa. Dra. **Rosana Passos Cambraia,** pelo carinho e dedicação com que abraçou este programa, sempre buscando meios de primeiro torná-lo

realidade, para depois aprimorá-lo em todos os aspectos. Como somos partes desse sonho, na condição de estudantes, fomos por ela constantemente cuidados, lapidados, melhorados...

À professora convidada do IFBA, Profa. Dra. **Ana Cristina Sousa,** por ter aceitado o convite para compor esta Banca Examinadora e pelo longo percurso transcorrido até minha cidade para este fim. O seu perfil profissional, capacidade, comprometimento e luta em prol do indígena e do negro são para mim, inspirações importantes e atitudes a imitar... muito obrigada por suas contribuições!

Às minhas chefas e, sobretudo, amigas, Profa Dra.. **Nadja Maria Gomes Murta**, Profa. Dra. **Ana Catarina Perez Dias** e Profa. Dra. **Débora de Melo Fernandes Vitorino**, por todo o apoio para que eu concluísse este curso, e pela liberação parcial do trabalho para que eu me dedicasse a ele de maneira mais objetiva, e, obviamente, mais humana. Você, **Nadja,** que também se mostrou sempre solícita, ampliando ainda mais este apoio e orientando-me sob o ponto de vista pedagógico, os meus agradecimentos. Sem a contribuição de vocês três, esta conquista seria apenas um sonho distante. Que Deus as abençoe e que possam colher os mesmos frutos que sempre plantam: de solidariedade, compreensão e humanidade...

Aos meus colegas de trabalho **Renato Oliveira, Paulo Vilela, Eliane Teixeira** e **Sílvio Lourenço** que, seguramente, assumiram muitas de minhas atribuições quando eu estava ausente para efetivar este curso. Espero poder contribuir à altura desta compreensão, quando estiverem trilhando a formação de vocês... muito obrigada por este apoio e o meu carinho de sempre. **Eliane:** você foi muito, muito mais que uma colega, você foi uma grande amiga! Obrigada...

Aos meus **colegas e professores** do curso "Saúde, Sociedade e Ambiente", pelas contribuições em minha formação, por todos os conhecimentos partilhados, pela amizade e empenho com que abraçaram o curso, e ainda, por fazerem eu entender que o caminho da aprendizagem é belo e infinito, e que o percorrer desse caminho exige humildade. Em especial ao Prof. Dr. **Herton Helder e Crislaine Borges**, pela solicitude de ambos, sempre que precisei de alguma informação ou dado na efetivação deste estudo.

À **Érika Júnia Paulino**, colega de curso com a qual mais me identifiquei, resultando dessa proximidade, uma bela amizade e cumplicidade. Dividimos nossos anseios, medos, alegrias e expectativas, e foram estes aspectos que nos aproximaram. Em especial ao colega **Junio Jaber**, pela rara soma de conhecimento e humildade. Você tem a minha admiração...

Ao amigo **Otniel Ribeiro,** pela força e pela confiança em mim depositadas: suas palavras foram sempre uma injeção de ânimo, de apoio e de conforto, várias vezes

reerguendo-me do medo e da ansiedade. Você foi muito especial nessa minha trajetória... sobretudo, por suas lutas em prol da inclusão social do negro e por abraçar as causas dos remanescentes de quilombos de nossa região. Tenho muito a aprender com você, meu Mestre!... grazzie mile!

A **UFVJM** que, por meio de seus servidores e discentes, viabilizou o acesso a informações que concretizaram este estudo.

Ao **SasA** pela proposta de formação de novos profissionais, capacitados para atuarem de maneira significativa e promoverem mudanças na realidade do Vale do Jequitinhonha, região carente e marcada pela exclusão social.

Aos **estudantes da UFVJM** autodeclarados negros que prontamente aceitaram participar dessa pesquisa, contribuindo para melhor entendermos a realidade de nossa instituição – primeiro passo para que mudanças possam ser efetivadas e para que a inclusão seja perseguida através de ações mais concretas...

A **FAPEMIG,** pelo apoio na reprodução das cópias das dissertações do Programa SAsa e pelo custeio das diárias e passagens dos docentes convidados para a Banca Examinadora, sendo estes, importantes recursos disponibilizados ao estudante de pós-graduação.

Agradeço aos meus **ex-discentes negros do Vale Jequitinhonha,** pela recepção nas localidades nas quais vivi para lecionar. Vi um deles trabalhando nas obras da UFVJM, levantando paredes para que outros tivessem a oportunidade da educação e tal fato doeu-me profundamente, sendo essa a razão pela escolha do presente tema de pesquisa...

E por essa dívida amorosa que sinto, espero que deste trabalho possam surgir muitos debates, projetos e ações que promovam a igualdade de condições em nossa região e, sobretudo, viabilizem maiores reflexões sobre equidade, direitos e cidadania...

A **todos** aqueles que não foram citados diretamente nestas páginas, mas que marcaram essa minha vitória com seu apoio, torcida e carinho: o meu muito obrigada!

## RESUMO

O objetivo do presente estudo é analisar o processo de inserção e/ou exclusão do discente negro na UFVJM, Campus Diamantina (MG), dos cursos de saúde, segundo a ótica dos próprios discentes em estudo, por meio de suas concepções, experiências e representações sociais, com o intuito de se compreender melhor tal processo. Diante do exposto, o problema norteador que se apresenta carente de discussões, pode ser sintetizado nas seguintes questões: uma vez que não possuía um sistema de cotas raciais - o que ocorreu somente no ano de 2013 - a UFVJM conseguiu garantir a inclusão educacional dos sujeitos negros e socialmente menos favorecidos? E ainda: em casos de inclusão para essa etnia, a instituição mostrou-se preocupada em atentar para a permanência dos discentes negros nos cursos, através de oportunidades e bolsas que se expressam em maiores chances de inclusão? Para responder a essas questões, mostrou-se necessária a análise das entrevistas direcionadas aos discentes que cursam os dois últimos semestres letivos dos cursos de saúde, visando abranger um percurso acadêmicos em vias de se concretizar. Os objetivos específicos desse estudo são: realizar um levantamento teórico acerca do passado escravocrata brasileiro e de ideologias para apontar as raízes da discriminação e do preconceito raciais, assim como apontar dados e estatísticas referentes ao negro no Brasil, que confirmam sua condição de desvantagem em relação as outras etnias no país; delinear o perfil da instituição ora em análise, sob o aspecto inclusivo e apresentar dados que demonstrem as limitações, desafios e empecilhos encontrados para ingresso e permanência na UFVJM. Metodologicamente, esta pesquisa descritiva e exploratória, de base quanti-qualitativa, percorreu dois caminhos: primeiro um levantamento bibliográfico acerca de temas relacionados ao negro no Brasil, e posteriormente, para a identificação de entraves e possibilidades à inclusão e para a elaboração e/ou indicação de sugestões que visem otimizar o processo de inclusão do negro, mostrou-se premente ouvir a trajetória dos próprios sujeitos que atingiram o ensino superior, e essa será a parte qualitativa da pesquisa, com coleta de dados através de entrevista e discussão dos dados coletados segundo teóricos que se dedicam ao tema e que relacionam os temas preconceito, determinantes sociais e problemas de saúde, norteando, assim, o presente estudo, assim como serão considerados os conceitos de representações sociais, que pautarão a análise das entrevistas, identificando-se tais representações nos depoimentos dos estudantes negros. Os dados locais coletados foram cruzados com estatísticas nacionais, do IPEA e do IBGE. A hipótese desse estudo é que, no contexto em análise, como acontece ainda em grande parte do país, o negro, por questões históricas, econômicas, sociais e culturais, ainda permanece excluído das oportunidades existentes. Justifica a escolha desse tema a necessidade de se ter na educação, porta parcial, porém importante, de acesso para a inclusão e para a participação social do negro, cultural e historicamente segregado no país, partindo, dentre outros argumentos, de que situações de exclusão são determinantes para a condição de saúde dos indivíduos. Visando atender a uma perspectiva interdisciplinar, esta pesquisa parte do pressuposto de que o problema da inclusão do negro, por sua complexidade, requer um diálogo ou interface com educação, saúde, história, legislação, políticas públicas e outras áreas de conhecimentos, assim como o envolvimento de diferentes sujeitos sociais na discussão e no empenho de esforços pela concretização da inclusão. Os resultados obtidos apontam que os estudantes da UFVJM consideram a instituição inclusiva, embora observem um pequeno número de estudantes em suas dependências, o que parece contraditório. Este estudo indica também, que alguns estudantes são contrários ao sistema de cotas raciais, reproduzindo, por vezes, o discurso da elite.



**Palavras-chave**: Inclusão e/ou Exclusão Social. Negro. Educação Superior. Saúde.

**ABSTRACT**

The aim of this study is to analyze the process of inclusion and/or exclusion of the black students in UFVJM, Campus Diamantina/ MG, the courses of health, according to the perspective of students themselves in study, by means of his concepts, experiences and social representations, with the aim to better understand this process. In view of the foregoing, the underlying problem that presents itself lacking in discussions, can be synthesized in the following issues: once that did not have a system of racial quotas - which occurs only in the year of 2013 - the UFVJM managed to ensure the inclusion of educational black descending and socially disadvantaged? Although: in cases of inclusion to this ethnic group, the institution proved to be concerned to pay attention to the permanence of the learners blacks students in courses, through opportunities and scholarships which are expressed in higher chances of inclusion? To answer these questions, it was necessary to analyze of the interviews directed at students who are studying the last two semesters of school courses health, aiming to cover a course academics in tracks to be realized. The specific objectives of this study are: to perform a theoretical about Brazilian slavery past and ideologies to point the roots of racial discrimination and prejudice, as well as point data and statistics relating to black in Brazil, confirming its status as a disadvantage compared other ethnic groups in the country; outline the profile of the institution under examination, under the aspect inclusive and present evidence showing the limitations, challenges and barriers they face to enter and remain in UFVJM. Methodologically, this descriptive and exploratory research, basic quantitative and qualitative, come two ways: first, a bibliographic survey on topics related to the black descending in Brazil, and subsequently, for the identification of obstacles and possibilities the inclusion and to the preparation and / or indication of suggestions that aim to optimize the process of inclusion of black descending, proved to be urgent listen to the trajectory of their own subjects who reached the higher education, and this will be a part of the qualitative research, with collection of data through interview and discussion of data collected second theorists who devote themselves to the theme and relate the topics prejudice, social determinants and health problems, orienting, the present study, as well as shall be considered the concepts of social representations, which will be permitted the analysis of interviews, identifying-if such representations in the testimonies of black students. The local data collected were crossed with national statistics, the IPEA and the IBGE. The hypothesis of this study is that, in the context in analysis, as also happens in large part of country, the black descending for historical reasons, economic, social and cultural, still remains excluded from existing opportunities. Justify the choice of this theme the need to have in education, door partial, however important, access to the inclusion and for the social participation of black social, cultural and historically segregated in the country, based on, among other arguments, that the exclusion situations are crucial to the health status of individuals. In order to satisfy an interdisciplinary perspective, this research assumes that the problem of the inclusion of black descending, by its complexity, requires a dialog or interface with education, health, history, legislation, public policies and other areas of knowledge, as well as involvement of different social subjects in the discussion and commitment of efforts by the implementation of inclusion. The obtained results indicate that the students of UFVJM consider the institution inclusive, although complying with a small number of students in their dependencies, which seems contradictory. This study also indicates that some students are contrary to the system of racial quotas, reproducing, sometimes the discourse of the elite

**Keywords:** Inclusion and/or social exclusion. Black Descending. Higher Education. Health.

**SUMÁRIO**

**RESUMO**

**ABSTRACT**

**RESUMEN**

**LISTA DE ABREVIATURAS**

**LISTA DE TABELAS**

**LISTA DE GRÁFICOS**

**1. INTRODUÇÃO.....18**

**2. OBJETIVOS E METAS E PRODUTO A SER GERADO.....25**

2.1 Objetivo Geral.....25
2.2 Objetivos Específicos.....25
2.2.1 Da Revisão Bibliográfica.....25
2.2.2 Da Coleta e Discussão dos Dados.....26
2.3 Produto a ser gerado.....26
**3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....28**
3.1 Tipo de Pesquisa.....28
3.2 Técnica utilizada para Coleta e Análise de Dados.....29
3.3 Local de Estudo e Sujeitos Participantes.....30
3.4 Aspecto Qualitativo do Estudo.....31
3.5 Aspecto Quantitativo do Estudo.....32
3.6 Aspectos Éticos da Pesquisa.....33
3.7 Resultados ou Impactos Esperados.....34
**4. REVISÃO DA LITERATURA.....34**
4.1 IDENTIFICAÇÃO DAS RAÍZES DA DISCRIMINAÇÃO E DO PRECONCEITO RACIAIS NO PASSADO ESCRAVOCRATA BRASILEIRO.....34
4.1.2 Os Navios Negreiros.....38
4.1.3 A Falta de Proteção do Estado.....39
4.1.4 Abuso das Medidas relativas ao Tráfico, Tráfico de Crianças e Cegueira por Lucros....39
4.1.5 As Profissões socialmente Desvalorizadas.....41
4.1.6 Doenças, “Defeitos”, Deformações e Condições Anti-higiênicas.....43
4.1.7 Os Castigos.....44
4.1.8 A Mulher e a Exploração Sexual.....45
4.1.9 Referências ao Negro como Objeto ou Animal Reprodutor.....45
4.1.10 Preconceito na Linguagem que permeia as Falas dos Brasileiros – Metáforas Negras.....48
4.1.11 Leis Enganosas e Arbitrárias.....49
4.1.12 Homicídios e Suicídios.....52
**4.2 IDEOLOGIAS E SEUS IMPACTOS SOBRE A CONDIÇÃO DO NEGRO NO BRASIL.....55**
**4.2.1** Ideologia da Passividade do Negro *Versus* Resistência Negra.....56
**4.2.2** Escravidão Benéfica no País e Ausência de Racismo.....58
**4.2.3** Ideologia da Democracia Racial no Brasil.....59
**4.2.4** A Ideologia da Mestiçagem e a Ideologia do Branqueamento.....59
**4.2.5** A Mestiçagem no Pensamento Brasileiro.....67
4.2.6 Autores Contemporâneos.....69

4.2.7 A “Inferioridade” do Gênero Feminino....71
4.2.8 A Igreja Católica na Disseminação de Ideologias Racistas ou perpetuação da Escravidão como algo Natural....73
4.2.9 Legislação Brasileira....74
**4.3 ESTATÍSTICAS SOBRE A CONDIÇÃO DE DESVANTAGEM DO NEGRO NO BRASIL....75**
4.3.1 Educação....76
4.3.2 Ensino Superior/ Universidades....77
4.3.3 Morte por Parto....77
4.3.4 Analfabetismo....78
4.3.5 Mercado de Trabalho....78
4.3.6 Condições Precárias de Trabalho....79
4.3.7 Rendimentos Mensais Médios....79
4.3.8 Violências e Assassinatos....79
4.3.9 Óbitos Maternos....80
4.3.10 Mortalidade por Aids....80
4.3.11. Óbitos por Causas Externas....80
4.3.12 Esperança de Vida ao Nascer....81
4.3.13 Questões de Gênero....81
4.3.14 Vítima de Abuso de Poder Policial....83
4.3.15 Cargos de Poder....84
**4.4 ALGUNS AVANÇOS: POLÍTICAS PÚBLICAS, LEGISLAÇÃO VIGENTE E AÇÕES AFIRMATIVAS....88**
4.4.1 Algumas Conquistas Históricas....88
4.4.2 A Necessidade de Cotas Raciais como Ações Afirmativas para a Promoção da Igualdade e da Cidadania....93
**5. RESULTADOS E DISCUSSÃO DOS DADOS....99**
5.1 A UFVJM no Contexto do Vale Jequitinhonha e Breve Histórico sobre os Cursos da Saúde ....99
5.1.1 UFVJM e o Vale do Jequitinhonha....99
5.1.2 Os Cursos da Saúde/UFVJM....101
5.2 A Teoria das Representações Sociais....102
5.3 Experiências, Percepções e Representações Sociais dos Discentes Autodeclarados Negros dos Cursos da Saúde/UFVJM....106
5.3.1 Perfil Sucinto dos Sujeitos desta Pesquisa....106
5.3.1.1 Ágata....106
5.3.1.2 Bronzita....107
5.3.1.3 Cristal....108
5.3.1.4 Dolomita....108
5.3.1.5 Esmeralda....109
5.3.1.6 Ônix....110
5.3.1.7 Fluorita....110
5.3.1.8 Quartzo....111
5.3.1.9 Rubi....111
5.3.2.0 Ametrino....113
5.4. Categorias de Análise....113
5.4.1 Categoria 1: Idade....113
5.4.2 Categoria 2: Gênero....113
5.4.3 Categoria 3- Representatividade dos Estudantes por Origem nos Cursos da Saúde/UFVJM....113

5.4.4 Categoria 4- Vivência de Constrangimento em seu Percurso Acadêmico por ser Negro.....119
5.4.5 Categoria 5- Vivência ou Testemunho de Discriminação Velada.....121
5.4.6 Categoria 6- Maiores Dificuldades e Desafios para efetivar o Curso.....123
5.4.7 Categoria 7- Percepção do Futuro Profissional da Saúde acerca das Relações entre Discriminação, Preconceito, Racismo e Saúde do Sujeito.....127
5.4.8- Categoria 8- Exploração da Temática do Negro na UFVJM.....129
5.4.9 Categoria 9- Representações Sociais sobre o Negro e o Branco.....131
5.4.10 Categoria 10- Maior Alvo de Preconceito: Negros, Mulheres ou Pobres?.....135
5.4.11 Categoria 11- Conceito de Ações Afirmativas e Cotas Raciais – Visão Política.....137
5.4.12 Categoria 12- Conhecimento acerca de Bolsas e Benefícios e Importância das mesmas para a Permanência nos Cursos.....141
5.4.13 Categoria 13- Sentimento de Pertencimento ou de Inclusão na UFVJM.....145
**6. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....148**
**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....155**
**APÊNDICE 1.....164**
**ANEXOS 1.....166**

## LISTA DE ABREVIATURAS

**AIDS – Síndrome da Imunodeficiência Adquirida**

**CEAO – Centro de Estudos Afro-orientais**

**CNS- Conselho Nacional de Saúde**

**CF- Constituição Federal**

**CONSEPE- Conselho Superior de Ensino Pesquisa e Extensão**

**CONSU- Conselho Universitário**

**DIEESE- Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos**

**DSS – Determinantes Sociais da Saúde**

**FAFEID – Faculdades Federais Integradas de Diamantina**

**FAFEOD- Faculdade Federal de Odontologia**

**FAPEMIG - Fundação de Amparo à Pesquisa do estado de Minas Gerais**

**FCBS- Faculdade de Ciências Biológicas e da Saúde**

**FUNDAEPE - Fundação Diamantinense de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão**

**IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**

**IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**

**LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**

**MEC- Ministério da Educação**

**NEAB- Núcleo de Estudos Afro-brasileiros**

**NEN – Núcleo de Estudos do Negro**

**ONU- Organização das Nações Unidas**

**PIBEX – Programa Institucional de Bolsas de Extensão**

**PCN- Parâmetros Curriculares Nacionais**

**PNLD- Programa Nacional do Livro Didático**

**PNSIPN- Política Nacional de Saúde Integral da População Negra**

**PNAD- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio**

**PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento**

**PROACE – Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis**

**PROAPE – Programa de apoio à participação em eventos.**

**PROEXC- Pró-Reitoria de Extensão e Cultura**

**PROGRAD- Pró-Reitoria de Pós-Graduação**

**PROUNI – Programa Universidade para Todos**

**REUNI - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais**

**RS – Representações Sociais**

**SASA- Programa de Mestrado Saúde, Sociedade e Ambiente**

**SUS – Sistema Único de Saúde**

**TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**

**UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais**

**UFVJM – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri**

**UPT- Universidade para Todos**

## LISTA DE TABELAS

**Tabela 1:** Breve Cronologia da UFVJM.....101

**Tabela 2:** Dados sobre Cursos da Saúde da UFVJM.....102

**Tabela3:** Dificuldades e Desafios encontrados pelos Estudantes entrevistados para Efetivação dos Cursos da Saúde.....124

**Tabela 4**: Representações Sociais: Palavras que Remetem ao Branco e ao Negro apontadas pelos Estudantes Autodeclarados Negros dos Cursos da Saúde/UFVJM.....134

## LISTA DE GRÁFICOS

**Gráfico 1:** Origem dos Estudantes Autodeclarados Negros dos Cursos da Saúde da UFVJM..... 114

**Gráfico 2:** Distribuição por Cursos da Saúde dos Estudantes Autodeclarados Negros dos Cursos da Saúde da UFVJM.....114

**Gráfico 3:** Distribuição por Cursos da Saúde/UFVJM dos Estudantes Autodeclarados Negros do Vale do Jequitinhonha.....115

**Gráfico 4:** Maior Alvo de Preconceito e Discriminação: Mulher, Negro ou Pobre, segundo os Estudantes Entrevistados.....136

# 1. INTRODUÇÃO

A Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) vivencia atualmente, intenso processo de discussões acerca de sua expansão. No entanto, percebe-se que, apesar de ter como sede a cidade de Diamantina, Vale do Jequitinhonha, esta instituição ainda não teve a oportunidade de discutir e de analisar como se dá o próprio processo de inclusão educacional, considerando aqueles que fazem parte de sua realidade regional.

É preciso discutir, portanto, se nesse contexto, como acontece ainda em grande parte do país, o negro, por questões históricas, econômicas, sociais e culturais, ainda permanece excluído das oportunidades existentes, sobretudo, da oportunidade de acesso e permanência ao ensino superior. É esta a hipótese do presente estudo.

De acordo com Barata (2009, p. 67) "Os integrantes dos grupos étnicos e raciais discriminados sofrem vários tipos de desvantagens, acumulando-se os efeitos da discriminação econômica, segregação espacial, exclusão social, destituição do poder político e desvalorização cultural". A educação, obviamente, tem inegável papel em relação à mudança dessa realidade.

No que diz respeito à educação, a reforma universitária de 2008 no país lançou o plano REUNI como uma medida de aumento do número das universidades públicas federais, por meio de investimentos maciços. O REUNI é o Programa de Reestruturação e Ampliação das Universidades Federais que, por meio de um decreto presidencial, visa ampliar o acesso e permanência no ensino superior.

Percebe-se que formas de atuação tradicionais das instituições de ensino tendem a manter o quadro de exclusão, uma vez que não se adequam coerentemente à concepção de universidade como oportunidade para todos, havendo a necessidade de mudanças estruturais. De acordo com Almeida-Filho (2011, p. 7):

> Como resultado, surgiram tensões entre as universidades brasileiras. O estabelecimento acadêmico, liderado por faculdades tradicionais, é contra o rearranjo da base ideológica do ensino superior e, tende a recusar modelos de cursos inovadores. (ALMEIDA-FILHO, 2011, p. 7).

É nesse clima de expansão, inovação e de possibilidades de cursos mais voltados às realidades locais, que os indivíduos devem aprofundar reflexões sobre a sua própria realidade, para a viabilidade de nela interferir. Nota-se, com o posicionamento contrário das instituições

tradicionais, a situação de resistência quanto à mudança ideológica que, provavelmente, mudaria o quadro educacional brasileiro, tornando-o, sobretudo, mais inclusivo, abrangendo, assim, a multiplicidade étnica que deveria constituí-la.

Depreende-se dessas considerações que o problema da inclusão do negro no Brasil requer um enfoque interdisciplinar, uma vez que o tema abrange inúmeros aspectos, tais como: saúde, história, educação, sociedade, direitos, ambiente, entre outros, o que comprova a premência de um tratamento ao problema de forma a considerar a sua complexidade, buscando-se a visão de diferentes profissionais e de distintos teóricos sobre o assunto.

Diante do exposto, o problema norteador desse estudo, e que se apresenta carente de discussões, pode ser sintetizado na seguinte questão: uma vez que não possuía um sistema de cotas raciais - o que ocorreu somente no ano de 2013 - a UFVJM conseguiu garantir a inclusão educacional dos sujeitos negros e socialmente menos favorecidos? E ainda: em casos de inclusão para essa etnia, a instituição atentou-se para a permanência dos discentes negros nos cursos, com oportunidades e bolsas que se expressam em maiores chances de inclusão? Ambas as questões serão respondidas pelos próprios sujeitos envolvidos nesse processo, ou seja, pelos discentes negros dos cursos de graduação em saúde, por meio de suas percepções.

É necessário, para tanto, levantar dados que melhor explicitem os motivos que possam facilitar e/ou promover tanto o acesso quanto a permanência na universidade pública, dos discentes negros, dos cursos de saúde e socialmente menos favorecidos, assim como refletir sobre medidas específicas que possam auxiliar a orientação deste processo, contribuindo assim para que seja possível conhecer e, sobretudo, refletir sobre a realidade em estudo.

Justifica-se a escolha pelos cursos da saúde, devido ao fato de serem estes, vistos como os mais valorizados socialmente. Ao se analisar o histórico da UFVJM, quando originariamente o primeiro curso deu início às suas atividades em Diamantina, nota-se que este foi um curso da saúde, mais especificamente, de Odontolologia, em 1956. Criou-se então o mito de que era destinado aos estudantes brancos, ricos e, via de regra, forasteiros – uma opinião que ainda persiste na cidade atualmente, embora de forma mais branda. Tal aspecto, no entanto, foi analisado por Silva (2011) que apresentou informações acerca da pouca representatividade dos estudantes dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri nos cursos considerados de maior prestígio social, da UFVJM:

> Um olhar mais apurado sobre os dados de alguns cursos específicos aponta uma ocupação ainda menor por este público (estudantes oriundos dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri), revelando que mais de 70% das vagas de cursos de maior prestígio social e econômico, como Odontologia, por exemplo, são ocupadas por estudantes oriundos de outras regiões, 20% da região central mineira, 16,7% da

> Região Metropolitana de Belo Horizonte, 16,7% do Vale do Rio Doce e 16,7% de outros estados da federação, sendo que apenas 13,3% das vagas foram ocupadas por estudantes oriundos do Vale do Jequitinhonha e 3,3% do Vale do Mucuri. (SILVA, 2011, p. 11).

De acordo com Filho (2007, p. 97), "o principal problema para a inclusão social de alunos egressos de escolas públicas, afrodescendentes e indiodescendentes pela via da formação superior não se encontra no ingresso na universidade e sim na sua permanência". Logo, é preciso destacar a importância das ações afirmativas, das cotas raciais, da reserva de vagas para egressos das escolas públicas e dos recursos institucionais que garantam tal permanência.

De posse dessas informações acerca da situação de inclusão e/ou exclusão do discente negro, e ainda, das dificuldades ou possibilidades existentes para o seu ingresso e permanência, parece viável traçar o perfil da referida universidade no que tange à inclusão do negro, ou pelo menos, do percurso percorrido rumo à inclusão dessa etnia, ao mesmo tempo em que se torna possível repensar caminhos para que se efetive como uma instituição mais democrática e aberta às diferenças interétnicas.

A relevância desse tema na área em que está inserido, ou seja, na linha de pesquisa Educação, Cultura e Saúde, pode ser expressa no argumento de que a exclusão é um fator intrinsecamente relacionado aos problemas de saúde, autoestima e qualidade de vida dos indivíduos. O negro, quando alvo de discriminações e preconceitos, apresenta maior vulnerabilidade aos problemas de saúde, e, a educação, nesse sentido, configura-se como uma forma de mudar as concepções das pessoas, para que aprendam a conviver com a diversidade étnica, o que consequentemente reduziria ou eliminaria os conflitos e exclusões direcionados aos negros. A oportunidade de educação tende a superar as diferenças abissais entre negros e brancos, além de favorecer a igualdade e contribuir para uma sociedade mais democrática e equânime. Para o negro, a educação é uma possibilidade de superação de sua condição de desvantagem, a oportunidade de maior representatividade social, o que pode começar pelo ensino superior e se estender para o mercado de trabalho. Para os demais grupos e etnias, a educação promove a convivência e a aceitação do multiculturalismo, e, sobretudo, a revisão de alguns conceitos e representações sociais negativos sobre o negro, já arraigados pela tradição e cultura.

Nas escolas brasileiras de ensino fundamental e no âmbito dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) é que foi pensado o Tema Transversal "Pluralidade Cultural", que pudesse permear todas as demais disciplinas e servir como suporte às discussões e

posicionamentos contrários a quaisquer formas de discriminação no contexto escolar. Neste estudo discute-se a importância dessa iniciativa.

Acerca de sua importância para o avanço do conhecimento, o presente estudo pretende contribuir para novas discussões acerca da inclusão do negro no ensino superior, uma vez que estatisticamente, as diferenças de escolaridade entre brancos e negros permanecem de geração em geração, o que resulta na exclusão étnica e social dessa população, traduzindo-se, dessa forma, em uma situação urgente a ser resolvida.

Outras contribuições desse estudo surgem das sugestões diretas ou indiretas, dele decorrentes, que visam ao aprimoramento de práticas institucionais mais inclusivas, pensadas segundo o perfil dos sujeitos envolvidos nos processos de inclusão e de expansão da universidade pública, sendo, sobretudo, pautadas na necessidade de informação e maior conhecimento da realidade, como passos iniciais nessa proposta de mudança.

É necessária e urgente a concepção de que deve haver uma mudança do próprio sistema educacional brasileiro ao considerar a importância da educação. Para que haja transformações significativas nesse quadro de exclusão vivenciado pelo negro brasileiro é preciso partir de uma reforma ou da mudança do próprio Estado, em sua maneira de enxergar o processo educativo. Segundo Chauí (2003):

> O Estado deveria tomar a educação não pelo prisma do gasto público e sim como investimento social e político; a educação deveria ser considerada como um direito, e não um serviço; a utilização do fundo público deveria assegurar os direitos sociais; a universidade deveria ter compromisso com democratização do saber, dispondo de autonomia institucional, intelectual e financeira. (CHAUÍ, 2003, pp. 11-12).

A não-democratização do saber e das oportunidades sociais resultam em sérias consequências ao sujeito negro no Brasil. De herança escravista, o país apresenta uma história dolorosa e trágica, principalmente, no que diz respeito aos grupos indígenas e afro-descendentes. Como os negros, em decorrência do sistema escravocrata, carregam o peso do servilismo, associou-se à essa etnia um estigma de inferioridade, de servidão, de utilidade. Dessa forma, situações de exclusão e de segregação vêm se apresentando nas relações humanas contemporâneas, sendo refletidas nas relações educacionais e sociais como algo arraigado, já parte de uma cultura marcada pelas diferenças étnicas desde a sua formação. Preconceitos que se expressam desde as metáforas utilizadas, até se apresentarem em atos concretos, sutis ou objetivos, de segregação. É por essa razão que as representações sociais serão abordadas neste estudo, na tentativa de se considerar o seu significado no que tange ao

negro e a forma como ele próprio se define ante um sistema já constituído como segregador e excludente.

Como afirmado anteriormente, o processo de exclusão vivido pelo negro brasileiro reflete-se em sua saúde e qualidade de vida. A compreensão dos determinantes sociais da saúde (DSS) infere no reconhecimento de que o negro, como alvo das maiores iniqüidades sociais, tem esses dois aspectos comprometidos. Comprova-se, facilmente, por meio de estatísticas, que ele está, via de regra, em uma posição de vulnerabilidade, seja em relação aos seus direitos, que são violados - direitos esses conquistados formalmente, mas que na prática cotidiana, não se efetivam - seja em sua participação no cenário político do país, ou ainda, em relação às oportunidades educacionais e de empregos mais dignos.

Por essas razões e na perspectiva de apontar um possível horizonte, este estudo tem como objetivo refletir sobre o processo de inclusão do negro na UFVJM, sobretudo, nos cursos de saúde, por entender a educação como alternativa para a inserção social do sujeito negro, e, também, para a promoção de discussões que resultem em mudanças estruturais na atual situação de segregação vivida por essa etnia.

A experiência da pesquisadora desse estudo, como docente nos ensinos fundamental e médio, em localidades vizinhas à sede da UFVJM, tais como Inhaí, Maria Nunes e Couto de Magalhães de Minas revela que o discente negro e socialmente menos favorecido, especialmente do Vale do Jequitinhonha, apresenta menos oportunidades de inclusão social, via de regra porque a educação, que deveria configurar-se como um direito básico, ainda não se efetiva de forma igualitária para todos os sujeitos no Brasil. Muitas vezes, o que esta educação cumpre, é um papel inverso, que é o de manter determinadas oportunidades sociais somente para a elite, em detrimento das demais classes ou etnias menos favorecidas historicamente. Assim, a educação produz ou reproduz a desigualdade ao disseminar ideologias. Diante do exposto, percebe-se a necessidade de se discutir as oportunidades de inclusão existentes, tendo em vista dirimir os problemas sociais decorrentes do processo de exclusão racial. De acordo com Tella (2008):

> Ainda que tenha havido nos últimos anos índices estatísticos que apresentam uma pequena melhoria nas condições sociais da população negra em Portugal e no Brasil, esses grupos ainda têm os mais baixos índices de escolaridade, habitam as regiões mais periféricas e degradadas das grandes e médias cidades, ocupam os postos de trabalho com pouca ou sem qualificação e, conseqüentemente, com menos remuneração. Um exemplo disso é a grande presença no mercado de trabalho em ambos os países, se comparada com os brancos, de mulheres negras na função de empregada doméstica e de homens negros na construção civil. (TELLA, 2008, p. 153).

Tendo em vista o descaso pelos direitos de um povo que tanto contribuiu para a construção de uma identidade nacional, premente se faz discutir questões da própria realidade local, tendo por escopo a necessidade de medidas específicas realmente urgentes e transformadoras.

Sob uma ótica social, a relevância dessa pesquisa se dá pelo seu intuito de favorecer discussões acerca da inclusão, de melhor compreensão dos desafios encontrados pelos sujeitos negros, socialmente menos favorecidos e dos cursos de saúde em sua inserção educacional. Pretende-se também focalizar a necessidade de divulgação das informações que se referem ao processo de ingresso e permanência ao ensino superior, com o objetivo de se conseguir maior representatividade negra na universidade pública brasileira, o que muitas vezes tem como empecilho o mero desconhecimento de informações elementares. Por isso, parte-se da análise da situação local, considerada dentro de um contexto maior, sendo ela o reflexo da macro-estrutura social, na qual se encontra inserida.

Por outro lado, o Curso de Mestrado "Saúde, Sociedade e Ambiente", com foco na saúde, prevê a discussão de problemas locais, com o intuito de que o profissional em formação seja capacitado a contribuir para a realidade na qual atua, sobretudo, buscando atuar sobre tais problemas de maneira interdisciplinar.

O presente estudo encontra-se organizado da seguinte maneira: os aspectos metodológicos encontram-se descritos nas páginas iniciais; no primeiro capítulo, intitulado "Identificação das Raízes da Discriminação e Preconceito Raciais no Passado Escravocrata Brasileiro" parte-se de alguns temas que contextualizam a condição do negro no Brasil. Para tanto, realiza-se um mergulho no período da escravidão do Brasil, para apontar as concepções e tratamentos dirigidos ao negro, naquela época, que decorreram em representações sociais e comportamentos que coexistem ou permanecem no presente, em relação a esta etnia.

O segundo capítulo, de título "Ideologias e seus Impactos sobre a Condição do Negro no País" tem por finalidade discutir a forma como as ideologias, concepções e representações sociais referentes ao negro contribuem para reforçar a sua condição de desvantagem e ainda, para fundamentar as situações de preconceito e discriminação raciais a ele dirigidas. Defende-se, neste capítulo, que concepções geram comportamentos e ações, um aspecto de suma importância a ser considerado pela educação e/ou formação dos sujeitos.

O terceiro capítulo de título "Estatísticas sobre a Condição do Negro no Brasil" visa à apresentação de dados e estatísticas decorrentes de pesquisas e estudos de órgãos governamentais, tais como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e o (Instituto

Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tendo por finalidade ilustrar e/ou comprovar a condição de desigualdade vivida pelo negro no Brasil em relação às outras etnias. Trata-se de uma tentativa de se retratar, de forma fidedigna, a realidade do negro no país, ou seja, apresentando os números referentes à sua realidade de inclusão em diferentes aspectos sociais, tais como educação, saúde, emprego, salários, expectativa de vida e outros. Tais dados, por si mesmos, revelam, no âmbito dos direitos humanos, que a cor da pele, no Brasil, é fator preponderante para a não-aquisição desses direitos.

O quarto capítulo intitulado "Alguns Avanços: Políticas Públicas, Legislação Vigente e Ações Afirmativas" apresenta, sucintamente, um breve histórico das conquistas do negro no Brasil, no que concerne à obtenção de aspectos que ajudam a dirimir o problema de sua exclusão social, e, sobretudo, a ampliar os debates sobre a necessidade de ações de reparação, tais como as cotas raciais, que nessa oportunidade, serão abordadas como de suma importância na promoção da igualdade e da cidadania no país.

Os capítulos supracitados constituem a revisão bibliográfica do presente estudo. Dessa forma, o sexto capítulo apresenta a discussão dos resultados obtidos nesse estudo, subdividido nos seguintes temas: breve histórico da UFVJM e dos cursos da saúde; perfil dos entrevistados e considerações sobre suas representações sociais; perfil da instituição sob o aspecto inclusivo, em síntese, o relato de experiências de estudantes autodeclarados negros que obtiveram o seu ingresso no ensino superior.

Nas considerações finais, retomando-se o problema de estudo estabelecido nesta pesquisa, são explicitadas as respostas obtidas, assim como são apresentadas sugestões dos aspectos que pedem por maiores investigações na instituição ora em análise.

Alguns resultados deste estudo requerem propostas de mudanças, sobretudo, no que diz respeito ao tratamento dado à temática do negro no universo acadêmico. Dos dez estudantes entrevistados, somente um afirmou ter participado ou testemunhado discussões acerca do negro em algum momento na instituição. Como são estudantes da área da saúde, em vias de se formarem, percebe-se aí o hiato entre formação profissional e compreensão das necessidades específicas de saúde do negro.

As principais conclusões deste estudo são de que a UFVJM, sob a ótica dos estudantes, é uma instituição pouco inclusiva na prática, apesar de que ela contribui, sobremaneira, para promover igualdade e oportunidade para os sujeitos do Vale do Jequitinhonha. Pode-se depreender dessa percepção discente, que faltam à instituição, medidas mais direcionadas à etnia ora considerada, pautadas em um recorte étnico-racial para verificação da real condição do negro na UFVJM.

# 1. OBJETIVOS E PRODUTO A SER GERADO

## 2.1 Objetivo Geral:

- Investigar o processo de inserção e/ou exclusão do discente negro dos cursos da saúde da UFVJM, segundo a visão dos mesmos, por meio de suas concepções, experiências e representações sociais.

## 2.2 Objetivos Específicos

### 2.2.1. Da Revisão Bibliográfica

- Realizar um levantamento teórico acerca do passado escravocrata brasileiro para identificar as raízes da discriminação e do preconceito raciais que auxiliam na compreensão da condição de desvantagem vivida pelo negro no Brasil atual;

- Identificar algumas ideologias existentes sobre o nego no Brasil e refletir sobre os seus impactos em relação à sua identidade, assim como a manutenção de uma visão estereotipada e pejorativa acerca dessa etnia, o que também reforça a sua condição de desvantagem e exclusão atuais;

- Apontar dados e estatísticas referentes ao negro no Brasil, segundo pesquisas e estudos de órgãos governamentais tais como IPEA e IBGE, para ilustração da condição de desigualdade em comparação com as outras etnias, e em relação à garantia de direitos fundamentais, tais como educação, saúde, emprego, salários, expectativa de vida e outros;

- Identificar alguns avanços históricos em relação às conquistas do negro, tais como Políticas Públicas, Legislação Vigente e Ações Afirmativas, apontando-os como fatores de relevância para dirimir o problema da exclusão social do negro, promovendo reparações, igualdade e cidadania;

- Discutir acerca da teorias das Representações Sociais, tendo em vista identificá-las e/ou reconhecê-las nos discursos dos acadêmicos entrevistados nesta pesquisa;

- Retomar no decorrer das reflexões deste estudo, as desigualdades e situações de preconceitos como determinantes para a saúde do negro.

### 2.2.2 Da Coleta e Discussão dos Dados

- Definir o perfil dos discentes negros que ingressaram na UFVJM, nos cursos de saúde, apontando aspectos tais como: idade, gênero, formas de ingresso, oportunidades institucionais obtidas, opção por cursos e outras informações relevantes;

- Apresentar dados que demonstrem as limitações, desafios e empecilhos encontrados para ingresso e permanência na UFVJM, a partir de reflexões que abrangem os próprios depoimentos acerca da trajetória vivenciada pelo negro acadêmico que obteve o seu ingresso na educação superior;

- Analisar o perfil inclusivo da UFVJM, no que concerne às oportunidades de inclusão e de permanência na educação superior pública, expressas em bolsas e/ou benefícios institucionais obtidos pelos estudantes entrevistados.

- Identificar representações sociais, ideologias e concepções do negro em relação a sua própria representatividade na UFVJM.

## 2.3 Produto a ser gerado

- Apresentar como produto desta pesquisa, um trabalho de cunho prático, desenvolvido concomitantemente a este estudo, buscando a aplicação das teorias ora adquiridas, junto aos problemas práticos identificados em realidades nas quais a pesquisadora pôde atuar e que se referiam à temática da inclusão social do negro.

- Elaborar um encarte que relate a parte prática desta pesquisa, que abrangeu as seguintes ações: um projeto de extensão, um mini-curso, três artigos, participação em dois Encontros de Cultura em Comunidades Quilombolas, uma apresentação oral de trabalho, uma apresentação de pôster; confecção de dois folders, elaboração de slides, entre outras.

## 3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS/ PERCURSO DA PESQUISA

### 3.1 Tipo de Pesquisa

O problema proposto no presente estudo, qual seja: "uma vez que não possuía um sistema de cotas raciais - o que ocorre somente no ano de 2013 - a UFVJM conseguiu ou consegue garantir a inclusão educacional dos sujeitos negros e socialmente menos favorecidos? E ainda: em casos de inclusão para essa etnia, a instituição mostrou-se preocupada com a permanência dos discentes negros nos cursos, por meio de oportunidades e bolsas que se expressam em maiores chances de inclusão?". Tais questões encontraram na abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, a possibilidade de desenvolvimento de sua investigação.

Justifica a escolha pela pesquisa qualitativa, a possibilidade de complementação da análise quantitativa dos dados, e, do fenômeno em si. Para Prodanov e Freitas (2009, p. 33) "a pesquisa qualitativa busca mostrar o vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito". De acordo com Kern (2011) a respeito da pesquisa qualitativa:

> O ambiente natural da pesquisa qualitativa é a fonte direta para coleta de dados, sendo o pesquisador, o instrumento-chave, o que caracteriza a pesquisa descritiva. Não há preocupação em comprovar hipóteses previamente, no momento da análise de dados, porém, estas não eliminam a existência de um quadro teórico que direcione a coleta, a análise e a interpretação dos dados. (KERN, 2011, p. 96).

Este estudo caracteriza-se como exploratório porque visa abordar sobre um tema ou processo recente, e de incipiente produção de análises a respeito. Por isso, atende ao que destaca Gil (2008) de que:

> Pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar uma visão geral acerca de determinado fato, bem como desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou de hipóteses pesquisáveis em estudos posteriores. (GIL, 2008, p. 72).

Esta pesquisa é também descritiva por investigar características de determinada população ou fenômeno, bem como investigar as características de um grupo, segundo Gil (2008) tais como idade, sexo, procedência, nível de escolaridade, entre outros. Diante do exposto, a pesquisa exploratório-descritiva é pertinente ao tema ora proposto, tendo em vista a possibilidade de se chegar às respostas coerentes às perguntas ora traçadas na investigação.

### 3.2 Técnica utilizada para Coleta e Análise dos Dados

Este estudo teve como instrumentos de pesquisa a entrevista sem-estruturada aplicada aos estudantes autodeclarados negros dos cursos da saúde da UFVJM (vide apêndice 1). Segundo Minayo (2008) a entrevista combina questões abertas e fechadas, sendo possível ao entrevistado, discorrer sobre a temática indagada. Além disso, a entrevista possibilita o contato entre entrevistador e entrevistado, o que Minayo (2008) denomina de processo de interação social, no qual o entrevistador, por meio de tópicos que o orientam, busca coletar dados do entrevistado sobre uma problemática central, atendendo assim, ao aspecto qualitativo da pesquisa (HAGUETE, 2003).

Os principais temas constantes da entrevista foram: idade, gênero e origem dos estudantes, opção pelos cursos, apoio da família em relação aos estudos, condição sócio-econômica, conhecimento acerca das bolsas e benefícios institucionais, experiência em atividades acadêmicas tais como pesquisa, extensão, monitoria, concepção sobre as cotas raciais, entre outros.

Para a análise de dados foi utilizada a técnica de triangulação. Nessa técnica, os dados coletados são organizados, comparados e interpretados pelo pesquisador, tendo como suporte, os fundamentos teóricos anteriormente apresentados. Para Trivinos (1999) a técnica da triangulação favorece aprofundamento da descrição, da explicação e da compreensão do foco em estudo. Kern (2011, p. 99) completa que "um fenômeno social não pode ser concebido de forma isolada, sem considerar as raízes históricas, os significados culturais e as vinculações estreitas e essenciais com sua realidade social", justificando a utilização da técnica da triangulação como importante em pesquisas que partem dessas considerações, ou seja, das raízes históricas dos significados culturais além das vinculações estreitas com sua realidade social, como é o caso da presente pesquisa.

As perguntas foram audiogravadas e, posteriormente, transcritas. Foram também agrupadas segundo cada objetivo proposto e divididas em categorias de análise, divididas em 2 eixos: 1) identificação do entrevistado, idade, gênero, origem, curso, forma de ingresso etc e 2) posicionamentos político-ideológicos acerca de temas referentes ao negro, tais como as cotas, inclusão na UFVJM, abordagem da temática do negro na instituição, ocorrência de discriminação velada, conhecimento das bolsas e oportunidades e de seu valor para permanência nos cursos.

### 3.3 Local de Estudo e Sujeitos Participantes

Este estudo teve como local de estudo, a Faculdade de Ciências Biológicas e da Saúde (FCBS) da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), Campi Diamantina (MG),

Este estudo teve como participantes os acadêmicos da UFVJM que, ao se autodeclararem negros no quadro de discentes dos cursos da saúde, contribuíram com sua experiência de inserção ao ensino superior público, com a possibilidade de leitura dessa realidade, e ainda, como possibilidade de leitura das representações sociais que interferem na maneira como compreendem ou assimilam o processo de inclusão do negro no ensino superior.

As características da população estudada, que se configuraram como critérios de inclusão nesta pesquisa foram: pessoas que se autodeclararem negras, brasileiras, com representações dos dois gêneros, que frequentam os dois últimos semestres letivos dos cursos de saúde da FCBS/UFVJM ou que fossem recém-formados e maiores de 18 anos.

Os cursos de saúde existentes na UFVJM e dos quais os sujeitos desta pesquisa fazem parte, são: Educação Física (Licenciatura), Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Nutrição e Odontologia.

Quanto ao número exato de entrevistados, segundo Duarte (2002, p. 42) "em pesquisas com abordagens qualitativas dificilmente o número de sujeitos, pode ser determinado a priori. Esse limite é dado pelo que chamamos de 'recorrência', ou seja, quando os dados passam a se repetir". Por outro lado, ainda que o estudo visasse apresentar somente números referentes ao acadêmico negro na UFVJM, este dado se mostrou inviável uma vez que nas fichas de matrícula que poderiam ser pesquisadas, não há a especificação da cor indicada por todos os ingressantes, um aspecto que passou a ser obrigatório a partir de Portaria Normativa do MEC, de 5 de novembro de 2012.

Nesta pesquisa foram entrevistados 10 sujeitos, dentre os quais quatro homens e seis mulheres. Justifica-se a escolha pela amostra utilizada, pela preocupação maior numa coleta de dados que fosse o reflexo da realidade do sujeito negro dos cursos de saúde da referida instituição, contendo representações dos dois gêneros, e que abrangessem pessoas maiores de 18 anos, para atender a uma análise local. O fato de cursarem os dois últimos semestres letivos do curso é também um indicativo de que provavelmente concluirão o ensino superior e que já superaram os principais obstáculos referentes à permanência.

Para a escolha desses discentes a pesquisadora percorreu as dependências da instituição (refeitório, lanchonetes, praça de alimentação, corredores dos prédios da saúde, as saídas da sala de aula para intervalos e outros), abordando diretamente os alunos, a fim de explicitar os objetivos da pesquisa e convidá-los a participar, caso se autodeclarassem negros, e também considerando os critérios descritos no parágrafo anterior. Uma vez aceito o convite de participação, foi apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que foi lido e em seguida assinado pelo sujeito. Também neste momento foi agendada a entrevista em horário e local de acordo com a conveniência do estudante, resguardando-se, entretanto, os preceitos apregoados pela Resolução 196/96/CNS, quais sejam: local que garantisse a privacidade, confidencialidade e conforto do participante desse estudo. Por essa razão, quase todas as entrevistas foram realizadas nos domicílios dos estudantes.

A participação desses sujeitos (discentes da UFVJM) consistiu em participar de uma entrevista semi-estruturada. As perguntas constantes dessa entrevista foram referentes à idade, gênero, forma de ingresso na educação superior, curso escolhido e obtenção de bolsas ou benefícios institucionais, especificando-os, quando fosse o caso. Houve também questões abertas para que os sujeitos pudessem discorrer mais livremente sobre a temática abordada e ainda, para que revelassem suas representações sociais acerca da inclusão e da etnia, partindo-se do pressuposto de que o próprio negro, como os demais grupos, podem apresentar aspectos negativos sobre si mesmos ou de serem capazes de identificá-los mais facilmente, já que deles são alvos diretos.

Cada entrevista foi áudio-gravada e, posteriormente, transcrita. Para a análise das entrevistas foi utilizada, dentre outras anteriormente descritas, a técnica concernente à teoria das representações sociais, segundo Spink (1996).

### 3.4 Aspecto Qualitativo da Pesquisa

Para atender ao cunho qualitativo desse estudo, os estudantes dos cursos de saúde da UFVJM apresentaram seus posicionamentos por meio de questões abertas que buscaram abranger suas experiências acerca dos desafios, limitações e possibilidades encontrados em sua inserção no ensino superior. Para tanto, foi realizada análise qualitativa dos depoimentos coletados, que foram ainda discutidos segundo os conceitos e teorias de Moscovici (1978) sobre as representações sociais, sob a compreensão de que tais conceitos existem segundo determinado período histórico e/ou contexto, o que interfere diretamente nas relações sociais e de poder entre os sujeitos, assim como na sua maneira de perceber as questões e problemas

de seu meio. Cada resposta foi categorizada e temas que surgiram desses depoimentos se referiram à inclusão/exclusão, preconceito, saúde, cotas raciais, educação, ensino superior, demonstrando como os discursos dos sujeitos estão carregados de conceitos e concepções já incorporados, segundo a sociedade e período histórico do qual fazem parte. O discurso ou a palavra, nesse caso, são elementos essenciais para a identificação de analogias e relações com o contexto histórico, a sociedade e suas concepções acerca dos mais diferentes conceitos. De acordo com Minayo (2004):

> A palavra é o modo mais puro e sensível de relação social. [...] Existe uma parte muito importante da comunicação ideológica que não pode ser vinculada a uma esfera ideológica particular: trata-se da comunicação da vida cotidiana. O material privilegiado de comunicação na vida cotidiana é a palavra. (MINAYO 2004, p. 109).

Spink (1996) propõe uma metodologia no estudo das representações sociais, que será utilizada como parâmetro no presente estudo:

1) depoimentos e declarações coletadas, deixando aflorar as representações, sem categorização a priori;
2) definição de categorias, presentes na própria organização da linguagem para classificação e explicação do fenômeno estudado e,
3) construção do mapa cognitivo: organização e ligação de elementos dos depoimentos que permitem visualização do fluxo das associações de ideias.

### 3.5 Aspecto Quantitativo da Pesquisa

Tendo em vista a amostra utilizada na presente pesquisa, os dados quantitativos aqui apresentados são ilustrativos, e se referem estritamente aos dez estudantes entrevistados, sem relação direta com a realidade desta instituição no que concerne aos números e estatísticas. A maior relação identificada entre amostra e instituição pode ser apontada nos aspectos qualitativos deste estudo, que se referem, sobretudo, às representações sociais dos entrevistados.

Tal aprofundamento, no entanto, pode ser realizado em estudos futuros, uma vez que as cotas raciais tiveram início no ano de 2013 e muito ainda precisa ser investigado, tendo em vista a compreensão do processo de inclusão do negro na UFVJM.

### 3.6. Aspectos Éticos da Pesquisa

A participação nessa pesquisa foi voluntária, e todos os participantes foram informados acerca dos objetivos do estudo, assim como da garantia da privacidade, do sigilo e confidencialidade das informações prestadas, sem quaisquer menções à sua identidade.

Foram garantidos aos discentes os direitos fundamentais à informação, recusa inócua, desistência a qualquer momento da pesquisa, sem que essa desistência pudesse causar quaisquer danos em sua relação com a instituição. Quanto à divulgação dos dados, foi explicitado que serão apresentados publicamente, independentemente de serem positivos ou negativos, para fins acadêmicos em seminários, congressos, simpósios, bem como na elaboração de artigos que poderão ser divulgados em revistas científicas da área. Quanto à propriedade das informações geradas, estas são da UFVJM.

Esta proposta de estudo passou pela avaliação e aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, antes de ser iniciada e a pesquisadora se comprometeu em somente iniciar a coleta dos dados após a sua aprovação. As questões éticas dessa pesquisa foram fundamentadas pelo disposto na Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde do Brasil.

# 4. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

## 4.1 Identificação das Raízes da Discriminação e do Preconceito Raciais no Passado Escravocrata Brasileiro

Este capítulo pretende realizar um mergulho no passado escravocrata brasileiro para a identificação das raízes da discriminação e do preconceito raciais presentes, sobretudo, nas representações sociais sobre o negro. Para tanto, aprofundamos teoricamente sobre este passado, pautados nos autores Munanga (2006), Nabuco (2000) e Freyre (2006).

No desenvolvimento deste capítulo, justifica-se a escolha do autor recifense Gilberto Freyre e de sua obra "O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX", pelo intuito de apontar como o próprio autor responsável pela disseminação da concepção de "escravidão benéfica" ou da ideia da "democracia racial" no Brasil, Gilberto Freyre, pôde ter, contraditoriamente, se rendido e revelado as formas cruéis, nas quais os escravos brasileiros foram submetidos no período da escravidão, com descrições fiéis de desumanidade, que contradizem sua tese original. A referida obra, "Casa Grande e Senzala", de 1933, foi indicada ao Prêmio Nobel de Literatura.

Outro autor que contribuiu com as presentes discussões é o pernambucano Joaquim Nabuco, com a obra "O Abolicionismo". Convém destacar como este fervoroso defensor da Abolição no Brasil havia sido criado por uma família escravocrata e, além dessa contradição, foi também autor de concepções preconceituosas em relação ao negro, como será mostrado posteriormente. Tudo isso reforça a ideia de que as representações sociais se mostram tão intrinsecamente ligadas aos pensamentos dos sujeitos, que até mesmo aqueles que poderiam estar isentos de seu domínio, mostram-se, em maior ou em menor grau, influenciados por elas. Trata-se de "um conteúdo mental estruturado – isto é, cognitivo, avaliativo, afetivo e simbólico – sobre um fenômeno social relevante, que toma a forma de imagens ou metáforas, e que é conscientemente compartilhado com outros membros do grupo social". (WAGNER, 1998, p. 3-4).

Finalmente, na construção deste capítulo, são apresentados alguns posicionamentos de Munanga (2006) acerca das ideologias referentes à mestiçagem no Brasil e das ambiguidades ao se considerar a questão da classe social do negro, em detrimento de sua ascendência africana, o que aponta que, considerar-se negro no Brasil, depende de uma série de fatores econômicos, sociais, culturais, ideológicos, o que impede que o processo de identificação dos

afro-descendentes se concretize de fato, sendo tal identificação um aspecto essencial à mobilização dos grupos étnicos excluídos, na busca por seus direitos.

Esta pesquisa, de forma recorrente, partirá de considerações acerca das concepções, teorias e ideologias, enfim, das representações sociais referentes ao negro no Brasil. Tais fatores e/ou aspectos auxiliam a compreensão da realidade cultural e social do negro brasileiro, além de sua condição de desvantagem no país. Esta compreensão mostrou-se importante para que fosse possível a identificação de tais ideologias e representações nos discursos dos estudantes entrevistados. Parte-se, então, do pressuposto de que tais concepções e representações, uma vez arraigadas como pensamentos, passam a nortear ou a moldar comportamentos, e estes, por sua vez, expressam-se nas situações de exclusão, discriminação e preconceito raciais, ganhando dimensão não somente teórica, mas também prática. Por outro lado, percebe-se que até mesmo o negro, como vítima do sistema excludente, tende a reproduzi-los inconscientemente, ou até mesmo negar o preconceito: "Quando um preto ou mulato 'sobe' socialmente, ele se desinteressa pela sorte de seus companheiros de cor, chegando, mesmo, com freqüência, a negar a existência de preconceito". (NOGUEIRA, 2006, p. 289).

Como as concepções e representações sociais decorrem em comportamentos, muitas vezes discriminatórios, racistas e preconceituosos, premente se faz apresentar, sucintamente, o significado de cada um destes conceitos, que via de regra, causam certa confusão por suas semelhanças. O documento *Brasil, Gênero e Raça*, lançado em 2006, pelo Ministério do Trabalho, e que tem como foco as pessoas que são alvos de discriminação e exclusão no mundo do trabalho tais como negros, negras, quilombolas, indígenas, mulheres, pessoas com HIV, idosos, idosas, deficientes, gays, lésbicas, transgêneros, bissexuais, apresenta tais conceitos. Este documento define racismo como "a ideologia que postula a existência de hierarquia entre grupos humanos"; o preconceito como "uma indisposição, um julgamento prévio negativo que se faz de pessoas estigmatizadas por estereótipos" e a discriminação como "o nome que se dá para a conduta (ação ou omissão) que viola direitos das pessoas com base em critérios injustificados e injustos, tais como: a raça, o sexo, a idade, a opção religiosa e outros". Com relação ao negro, são dois os tipos de preconceito existentes no Brasil: o de marca e o de origem, sendo que o primeiro "toma por pretexto para as suas manifestações os traços físicos do indivíduo, a fisionomia, os gestos, o sotaque". Quando basta a suposição de que o indivíduo descende de certo grupo étnico para que sofra as conseqüências do preconceito, diz-se que é *de origem*. (NOGUEIRA, 2006, p. 291).

Parece ambíguo que tantos brasileiros, negros e pardos, constituindo-se como a maior parte da população brasileira (50,7% segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

(IBGE), no ano de 2010), sigam compondo, prioritariamente, o quadro das vulnerabilidades e iniquidades sociais, nos seus mais amplos aspectos, alheios às oportunidades sociais que deveriam ser iguais para todos, e por fim, deixando de ter a sua representatividade nos setores sociais relevantes, comprometendo, por outro longo período, a ocupação de seu espaço social e de sua dignidade na sociedade brasileira. Tal realidade é preocupante, ao passo que a presença do negro na política, por exemplo, traz consigo a possibilidade de mudanças significativas, uma vez que:

> Políticos negros encorajam atores políticos brancos e o público mais amplo a confrontar o racismo e a desigualdade racial, e se organizam formal e informalmente dentro dos partidos políticos e instituições governamentais, buscando políticas públicas que levem em conta o fator racial, além de advogar um novo e mais proeminente papel para os negros na política e na sociedade brasileira. (JONHSON, 2000, p. 87).

Partindo do pressuposto de que as representações sociais são aprendidas e compartilhadas, que passam de geração em geração, fazendo parte do inconsciente coletivo, parece coerente o reconhecimento do poder de tais práticas e concepções que conseguem atravessar séculos e segregar o negro, de forma muito similar ao período da escravidão ou pós-abolição. Até mesmo o hábito de reproduzir ou de se emitir metáforas ou analogias negativas em relação ao negro tendem a reforçar a situação de racismo e discriminação. De acordo com Paiva (1998, p.13) "Essas [metáforas] fazem parte de nosso sistema conceptual e seu uso intenso faz com que o falante incorpore, e passe a considerar como seus, valores preconceituosos que permeiam a linguagem".

A contradição de Freyre no que diz respeito ao pensamento de que a escravidão no Brasil teria sido mais amena que em outros países, revela-se no reconhecimento que faz em relação aos anúncios e das mazelas que descrevem: "O anúncio, desde o seu aparecimento em jornal, começou a ser história social, e, até, antropologia cultural, da mais exata, da mais idônea, da mais confiável". (FREYRE, 2006, p. 2). Em dado momento, ele admite que: "a benignidade nas relações de senhores com escravos, no Brasil patriarcal, não é para ser admitida, é claro, senão em termos relativos. Senhor é sempre senhor". (FREYRE, 2006, p. 26). No entanto, é sabido que a sua tese primeira encontra eco no pensamento de muitos brasileiros até os dias atuais, o que reforça a ideia de que as representações sociais têm forte peso e são capazes de manter concepções, ainda que seus criadores as tenham redimensionado ou desmentido, o que não diminui ou anula em certos casos, portanto, o poder de suas

influências, já arraigadas ou cristalizadas no pensamento dos indivíduos que as mantêm ou perpetuam.

Antes do aprofundamento em relação aos anúncios estudados por Freyre (2006), é relevante destacar que:

> Os retratos desenhados pelos anúncios de jornal são quase todos de escravos urbanos, na maioria, domésticos, embora alguns poucos pudessem trabalhar em chácaras ou roças nas fímbrias das cidades. Desses anúncios estão praticamente ausentes os escravos que escapavam dos engenhos de açúcar, das plantações de café, e do sol forte do eito e ganhavam o mato, onde não havia leitores de jornal. E forçoso é não esquecer que era de escravos rurais a grande maioria da massa cativa. (SILVA *In* FREYRE, 2006, p. 18).

Logo, a grande massa de escravos das roças e chácaras estava sujeita a castigos e tratamentos possivelmente ainda mais duros, tendo em vista o estado de abandono em que se encontravam, distantes dos centros urbanos, sendo que, provavelmente, podiam estar à mercê de senhores mais tradicionais e mais severos em termos de exploração e de castigos. Tais anúncios referiam-se a compras, vendas, trocas, aluguéis, leilões e fugas de escravos.

O negro escravizado era considerado um objeto, um bem de consumo. Portanto, era vendido, trocado, hipotecado, considerado como poupança. Não raro, nos anúncios de jornais brasileiros, é possível reconhecer a situação humilhante a que foram submetidos, tendo em vista o seu comércio. Eram comercializados junto a outros artigos, materiais de consumo e animais. Representavam, até mesmo, uma espécie de garantia financeira: E eram muito comuns os anúncios com "(...) pedido de empréstimo, oferecendo-se um ou mais escravos como penhor ou hipoteca. O escravo como garantia financeira e, consequentemente, como poupança para ser utilizada nos momentos difíceis ou na velhice". (FREYRE, 2006, p. 17).

Por isso, corpos e membros dos escravos eram peças a serem expostas e analisadas quanto ao seu estado, para, em síntese, poder-se reconhecer, o mais objetivamente possível, a sua validade, possível tempo de vida ou utilidade.

> No mercado de escravos, era comum que os compradores (...) fazerem os negros quase nus, muitos só de tanga, escancararem os dentes, arregalarem os olhos, botarem a língua de fora, saltarem, tossirem, rirem, dançarem, mostrarem as cicatrizes e as tatuagens por todo o corpo. É que pelo estado dos dentes, pela cor da língua, pelo brilho dos olhos, pela flexibilidade dos músculos, pelo ronco do peito, pelas cicatrizes de tribo ou nação, os compradores se julgavam capazes de reconhecer a verdadeira condição do escravo, sua idade, sua moral, sua saúde, de avaliar sua capacidade de trabalho, tantas vezes disfarçadas pelas malazartes dos ciganos. (FREYRE, 2006, p. 101).

Outros aspectos revelam a origem de certos comportamentos e concepções relacionados ao negro no Brasil.

**4.1.1 Os navios negreiros:** podem ilustrar como o negro foi inicialmente tratado no Brasil. Também denominados na época de seu auge como "infernos flutuantes" podem ser sintetizados não como um meio de transporte para seres humanos, mas como um meio de se conduzir cargas até o seu destino, a fim de que fossem literalmente consumidas. As condições de viagem eram precárias, sendo comuns doenças, fome, sede, muita umidade, falta de espaço e de luz, dentre outros. Freyre (2006) afirma que a alimentação no navio negreiro se constituía como:

> O bastante para manter os escravos respirando. Para conservar os fôlegos, vivos: um pouco de farinha e às vezes umas favas fervidas. Uma média de 4/10, de 800 escravos embarcados, supõem-se que morriam na travessia; e 3/10 no primeiro ano na América. Um copo d'água por três dias chegava para impedir a morte de um negro. (FREYRE, 2006, p. 105).

Nabuco (2000) apresenta em sua obra um pouco da realidade dos negros, depois de enfrentarem as longas viagens nos navios e chegarem em terra firme, no Brasil, já então prestes a enfrentar a dura realidade das senzalas:

> Quando o navio chegava ao porto de destino - uma praia deserta e afastada – o carregamento desembarcava; e, à luz clara do sol dos trópicos, aparecia uma coluna de esqueletos cheios de pústulas, com o ventre protuberante, as rótulas chagadas, a pele rasgada, comidos de bichos, com o ar parvo e esgazeado dos idiotas. Muitos não se tinham em pé: tropeçavam, caíam e eram levados aos ombros como fardos. Não é com tais elementos que se vivifica moralmente uma nação (NABUCO, 2000, p.60).

Pode-se perceber que é difícil para uma nação ou para uma cultura, depois de 388 anos de escravidão sistemática, num país de apenas 513 anos, e de apenas 125 anos de abolição da escravidão, conseguir modificar a sua visão em relação a um povo que capturou e explorou como se faz a um animal a ser domesticado, somando-se a isso, o peso das representações sociais tecidas ao longo dos tempos em relação a este povo. Indaga-se, se neste contexto, se todas essas privações materiais do passado dirigidas ao negro intencionalmente, não 'justificariam' ou 'explicariam' hoje a condição de privação ainda vivida por ele no país, de fome e miséria, compondo, prioritariamente, as favelas e periferias dos grandes centros urbanos. E ainda, se há a possibilidade de novas perspectivas em relação a esse quadro de privação sem que haja mudança profunda nas leis brasileiras, mas, primordialmente, nas próprias concepções que se tem do negro no país.

**4.1.2 A falta de proteção do Estado:** Nabuco (2000) demonstra que o negro foi vítima da escravidão pela falta de proteção do Estado. E que a escravidão somente poderia ser aplicada aos seus membros nacionais, não aos internacionais, como no caso dos africanos. Para Nabuco (2000, p. 48) "A lei de um país só poderia, em tese, sancionar a escravidão dos seus nacionais, não a de estrangeiros. A lei brasileira não tem moralmente poder para autorizar a escravidão de africanos, que não são súditos do Império".

Logo, os navios negreiros são uma das maiores provas de desrespeito em relação ao estrangeiro, trazido ao país de maneira abusiva e ilegal.

**4.1.3 Abuso das medidas relativas ao tráfico, tráfico de crianças e cegueira por lucros:** de acordo com o estudo de Freyre (2006), a escravidão não poupou crianças ou adolescentes. O tratamento recebido por eles em nada faz lembrar o sentimento ou instinto de proteção em relação aos mais vulneráveis, como acontece na maior parte das sociedades humanas ao considerar crianças ou idosos. Crianças e adolescentes negros não significavam mais que números:

> Havia moleques que entisicavam na viagem dos negreiros. Para estes não havia disfarce que servisse. (...) Eram dados de quebra aos compradores de lote. Aliás, esse tráfico de crianças, que nem sempre entisicavam, se fazia dentro da base de 1,82 m, correspondendo ao adulto de 25 anos. Isto é, embarcavam-se crianças em número e volume que totalizassem aquela medida padrão da peça da Índia: cinco negros adultos para cada três toneladas, como a proporção de espaço calculada para as travessias. Proporção de que na prática se abusava terrivelmente. Um navio de 300 toneladas às vezes vinha estourando de negros: 600 e mais. (FREYRE, 2006, p. 103).

O autor exemplifica que, de um pedido de 40 escravos no ano de 1812, pelo mais poderoso escravocrata da época, Bento José da Costa, apenas dois eram barbados, sendo que os demais eram "moleques, molequinhos, crias e molecões, e dentre os quais, 16 eram moleconas" (FREYRE, 2006, p. 103). Não teria essa prática inicialmente dirigida aos menores negros, estimulado no Brasil o trabalho escravo infantil, que até hoje se constitui como sério problema social? E o que dizer da violência verbal e física da qual os menores negros ainda são vítimas? E quanto aos termos aqui descritos: não teriam contribuído para reforçar ou perpetuar o tom de desdém ou as referências de sentido pejorativo dirigidas ao negro, via de regra, faltando-lhes com o respeito à sua dignidade? Qual o papel desse

tratamento quando analisado sob a ótica das situações de *bullying*, muito comuns nas escolas e nas quais pesam muito nessas ocorrências, a cor da pele?

> Para os lucros enormes dentro do sistema de ensardinhamento dos negros, convinham os meninos e adolescentes que, sob os nomes técnicos de molequinhos, moleques, crias, molecões, vamos encontrar tantas vezes nas faturas de carregamentos de escravos e nos anúncios de vendas e fugas. (FREYRE, 2006, p. 103).

Nessa ânsia por lucro dos vendedores e importadores de escravos, Freyre (2006) destaca que, além de se trazer ao Brasil grande número de crianças e adolescentes, tendo em vista economia de espaço, também se reduzia o número de víveres a bordo, garantindo mais mercadoria humana do que rações e água para mantê-la viva. Por isso, "grande parte da carga humana se perdia no fim de algumas semanas de viagem por inanição". (FREYRE, 2006, p. 104). Ainda com o objetivo de se economizar espaço, para se obter maiores lucros, "os negros eram deitados ou acorrentados em porões onde não se chegava o sol, e pegajentos de umidade. Às vezes, negros por cima dos outros, formando duas camadas". (Freyre, 2006, p. 106).

Trazendo para o país muitas crianças e adolescentes, desejava-se, com isso, a obtenção de altos lucros dentro de um pequeno período de tempo:

> O que vem confirmar inquéritos realizados nos meados do século XIX por comissões do Parlamento Inglês sobre as condições de tráfico de escravos para as Américas: que muito se abusou da importação de moleques e de negrotas. Moleques e negrotas que, economizando espaço a bordo, não tardassem, em terra, a desabrochar em pretalhões e pretalhonas completos, capazes de se venderem pelos melhores preços. Em negras de ventre maduro para a procriação, prontas a rebentarem em molequinhos e em crias. (FREYRE, 2006, p. 104).

Trazendo essas práticas para os dias atuais, é sabido que crianças são exploradas no país, dentre as quais, grande número de crianças negras, já que seus pais são mais expostos às vulnerabilidades sociais, têm menos oportunidades de acesso à escolarização e representam grande massa de explorados, como as estatísticas do IBGE e do IPEA, posteriormente apresentadas neste presente estudo, são capazes de demonstrar.

Quanto aos negros mais velhos ou idosos, o tratamento não era mais tolerante segundo a idade ou capacidade de produção. Eram comuns, em nome do lucro, algumas estratégias corruptas de venda. "Aos negros velhos, por exemplo, raspava-se a cabeça encarapinhada de branco e o queixo, que se esfregava com pólvora de canhão, para obter uma pele negra e um ar brilhantemente moço, capaz de engabelar o comprador, mesmo esperto". (FREYRE, 2006,

p. 100), ao que algumas vítimas desse golpe, passaram a lavar os negros denominados como "pretalhões" com água morna, antes de fechar o negócio.

Diante do exposto, percebe-se que crianças, adolescentes e idosos não recebiam, no período da escravidão, quaisquer tratamentos específicos por sua condição de vulnerabilidade.

**4.1.4 As profissões socialmente desvalorizadas:** os anúncios revelavam que os escravos tinham profissões variadas, sendo difícil apontar uma predominante entre eles. De acordo com Freyre (2006), os escravos de homens pobres se desdobravam mais e em várias funções ao mesmo tempo. Por isso, era comum que um negro fosse "sapateiro e pescador", "cozinheiro e caiador", que sabia "tocar piano e marimba e com princípios de alfaiate". (FREYRE, 2006, p. 123).

> São frequentes, nos anúncios de jornais que venho examinando, as seguintes especializações entre os homens: catraeiro, lenhador, talhador de carne, carreiro, sapateiro, padeiro, pescador, sangrador, cozinheiro, cambiteiro, alfaiate, caiador, carpina, marceneiro, pajem. Entre as mulheres: engomadeira, lavadeira, costureira, doceira, ama-de-leite, marisqueira, enfermeira, mucama. (FREYRE, 2006, p. 125).

É importante considerar, no que concerne às profissões desempenhadas por negros e negras no Brasil atual, que aquelas realizadas por seus ancestrais escravos tinham relação quase que intrínseca com as que exigiam o serviço braçal, a atividade rotineira que requer muito mais o desenvolvimento de automatização do que de um pensamento ou raciocínio, mais uma atividade mecânica, que intelectual. Portanto, não é por acaso que são essas profissões pouco valorizadas até hoje. Com relação às mulheres, sabe-se que ainda existe predominância dos afazeres domésticos para elas. E ainda: o peso da prostituição atribuída à mulher negra ou mestiça, ainda que não sejam exclusivamente elas as protagonistas dessa atividade. "As mulatas são tão dadas à prostituição quanto as mulheres em geral – o que pode ser, ainda, lido no sentido inverso: as mulheres em geral se prostituem tanto quanto as mulatas". (GIACOMINI, 2006, p. 12). No entanto, este estudo mostrou que há uma "transmutação do que é racial em profissional". Mais uma faceta do preconceito.

Diante do sistema patriarcal de família, herdado de Portugal e do desequilíbrio demográfico entre homens e mulheres no período da escravidão, "na proporção de uma mulher para cinco homens, conjugado com a relação assimétrica entre escravos e senhores, levou os últimos a um monopólio sexual das poucas mulheres existentes", foi comum, nesse contexto que: "As escravas negras, vítimas fáceis, vulneráveis a qualquer agressão sexual do

senhor branco, foram, em sua maioria, transformadas em prostitutas como meios de renda e impedidas de estabelecer qualquer estrutura familiar estável". (MUNANGA, 2006, p. 98).

Portanto, herdando as profissões ou tarefas domésticas e socialmente menos valorizadas de seus ancestrais, negros e negras no Brasil seguem sendo desvalorizados, e a diferença é que hoje assumem, em grande parte, as profissões que os tornam "invisíveis", dada a relutância social e cultural em reconhecer a sua dignidade. Ao negro são reservados os espaços sociais menos valorizados e estes espaços são reflexos do imaginário coletivo que o associa a imagens e representações negativas:

> As imagens e representações coletivas negativas que se têm dos negros na nossa sociedade não se modificam apenas pela lógica da razão, pela informação e formação. É preciso descobrir e inventar técnicas e linguagens capazes de tocar no imaginário e nas representações que há muito foram cristalizadas na estrutura profunda do psiquismo humano. (PASSOS *et all*., 2006, p. 11).

Parece coerente realizar um paralelo ainda em relação à prostituição da mulher negra: pesquisas comprovam que elas são os principais alvos do tráfico de mulheres, para fins de exploração sexual, ou ainda: que permanecem como alvos preferidos de seus clientes, ao se prostituírem: "Muitas prostitutas são vistas como eróticas ou não dependendo da sua tez, da cor da sua pele. Percebe-se que no campo da prostituição, no âmbito do desejo, comumente valorizam-se as mulheres negras". (REIS, 2009, p. 43).

Num estudo sobre *"*Prostituição feminina: interação entre sexualidade, corpo, cor e desejo", Reis (2009, p. 63) defende que: "O universo da prostituição feminina, (...) é composto por mulheres pobres, advindas do interior do Estado "em busca de oportunidades", com baixa escolaridade e, em sua maioria, negras".

Percebe-se uma espécie de círculo vicioso em relação à prostituição, sendo impossível definir se a razão maior que a justifica é a cor da pele ou a condição sócio-econômica da mulher. No entanto, é inegável que suas raízes encontram-se na servidão da mulher negra, no passado escravista, inclusive, sob o ponto de vista da exploração sexual.

Freyre (1933) já defendia que o senso popular, assim como a sabedoria folclórica acreditavam que a mulata é uma "diabólica", "superexcitada por natureza". Por essa razão, a mulata é desejada por homens que "desejam colher do amor físico os extremos de gozo, e não apenas o comum" (FREYRE, 1933, p. 95). Estudos de Giacomini (2006, p. 13) confirmam que "o imaginário coletivo não produz apenas uma representação estética da mulata brasileira; ele também implica, talvez principalmente, uma representação moral e sexual da mulata".

**4.1.5 Doenças, "defeitos", deformações, condições anti-higiênicas:** aos sobreviventes, denominados "escravos novos", os anúncios remetiam aos problemas de saúde e deformações, decorrentes dessas viagens desumanas. Aqueles que fugiam nos primeiros anos de senzala, eram descritos como donos de males tais como:

> Mal-de-luanda", escorbuto, "pernas tortas", "braços finos", "joelhos tronchos" certos casos de cabeças deformadas, de cabeças quadradas, puxadas para trás, de testas e cabeças encalombadas, e ainda, os peitos estreitos, as doenças dos pulmões. Parece que casos de raquitismo, devido à deficiência de alimento e à falta de sol. É que as condições anti-higiências da travessia dos navios negreiros se prolongavam, muitas vezes, nas condições de vida, nas senzalas, e de trabalho, nos engenhos, debaixo de telheiros acachapados, com excesso de sombra. (FREYRE, 2006, p. 104).

Quando as poucas condições higiênicas se configuravam como preocupações nos navios negreiros, tinham como objetivo somente manter a grande massa escrava viva, e ainda, representavam as primeiras formas de humilhação, as quais o negro vivenciavam, antes mesmo de chegarem ao seu novo destino: "Os negros, já quase uns molambos, podres de fome, de sede, de boubas, de pústulas, dançavam à força de chibatadas. Mas recebiam, não há dúvida, o benefício do sol, do ar fresco e do exercício. (FREYRE, 2006, p. 106).

Destacam-se nos anúncios analisados por Freyre (2006. p. 11), as deformações decorrentes do trabalho escravo: "nos dedos, nas mãos, no andar, no corpo inteiro do escravo". Por isso, eram comuns escravos fugidos descritos com sinais de surras, "moleques de engenho sem munheca, a mão comida pela moenda, inúmeros de coroa na cabeça pelo uso de carregar peso". As doenças são reflexos das condições sub-humanas em que viviam: "nas senzalas era onde o negro dormia no chão frio em comum com as galinhas, cães, porcos e outros animais e entre excretos de todos esses animais. (FREYRE, 2006, p. 109).

Na citação abaixo, é também possível reconhecer a relação entre discriminação e aspecto físico: "Vende-se huma escrava por preço tão favorável que será incrível no tempo presente por tal comprá-la; a mesma escrava não tem vício e he quitandeira e só tem contra si huma figura desagradável e he o motivo por que se vende. (Diário de Pernambuco, 23/09/1830, *In* FREYRE, 2006, p. 99). Percebe-se, no Brasil atual, comportamentos ainda muito arcaicos, mas no entanto, muito próximos a este aspecto do anúncio, ou seja, de se descartar um sujeito devido à sua aparência física. Isto acontece no país quando empresas e empregadores rejeitam trabalhadores por seus traços físicos, sendo o negro, o maior alvo dessas tendências de segregação.

**4.1.6 Os castigos:** os castigos aplicados ao negro escravo são um capítulo à parte na história da escravidão. Revelam a criatividade dos senhores em relação às formas de punição e a crueldade com que seres humanos eram subjugados e humilhados.

Muitos desses negros tinham como traço identificador de seus anunciantes "a corrente no pescoço ou de ferro nos pés". "Sinais de queimadura pela barriga, e marcas de castigos pelas nádegas". (FREYRE, 2006, p. 114-115).

Os instrumentos de castigo identificados por Freyre eram "o azorrague, a gargalheira, a pega, o tronco, o vira-mundo, a corda de sedenho, os anjinhos, o colete de couro". Tais objetos de tortura tinham como função impingir aos negros uma série de castigos, que ao serem relembrados hoje, parecem trazer de volta a importância dessas lembranças no sentido de se reconhecer as dimensões da escravidão e as condições de vida sub-humanas dos escravos, além das diferentes formas de expressão da crueldade dos senhores. Segundo Freyre (2006):

> Havia senhores mais exigentes. Não se contentavam com castigos tão suaves. Empregavam contra os negros as navalhas seguidas da salgadeira, o suplícios dos insetos, o das urtigas, o da roda d'água, o de pingos de cera e de lacre às costas em carne viva do escravo, o de queimar o corpo do negro com água fervendo. Havia senhores que mandavam amarrar os punhos do escravo, por meio de cordas, a traves altas; depois, untar o corpo nu de mel ou salmoura, a fim de que os insetos viessem picar e ferretear aquela carne inerme. (FREYRE, 2006, p. 171).

Freyre (2006), ao citar Anselmo da Fonseca, em seus "Estudos sobre a Escravidão, o Clero e o Abolicionismo na Bahia", em 1887, descreve a respeito de uma negra fugida que, ao ser capturada pelo seu senhor, fora presa em um quarto. Não bastava, no entanto, suprimir a liberdade, era também regra imprimir castigos, os mais degradantes e humilhantes. "No dia seguinte, a negra, já com fome, pediu que lhe dessem de comer. O próprio dono desceu então à cafua e à força de martírios obrigou a negra a ingerir as maiores porcarias deste mundo". (FREYRE, 2006, p. 171).

Nabuco (2000), em relação à sorte dos negros, destaca ainda, a casualidade a que estavam sujeitos, tendo em vista a inexistência de leis que norteassem o tratamento a eles dirigido:

> Nas mãos de um bom senhor, o escravo pode ter uma vida feliz, como a do animal bem tratado e predileto; nas mãos de um mau senhor, ou de uma má senhora (a crueldade das mulheres é muitas vezes mais requintada e persistente do que a dos homens) não há como escrever a vida de um desses infelizes. Se houvesse um inquérito no qual todos os escravos pudessem depor livremente, à parte os indiferentes à desgraça alheia, os cínicos e os traficantes, todos os brasileiros haviam de horrorizar-se ao ver o fundo de barbárie que existe no nosso país debaixo da

> camada superficial de civilização, onde quer que essa camada esteja sobreposta à propriedade do homem pelo homem. (NABUCO, 2000, p. 16).

Percebe-se, portanto, a barbárie e o clima de horror presentes nas relações senhor e escravo. É por essa razão que a escravidão é denominada por Nabuco (2000, p. 18) como "a maior vergonha da humanidade".

**4.1.7 A mulher e a exploração sexual:** Freyre (2006, p. 171), destaca que, dentre as inúmeras funções desempenhadas pelos escravos, havia ainda os anúncios que sutilmente se dirigiam aos homens solteiros, oferecendo escravas que poderiam atender a todos os tipos de trabalho doméstico, inclusive, os sexuais.

Discutindo sobre algumas ideologias, no capítulo a seguir, será aprofundado sobre a condição da mulher negra, como alvo do estupro do branco, sendo a mestiça, produto dessa relação de violência, também explorada sexualmente. Por essas razões, a "mulata" é a figura mais associada à sensualidade no Brasil, até os dias atuais, como é destacado no carnaval e na literatura brasileira.

> A representação da mulata 'sensual e erótica' no imaginário coletivo ou popular brasileiro, aludida por Abdias do Nascimento, encontra eco na maioria das obras eruditas da literatura brasileira (...). Por outro lado, os estereótipos da mulata na literatura erudita foram elaboradas a partir dos recursos disponíveis no imaginário e na representação coletiva, muito bem ilustrados pelas músicas carnavalescas. (MUNANGA, 2006, p. 42).

De acordo com o Jornal Agência Brasil, de fevereiro de 2013, o tráfico de mulheres - uma realidade dos tempos atuais - tem como alvo maior a mulher negra.

**4.1.8. Referências ao negro como objeto ou animal reprodutor:** Freyre (2006) afirma, em relação aos anúncios de jornais, que os negros eram vendidos em meio a objetos e a animais. Para não confundir negros e animais em relação ao termo "cabra" - muito utilizado, por exemplo, para denominar negras. "Cabra de bom leite" eram as mulheres negras "com abundante leite aprovado pelos Professores". Freyre (2006, p. 169).

**"**E não raras vezes os anúncios de escravos à venda parecem referir-se a meros animais. Em 1830 vendiam-se no Recife 'três escravos, hum macho e duas femeas, ambas lavadeiras". (p. 128). Ou ainda: "Vende-se huma escrava crioula de 22 anos (...) parida há três meses e própria para criar". (FREYRE, 2006, p. 129).

Outro anúncio de 1850 revela descrição de negros em comparações com animais. Um deles procura pela: "Preta Rosa, 50 anos mais ou menos, baixa, cheia de corpo, nádegas empinadas, cara redonda e lustrosa, feições amacacadas, pés pequenos, andar cambaio e uma ferida no dedo pequeno do pé esquerdo e os dedos grandes roídos de bicho. (FREYRE, 2006, p. 114).

No Brasil, ou no exterior, a mídia tem revelado situações de humilhação dirigidas ao negro, como por exemplo, jogadores de futebol chamados de "macacos" durante as partidas de futebol. Percebe-se, nesses anúncios, que esta comparação é de longa data. A comparação com animais ainda serve, hoje, para reduzir o valor do negro, como argumenta Munanga (2006), ao explicar sobre o termo mulato, que do espanhol significa "mulo", e que tem o objetivo claro de associar o mestiço ao animal.

Vale salientar que a consideração do Estado em relação ao negro, no passado poderia ser distinta, a depender da função que ele – o escravo - pudesse desempenhar na sociedade. Por exemplo, nos períodos de guerra, o escravo era capturado para compor os Exércitos, sobretudo, quando boa parte dos cidadãos comuns desertava, por temerem a morte. Sabe-se, no entanto, que os senhores que liberavam seus escravos para o exército é que recebiam as honras do Estado. Somente o Exército teria concedido liberdade a alguns negros, não como reconhecimento genuíno de suas contribuições, mas por uma estratégia. De acordo com Nabuco (2000, p. 27): "Os títulos de nobreza concedidos aos senhores que forneciam escravos para o Exército mostram o interesse que tinha o Estado em achar soldados entre os escravos".

Para merecer a liberdade, o negro necessitava expor-se à morte quase que certa da guerra, e, se porventura, conseguisse sobreviver, nem assim era considerado como merecedor de uma pátria, como os demais cidadãos. Ainda a respeito desse assunto, Nabuco (2000, p. 27) salienta que: "Essa cooperação dos escravos com o Exército era o enobrecimento legal e social daquela classe. Nenhum povo, a menos que haja perdido o sentimento da própria dignidade, pode intencionalmente rebaixar os que estão encarregados de defendê-lo".

Sabe-se que foram comuns os filhos dos brancos em suas relações com mulheres negras, no período da escravidão. O mestiço resultante dessas relações foi considerado como objeto. "Luís Gama, abolicionista brasileiro, foi vendido como escravo por seu pai branco; sem dúvida, muitos outros exemplos semelhantes podem ser encontrados na história da escravidão dos Estados Unidos". (MUNANGA, 2006, p. 92). A relação de parentesco entre pai e filho, numa sociedade patriarcal como a colonial, perdia o seu peso quando o filho em questão era descendente de um negro. Por isso, estava decretada a sua animalidade e, por isso, poderia ser até mesmo vendido pelo próprio seu genitor. De acordo com Munanga (2006, p.

93), nesses casos, “Os pais tinham uma posição de poder e de influência na sociedade para interferir em benefício dos filhos, embora esses tivessem um status inferior em relação aos filhos brancos”. Ou seja: nos raros casos em que os mestiços poderiam se beneficiar da paternidade branca, sua posição jamais poderia se igualar à do filho branco. No entanto, supõe-se que essa relação pode ter afetado as relações entre negros e pardos. Munanga (2006, p. 93) defende que o fato de “os mulatos receberem um tratamento diferenciado por serem filhos dos senhores brancos e de numerosos deles entrarem na categoria de libertos deve também ter contribuído para o enfraquecimento do sentimento de solidariedade entre eles e os negros”.

Em síntese, todas as condições as quais o negro esteve sujeito no período da escravidão demonstram que existiram práticas ou concepções que ainda persistem. Até bem pouco tempo a mídia vinculava a imagem do negro somente ao trabalhador doméstico, a ele nenhum papel de destaque era reservado. As propagandas de TV que tendem a despertar o desejo por certo *status*, ou aquelas que expõem produtos consumidos pela elite, raramente apresentam um negro como consumidor. Um estudo sobre os 50 anos de telenovela no Brasil e o papel do negro na dramaturgia revelou que:

> Nenhum dos grandes atores negros parece ter escapado do papel de escravo ou serviçal na história da telenovela brasileira, mesmo aqueles que quando chegaram à televisão já tinham um nome solidamente construído no teatro ou no cinema, como Ruth de Souza, Grande Otelo, Milton Gonçalves e Lázaro Ramos. Essa afirmativa pôde ser constatada na pesquisa que fizemos sobre a representação do negro na história da telenovela brasileira, que deu origem ao filme e livro *A negação do Brasil.* (ARAÚJO, 2008, p. 979).

Outra conclusão desse estudo foi de que:

> A telenovela, assim, ao não dar visibilidade à verdadeira composição racial do país, compactua conservadoramente com o uso da mestiçagem como escudo para evitar o reconhecimento da importância da população negra na história e na vida cultural brasileira. Pactua com um imaginário de servidão e de inferioridade do negro na sociedade brasileira, participando assim de um massacre contra aquilo que deveria ser visto como o nosso maior patrimônio cultural diante de um mundo dividido por sectarismos e guerras étnicas e religiosas, o orgulho de nossa multirracialidade. (ARAÚJO, 2008, p. 982).

As concepções e atitudes em relação ao negro, como é possível concluir até aqui, são o produto de séculos de representações e ideologias negativas, que foram se infiltrando no

pensamento dos brasileiros e ganhando significações. Portanto, uma mudança nessa estrutura ideológica requer tempo, como previu Nabuco (2000):

> O nosso caráter, o nosso temperamento, a nossa organização toda, física, intelectual e moral, acha-se terrivelmente afetada pelas influências com que a escravidão passou trezentos anos a permear a sociedade brasileira. A empresa de anular essas tendências é superior, por certo, aos esforços de uma só geração. (NABUCO, 2000, p. 6).

O negro permanece considerado como um objeto quando, ao exercer os mesmos trabalhos de um branco, recebe até metade do salário; quando é visto como força de trabalho não-pensante, quando o corpo da mulher negra ainda é visto como sinônimo de sensualidade e objeto de prazer, dentre outros aspectos.

**4.1.9 Preconceito na linguagem que permeia as falas dos brasileiros – Metáforas Negras**: Freyre (2006, p. 102), refere-se a negras adolescentes, que totalmente nuas, eram expostas para serem vendidas. E imagina a reação de um estrangeiro diante dessa situação, expondo a sua própria visão preconceituosa sobre elas: "Embora pretas na cor, deram-lhe a impressão de que tão discretas, pudicas e delicadas, que nenhum inglês bem formado duvidaria um instante que eram dotadas de natureza e sentimento iguais aos de suas próprias filhas". Percebe-se, aqui, a expressão "embora pretas na cor" (embora = conjunção que indica oposição, ou seja: *apesar de* pretas), utilizada com se houvesse a impossibilidade dessas adolescentes negras causarem o sentimento no estrangeiro acerca de sua humanidade.

Percebe-se que é como se houvesse uma relação direta entre cor da pele e comportamento, emoções e possibilidades de se ser "discreta ou pudica". Nas expressões dirigidas ao negro, são comuns termos ou comparações semelhantes, tais como "é um negro de alma branca", "é negro, mas é bonito", "negro mas é médico", "é negro mas conseguiu passar no vestibular", e outros tantos. Todas essas expressões falam de exceções, como se o fato de ser negro dissociasse o sujeito automaticamente da possibilidade de beleza, de inteligência, de sucesso, e da própria bondade, pois ao se referir ao negro como de "alma branca", afirma-se que, apesar da sujeira de sua pele, ele possui uma bondade branca, limpa.

A linguagem observada nos anúncios, referente ao negro, é carregada de preconceitos. O próprio vocabulário utilizado pelos brasileiros hoje está carregado dessas influências do passado, ou seja, são muitas as palavras, termos e expressões com sentidos pejorativos, quando referentes ao negro.

Nabuco (2000), num período anterior à abolição da escravidão, já havia se sensibilizado em relação ao vocabulário dirigido ao negro, na sua época. E reconheceu que essa era uma prática incompatível com o ideal liberal do país. Tomando por exemplo o termo "moleque", utilizado ao se referir ao negro ainda menino, Nabuco (2000, p. 51) considerou que "o triste vocabulário da escravidão usado em nossa época, e que é a vergonha da nossa língua, há de reduzir de muito no futuro as pretensões liberais da atual sociedade brasileira".

Com relação ao mestiço, Munanga (2006, p. 21) observou, "ao sondar os dicionários e enciclopédias do século XVIII, as dificuldades de encontrar-se um termo geral capaz de recobrir a diversidade dos casos de hibridade". Para uma grande diversidade de definições, existem preconceitos raciais associados. "O termo mulato, do espanhol mulo, tem nitidamente uma conotação mais pejorativa do que o termo mestiço (...) a etimologia é um pretexto cômodo para insistir sobre o aspecto animal do fenômeno". Mais uma vez, percebe-se em relação ao negro e aos seus descendentes, um tratamento tendencioso, que aponta para a insistência em sua animalização.

Cansado de ser parte de associações pejorativas, percebe-se que o negro ou mestiço brasileiro tende a esconder-se detrás de denominações que ocultem a sua origem negra. Para ilustrar essa realidade, uma pesquisa revelou mais de 136 denominações ou variáveis para mestiço no Brasil, tendo em vista a tentativa de embranquecimento, que resultaria num maior *status* ou respeito. "Morena-canelada", "morena-bronzeada", "morena-castanha", "morena-clara", "morena-cor-de-canela", "morena-bem-chegada" são alguns exemplos de como a auto-classificação pode ser confusa, ainda mais ao se considerar o aspecto subjetivo que já a perpassa. (SANTOS, 2005).

Para Munanga (2006, p. 14) a "autodefinição, ou seja, da auto-identificação vai permitir o desencadeamento de um processo de construção de sua identidade ou personalidade coletiva, que serve de plataforma mobilizadora". No entanto, existe a necessidade, segundo este mesmo autor, de uma identificação comum, entre negros e pardos, considerando-se afrodescendentes, tendo uma origem comum, ou seja, negra, o que uniria forças ao invés de segmentar estes grupos, dividindo-os.

**4.1.10. Leis enganosas ou arbitrárias:** o negro escravizado passou por uma série de frustrações no que concerne às leis e às promessas a ele dirigidas. A alforria, por exemplo, o ideal de muitos negros, tinha um preço, e se configurava como uma dívida que ele quase sempre era incapaz de pagar, apesar de todo seu histórico de trabalho árduo, sem quaisquer

pagamentos ou recompensas. É por essa razão que Nabuco (2000) compara a alforria a uma loteria:

> Ainda assim quantos escravos, proporcionalmente à massa total, são libertados e quantos morrem à cada ano? A alforria como doação é uma esperança que todo escravo pode ter, mas que relativamente é a sorte de muito poucos. Nessa loteria quase todos os bilhetes saem brancos; a probabilidade é vaga demais para servir de base sólida a qualquer cálculo de vida e de futuro. A generalidade dos nossos escravos morre no cativeiro; os libertos sempre foram exceções. (NABUCO, 2000, p. 15).

Sobre o tráfico negreiro, combatido internacionalmente desde 1831, sendo aliás, um dos requisitos para que a independência do Brasil fosse reconhecida, este somente teria sido realmente respeitado em 1850, com a lei Euzébio de Queiroz, havendo, então, a sua repressão oficial. (NABUCO, 2000).

A Lei do Ventre Livre, de 1871, que declarava como livres os filhos de escravos nascidos a partir dessa data, foi na verdade, uma manutenção da condição servil, já que aos senhores de escravos cabia a tutela dos libertos até os 21 anos de idade. Como a abolição da escravidão ocorreu em 1888, não houve nenhum beneficiado por esta lei. (NABUCO, 2000).

A Lei do Sexagenário (ou Lei Saraiva-Cotegipe) considerava livre o escravo com mais de 60 anos, cujo dono fosse indenizado. No entanto, foi este outro tipo de lei restrita, uma vez que na realidade prática, os cativos dificilmente chegavam a esta idade. (NABUCO, 2000).

Para este autor a única lei que de fato que trouxe benefícios ao negro no Brasil foi a Lei Áurea, de 13 de maio de 1888, trazendo o seguinte texto: "Artigo 1º - É declarada extinta a escravidão no Brasil; Artigo 2º - Revogam-se as disposições em contrário". Importa salientar dois aspectos dessa lei: 1) que nesta época existiam pouco mais de 700 mil escravos no país; 2) abolida a escravidão não se tinha delineado um destino para este número de libertos a serem integrados socialmente. Em outras palavras, a legislação brasileira em relação ao negro sempre se mostrou falha, incompleta e lacunar.

As leis brasileiras, como é possível perceber, não consideravam seriamente o elemento negro como um sujeito de direitos. A Constituição da época, não garantia nem mesmo os direitos que havia decretado. Em outras palavras, alimentavam a esperança de liberdade do negro, sem, porém, concretizá-la. Nabuco (2000) denuncia essas leis referentes ao negro, que não superaram o nível teórico, apontando-as como mais um aspecto que, ao invés de proteger o negro, serviam para massacrá-lo ainda mais. De acordo com este autor:

> Quando a própria lei (...) não basta para garantir, à metade, pelo menos, dos indivíduos escravizados, a liberdade que decretou para eles; quando um artigo tão

> claro como este: "Todos os escravos que entraram no território ou portos do Brasil, vindos de fora, ficam livres" (1) nunca foi executado (...) de que servem tais apelos à consciência, à lealdade, ao sentimento de justiça da nação, quando metade dos escravos está ilegalmente em cativeiro? (NABUCO, 2000, p. 26).

Ao se analisar algumas leis, atualmente, percebe-se a forma com que também permanecem no nível teórico, muitas vezes. Ao se pensar numa lei que torne obrigatório o ensino da História da África e dos povos africanos no ensino fundamental, pouco ou nenhum resultado pode ser esperado quando professores não são devidamente capacitados para isso. Corre-se até mesmo o risco de uma prática pedagógica que reforce os estigmas e preconceitos, ao invés de combatê-los, como é sabido. (MUNANGA, 2006).

A lei que apresenta o crime de racismo como inafiançável, é a Lei 7.716/1989, conhecida como Lei Caó. Apesar de criada há mais de duas décadas, tal lei encontra pouco eco na prática, pois ela não é capaz de abranger ou de identificar as práticas de racismo mais sutis, que de tão mascaradas, podem causar maiores danos ao negro do que necessariamente uma atitude direta e mais agressiva, já que nesses casos velados é mais difícil cobrar por justiça. (BENTO e BEGHIN, 2005).

A hierarquia existente entre brancos e negros nos tempos da escravidão, não difere muito da condição dessas relações nos dias atuais: os negros são minoria nos cargos de poder, no exército, na política, nas carreiras diplomáticas (vide capítulo sobre as estatísticas). O antigo escravo compõe hoje a grande massa não-pensante que deve alimentar o sistema capitalista vigente. O poder permanece nas mãos de uma elite, da qual, o negro foi excluído. E geralmente, causam muita polêmica quaisquer medidas legais de inclusão, havendo críticas e argumentos ferrenhos e contrários, como será abordado na discussão sobre as cotas raciais.

Foi necessário ser votado como constitucional o sistema de cotas raciais, para que as universidades, com toda a sua autonomia, pudessem adotá-lo de maneira mais uniforme em todo o país. Tal conquista se deu no ano de 2012, ou seja, foi necessário percorrer um longo período de tempo para se reconhecer a necessidade de uma legislação especial para que se imprimissem esforços para que o negro fosse integrado à sociedade dignamente.

Nabuco (2000) aponta um aspecto óbvio, mas que ainda assim era desconsiderado pela sociedade e pelas leis da época da escravidão: o negro, como estrangeiro, é um sujeito livre no país. Portanto, foram criminosamente escravizados. A eles é devida uma reparação, existe, inegavelmente, uma grande dívida.

> Vimos o que foi o tráfico. Pois bem, essa trilogia infernal, cuja primeira cena era a África, a segunda o mar, a terceira o Brasil, é toda a nossa escravidão. Que semelhante base é perante a moral monstruosa; que a nossa lei não podia reduzir

> africanos, isto é, estrangeiros, a escravos; que os filhos desses africanos continuam a sofrer a mesma violência que seus pais, e por isso o título porque são possuídos, o fato do nascimento, não vale mais perante qualquer direito, que não seja a legalização brutal da pirataria, do que o título de propriedade sobre aqueles: são princípios que estão para a consciência humana fora de questão. Mas, mesmo perante a legalidade estrita, ou perante a legalidade abstraindo da competência e da moralidade da lei, a maior parte dos escravos entre nós são homens livres criminosamente escravizados. (NABUCO, 2000, p. 44).

Antes mesmo de ter o negro obtido a abolição da escravidão, Nabuco (2000) já traçava o percurso a ser transcorrido pelos brasileiros, se quisessem de fato uma nação de verdade:

> Poderemos empreender esse programa sério de reformas – das quais as que podem ser votadas por lei, apesar da sua imensa importância, são, todavia, insignificantes ao lado das que devem ser realizada por nós mesmos, por meio de educação, da associação, da imprensa, da imigração espontânea, da religião purificada, de um novo ideal de Estado: reformas que não poderão ser realizadas de um jato, aos aplausos da multidão, na praça pública, mas que terão de ser executadas, para que delas resulte um povo forte, inteligente, patriota e livre, dia por dia e noite por noite, obscuramente, anonimamente, no segredo das nossas vidas, na penumbra da família, sem outro aplauso, nem outra recompensa, senão os da consciência avigorada, moralizada e disciplinada, ao mesmo tempo viril e humana. (NABUCO, 2000, p. 101).

A análise das leis revela que aquelas referentes ao negro sempre tiveram um cunho despótico, arbitrário, tirânico, por vezes, facultativo, a critério ou a vontade do branco a quem tais leis sempre buscavam privilegiar.

**4.1.11 Homicídios e Suicídios**: os negros, no período da escravidão, quando não eram mortos por serem consumidos por doenças graves, maus tratos extremos ou por um sistema de trabalho árduo e desumano, aplicado pelo seu senhor branco, buscavam na morte, espécie de libertação. Havia a banalização em relação às suas vidas pelos senhores, enquanto o suicídio tinha um sentido diferente: o de livrar-se daquela condição sub-humana em que viviam. A respeito dessa banalização pela vida, por parte dos donos de escravos, Freyre (2006) explica como puro interesse por lucros, o que justificava quaisquer atos, por mais terríveis que fossem: “O mal-de-luanda era considerado contagioso. Quando se descobria que um certo número de pretos estava com os sintomas da doença, a prática mais geralmente seguida era a de deitá-los ao mar, ainda vivos, para que não contagiasse os bons”. (FREYRE, 2006, p. 106).

> É sabido - dizia Eusébio de Queiroz em 1852 na Câmara dos Deputados - que a maior parte desses infelizes (os escravos importados) são ceifados logo nos primeiros anos, pelo estado desgraçado a que os reduzem os maus tratos da viagem, pela mudança de clima, de alimentos e todos os hábitos que constituem a vida. (NABUCO, 2000, p. 52).

Sobre a mortandade do negro escravo, de acordo com Freyre (2006), buscava-se reaver o investimento feito dentro de pouco tempo, através de exploração intensa do negro, e, por isso, esta mortandade não chegava a representar prejuízos. Fazendeiros e empreendedores tinham por prática, desfrutar o negro pelo período de um ano, "tempo além do qual poucos poderiam sobreviver, mas que não obstante fazia-os trabalhar por tal modo que chegava não só para recuperar o capital que neles havia empregado porém ainda a tirar lucro considerável". (FREYRE, 2006, p. 109). Percebe-se, nessa passagem, que o negro era considerado uma espécie de máquina, já adquirida para ter uma vida útil pequena, porém, lucrativa.

Muitos negros tentavam suicídio comendo terra. "Os anúncios uma vez por outra nos referem casos de negros fugidos de máscara ou mordaça de flandres na boca. Eram, quase sempre, comedores de terra. Havia negros que se suicidavam comendo terra. Do banzo ao suicídio". (FREYRE, 2006, p. 120). O vocábulo banzo é sinônimo de nostalgia, saudades, sentimento de falta que o negro sentia de sua terra natal ao chegar ao Brasil.

Nabuco (2000) defende esse desejo do negro pela morte, tendo em vista que sua vida, do nascimento ao túmulo, era carregada de sofrimento e privações:

> A vida, do berço ao túmulo, literalmente, debaixo do chicote é uma constante provocação dirigida ao animal humano, e à qual cada um de nós preferiria, mil vezes, a morte. Quem pode, assim, condenar o suicídio do escravo como covardia ou deserção? O abolicionismo, exatamente porque a criminalidade entre os escravos resulta da perpetuidade da sua condição, concorre para diminuí-la, dando uma esperança à vítima. (NABUCO, 2000, p. 13).

Outro fator que justifica a opção pelo suicídio – uma forma de resistência como afirmado neste estudo – é a falta de perspectiva de vida do negro, a sua condição de servilismo sem quaisquer reconhecimentos ou benefícios. Não há em relação ao negro qualquer consideração como ser humano, detentor de sentimentos, anseios, expectativas, pensamentos.

> Ninguém compete em sofrimento com esse órfão do destino, esse enjeitado da humanidade, que antes de nascer estremece sob o chicote vibrado nas costas da mãe, que não tem senão os restos do leite que esta, ocupada em amamentar outras crianças, pode salvar para o seu próprio filho, que cresce no meio da abjeção da sua classe, corrompido, desmoralizado, embrutecido pela vida da senzala, que aprende a não levantar os olhos para o senhor, a não reclamar a mínima parte do seu próprio trabalho, impedido de ter uma afeição, uma preferência, um sentimento que possa manifestar sem receio, condenado a não possuir a si mesmo inteiramente uma hora só na vida e que por fim morre sem um agradecimento daqueles para quem trabalhou

> tanto, deixando no mesmo cativeiro, na mesma condição, cuja eterna agonia ele conhece, a mulher, os filhos, os amigos, se os teve! (NABUCO, 2000, p. 17).

Aos homicídios do passado pode-se verificar na atualidade o grande genocídio do qual o negro permanece vitimado, pelos mais variados aspectos, a saber: pelas condições sub-humanas de vida que enfrenta, por ser alvo de trabalho escravo, pela falta de esperança e perspectivas no futuro, pela vida miserável que muitas vezes leva. As estatísticas a seguir, esclarecem melhor estes apontamentos.

Conclui-se que os aspectos ora considerados, tais como as formas de tratamento dirigidas ao negro, a visão pautada em sua condição servil no período da escravidão, os castigos recebidos, as relações de hierarquia entre escravo/ senhor e branco/ negro, a exploração sexual em relação à negra e à mulher parda, as profissões desempenhadas e socialmente desvalorizadas, os abusos do tráfico de crianças, adolescentes, as metáforas referentes ao negro, assim como a banalização de suas vidas, dentre outros, revelam formas de relacionamentos do passado entre brancos e negros que apresentam, em grande parte e nos dias atuais, a mesma base conceitual, a partir do binômio de superioridade/inferioridade étnico-raciais. Portanto, embora de forma menos física, o preconceito, a discriminação e o racismo seguem como ramificações desse passado, tendo uma mesma base comum.

No capítulo a seguir, busca-se argumentar sobre o poder de diferentes ideologias que, embora aparentemente mais sutis ou menos negativas, exercem, em relação ao negro, o poder de manutenção de sua condição de desvantagem, e agem até mesmo como forma de impedimento à sua posição como parte digna e constituinte da sociedade democrática brasileira. Isso porque ao exercer seus poderes sobre os conceitos e ideias que se tem sobre o negro, as ideologias acabam por delinear os comportamentos e os julgamentos que a ele se direcionam, sendo igualmente danosas sob o aspecto inclusivo. É, porém, papel da ideologia a manutenção do poder nas mãos de uma elite. (CHAUI, 2003).

## 4.2 IDEOLOGIAS E SEUS IMPACTOS SOBRE A CONDIÇÃO DO NEGRO NO BRASIL

Este capítulo tem por finalidade realizar um levantamento acerca das ideologias e seus impactos sobre a condição de desvantagem do negro no Brasil. Para tanto, parte de um levantamento teórico, pautado no autor Munanga (2006) acerca das ideologias existentes sobre o negro e discute os seus reflexos por meio de comportamentos ou concepções.

As ideologias, em suas considerações ou referências ao negro, contribuem para uma visão estereotipada, limitada, padronizada, e até mesmo aversiva dos indivíduos em relação aos afro-descendentes, por suas tendências em negar qualidades e atribuir defeitos a essa etnia, como uma regra. É ainda mais preocupante quando tais representações estão presentes em mídias ou fontes de acesso a um grande número de pessoas, se constituindo como veículos de reprodução ideológica, difundindo ainda mais tais representações. Exemplo disso são os livros didáticos e o cinema, e a forma como o negro é representado:

> Ao analisar a imagem e representação do negro em espaços como o livro didático e o cinema, podemos concluir que tanto um como o outro funcionam como veiculo de 'reprodução' - tomando de empréstimo uma expressão bourdierniana - de um pensamento dominante que considera as diferenças étnicas e culturais existentes entre negros e brancos uma relação de inferioridade-superioridade. (LEITE, 2010, p. 7).

O autor selecionado para pautar este capítulo é basicamente Munanga (2006), devido às importantes pesquisas desenvolvidas por este autor no que concerne aos temas referentes ao negro, além de sua luta pessoal contrária às falsas concepções existentes sobre o negro no Brasil. Contribui para a escolha desse autor, a sua visão abrangente sobre os problemas relacionados ao negro brasileiro, o que o conduz a estudos contextuais, verdadeiras viagens ao passado remoto para explicar o presente. É este autor quem desvela uma série de teorias e ideologias referentes ao negro e que possuem este caráter de mantê-lo alheio, segregado e inferiorizado, como se assim tivesse de ser.

Neste estudo, a ideologia será concebida de acordo com o que afirma Chauí (2003), a respeito do assunto:

> A ideologia é um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações (idéias e valores) e de normas ou regras (de conduta) que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que devem pensar e como devem pensar, o que devem valorizar e como devem valorizar, o que devem sentir e como devem sentir, o que devem fazer e como devem fazer. Ela é, portanto, um corpo explicativo (representações) e prático (normas, regras, preceitos) de caráter prescritivo, normativo, regulador, cuja função é dar aos membros de uma sociedade dividida em classes uma explicação racional para as diferenças sociais, políticas e culturais, sem jamais atribuir tais diferenças à divisão da sociedade em classes, a partir das divisões na esfera da produção. Pelo contrário, a função da ideologia é a de apagar as diferenças como de classes e de fornecer aos membros da sociedade o sentimento da identidade social, encontrando certos referenciais identificadores de todos e para todos, como, por exemplo, a Humanidade, a Liberdade, a Igualdade, a Nação, ou o Estado. (CHAUÍ, 2003, p. 34).

Segundo Chauí (2003, p. 33), "a ideologia é um instrumento da dominação de classe", ou seja, ela é um recurso utilizado pelos dominantes para exercer a dominação sem que os dominados a percebam.

Outro conceito de Chauí (2003), concernente com as presentes discussões, é de ideologia como "resultado da luta de classes e que tem por função esconder a existência dessa luta". Logo, "o poder ou a eficácia da ideologia aumenta quanto maior for sua capacidade para ocultar a origem da divisão social em classes e a luta de classes". (CHAUÍ, 2003, p. 34).

Trazendo tais conceitos para a temática do negro no Brasil, percebe-se que há grande número de ideologias que, como defende Chauí (2003), são formas de dominação, ao perpetuar valores, crenças, ideias e comportamentos que justifiquem posição de domínio de uma classe em detrimento da outra. O mais intrigante é que, embora possa parecer que a ideologia não ultrapasse o campo das ideias, pode ser considerada como praxis social, ou seja, transcende o aspecto meramente teórico para revelar-se em práticas sociais, atitudes, ações. "A ideologia é uma das formas da praxis social: aquela que, partindo da experiência imediata dos dados da vida social, constrói abstratamente um sistema de idéias ou representações sobre a realidade". (CHAUÍ, 2003, p. 35). Logo, este sistema de ideias referentes ao negro criou, ao longo de sua história no Brasil, um arcabouço teórico repleto de "verdades" que o inferiorizam e que foram tendo por base, autores, teorias e personalidades "confiáveis", ou no mínimo, socialmente "respeitáveis", o que validou ainda mais tais "verdades".

Ao se observar as ideologias, com suas correspondentes representações sociais referentes ao negro, percebe-se que são numerosas, e, via de regra, são também negativas. A seguir, serão discutidas aquelas que representam maior impacto sobre o inconsciente coletivo.

### 4.2.6 Ideologia da Passividade do Negro *Versus* Resistência Negra

Existe uma falsa concepção que diz respeito à passividade do negro, destacada por Munanga e Gomes (2006, p. 67): "No imaginário construído em nossa sociedade, prevalece a figura passiva do negro escravizado, o que interfere na visão sobre homens e mulheres de hoje". Tal visão repercute na percepção de que o negro tem de seus ancestrais. É inegável o fato de que o sentimento de valorização e da própria autoestima em grande relação seriam diferentes e mais significativos, ao se considerar o passado escravo de seus antepassados, reconhecendo neles, a força, a luta, a resistência.

"Além de influenciar em nossas vidas, das mais variadas formas, essa visão também tem efeitos na construção da autoestima e da identidade tanto das pessoas negras como das brancas". (Munanga e Gomes, 2006, p. 67). Tais autores salientam que a crença na passividade do negro é um "equívoco histórico", com sérias consequências no que diz respeito à autoestima e identidade dessa etnia, e tal equívoco é constantemente reforçado por fatores já arraigados em nossa cultura, tais como "as piadas racistas, associação do negro com criminalidade, pobreza, sujeira, entre outros". (MUNANGA e GOMES, 2006, p. 68).

É a existência do racismo a responsável pela disseminação dessa visão estereotipada e racista, revelando que, o que existe de fato, "é o desconhecimento acerca dos processos de luta dos africanos e de seus descendentes escravizados durante o regime escravista". (MUNANGA e GOMES, 2006, p. 68). O desconhecimento da história do negro no país, neste caso, serve como mola-mestra para a manutenção de um pensamento arraigado e que prejudica o processo de busca de emancipação do negro, assim como impede o reconhecimento de sua identidade, de maneira mais objetiva.

Aspectos importantes que deveriam ser explorados nas escolas e que quase sempre são omitidos, desconhecidos ou ignorados pelos brasileiros. Existe a necessidade de se destacar que o negro produziu "um enorme legado cultural para toda a humanidade". (MUNANGA e GOMES, 2006, p. 27).

Ao invés da passividade atribuída ao negro, percebe-se que o histórico de vida dele no período escravista demonstra um intenso processo de lutas e de resistências, que se revelaram nas mais diferentes formas: "insubmissão às regras do trabalho nas roças ou plantações, revoltas, fugas, abandono das fazendas pelos escravos, assassinatos de senhores e de suas famílias, abortos, quilombos, organizações religiosas etc". (MUNANGA e GOMES, 2006, p.68).

Séculos mais tarde o negro ainda vive os reflexos desse tipo de tratamento: fazendo um paralelo com os tempos atuais, o negro brasileiro de hoje encontra-se nas favelas, nos

presídios, sem saúde, comida ou trabalho decente. Ocupam os cargos menos valorizados e são excluídos das oportunidades sociais existentes. (Vide capítulo sobre estatísticas).

Importante que as formas sistemáticas de ensino destaquem, em relação ao negro, que até mesmo o quilombo, uma das maiores provas de resistência negra durante a escravidão, foi um tipo de "instituição sociopolítica militar conhecida na África Central", e que "(...) os membros dessa associação eram submetidos a rituais de iniciação que os integravam como co-guerreiros num regimento de super-homens invulneráveis às armas inimigas". (MUNANGA e GOMES, 2006, p. 70). Logo, como defendem estes autores, o conhecimento dos fatos históricos relativos ao negro, se disseminado de maneira mais fiel, serviria para a construção de uma visão diferente do branco em relação a este povo, e, sobretudo, para a construção de uma autoestima por parte do próprio negro.

### 4.2.7 Escravidão benéfica no país e ausência de racismo

Este estudo já abordou acerca da escravidão benéfica que teria ocorrido no Brasil, como um equívoco, apresentando argumentos do próprio Freyre (2006), autor que disseminou tal ideia no país, ao analisar os anúncios de jornais e reconhecer as barbaridades das quais o negro foi alvo.

No que diz respeito ao racismo no Brasil, diversas pesquisas apontam para o fato de que o brasileiro não se considera racista, porém, ou ele já presenciou alguma cena de racismo ou possui algum amigo que considera como tal. Uma pesquisa realizada no ano de 1988, em São Paulo, obteve os seguintes dados: 97% dos sujeitos entrevistados afirmaram não serem preconceituosos. Porém, 98% deles conheciam pessoas que eram preconceituosas. Quanto ao vínculo entre o entrevistado e o preconceituoso que ele conhecia, foram destacados amigos, namorados, parentes próximos. A autora desse estudo concluiu que "Todo brasileiro parece se sentir como numa ilha de democracia racial, cercado de racistas por todos os lados". (SCHWARCZ, 1996, p. 155).

Quanto ao preconceito em relação ao negro e ao mestiço, um estudo realizado no Brasil pelo professor Octavio Ianni, "interessado em mensurar as relações matrimoniais entre brancos e negros, brancos e mestiços ao nível da opinião pública" revelou que "a rejeição ao negro e ao mestiço cresce à medida em que as manifestações dos casamento se aproxima do mundo social do próprio entrevistado". (IANNI *apud* MUNANGA, 2006, p. 100). Por isso, diante da pergunta: "Você aprovaria o casamento do seu amigo, irmão, irmã ou de você mesmo com um negro ou mulato?".

O pesquisador concluiu que o branco elimina negros e mulatos de seu círculo de convivência, e mais, rejeitam-nos na constituição de sua família. Tal pesquisa foi realizada na década de 70. Quanto mais próximo fosse a relação do entrevistado com o negro ou o pardo maior o grau de rejeição.

### 4.2.8 Ideologia da Democracia Racial no Brasil

Munanga (2006), tendo como fundamento a defesa do multiculturalismo ou pluriculturalismo, apresenta uma análise dos fundamentos da identidade nacional brasileira, defendendo ainda que as aparentes minorias são, na verdade, maiorias silenciadas, incapazes de construir identidades políticas realmente transformadoras em decorrência de ideologias que permearam a história do Brasil, em diferentes épocas, porém obtendo um impacto comum: a crença de que no país existe uma democracia racial.

Partindo desse pressuposto, negros e mestiços não se entendem como partes de uma mesma identidade, e o que ocorre entre eles é o distanciamento, diluindo-se as possibilidades de união de forças em prol de uma identidade mais significativa. (MUNANGA, 2006).

No que diz respeito às falsas concepções relativas ao negro no país, elas têm relação com a crença de que no Brasil o racismo inexiste, e que a escravidão aqui teria sido mais "branda de exploração" que em outros países. Por outro lado, o mito da democracia racial funciona exatamente como a ideologia que tem como objetivo a dominação. Por isso, encobre os conflitos e mantém os interesses de uma elite:

> O mito da democracia racial, baseado na dupla mestiçagem biológica e cultural entre as três raças originárias, tem uma penetração muito profunda na sociedade brasileira: exalta a ideia de convivência harmoniosa entre os indivíduos de todas as camadas sociais e grupos étnicos, permitindo às elites dominantes dissimular as desigualdades e impedindo os membros das comunidades não-brancas de terem consciência dos sutis mecanismos de exclusão da qual são vítimas na sociedade. Ou seja: encobre os conflitos raciais, possibilitando a todos se reconhecerem como brasileiros e afastando das comunidades subalternas a tomada de consciência de suas características culturais que teriam contribuído para a construção e expressão de uma identidade própria. Essas características são "expropriadas", "dominadas" e "convertidas" em símbolos nacionais pelas elites dirigentes. (MUNANGA, 2006, p. 89).

De acordo com Munanga e Gomes (2006), o negro apresenta especificidades em sua história, que devem ser aprofundadas, devido à sua grande contribuição para a construção deste país e, ainda, pelas desigualdades sociais que ainda vive na sociedade brasileira.

### 4.2.9 A Ideologia da Mestiçagem e a Ideologia do Branqueamento

Associada às representações sociais referentes ao negro no Brasil, está a ideologia da mestiçagem, apresentada como uma séria concepção coletivamente herdada, que desarticula os grupos afro-descendentes no país, impedindo a sua identificação, e, como conseqüência, impedindo também os movimentos em prol de seus direitos.

A sociedade brasileira, que se pretendia branca, elitista, cristã e europeizada, tinha um problema a resolver no período pós-abolição: eliminar o negro, considerado como um problema para a constituição de uma nação. Viu-se, então, no mestiço (mulato), uma oportunidade de branqueamento da população, como um ideal para um futuro próximo, a partir da eliminação do negro.

> O papel do mestiço na sociedade, e o fato de aceitar o branqueamento, o que é uma maneira de dizer que o mulato tem um lugar especial na sociedade, tem como consequência a redução do descontentamento entre as raças. Assim, no Brasil, o negro pode esperar que seus filhos sejam capazes de furar as barreiras que o mantiveram para trás, caso eles se casem com gente mais clara. (...) Tal possibilidade atua como válvula de segurança sobre o descontentamento e frustração entre os negros e mulatos, razão pela qual, disse Degler, os negros no Brasil não foram levados a formar organizações de protestos, como nos Estados Unidos. (MUNANGA, 2006, p. 93).

Neste caso, tem-se o exemplo de como uma ideologia, refletida através das representações sociais de uma nação, refletindo-se em seus comportamentos e concepções, serviu para impedir um maior envolvimento do negro com a própria causa, ou seja: a luta por igualdade racial no país.

Sobre o branqueamento, Munanga (2006) defende que se trata de:

> Um ideal perseguido individualmente pelos negros e seus descendentes mestiços para escapar aos efeitos da discriminação racial, o que teve como consequência a falta de unidade, de solidariedade e de tomada de uma consciência coletiva, enquanto segmentos politicamente excluídos da participação política e da distribuição equitativa do produto social. (MUNANGA, 2006, p. 110).

Munanga (2006, p. 13) aponta como um dos empecilhos à união de forças dos negros no Brasil, sobretudo, no que diz respeito aos seus movimentos, "a inércia e as forças das ideologias e das tradições, passadas e presentes". O que, segundo ele, "exige a construção de novas ideologias, capazes de atingir as bases populares e convencê-las de que, sem adesão às novas propostas, serão, sempre vítimas fácies da classe dominante e de suas ideologias". (MUNANGA, 2006, p. 13).

Existem os movimentos negros no Brasil que:

> (...) tentam construir uma identidade a partir das peculiaridades do seu grupo: seu passado histórico como herdeiros dos escravizados africanos, sua situação como membros de grupo estigmatizado, racializado e excluído das posições de comando na sociedade cuja construção contou com seu trabalho gratuito, como membros de grupo étnico-racial que teve sua humanidade negada e a cultura inferiorizada. Essa identidade passa por sua cor, ou seja, pela recuperação de sua negritude, física e culturalmente. (MUNGANGA, 2006, p. 14).

Para Munanga (2006, p. 16), no Brasil:

> A noção de mestiçagem parece mais ligada à percepção do senso-comum do que ao substrato genético. Essa percepção é a de uma distância que pode ser biológica, mas que pode também corresponder a uma distância cultural biologizada. Por isso, é possível afirmar, de modo geral, que o antropólogo estudioso da mestiçagem, parte, sem se dar conta, de afirmações não apoiadas em fatos biológicos, mas sim na interpretação sociológica desses fatos. (MUNANGA, 2006, p. 19).

Em outras palavras, não existe no país uma classificação do sujeito por raça, mas uma combinação de raça e classe social, sendo que aspectos variados contribuem nesta classificação, ou seja: na medida em que alcança maior *status* social, o sujeito negro ou mestiço tende a embranquecer.

> Para os Estados Unidos o grupo mestiço não é individualizado como tal, nem na mentalidade coletiva, nem na prática social, nem nos textos legais. Os recenseamentos demográficos oficiais contabilizam somente brancos e negros, o que mostra que as categorias 'branco' e 'negro' não são apenas biológicas, mas também sociopolíticas. A sociedade dominante utiliza a regra da hipodescendência, isto é, a filiação ao grupo inferiorizado e não ao superiorizado. Basta ser um pouco negro para sê-lo totalmente, mas para ser branco é necessário sê-lo totalmente. Esse esquema obedece a um determinismo sociopolítico e não biológico. A percepção das variações dos fenótipos ou da aparência física é fechada numa categoria dicotômica bastante rígida, que reflete bem a distância social entre os dois grupos. (MUNANGA, 2006, p. 20).

A ideologia do branqueamento trouxe sérias conseqüências aos negros e pardos no Brasil, tendo em vista que muitos deles adotaram valores sociais e morais do branco, assimilaram preconceitos, e por isso, mesmo como negros, reproduzem preconceitos em relação às suas raízes negras. Por essa razão, negros negavam sua herança africana, ou se isolavam do convívio social com seus pares, almejando o branqueamento social e a conseqüente reconhecimento como brasileiro. Abdicar a ancestralidade africana foi um dos recursos utilizados pelos negros e pardos tendo em vista o sentimento de pertencimento a uma nação que diminuía a etnia negra. Nesse contexto, o racismo no Brasil é ainda mais atroz, tendo em vista que de forma ideológica, a própria vítima reproduz o discurso que o segrega ou o vitima, ainda interiorizando os conceitos, disseminando-os dentro de sua própria

comunidade. (MUNANGA, 2006). Diante do exposto, tem-se a beleza branca como padrão, e os traços africanos condicionados à fealdade. Por essa razão, há tendências de negação dos próprios traços, tais como alisamento dos cabelos pelas mulheres negras, e o consumo de produtos que prometiam clarear a pele, surgindo disso, até mesmo mitos, tais como o de beber leite para clarear.

Muitos negros optaram pelo casamento com pessoas de pele mais clara para o branqueamento biológico, uma vez que era um desejo explícito que as raízes afro-negras fossem apagadas. Os filhos que nasciam mais claros eram recebidos com alegria e simbolizavam uma espécie de vitória, enquanto um filho de pele escura é considerado como uma derrota. Ter um filho claro significava menos chances de sofrer e maiores oportunidades de vencer na vida.

> O branqueamento é uma das modalidades do racismo à brasileira. No pós-abolição este fenômeno era retratado como um processo irreversível no país. Pelas estimativas mais "confiáveis", o tempo necessário para a extinção do negro em terra brasilis oscilava entre 50 a 200 anos. Essas previsões eram difundidas, inclusive, nos documentos oficiais do governo, como, por exemplo, no censo de 1920. (DOMINGUES, 2002, p. 578).

A mestiçagem é definida por Munanga como:

> A generalidade de todos os casos de cruzamentos ou miscigenação entre populações biologicamente diferentes, colocando o enfoque principal de nossas análises não sobre o fenômeno biológico enquanto tal, mas sim sobre os fatos sociais, psicológicos, econômicos e político-ideológicos decorrentes desse fenômeno biológico inerente à história evolutiva da humanidade. (MUNANGA, 2006, p. 22).

Munanga (2006, p. 11) explica que, para Abdias do Nascimento "o branqueamento da raça negra é uma estratégia de genocídio. Esse branqueamento começou pelo estupro da mulher negra e originou os produtos de sangue misto: o mulato, o pardo, o moreno, o pardavesco, o homem de cor..."

Um levantamento realizado por Munanga (2006) apresenta uma síntese do pensamento de alguns autores iluministas acerca do negro, e, sobretudo, da mestiçagem, e tais posicionamentos por sua vez, revelam influências antigas em relação às representações sociais atuais sobre essa etnia. Alguns desses pensamentos foram transcritos abaixo, e, posteriormente, são feitos alguns apontamentos acerca do impacto dessas teorias sobre o inconsciente coletivo.

**Buffon:** As raças humanas são, então, 'degenerações' e 'alterações' provocadas por causas ligadas ao meio e ao clima, a partir da raça branca que constitui o protótipo da espécie. (Munanga, 2006, p. 27). Para Buffon, a mestiçagem é o meio mais rápido para reconduzir a espécie a seus traços originais e reintegrar a natureza do homem: bastariam, por exemplo, quatro gerações de cruzamentos sucessivos com o branco para que o mulato perdesse os traços degenerados do negro (Munanga, 2006, p. 28).

**Impacto sobre pensamentos e concepções:** de acordo com este pensamento, o negro ou mestiço deve ser considerado como uma degeneração, porém, tendo a raça branca como origem. Portanto, ele deveria perseguir o objetivo de voltar às suas origens brancas, através do branqueamento, e perdendo, aos poucos, os traços negros considerados degenerados.

**Voltaire:** acredita na fixidez da espécie e considera a mestiçagem uma anomalia lamentável e acidental.

**Impacto sobre pensamentos e concepções:** de acordo com este pensamento, o mestiço deve considerar-se como um acidente da natureza ou anomalia.

**Julien Offray:** na metade do século XVIII não era o único a defender a ideia de que os diferentes povos do universo provêm do cruzamento do homem branco com outros animais.

**Impacto sobre pensamentos e concepções:** mais uma vez, é clara a relação entre mestiço e animal.

**Maupertius:** supunha que o primeiro negro nasceu de um casal de brancos cujas partes seminais continham acidentalmente o princípio negro. Acreditava na criação de monstros pelo cruzamento de espécies diferentes.

**Impacto sobre pensamentos e concepções:** mais uma vez o mestiço é considerado como um acidente. Poderia ser ainda, um monstro, já que era o resultado de um cruzamento entre espécies diferentes.

**Kant**: para este filósofo, "longe de ser um meio para melhorar a espécie humana, a mestiçagem parece destinada a estragá-la: "os produtos bastardos" – escreve Kant, num fragmento inédito de 1790 – degradaram a boa raça sem melhorar proporcionalmente a raça ruim". (MUNANGA, 2006, p. 29).

**Impacto sobre pensamentos e concepções:** o mestiço, de acordo com esta concepção, poderia conceber-se como um bastardo, como um elemento que, além de estragar a espécie humana, não contribuía para melhorar aquela que era considerada ruim, ou seja, parte de sua origem.

**Edward Long:**

> Proprietário de escravos na Jamaica, defendeu também a tese de que brancos e negros não tinham a mesma origem e que constituíam espécies diferentes do mesmo gênero. Segundo ele, os mulatos oferecem a prova de que os brancos e os negros são duas espécies distintas, pois ao cruzar os mulatos, estes não eram capazes de reproduzir sua espécie, prova de que pertencem ao gênero das mulas. Quando os fatos pareciam desmenti-lo, pois existiam casais de mulatos com filhos, Long assegurava que o verdadeiro pai podia ser um branco ou negro. (MUNANGA, 2006, p. 30).

**Impacto sobre pensamentos e concepções:** de acordo com este pensamento, o mestiço poderia considerar-se como de uma origem diferente ao do branco, pertencente ao gênero das mulas pela incapacidade (contraditória) de reprodução.

Embora haja posicionamentos grotescos em relação ao negro e à mestiçagem, poder-se-ia atribuir tal fato ao período em que viveram esses autores. No entanto, Munanga (2006, p. 29) faz uma ressalva: pela falta de maiores conhecimentos acerca da hereditariedade, tais "verdades" se perpetuaram por um longo período. "Eis, grosso modo, o panorama das posições tomadas pelos estudiosos do século das luzes em relação à mestiçagem. Por falta de qualquer conhecimento preciso sobre as leis da hereditariedade, o saber ocidental não conquistou progresso até a segunda metade do século XIX". Sucintamente, sem quaisquer bases científicas, questões referentes à mestiçagem no Brasil foram amplamente divulgadas, realizando suas prováveis influências negativas sobre o pensamento coletivo.

Importante salientar que o Iluminismo, também denominado como Esclarecimento, foi um movimento cultural europeu, da elite do século XVIII, que tinha o própósito de reformar a sociedade através do poder da razão e superar o pensamento do período medieval, posicionando-se contrário à Igreja e ao Estado a partir deste propósito. Um outro reforço para que as representações sociais resultantes dos autores supracitados se mostrassem ainda mais fortes, diz respeito ao inegável fato de que os iluministas são considerados sujeitos que tentavam superar o misticismo. Mais uma razão para se crer que seus pareceres acerca do mestiço eram válidos, e ainda, respeitáveis. No período do Iluminismo, acreditava-se que, se todos fizessem parte de uma sociedade justa, com direitos iguais a todos, a felicidade comum seria alcançada. Por esta razão, eles eram contra as imposições de caráter religioso, contra as práticas mercantilistas, contrários ao absolutismo do rei, além dos privilégios dados a nobreza e ao clero. (FONTES, 1981). Porém, pelo que se depreende do que era afirmado sobre o negro neste período, fica evidente que ele não fazia parte do projeto de igualdade almejado. É também de se esperar que os iluministas estavam pautados em fundamentos racionais ao se referirem ao negro. Daí procura-se indagar o tipo de representações sociais decorrentes de tais teóricos.

Outros autores são também apontados por Munanga (2006), como detentores de saberes relativos à mestiçagem, tais como:

**Daniel Leseallier:**

> Um dos que propuseram a abolição gradual da escravidão, recomendava a extinção do comércio de mulheres negras, visto que os mulatos constituíam uma raça bastarda e viciosa, juntando aos vícios de sua origem negra a insolência e a preguiça provocadas pelo orgulho de sua origem branca. Alguns levaram ao extremo este ponto de vista: se o negro resulta de um sangue puro, enquanto o mulato tem sangue misturado, é evidente também que o negro está acima do mulato como o ouro puro está acima do ouro misturado. (MUNANGA, 2006, p. 30).

**Impacto sobre pensamentos e concepções:** sob o ponto de vista deste pensador, o mestiço deveria envolver-se somente com mulheres brancas, para eliminar a própria raça ou mistura, considerar-se raça viciosa e bastarda, insolente, preguiçoso e inferior ao negro, por não ter sangue puro.

Para **Marquis de Chastellux** o caminho para acabar com a escravidão seria desembaraçar-se dos negros através de casamentos mistos sucessivos até que a cor fosse totalmente limpa. (MUNANGA, 2006, p. 30).

**Impacto sobre pensamentos e concepções:** mais uma vez, fica evidente aqui a necessidade de reprodução com a raça branca. Se o objetivo era o de limpar a cor, subentende-se que o mulato ou negro eram sujos.

**De Pauw** escreve o seguinte sobre Garcilaso de la Veja, importante historiador peruano: "ele foi apenas um mestiço, nascido em Cusco de um pai espanhol e de uma mãe peruana (...) ele nunca teria escrito se não tivesse um pai europeu". (MUNANGA, 2006, p. 31).

**Impacto sobre pensamentos e concepções:** o produto desse pensamento pode ser sintetizado da seguinte maneira: se o negro ou mestiço não tiverem um ascendente branco e europeu, ele não é capaz de ser original, de produzir algo à altura do poder de valoração do branco.

> Ao abordar a questão da mestiçagem no final o século XIX, os pensadores brasileiros se alimentaram, sem dúvida, do referencial teórico desenhado pelos cientistas ocidentais, isto é, europeus e americanos de sua época e da época anterior. A discussão travada por alguns iluministas a respeito do caráter ambivalente da mestiçagem, seja para explicar e confirmar a unidade da espécie humana (Buffon e Diderot), seja para negá-la (Voltaire); a ideia da mestiçagem tida ora como um meio para estragar e degradar a boa raça, ora como um meio para reconduzir a espécie a seus traços originais; as ideias sobre a degenerescência da mestiçagem etc., todo o arcabouço pseudocientífico engendrado pela especulação cerebral ocidental

> repercute com todas as suas contradições no pensamento racial da elite intelectual brasileira. (MUNANGA, 2006, p. 53).

Como é comum nos países colonizados, a elite brasileira foi beber das fontes teóricas e 'científicas' europeias, consideradas como desenvolvidas. Era necessária a construção de uma nacionalidade e a diversidade racial imprimia-se como um problema sério a ser superado. (MUNANGA, 2006).

Em síntese, "Teoricamente, a mácula servil é afetada por um coeficiente de inferioridade, sendo a cor tomada apenas como signo". (MUNANGA, 2006, p. 35). Tal afirmativa não parece ter eco nos tempos atuais? E aqui pesa o fato de o negro ou mestiço, em nenhum momento, poder participar dessas referências a sua cor e condição, na produção de conceitos e teorias acerca de si mesmos, o que mais uma vez reforça o seu *status* de meros objetos ou animais irracionais. Ele recebe passivamente todas essas concepções e vive "na pele" os comportamentos delas resultantes.

Há, no entanto, certa mudança em relação às considerações referentes ao mestiço no século XVIII. Porém, há que se considerar interesses sutis sob este novo olhar, fazendo do mestiço, mais uma vez, um objeto da ideologia, com mais ou menos valor a depender dos interesses da elite. De acordo com Munanga (2006, p. 30):

> O discurso dos filósofos do século XVIII, os interesses humanitários se misturam e se confundem com os cálculos políticos e econômicos. O elogio da mestiçagem, os direitos cada vez mais reconhecidos aos mestiços são devidos a essa posição intermediária entre brancos e escravizados negros, mas isso não elimina os equívocos. Se o mestiço é reconhecido como homem completo, é essencialmente porque ele tem o 'precioso' sangue branco e porque pode ser utilizado para fins políticos. (MUNANGA, 2006, p. 30).

Munanga (2006, p. 33) defende que as leis que proibiam casamentos mistos visavam impedir confusões em relação ao status dos homens livres e o dos escravos. As relações entre mestres e escravos deveriam ser mantidas intactas. São exemplos de preconceitos decorrentes dessas leis:

- Proibição dirigida ao homem branco de casar-se com mulher negra, escrava ou alforriada, sendo que, aos homens alforriados não era proibido casar com negras;
- Nobres que se casassem com mulatas eram destituídos de seus títulos de nobreza;
- Interdição de qualquer doação entre vivos, ou por morte de branco, para pessoa livre de cor. Segundo Munanga (2006, p. 34) este critério visou "impedir que a fortuna branca caísse nas mãos da linhagem de cor e de assegurar a preeminência econômica do grupo branco".

- As mães de cor eram obrigadas a dar aos seus filhos, sobrenomes tirados de idiomas africanos, mas jamais poderiam ser os de famílias brancas das colônias (MUNANGA, 2006, p. 34).
- Foi inventado o crime de irreverência, do qual decorria a impossibilidade de acionar um branco na justiça, até mesmo nos casos de arbitrariedade flagrante.

Retomando o tema das representações sociais, para Munanga (2006, p. 40) a hierarquia de nuanças direcionadas ao mestiço "tem efeito de deslocação, porque o sub-racismo nela implicado dificulta a formação de uma consciência comum".

Num recorte histórico mais próximo da atualidade, Munanga (2006) segue analisando alguns outros autores, desvelando as ideologias voltadas para as raças.

Não há como encerrar este capítulo sem considerar, em relação às Teorias da Mestiçagem, a ideologia nazista pautada na pureza das raças e suas consequências nefastas, similares à escravidão. Mais uma vez a história da humanidade confirmou que intolerâncias em relação às diferenças podem ter consequências sem precedentes sobre os grupos excluídos ou considerados como inferiores.

No capítulo intitulado "Ideologias da Mestiçagem", Munanga (2006, p. 50) reflete sobre as teorias de Adolf Hitler, desde 1922, que foram difundidas largamente na Alemanha e França a partir de 1933. Sobre tal ideologia, é importante salientar os seus efeitos:

> A mestiçagem racial foi considerada pela ideologia nazista como um processo que provoca o desaparecimento das qualidades que outrora tornaram o povo conquistador capaz de conquistas. São particularmente as energias civilizadoras que a mestiçagem como uma raça inferior faz desaparecer. A consequência mais palpável e brutal dessa teoria racial de Hitler foi a esterilização forçada, desde 1933, de todos os mestiços nascidos na Alemanha das relações entre negros e brancos, em particular os mais de 900 atiradores senegaleses, magrebinos e malgaches estabelecidos após a Primeira Guerra na margem esquerda do Reno. (MUNANGA, 2006, p. 51).

### 4.2.10 A Mestiçagem no Pensamento Brasileiro

Seguramente que, ao compor um referencial teórico referente à mestiçagem no Brasil, mais especificamente do final do século XIX, que os pensadores brasileiros se alimentaram das fontes dos cientistas ocidentais, como já afirmado anteriormente. Equivale a afirmar que muitos preconceitos e visões grotescas sobre o negro foram importados pelo brasileiro e aceitas de diversas formas como verdades inquestionáveis. Com o fim da escravidão, o grande impasse foi o que fazer com aquela parcela da população até então considerada como objeto.

> O fim do sistema escravista, em 1888, coloca aos pensadores brasileiros uma questão até então não crucial: a construção de uma nação e de uma identidade nacional. Ora, esta se configura problemática, tendo em vista a nova categoria de cidadãos: os ex-escravizados negros. Como transformá-los em elementos constituintes da nacionalidade e da identidade brasileira quando a estrutura mental herdada do passado, que os considerava apenas como coisas e força animal de trabalho, ainda não mudou? Toda a preocupação da elite, apoiada nas teorias racistas da época, diz respeito à influência negativa que poderia resultar da herança inferior do negro nesse processo de formação da identidade étnica brasileira. (MUNANGA, 2006, p. 54).

Os autores brasileiros, embora apresentassem diferenças de ponto de vista em relação ao negro, todos, com algumas raras exceções, tinham algo em comum: "influenciados pelo determinismo biológico do fim do século XIX e início deste, eles acreditavam na inferioridade das raças não brancas, sobretudo a negra, e na degenerescência do mestiço". (MUNANGA, 2006, p. 55).

Alguns dos autores brasileiros estudados por Munanga (2006) são:

1- Sílvio Romero: a mestiçagem, segundo o seu pensamento, "representa apenas uma fase transitória e intermediária no pavimento da estrada que levaria a uma a nação brasileira presumidamente branca". (MUNANGA, 2006, p. 56).

2- Raimundo Nina: considerava os negros e índios como "espécies incapazes", e discordava de que era possível uma civilização no Brasil através dessa mistura de raças.

   De acordo com Munanga (2006, p. 61) "Nina vê na mestiçagem um produto e um resultado diametralmente oposto ao vislumbrado por Romero. Em vez de branqueamento, ele vê o enegrecimento".

3- Euclides da Cunha: para este autor, o mestiço, como resultado da união entre as raças, é quase sempre um "desequilibrado, um decaído, sem a energia física dos ascendentes selvagens e sem a atitude intelectual dos ancestrais superiores". (MUNANGA, 2006, p. 62). Ele ainda defende que "Na luta sem trégua pela vida que envolve todos os povos e na qual a seleção natural conserva os mais aptos hereditariamente, o mestiço é um intruso". (MUNANGA, 2006, p. 62).

   Com relação aos insurgentes de Canudos, na obra "Os Sertões", Euclides da Cunha embora tivesse simpatizado com os mesmos, e condenasse as formas de tratamento administrativo e militar recebidos por eles, acaba por condená-los também, "ao atribuir a rebelião à instabilidade emocional e especialmente à personalidade atávica de Antonio Conselheiro". (MUNANGA, 2006, p. 63). É possível destacar as diversas passagens nas quais este autor demonstra a sua admiração pelo povo de Canudos. No

entanto, percebe-se o embate interno de suas concepções e ideologias em relação ao mestiço, ao qual se refere.

4- Viana: acredita na existência de duas classes de mulatos: inferior e superior. O primeiro é o tipo pertencente às camadas mais pobres da população, sujeito incapaz de ascensão, um degradado. O segundo, também resultante da mistura branco e negro, tem como diferença o fato de ser superior por ter herdado traços arianos de forma mais incisiva, e, por isso, herdou inteligência e caráter capazes de possibilitar-lhes uma colaboração aos brancos, na organização e civilização do país. (MUNANGA, 2006).

Na década de 30, devido à necessidade de se buscar por novos caminhos na orientação da política do país, assim como uma preocupação com o desenvolvimento social, as teorias raciológicas do século XIX tornaram-se obsoletas (MUNANGA, 2006). É neste contexto que surge Gilberto Freyre, importante autor no que diz respeito às reflexões sobre o negro no Brasil. Freyre "desloca o eixo da discussão, operando a passagem do conceito de 'raça' ao conceito de 'cultura" (MUNANGA, 2006, p. 87). E em sua obra "Casa Grande e Senzala", descreve a mistura de negros, índios e brancos como decorrente da assimetria entre os sexos, porém, tal mistura seria decorrente da "flexibilidade natural do português", o que criou uma "zona de confraternização entre eles". E assim este autor explicou a origem histórica da miscigenação no Brasil que teria diminuído as distâncias entre a Casa Grande e as Senzalas. (MUNANGA, 2006).

A saudável interação sexual imaginada pelos brasileiros, segundo Munanga (2006) é a peça ideológica fundamental para se crer numa democracia racial. No entanto, Abdias do Nascimento defende que o mulato é o produto de um estupro, e não de um casamento "tradicionalmente consagrado", porém, ideologicamente, foi erigido como símbolo de nossa democracia racial. Percebe-se, em relação a esta ideologia perpetuada por Gilberto Freyre, a clara intenção de se justificar as atrocidades do branco colonizador, convertendo seus defeitos em qualidades, ao passo em que a inferioridade ou submissão do negro segue mascarada como um produto do relacionamento flexível do português. O negro somente aceita a tudo, passivamente,

## 5 Autores Contemporâneos

Ao se questionar se o país conseguiu superar as suas ideologias, presentes em diferentes autores e concepções, de épocas também distintas e até mesmo remotas, como no caso do Iluminismo, e deixado de pintar um perfil estereotipado e inferior do negro na

literatura contemporânea, por exemplo, a resposta é negativa. Existem omissões acerca da verdadeira história do negro, de luta e de resistência, que, suprimida dos livros didáticos, por exemplo, tendem a contribuir para que haja uma visão errônea sobre este povo. Além das omissões, há também referências pejorativas, carregadas de preconceitos e de representações sociais com grande peso negativo para a formação dos sujeitos em relação ao negro:

> Essas práticas, além de não serem éticas nem educativas, afetam a formação de crianças e adolescentes tanto negros quanto brancos, pois destrói a auto-estima do primeiro grupo e cristaliza, no segundo, imagens negativas e inferiorizadas da pessoa negra, contribuindo fortemente para o empobrecimento do relacionamento entre as pessoas e limitando as possibilidades de respeito à diversidade racial, étnica e cultural. (LEITE, 2010, p. 3).

Pesquisas que abrangem as décadas de 80, 90 e o ano de 2003 revelam que, embora haja uma tendência de mudança desse quadro, a literatura infanto-juvenil é carregada de estereótipos relativos ao negro. Logo, pode-se depreender que a arte tende a expressar a realidade. Corrobora dessa ideia França (2008) ao afirmar que "Os estereótipos desfavoráveis e as imagens depreciativas ainda aparecem na literatura infantil porque o racismo ainda ronda a sociedade brasileira". (FRANÇA, 2008, p. 111). Tais estereótipos foram elencados pela crítica da seguinte maneira:

> Quanto à aparência: caracterização que associa o negro à feiúra e a animais 2) quanto à atividade profissional: em muitas narrativas as personagens negras aparecem desenvolvendo funções sociais consideradas depreciativas e sem perspectiva de mudança; 3) quanto ao espaço social: representação do negro como morador apenas da favela e do morro; 4) quanto à origem familiar: algumas personagens negras são criadas apenas pela mãe (ou não conhecem o pai); 5) quanto à identificação: utilização de apelidos ou nomes comuns para identificar a personagem. (FRANÇA, 2008, p. 111).

Outros aspectos percebidos nas obras direcionadas às crianças e adolescentes foram a autopercepção negativa do próprio personagem negro.

França (2008), baseado em Souza (2003), ao analisar a literatura infanto-juvenil da década de 80, 90 e do início do século XIX, reconhece que existe a manutenção da imagem inferiorizada do negro que pode ser percebida através dos seguintes fatores:

> a) imagens depreciativas e caricaturadas; b) ausência de imagens metafóricas e da pluralidade cultural; c) associação das personagens negras ao medo; d) incoerência entre ilustração e o texto escrito; e) aproximação do livro infantil ao livro de história; f) repetição de uma única forma de tratamento; g) manutenção da ideologia de que todo negro é igual; h) construções preconceituosas e discriminatórias. (FRANÇA, 2008, p. 112).

Percebe-se a gravidade de tais imagens depreciativas como impactos importantes para crianças, sejam elas negras ou brancas, em fase de formação de seus conceitos e valores e, sobretudo, de sua autoimagem. Nota-se que existe uma formação ideológica precoce, que permeia todos os espaços sociais, inclusive a escola, que deveria combatê-la, e o resultado disso é a manutenção da ideia de inferioridade do negro, embora tenha havido mudanças positivas no que diz respeito à literatura infanto-juvenil. (FRANÇA, 2008).

De acordo com Munanga (2006, p. 55):

> Elaborações especulativas e ideológicas de cientificismo dos intelectuais e pensadores dessa época (fim do século XIX e que repercutiram até meados do século XX) ajudariam hoje, se bem reinterpretadas, a compreender as dificuldades que os negros e seus descendentes mestiços encontram para construir uma identidade coletiva, politicamente mobilizadora.

A gravidade está no fato de que o alcance negativo de tais teorias e ideologias é incomensurável, sendo os prejuízos colhidos pelo negro de forma injustificada e cruel. Existem ainda, outros aspectos de peso ideológico, apresentados a seguir.

**4.2.7 A "inferioridade" do gênero feminino:** além da mestiçagem, outro aspecto muito importante que deve ser considerado, tendo em vista as representações sociais em relação ao negro ou aos afro-descendentes, é a condição da mulher. É sabido que no Brasil, a questão do gênero apresenta sérias nuances, tornando-se maior o nível de segregação quando somam-se os seguintes aspectos: ser negro, ser pobre, ser mulher. Dados estatísticos comprovam esse dado. Por isso, busca-se aqui explicações ou a origem desse comportamento em relação à mulher, sobretudo, a mulher negra.

Após a fundação de algumas colônias, era exorbitante o desequilíbrio numérico entre os sexos, segundo Munanga (2006, p. 31) porque "os colonos e os contratados eram, na sua maioria, do sexo masculino".

Uma medida pensada pelas autoridades em relação a este problema foi levar para as colônias, de seus respectivos países, mulheres brancas.

> Estas, muitas vezes órfãs, vagabundas, prostitutas e outros 'elementos indesejáveis' da sociedade foram aceitas rapidamente como esposas pelos brancos que partilhavam, aliás, a mesma origem social. Mas como o elemento feminino da população branca permanecia em número insuficiente, os colonos continuaram a satisfazer suas necessidades sexuais com mulheres de outra 'raça'. (MUNANGA, 2006, p. 31).

Percebe-se aqui que os 'elementos indesejáveis' da sociedade, eram facilmente absorvidos, aceitos, e até mesmo prostitutas, tinham o seu passado perdoado, apesar de inseridas em um contexto no qual a religião tinha grande influência sobre os cidadãos. Depreende-se desse fato que ser branco com um histórico "sujo" não era fato relevante, pois havia a possibilidade da aceitação, do perdão. Ao contrário do tratamento direcionado ao negro, que pelo simples fato de ser negro, já carregava todos os estigmas, segregações e prejuízos consigo.

Foi devido ao desequilíbrio numérico entre os sexos, supracitado, que outra barbaridade teve a mulher mestiça como alvo: a exploração sexual pelo branco.

> Se os brancos não hesitaram em manter relações sexuais com as mulheres negras, índias e mestiças, isso não significa em absoluto que aceitaram os princípios desigualdade racial. Esse fato sublinha a existência de necessidades físicas e os meios para satisfazê-las numa sociedade incontestavelmente dominada pelos europeus, tanto no plano econômico quanto no político. Vista dentro desse contexto colonial, a mestiçagem deveria ser encarada, primeiramente, não como um sinal de integração e de harmonia social, mas sim como dupla opressão racial e sexual, e o mulato como símbolo eloquente da exploração sexual da mulher escravizada pelo senhor branco. (MUNANGA, 2006, p. 31).

E tal condição da mulher mestiça, subjugada sexualmente pelo senhor branco, em raros momentos significou um laço matrimonial. A dominação dos brancos, segundo Munanga (2006, p. 32) "decorria um sistema de castas que interditava os casamentos mistos. Por isso, no contexto colonial, a mestiçagem é também vista como uma nova categoria ameaçadora do sistema maniqueísta branco/negro – mestre/escravo". Ou seja: o mulato era "um elemento perturbador da ordem sócio-racial". Por outro lado este autor salienta: "Embora o casamento com uma mulher de outra 'raça' possa ser interpretado como símbolo de uma grande tolerância, é preciso dizer que os casamentos desse tipo foram muito raros". E este autor sintetiza que "A mestiçagem tende a apagar a marca indelével da cor". Por isso os casamentos mistos eram proibidos, pois seus frutos eram considerados como "desordem da natureza, para não dizer desordem social". (MUNANGA, 2006, p. 32).

Mais uma vez a legislação foi utilizada como arma de segregação em relação ao negro ou mestiço:

> Além dos entraves às uniões inter-raciais, o legislador esforçava-se em manter os mulatos numa situação de inferioridade. Por isso, manteve-os na escravidão, graças à revivescência de uma antiga lei romana *(partus sequitur ventrem*), segundo a qual os mulatos provindos de mãe escrava deviam normalmente guardar o mesmo estatuto da mãe. A legislação e a prática fizeram com que os mulatos permanecessem numa condição inferior, sem poder econômico e, sobretudo, sem poder político. Eles foram excluídos dos principais empregos públicos

> (administração, exército, polícia, justiça, clero) e objeto de discriminação. (MUNANGA, 2006, p. 35).

Percebe-se, dessa citação, que inexistiam leis que protegessem a mulher mestiça, porém havia a criação de leis para manter a sua inferioridade, mesmo quando ela havia sido alvo de exploração, ou seja, quando ela era uma vítima, tendo, dessa vez, além de si própria, um filho para seguir a sua condição de objeto.

**4.2.8 A Igreja Católica na disseminação de ideologias racistas ou perpetuação da escravidão como algo natural:** As representações sociais, pensamentos e ações referentes ao negro são tão marcantes, fortes e bem fundamentadas no Brasil porque têm como pano-de-fundo ou reforço, até mesmo o aval da Igreja Católica no que diz respeito à escravidão. Nabuco (2000, p. 9) defende que:

> Em outros países, a propaganda da emancipação foi um movimento religioso, pregado do púlpito, sustentando com fervor pelas diferentes igrejas e comunhões religiosas. Entre nós, o movimento abolicionista nada deve, infelizmente, à Igreja do Estado; pelo contrário, a posse de homens e mulheres pelos conventos e por todo o clero secular desmoralizou inteiramente o sentimento religiosos de senhores e escravos. No sacerdote, estes não viam senão um homem que os podia comprar, e aqueles a última pessoa que se lembraria de acusá-los. A deserção, pelo nosso clero, do posto que o Evangelho lhe marcou, foi a mais vergonhosa possível: ninguém o viu tomar a parte dos escravos, fazer uso da religião para suavizar-lhes o cativeiro, e para dizer a verdade moral aos senhores. Nenhum padre tentou, nunca, impedir um leilão de escravos, nem condenou o regime religioso das senzalas. A Igreja Católica, apesar do seu imenso poderio em um país ainda em grande parte fanatizado por ela, nunca elevou no Brasil a voz em favor da emancipação. (NABUCO, 2000, p. 9).

Não há como ignorar a relevância das influências da Igreja Católica como norteadora das condutas humanas por longos séculos no país. E de sua participação junto às ideologias dominantes. Sendo ela uma instituição que "tanto não aceitou como jamais repeliu a condição do escravo, dela beneficiando-se", evidencia-se, disso, que era comum entender a exploração em relação ao negro como algo permitido por Deus, o que atenuava a culpa de seus responsáveis. A Igreja se posicionou até mesmo em relação à mestiçagem, neste período:

> Até o clero das colônias era contra os cruzamentos raciais em vez de insistir sobre a igualdade de todos perante o sacramento do casamento. O superior das Missões via nesses cruzamentos uma 'conjunção criminal de homens e mulheres de espécies diferentes, dando nascimento a um fruto monstro da natureza. (MUNANGA, 2006, p. 33).

**4.2.9. Legislação Brasileira:** quanto à legislação brasileira em relação ao negro, Nabuco (2000) afirma que "a Constituição não se ocupou dele", pois ao conter princípios tais como "Nenhum cidadão pode ser obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude da lei... Todo o cidadão tem em sua casa um asilo inviolável... A lei será igual para todos... Ficam abolidos todos os privilégios...", tal lei, se existisse para o negro, teria como imaginou Nabuco (2000), as seguintes restrições:

> O escravo será obrigado a fazer, ou a não fazer, o que lhe for ordenado pelo seu senhor, seja em virtude da lei, seja contra lei, que não lhe dá o direito de desobedecer. O escravo não terá um único asilo inviolável, nem nos braços da mãe, nem à sombra da cruz, nem no leito de morte; no Brasil não há cidades de refúgio. Ele será objeto de todos os privilégios, revogados para os outros; a lei não será igual para ele porque está fora da lei, e o seu bem-estar material e moral será tão regulado por ela como o é o tratamento dos animais; para ele continuará de fato a existir a pena, abolida, de *açoites* e a *tortura*, exercida senão com os mesmos instrumentos medievais, com maior constância ainda em arrancar a confissão, e a devassa diária de tudo o que há de mais íntimo nos segredos humanos. Nessa classe a pena da escravidão, a pior de todas as penas, transmite-se, com a infâmia que a caracteriza, de mãe a filhos, sejam esses filhos do próprio senhor. (NABUCO, 2000, p. 53).

Retomando o tema do peso ideológico presente numa legislação que jamais funcionou para o negro escravo no Brasil, percebe-se que muitas das conquistas legais do negro são verdadeiros embates em relação ao sistema já vigente, sendo necessário muito tempo para que condições de igualdade se promovam por meio das leis gerais. O Movimento Negro, nesse contexto, tem papel fundamental, na luta em prol do negro e de seus direitos no país:

> É por intermédio das múltiplas modalidades de protesto e mobilização que o movimento negro vem dialogando, não apenas com o Estado, mas principalmente com a sociedade brasileira. A trajetória desse movimento vem se caracterizando pelo dinamismo, pela elaboração e reelaboração, em cada conjuntura histórica, de diversas estratégias de luta a favor da integração do negro e erradicação do racismo na sociedade brasileira. (DOMINGUES, 2012, p. 106).

De uma maneira geral, pode-se considerar que cada um dos aspectos abordados neste capítulo - cada frase, pensamento, ideologia, comparação e forma de tratamento dirigida ao negro, reforça, ao longo dos séculos, para que haja a manutenção de sua condição de desvantagem e servilismo. E ao se analisar o termo ideologia, percebe-se que estas tendências não são ingênuas ou sem um propósito concreto: a manutenção do poder nas mãos de uma elite.

## 4.3 ESTATÍSTICAS SOBRE A CONDIÇÃO DO NEGRO NO BRASIL

O presente capítulo tem por finalidade apresentar dados estatísticos que comprovem, pela mera exposição dos números, a condição de desvantagem vivenciada pelo negro em relação às demais etnias no Brasil, em diferentes espaços e oportunidades sociais. Para tanto, parte-se da análise de relatórios e de pesquisas realizados por órgãos governamentais, tais como do Instituto de Pesquisa e Estatística Aplicada (IPEA), do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Tendo em vista uma apresentação sucinta dos aspectos que revelam a condição do negro no país, esta parte do trabalho limitar-se-á mais à demonstração dos números e estatísticas e menos nas reflexões que fundamentem tais dados, por se acreditar que os capítulos anteriores buscaram este objetivo, apresentando o histórico servil do negro no país e as ideologias e a eles dirigidas, que explicam, em boa parte, a condição que as presentes informações revelam.

Pretende-se, neste momento, enumerar a grande quantidade de aspectos nos quais o negro segue liderando como o mais vulnerável, excluído e segregado, uma condição que aponta para a necessidade de uma legislação mais incisiva e de políticas públicas mais direcionadas a esta etnia, tendo em vista eliminar o grau de desigualdade vivido por esse grupo.

Segundo dados do IBGE a população constituída por negros e pardos no país passa a ser maioria: 50,7% de acordo com o recenseamento do ano de 2010. Respectivamente são 43,13% de pardos e 7,61% de pretos. Logo, a população brasileira, segundo o IBGE, estimada em 190,8 milhões de pessoas, conta com 96,8 milhões que se autodeclararam pretas ou pardas, sendo os pretos, um total de 14,5 milhões e pardos um total de 82,3 milhões, e 91,1 milhões de brancos.

Especialistas defendem que esta mudança se deve ao fato de muitos pardos terem se considerado brancos nos censos anteriores. Os movimentos de afirmação da população preta e as políticas de cotas para acesso à educação, assim como as políticas de emprego, são também citados como um fator decisivo para que brasileiros passem a ter uma nova visão sobre a sua cor/etnia. “Assumir a identidade racial negra em um país como o Brasil é um processo extremamente difícil e doloroso, considerando-se que os modelos "bons", "positivos" e de

"sucesso" de identidades negras não são muitos e poucos divulgados". (OLIVEIRA, 2004, p. 60).

No entanto, de acordo com Batista, Werneck e Lopes (org. 2012), apesar de negros e pardos serem a maioria no país, ao se analisar alguns aspectos importantes da vida social e dos aspectos que fazem referência direta à questão dos direitos, oportunidades, saúde e qualidade de vida, as estatísticas e números revelam que são significativas as condições de desigualdade entre as etnias no país. Tais estatísticas revelam o alto grau de exclusão em que vivem. A seguir, alguns aspectos da vida social que revelam tal condição de exclusão:

**4.3.1 Educação:** ao se almejar por políticas públicas que realmente visem à eliminação de problemas sociais desde a sua raiz, um dos primeiros passos a serem dados parece ser a defesa do direito à educação do negro, no entanto, a análise estatística desse aspecto revela que a escola não é capaz de combater as desigualdades raciais, como argumentam Bento e Beguin (2005):

> A comparação das taxas de escolarização líquida de negros e brancos é um excelente indicador de como o sistema educacional brasileiro não é capaz de combater as desigualdades raciais: a proporção de crianças de 7 a 14 anos matriculadas no ensino fundamental é de 92,7% para negros e de 95% para brancos; no entanto, somente 4,4% dos negros de 18 a 24 anos estão matriculados em instituições de ensino superior; entre os brancos, esse percentual é cerca de quatro vezes maior, de 16,6%. (BENTO e BEGHIN, 2005, p. 195).

Nota-se, com esses números, que as oportunidades de ingresso nas escolas são quase as mesmas entre brancos e negros, porém, a permanência na educação formal no decorrer dos anos, mostra-se como um desafio ao negro, e aí entram em jogo aspectos mais amplos que se traduzem como problemas já citados nesse estudo, tais como baixa renda, currículos e práticas pedagógicas inadequadas, problemas de aprendizagem e, em síntese, a não-identificação do negro com o espaço escolar, que é, por vezes, tão excludente quanto a sociedade. De acordo com Heringer (2002):

> O acesso à educação é geralmente apresentado pelos estudiosos como um dos principais fatores associados ao alcance de melhores oportunidades no mercado de trabalho e, conseqüentemente, um melhor rendimento. Para um grande contingente da população, o aumento da escolaridade é visto como o principal caminho de mobilidade social ascendente dos indivíduos. Diante deste quadro, ganha ainda mais importância a análise das oportunidades educacionais de brancos e negros no Brasil, e, principalmente, sobre a relação entre este desempenho e a alocação dos dois grupos no mercado de trabalho. (HERINGER, 2002, p. 60).

De acordo com o IBGE, a distribuição de brasileiros de 15 a 24 anos por nível de ensino é a seguinte no ensino superior: brancos: 31,1%; pardos: 13,4% e negros: 12,8%. Somando o total de negros e pardos (26,8%) chega-se a um valor ainda inferior ao de brancos que têm acesso ao ensino superior.

**4.3.2 Ensino Superior/ Universidades:** Os números e estatísticas referentes ao negro no ensino superior são desalentadores. Kern (2011), em referência a uma pesquisa realizada por Carvalho (2005), apresenta as seguintes conclusões que o estudo apontou:

> A pesquisa mostra que 96% dos estudantes universitários são brancos, 3% são negros e 1% são amarelos, além de que praticamente inexistem alunos negros nos cursos de Medicina, Direito, Odontologia, Administração e Jornalismo. Já os pardos têm uma representatividade um pouco maior em relação aos negros nos cursos tidos como de médio prestígio; e os negros concentram-se nos cursos de Letras e Artes. Com relação aos docentes, o estudo apontou que, de 1.500 professores da UnB, somente 15 (1%) são negros. Por último, na esfera de cientistas brasileiros de renome que despontaram nos últimos 50 anos, em praticamente todas as áreas da produção científica, dos 60 cientistas apurados, apenas um é negro, o que representa menos de 2%. A partir desses dados (...) em um país com 47% de negros e mais de 200 mil professores universitários, são alarmantes os percentuais que se apresentam e personificam a exclusão do negro na comunidade acadêmica brasileira. (CARVALHO, 2005, p. 87).

Além do baixo número de negros na universidade pública, percebe-se que nos cursos mais valorizados socialmente, quase não há representatividade negra.

Entre negros e brancos a diferença em relação ao ensino superior, na faixa dos 18 aos 24 anos é de 4,4% de negros contra 16,% de brancos, segundo dados IPEA. Percebe-se com estes dados um valor quatro vezes maior de oportunidades para a etnia branca.

**4.3.3 Morte por parto:** mulheres negras morrem em maior número porque em trabalho de parto, peregrinam mais que as mulheres brancas, em busca de atendimento médico:

> De fato, no tocante às mulheres pretas, registra-se maior risco relativo de morte na comparação com as brancas, da ordem de 7.4. Estudos demonstram que mulheres não-brancas tiveram mais chance de morrer por morte obstétrica direta; a peregrinação em busca de atendimento o trabalho de parto tem sido mais frequente entre as mulheres negras. (NASCIMENTO e SACRAMENTO, 2011, p. 1142).

Outros dados, de fontes variadas, comprovam que muito precisa ser feito para a mudança do atual quadro de exclusão do negro, sobretudo, para a mulher negra como será discutido a seguir.

**4.3.4 Analfabetismo:** apesar de que houve significativa redução nas taxas de analfabetismo no Brasil, as diferenças entre brancos, pardos e brancos permanece expressiva.

> O percentual de analfabetismo entre os negros é mais que o dobro que entre os brancos (13,6% contra 6,2%). Do total de 571 mil crianças de 7 a 14 anos que não frequentavam a escola em 2008, 351 mil (62%) eram negras. (IBGE/ PNAD, 2008).

Segundo os dados do IBGE, no ano de 2010, a taxa de analfabetismo entre pessoas pretas ou pardas de 15 ou mais anos de idade era de 14,4% e 13,0%, respectivamente, contra 5,9% dos brancos. A diferença é ainda maior nos municípios de menor porte. Dessa forma, o analfabetismo na população preta de 15 anos ou mais chega a 27,1% nos municípios com até 5.000 habitantes e a 28,3% nas cidades entre 5.001 e 20.000 habitantes, caindo para 24,7% nos municípios entre 20.001 e 50.000 habitantes. (IBGE, 2010).

**4.3.5 Mercado de trabalho:** existe uma raiz histórica que justifica a exclusão do negro no mercado de trabalho e a ocupação de ocupação com condições precárias, além de desvalorizadas socialmente:

> A ocupação dos postos de trabalho por imigrantes europeus retirou dos negros ex-escravos a possibilidade de inserção e integração na sociedade, pois o que lhes restavam eram as condições precárias de ocupação, moradia, educação, enfim, de sobrevivência. A exclusão caracterizava atos concretos pautados em uma matriz ideológica que reforçava e se retroalimentava da crença na divisão hierárquica das raças, engendrando no imaginário social a criação de qualificativos de superioridade para brancos e de inferioridade para negros. (SANTOS e SCOPINHO, 2011, p. 31).

Além da condição de desvantagem muitas vezes expressa não por cargos ruins, mas pelo desemprego do jovem ou adulto negro, tem-se, por outro lado, a exploração do trabalho infantil. “Se crianças e adolescentes negros trabalham mais que os brancos, o desemprego é também maior entre os jovens negros” - afirmam Silva e Kassouf (2002), pautados em dados da IBGE/PNAD de 1998.

Pode-se falar, no Brasil, em um padrão de trabalhador, a saber:

> No que se refere ao mercado formal de trabalho, os números revelam, claramente, a existência de um padrão de trabalhador: homem e branco. Os que não se encaixam neste perfil, mulheres e negros, em grande parte, estão na informalidade, em ocupações instáveis e de baixa remuneração. Esses são os resquícios das políticas

> adotadas no Brasil durante o regime escravista, sobretudo, no período pós-abolição. (SANTOS e SCOPINHO, 2011, p. 31).

Santos e Scopinho (2011) defendem que em relação ao mercado de trabalho, a questão da raça/etnia tem forte peso ao se considerar as desigualdades existentes entre brancos e negros.

> Os indicadores sociais analisados mostram que o pertencimento racial tem centralidade na estruturação das desigualdades sociais e econômicas no Brasil, que se tornam mais evidentes quando se trata do mercado formal de trabalho, uma das vitrines da realidade socioeconômica. (SANTOS e SCOPINHO, 2011, p. 31).

**4.3.6 Condições precárias de trabalho**: as condições de trabalho também indicam um tratamento diferenciado no Brasil ou oportunidades distintas para brancos e negros:

> Constata-se que, nos setores em que as condições de trabalho são frequentemente precárias e a remuneração é baixa, a proporção de mulheres empregadas é de 15,0% entre as brancas e de 27,8% entre as negras; e de homens negros na construção civil é de 16,8% contra 9,5% de brancos. (SEAD, 2011).

No caso das mulheres, a distância é ainda mais significativa: quase o dobro de mulheres negras, em relação às brancas, se encontram em condições precárias de emprego.

**4.3.7 Rendimentos mensais médios:** De acordo com o IBGE (2010), os rendimentos médios mensais dos brancos (R$ 1.538,00) e amarelos (R$ 1.574,00) se aproximam do dobro do valor relativo aos grupos de pretos (R$ 834,00), pardos (R$ 845,00) ou indígenas (R$ 735,00). Salvador, embora possua população negra majoritária, lidera a desigualdade dos rendimentos entre brancos e pretos, sendo que os brancos ganham até 3,2 vezes mais do que pretos.

**4.3.8 Violência e assassinatos**: "O Mapa da Violência" é um estudo anual que apresenta um panorama da violência em determinados recortes de tempo, analisando dados dos estados, das capitais e dos municípios brasileiros, e que considera questões de gênero e raça das vítimas. De acordo com Waiselfsz (2011), responsável por esse estudo, a violência apresenta uma queda significativa para a população branca (24,1%), no que diz respeito ao número de mortes causadas por assassinatos, ao mesmo tempo em que apresenta um aumento também significativo para a população negra, de 12,2 % no que diz respeito a mortes de jovens negros.

Corrobora com estes dados Soares Filho (2011) que, acerca do assunto, observou, sobre as taxas de homicídios no Brasil, que a ocorrência de vítimas negras segue padrão diferente das identificadas entre as brancas. A tendência é de crescimento do risco de morte entre os negros, enquanto para os brancos essa taxa diminui de forma exacerbada, o que demonstra a desigualdade em relação a este aspecto.

"O Mapa da Violência 2013", por seu turno, apresentou os seguintes dados:

> Outra característica que os registros do SIM permitem verificar é a raça/cor das vítimas. Vemos na tabela 6.4 que as taxas de homicídio da população preta -19,7 óbitos para cada 100 mil pretos - são 88,4% maiores que as taxas brancas - 10,5 óbitos para cada 100 mil brancos. Isto é, morrem, proporcionalmente, 88,4% mais pretos que brancos. Já as taxas de óbitos por AF dos pardos são 156,3% maiores que a dos brancos. (WAISELFSZ, 2013, p. 38).

Em 1996, em decorrência das demandas do Movimento Negro, o Ministério da Saúde instituiu a coleta do quesito cor ou raça/etnia na captação de dados dos principais sistemas de informação da saúde. A partir disso, tornou-se possível perceber uma série de iniqüidades raciais em saúde, de maneira mais clara, como os dados a seguir podem ilustrar.

### 4.3.9 Óbitos maternos:

Segundo o Manual dos Comitês de Mortalidade Materna (Brasil, 2007), os óbitos de mulheres da população parda apresentaram maior participação entre os óbitos por causas maternas no período de 2000 e 2003. **"**O percentual de óbitos maternos de mulheres pardas foi de 41,5%, para mulheres brancas foi de 12,3%". (Brasil, 2007).

### 4.3.10 Mortalidade por Aids:

A taxa de mortalidade por Aids no Brasil, em 2000, foi de 10,61/100 mil para mulheres brancas; 21,49/100 mil para as negras; 22,77/100 mil para os homens brancos; e 41,75/100 mil para os homens negros. (LOPES, 2005).

### 4.3.11 Óbitos por causas externas:

A diferença comparativa no total de óbitos em consequência de causas externas entre jovens de 15 a 25 anos é de 78,7% entre brancos contra 82,2% entre negros (pretos e pardos). Entre os brancos, 38,1% foram assassinados, e 25,8% o foram especificamente por armas de fogo; porém, 52,1% dos negros foram mortos por homicídio, 37,4% deles por armas de fogo. (PAIXÃO, 2006).

### 4.3.12 Esperança de vida ao nascer:

A esperança de vida ao nascer dos brancos é de 73,9 anos, enquanto a dos negros (pretos e pardos) é de 67,8 anos. (Lopes, 2004). Segundo o IBGE, pretos e pardos tem uma esperança de vida ao nascer bem menor que a de brancos. No entanto, é gritante a situação dos indígenas. Mortalidade infantil a cada 1000 nascidos vivos em 2009: brancos: 13,24%; amarelos: 11,37%; pretos: 21,24%; pardos 13,41%; indígenas: 41,16%.

Percebe-se que as diferenças entre negros, pardos, brancos, amarelos e indígenas já se apresentam desde o nascimento do sujeito, e até mesmo antes, ao se considerar as condições dos seus genitores de acesso aos serviços públicos, a qualidade de vida e saúde, o acompanhamento no período pré-natal, entre outros aspectos.

A expectativa de vida do negro é menor que do branco e isso se deve ao fato de o negro estar mais vulnerável aos fatores ou causas externas que resultam em seu óbito:

> Observa-se que os óbitos da população branca eram mais concentrados nas idades avançadas na comparação com os da população negra. Nesta, observa-se uma proporção bem mais elevada de óbitos entre jovens de 15 a 29 anos, que pode ser explicada pelo fato da população negra ser mais afetada por causas externas, como será visto posteriormente. Isto sugere que população negra tem expectativa de vida menor. (IPEA, 2011).

### 4.3.13 Questões de gênero

Um estudo realizado por Santos, Guimarães e Araújo (2007) demonstram a existência de desigualdades raciais na mortalidade de mulheres adultas no Recife. De acordo com estes autores (2007, p. 90) “As desigualdades raciais, resultantes dos efeitos da exclusão social, são influenciadas pela prática de preconceitos e discriminações”.

> No triênio 2001-2003, dos 2.943 óbitos de mulheres adultas residentes em Recife, 65,4% foram de negras e 34,6% de brancas. O coeficiente de mortalidade para as negras (295,6/100.000 mulheres negras) foi 1,7 vezes maior que o observado para as brancas (171,0/ 100.000 mulheres brancas), com exceção da faixa de 50-59 anos,

> sendo observada, portanto, uma maior concentração de mortes, entre as negras, em idades mais precoces. (SANTOS, GUIMARÃES e ARAÚJO, 2007, p. 92).

Este mesmo estudo mostrou que dos óbitos hospitalares houve maior ocorrência em estabelecimentos do Sistema Único de Saúde (SUS), sendo tal ocorrência mais elevada entre as mulheres negras (91,9%) do que entre as brancas (69,4%).

As mulheres negras lideraram o *ranking* das 10 doenças apresentadas como básicas pelo estudo, tais como: doença de aparelho circulatório, neoplasias, causas externas, doenças infecciosas e parasitárias, doença do aparelho respiratório, doença endócrinas, nutricionais, metabólicas, doença do aparelho digestivo, doença do aparelho geniturinário, causas mal definidas, gravidez, parto e puerpério.

> No grupo das causas externas, as desigualdades raciais foram visualizadas na mortalidade tanto por acidentes de transporte quanto por homicídios e suicídios. Em mulheres negras, o risco de morte por acidentes de transporte foi cerca de duas vezes superior ao das brancas. As negras também, na faixa etária de 20 a 29 anos, apresentaram risco de morte por suicídio quatro vezes maior, quando comparadas às brancas. (SANTOS, GUIMARÃES e ARAÚJO, 2007 p. 94).

No Brasil, os homicídios corresponderam a 12,3% das mortes da população negra e a 5,5% dos óbitos da população branca (Paixão *et al*., 2004).

> Praticamente todos os dados revelam iniqüidades na saúde das mulheres negras, herdeiras das desigualdades resultantes das relações sociais e políticas pautadas por discriminações de natureza sexista e racial, com violação de direitos que dificultam acesso à ascensão social e a condições dignas de saúde (PAIXÃO *et al.,* 2004, p. 25).

De acordo com Barbosa (2010), para as mulheres negras, as questões de gênero são somadas às dificuldades de acesso aos serviços e meios de diagnóstico, e, dessa forma, as mulheres negras estão em situação mais desfavorável se comparadas às mulheres brancas. Até mesmo suas queixas são mais desvalorizadas. Diante do exposto, o referido estudo concluiu que as diferenças entre mulheres brancas e negras apontavam para algumas questões importantes a serem exploradas:

- Na elaboração de perfis epidemiológicos, incorporar o recorte racial;
- Sensibilização dos profissionais em relação à necessidade de preencher adequadamente o campo raça/cor nos registros referentes aos serviços oferecidos à população;

- Necessidade de reflexão sobre as influências existentes quanto ao poder de intervenção das mulheres, sobretudo, para a posição de desvantagem das mulheres negras, seja na prática de prevenção, seja nas de promoção à saúde;
- Necessidade de aprimoramento da vigilância em saúde
- Necessidade de incentivo à produção de conhecimentos que tenham como foco as desigualdades raciais em saúde;
- Necessidade de busca por políticas públicas e ações públicas pautadas nos princípios éticos e de cidadania, com o intuito de se superar as desigualdades resultantes do racismo e do preconceito racial. (BARBOSA, 2010).

> As mulheres negras se envolviam mais nas atividades domésticas, mesmo na condição de ocupadas, do que as brancas, o que sugere uma relação de gênero mais desigual entre as negras. Isto se verifica quando se considera tanto a proporção de mulheres ocupadas que se dedicavam a afazeres quanto o número médio de horas trabalhadas nesses afazeres. (IPEA, 2011, p. 17).

Ao se analisar as condições de acesso aos serviços públicos essenciais, torna-se perceptível o nível de desvantagem da mulher negra:

> Nota-se que ocorre um aumento gradual na proporção de domicílios com abastecimento adequado de água. O crescimento mais signifcativo no acesso ao serviço se verifica entre os domicílios de chefa negra. Em 1995, apenas 76,6% destes domicílios contavam com abastecimento de água adequado. Esta proporção chega a 90,1% em 2009. Ainda que significativo, este aumento não se equipara à cobertura do serviço entre a população branca (94,8%) em 2009. A menor cobertura do serviço se dá, entretanto, em domicílios com trabalhadoras domésticas chefes ou cônjuges de cor/raça negra (88,5%), enquanto, nas casas chefiadas pelas trabalhadoras brancas, este número chega a 93,3%. (IPEA, 2011, p. 33).

Todos os aspectos supracitados poderiam favorecer uma reflexão sobre as desigualdades e promover mudanças positivas em relação ao assunto.

> Praticamente todos os dados revelam iniqüidades na saúde das mulheres negras, herdeiras das desigualdades resultantes das relações sociais e políticas pautadas por discriminações de natureza sexista e racial, com violação de direitos que dificultam o acesso à ascensão social e a condições dignas de saúde. (SANTOS, GUIMARÃES e ARAÚJO, 2007 p. 100).

**4.3.14 Vítima de abuso policial:** com relação à violência direcionada a negros, o relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) destaca que:

> A proporção de pretos, entre as vítimas da violência policial, é três vezes a proporção desse grupo na população como um todo. (...) O peso desproporcionalmente alto dos negros entre as vítimas mortas nas ações policiais constitui claro indício da existência de viés racista nos aparelhos de repressão. (PNUD, 2005).

> A discriminação racial expressa-se, ainda, no tratamento conferido pela polícia aos jovens, quando estereótipos e preconceitos se traduzem em agressões até físicas. Muitos jovens seriam empurrados para o tráfico, que se apresenta como única alternativa não somente econômica, mas de exercício de algum protagonismo ou lugar de poder. (CASTRO, 2001, p. 18).

**4.3.15 Cargos de poder:** no que diz respeito à representatividade do negro nos cargos de poder e de ocupação política, os dados mostram que o progresso nesse tipo de conquista ainda é lento e pouco significativo:

> Os negros brasileiros têm feito pouco progresso na conquista de profissões de maior prestígio social, no estabelecimento de seus próprios negócios e na ocupação de posições de poder político. Eles ainda concentram-se em atividades manuais que exigem pouca qualificação e escolaridade formal. As desvantagens acumuladas através da história brasileira tornaram o sucesso difícil para a população afro-brasileira. (LIMA, 1999, p. 54).

Pesquisa de Soares (2000) revela que homens negros recebem de 5 a 20% a menos em seus contracheques, sendo que tais descontos são relativos à renda, ou seja: quanto maior a renda do negro, maiores os descontos. Tal realidade, segundo este autor, revela que há representações para o espaço a ser ocupado pelo negro na sociedade, devendo ele exercer trabalhos manuais, sem qualificação, e em espaços industriais pouco dinâmicos. As tentativas de superar essa realidade resultam em sofrimento. "Se o negro ficar no lugar a ele alocado, sofrerá pouca discriminação. Mas se porventura tentar ocupar um lugar ao sol, sentirá todo o peso da discriminação sobre seus ombros". (SOARES, 2000, p. 24).

> Um negro está, relativamente, melhor na posição de funcionário público e é menos prejudicado se estiver sem registro em carteira. (...) Portanto, em relação às outras posições, é muito mais vantajoso para um negro estar no serviço público onde a probabilidade dele ser discriminado é menor. Contudo, a proporção de negros funcionários públicos é, significativamente, menor do que a de brancos, o que esbarra na questão da desigualdade de acesso à educação. (SANTOS e SCOPINHO, 2011, p. 32).

Resultados apresentados pelo PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) de 2009, realizado pelo IBGE (2009) revela que a distribuição da população pelos arranjos familiares, segundo a raça, e ainda permanece predominante o tipo de arranjo casal com

filhos, ou seja, chefes de família homens, e muito embora tal realidade tenha sofrido decréscimos no decorrer dos tempos, sendo que tal tendência é verificada para brancos e negros. No entanto, verifica-se que existe uma proporção maior de mulheres negras com filhos, como chefes de seus domicílios. Percebe-se que mulheres negras e brancas passaram a contribuir mais com o sustento da família, através de inserção no mercado de trabalho, porém, entre as brancas, o aumento da contribuição para a renda de suas famílias passou de 32,3% para 36,1%, e, entre as negras, o aumento foi de 24,3% para 28,5%.

> Mais expressivas foram as diferenças no número médio de horas trabalhadas em afazeres domésticos. As mulheres negras ocupadas despendiam, em média, 22,0 horas semanais e os homens, 9,8. Já as mulheres brancas passavam 20,3 horas e os homens, 9,1, o que sugere uma relação de gênero mais desigual entre as negras. (IPEA, 2011, p. 13).

Para Faustino (2012), dados referentes às condições do negro no Brasil revelam que o racismo é um fator indiscutivelmente decisivo para a produção de iniqüidades na saúde do negro e ainda, que num sentido positivo, estes mesmos dados podem servir como ponto de partida para a tomada de decisões importantes no que concerne à adoção de políticas públicas adequadas às necessidades do negro.

Uma das obras selecionadas para pautar este capítulo é o Manifesto Anti-Racista: Ideias em prol de uma utopia chamada Brasil, de Marcelo Paixão. Nele, há um inventário dos aspectos nos quais o negro está em visível desvantagem no país, em relação ao branco. Paixão (2004) defende que, o impacto da pobreza e das diferenças que atingem a milhares de brasileiros, acontece de forma desproporcional, sendo que mazelas sociais tendem a se concentrar em "mulheres, em determinados grupos raciais e étnicos, sobre certas faixas etárias e sobre determinadas regiões do país". (PAIXÃO, 2004, p. 11). Tudo isso indica que, para que haja a justiça social, expansão dos direitos plenos de cidadania e consolidação da democracia no Brasil, é preciso rever o papel de cada segmento dentro da pirâmide social.

Em seu livro "Como e por que as desigualdades sociais fazem mal à saúde", Rita Barradas Barata (2009, p. 56) defende que "a discriminação praticada contra determinados grupos étnicos é um meio de expressar e institucionalizar relações sociais de dominação e repressão". Trata-se, portanto, de "um fenômeno sancionado socialmente, justificado pela ideologia e expresso em relações pessoais e institucionais, visando ao privilégio dos grupos dominantes às custas da exclusão e dominação dos outros". (BARATA, 2009, p. 56).

A discriminação racial apresenta seus reflexos ou efeitos no plano físico e biológico dos sujeitos que são por ela atingidos. Logo, ao se tratar das condições de saúde do negro, além de

considerar as diferenças existentes no tratamento dado a esses indivíduos, por conta do racismo, existe ainda a falta de profissionais capacitados para atenderem às necessidades e peculiaridades de sua etnia, como defende Barata (2009). É possível atribuir ao preconceito e racismo existentes no Brasil, a razão de muitos males relacionados à saúde do negro. De acordo com Barata (2009), problemas de saúde podem ser atribuídos à exposição a situações de discriminação e racismo: "transtornos mentais, hipertensão arterial, baixo peso e prematuridade, doenças cardíacas, diabetes e obesidade, abuso de álcool e drogas e tabagismo". (BARATA, 2009, p. 67).

Até mesmo a formulação de políticas públicas teve como base as interpretações racistas, o que contribuiu para aumentar, ao invés de solucionar o problema das desigualdades:

> Efetivamente, o racismo, que nasce no Brasil associado à escravidão, consolida-se após a abolição, com base nas teses de inferioridade biológica dos negros, e difunde-se no país como matriz para a interpretação do desenvolvimento nacional. As interpretações racistas, largamente adotadas pela sociedade nacional, vigoraram até os anos 30 do século XX e estiveram presentes na base da formulação de políticas públicas que contribuíram efetivamente para o aprofundamento das desigualdades no país. (THEODORO, 2008, p. 24).

Os negros, em outras palavras, são os que mais sofrem os prejuízos decorrentes da pobreza, da miséria, da falta de oportunidades, do descaso político, da falta de escolaridade, sendo raras as possibilidades de superar a sua condição, sendo ainda pior, o repasse dessa realidade aos seus descendentes, como um círculo vicioso. Dessa forma, percebe-se, diante do tratamento recebido da sociedade, que o negro carece de esperança e de perspectivas mais positivas em relação ao seu futuro. Acerca desse tema Bento e Beghin (2005) defendem que:

> De um lado, constata-se um ambiente escolar pouco hospitaleiro para os negros, que engendra a evasão ou torna a trajetória educacional mais acidentada; de outro, a grande dificuldade de inserção qualificada no mercado de trabalho. No final da linha observa-se, com estarrecimento, um quadro de genocídio. É óbvio que esse quadro não favorece a esperança, não estimula a dedicação aos estudos, não alimenta uma perspectiva otimista de futuro. Como confiar em si próprio, como acreditar na meritocracia, como avançar se, de antemão, sabe-se que o tratamento será negativamente diferenciado? O desalento, a desesperança, o não ter com quem contar atravessa o cotidiano desses jovens (BENTO e BEGHIN, 2005, p. 195).

Em resumo, o Relatório do IPEA (2011, p. 17) conclui que "a população negra predomina na população brasileira, é mais jovem, tem mais filhos, é mais pobre e está mais exposta à mortalidade por causas externas, especialmente homicídios".

No capítulo seguinte, as políticas públicas, as ações afirmativas, e dentre as quais, as cotas raciais, serão discutidas como de suma relevância para a mudança desse quadro de exclusão do negro no Brasil. Em síntese, as estatísticas ora apresentadas evidenciam que estes dados negativos, que apontam para a condição de desvantagem do negro brasileiro, podem servir para fundamentar a necessidade de cotas e de ações afirmativas, uma vez que denotam a existência do racismo. De acordo com Santos e Scopinho (2011):

> Recentemente, no contexto da polêmica discussão sobre a institucionalização das políticas de ações afirmativas, os indicadores sobre as condições de vida da população negra têm sido analisados e utilizados para retratar a existência do racismo que dificulta o acesso dos negros às diferentes instâncias sociais. (SANTOS e SCOPINHO, 2011).

Além de todos esses dados e fatores excludentes ou que demonstrem as desigualdades existentes entre brancos e negros no Brasil, existe ainda o racismo institucional, que não pode ser negligenciado ao se considerar a saúde do sujeito que dele é vítima. Este tipo de racismo é apontado por Jaccoud (2008) como:

> (...) o fracasso coletivo das organizações e instituições em promover um serviço profissional e adequado às pessoas devido a sua cor, cultura, origem racial ou étnica. Ancorada em um esquema interpretativo que reconhece a existência de fenômenos sociais irredutíveis ao indivíduo, e apontando a reprodução de práticas discriminatórias que se assentam não apenas em atitudes inspiradas em preconceitos individuais, mas na própria operação das instituições e do sistema social, o enfoque do racismo institucional oferece uma nova abordagem analítica e uma nova proposta de ação pública. (JACCOUD, 2008, p. 5).

Depreende-se de todos estes dados estatísticos que a condição de desvantagem do negro é uma realidade vergonhosa no Brasil e que precisa ser mudada. Tais dados também apontam para a necessidade de medidas e políticas públicas, de ações afirmativas e leis específicas direcionadas ao negro, tendo em vista diminuir essas diferenças de oportunidades entre os diferentes grupos étnicos que constituem o Brasil. O capítulo a seguir tem este objetivo: apontar alguns avanços na legislação vigente, apontar as ações afirmativas como necessárias para dirimir os problemas de exclusão do negro e, ainda, de identificar algumas políticas públicas existentes e seus impactos para a etnia ora em estudo.

## 4.4 ALGUNS AVANÇOS: POLÍTICAS PÚBLICAS, LEGISLAÇÃO VIGENTE E AÇÕES AFIRMATIVAS

Este capítulo tem por objetivo realizar um breve levantamento acerca das políticas públicas e legislação vigente referentes ao nego no Brasil, apresentando, concomitantemente a estes dados, reflexões sobre as ações universais e específicas existentes, defendendo nesse espaço, a necessidade das cotas raciais, como ação afirmativa, para dirimir os problemas de exclusão do negro. Para tanto, parte do levantamento de algumas medidas, políticas públicas e leis que visem discutir e/ou solucionar o problema da condição de desvantagem do negro no país.

### 4.4.1 Algumas Conquistas Históricas

A seguir, algumas conquistas históricas em relação à luta pela inclusão social do negro, envolvendo, sobretudo, aspectos voltados para a educação. De acordo com Silva (2011), foram os seguintes:

**- Década de 50:** foram firmadas alianças acadêmicas, no sentido de se produzir um saber crítico em relação à realidade dos negros no Brasil, foram atores dessas alianças, intelectuais e ativistas.

Neste mesmo período, surgem os primeiros estudos referentes aos livros didáticos no Brasil, tendo por finalidade a identificação e análise dos preconceitos e estereótipos raciais neles presentes.

**- Décadas de 60 e 70:** os militantes desvelam a existência da ideologia da democracia racial – e, como foi possível verificar no capítulo que trata sobre as ideologias, trata-se de uma concepção existente até os dias de hoje.

De acordo com Fernandes (2011) é a partir do final da década de 70 que questões de gênero e etnia passam a ser discutidos de maneira mais incisiva no Brasil. O movimento

indigenista reivindica a demarcação das terras indígenas e o direito à própria cultura, enquanto os movimentos de consciência negra buscam valorizar a cultura afro-brasileira, lutando ainda contra o preconceito e a discriminação.

- **Década de 80:** retomaram-se os estudos sobre o preconceito e estereótipos raciais em livros didáticos. Dessas pesquisas chegou-se ao seguinte resultado: havia uma depreciação dos negros em detrimento à valorização dos brancos.

É no ano de **1982** que houve mudanças significativas tanto na busca pela inclusão escolar do negro, quanto na forma de atuação dos governos estaduais e municipais. Nas Secretarias de Educação, buscavam mudanças nos currículos, tendo em vista, a inclusão do negro.

Em **1984,** grupos afrodescendentes reforçaram essa necessidade de revisão curricular, ao se reunirem em São Paulo e promoverem discussões ferrenhas sobre o tema. Ainda na década de **80**, o movimento negro esteve envolvido em mobilizações para denunciar o racismo e a ideologia escolar dominante. Foram alvos de análise neste período, o livro didático, currículo, formação de professores, entre outros pontos.

**- Década de 90:** as entidades negras paulatinamente vão substituir suas denúncias por ações concretas. Desde 1994 o Núcleo de Estudos do Negro – NEN – financiado pela Fundação Ford vem realizando seminários, publicando cadernos de pesquisas educacionais e tratando do tema do negro e da educação. O Centro de Estudos Afro-orientais – CEAO, em Salvador, com o apoio da Universidade Federal e Estadual da Bahia, tem organizado encontros de professores do ensino fundamental, buscando capacita-los para lidar com o tema pluralidade cultural.

Em **1996,** as questões voltadas para os aspectos raciais entraram como um importante critério para avaliação dos livros didáticos adquiridos e distribuídos pelo Programa Nacional do Livro Didático – PNLD.

No ano de **1998** houve a inclusão da Pluralidade Cultural entre os Temas Transversais nos PCN's – Parâmetros Curriculares Nacionais.

- **2003:** a publicação da Lei nº 10.639 tornou obrigatório o ensino de História da África e dos afrodescendentes nos ensinos fundamental e médio, com a determinação de que o tema deveria ser tratado sob uma perspectiva positiva, mostrando a importância e a contribuição da África para o desenvolvimento da humanidade.

Segundo Silva (2011), atualmente os movimentos negros em sua maioria aliaram-se à esfera pública e também às organizações não-governamentais, parcerias existentes em vários Estados do país que desenvolvem um papel educativo voltado para melhorar a autoestima de crianças e jovens negros. Exemplos dessas ações podem ser vistas nos projetos desenvolvidos pela Escola de Samba Estação Primeira de Mangueira, no Rio de Janeiro, e pelos afoxés Ilê Ayê, Araqueto e Olodum, em Salvador. De acordo com Silva (2011, p. 5):

> Mesmo assim, ainda há uma defasagem grande de alunos nas escolas, os movimentos afrodescendentes continuam a reivindicar a educação escolar para todos. Como também aumentar o índice de estudantes na universidade, um assunto espinhoso. Algumas ações nesse sentido já estão sendo postas em prática, como por exemplo, as cotas, o Prouni e o pré-vestibular para negros e pobres. A experiência está no início, alguns acreditam na iniciativa, outros a condenam; é preciso que participemos, que reflitamos sobre a imensa dívida que o país tem para com a sociedade negra, e que exijamos uma cidadania mais efetiva para todos. (SILVA, 2011, p. 5).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), de acordo com o que determina a Constituição Federal de 1988, ratifica que "o ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e européia" (art. 26, § 4º).

O Ministério da Educação (MEC), por meio dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) reconhece a necessidade de uma educação multicultural, e apresenta o tema transversal Pluralidade Cultural, visando à superação de uma situação apontada por Fernandes (2005), a seguir:

> Apesar desse fato incontestável de que somos, em virtude de nossa formação histórico-social, uma nação multirracial e pluriétnica, de notável diversidade cultural, a escola brasileira ainda não aprendeu a conviver com essa realidade e, por conseguinte, não sabe trabalhar com as crianças e jovens dos estratos sociais mais pobres, constituídos, na sua grande maioria, de negros e mestiços. (LDBEN, p. 379).

"Nesse sentido, a escola deve ser local de aprendizagem de que as regras do espaço público permitem a coexistência, em igualdade, dos diferentes". (BRASIL, 1997).

> Além dos PCN, dispomos das diretrizes curriculares elaboradas pelo CNE para o ensino fundamental e médio. Recentemente, esse órgão normativo e consultivo do MEC instituiu, com base em excelente parecer da conselheira Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, as diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. (FERNANDES, 2005, p. 383).

Existem medidas legais e políticas públicas de grande significado para a etnia negra, embora mereçam maiores atenções na prática. É um exemplo disso a Lei 10.639, de 09 de janeiro de 2003, na gestão do governo Luís Inácio Lula da Silva, que altera a Lei nº 9.394 (BRASIL, 1996), de 20 de dezembro de 1996 e que é referente às Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, incluindo a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", no currículo oficial da rede de ensino. Tal lei torna obrigatório, no currículo escolar da educação básica o "estudo da História da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil" (art. 26-A, § 1º). Tem-se, dessa forma, uma temática interdisciplinar, que deve ser explorada, especialmente, nas disciplinas de Educação Artística, Literatura e História do Brasil.

Esta lei passa a integrar no calendário escolar, uma importante data para o Movimento Negro: o dia 20 de novembro, em referência ao dia da morte do mestre negro, Zumbi dos Palmares, consagrado como o Dia da Consciência Negra.

Embora signifique um avanço, esta lei se depara com um sério empecilho: a capacitação de professores para atuarem com esta temática.

Dessa forma, e segundo esta lei, não basta apenas abordar sobre a Cultura Afro-Brasileira nas escolas, mas importa, de igual modo, fazer com que as reflexões realizadas no âmbito escolar, visem à valorização e à inclusão, ao levantamento de aspectos importantes sobre o negro, a sua força, as suas crenças, a sua história como *sujeito,* não como mero *objeto* da História. O objetivo do profissional ao tratar de tais questões deve ser sempre o de conscientizar sobre as diferenças e inúmeras possibilidades humanas de ser e de existir. De acordo com Gusmão (2005):

> O conhecimento e a aproximação de povos e nações distintos geram uma maior consciência da diferença nos estilos de vida e nas orientações valorativas, que pode tanto expandir o horizonte de compreensão da própria sociedade e cultura quanto se fechar para reforçar identidades étnicas, nacionais ou políticas sectárias que se sentem ameaçadas (GUSMÃO, 2005, p. 116).

Sob uma ótica mais objetiva, que considere o fazer docente, há algumas práticas educativas tradicionalmente perpetuadas e que reforçam a discriminação. Com relação ao negro, por exemplo, há muitas práticas errôneas adotadas por formadores de valores e de opiniões, a saber:

> - Abordagem da história dos negros a partir da escravidão;
> - Apresentação do continente africano cheio de estereótipos, como o exotismo dos animais selvagens, a miséria e as doenças, como a aids;
> - O pensamento de que o trabalho sobre a questão racial deve ser feito somente por professores negros para alunos negros;
> - A crença no mito da democracia racial. (BENCINI, 2004, p. 50).

Da mesma forma em que tais atitudes tendem a aumentar o problema da exclusão e da discriminação, Bencini (2004) cita algumas atitudes positivas, que dão suporte e significado ao ensino sobre a Cultura Afro Brasileira, tais como:

> - Aprofundar-se nas causas e conseqüências da dispersão dos africanos pelo mundo e abordar a história da África antes da escravidão;
> - Enfocar as contribuições dos africanos para o desenvolvimento da humanidade e as figuras ilustres que se destacaram nas lutas em favor do povo negro;
> - A questão racial é assunto de todos e deve ser conduzida para a reeducação das relações entre descendentes de africanos, de europeus e de outros povos.
> - Reconhecer a existência do racismo no Brasil e a necessidade de valorização e respeito aos negros e à cultura africana. (BENCINI, 2004, p. 50).

Esta lei visa superar a concepção positivista da historiografia brasileira e a visão monocultural e eurocêntica da história do país, por meio de uma renovação teórico-metodológica. O resultado disso é a negação das contribuições do índio e do negro na constituição do país. A escola "não sabe trabalhar com as crianças e jovens dos estratos sociais mais pobres, constituídos, na sua grande maioria, de negros e mestiços". (FERNANDES, 2005, p. 379). E ainda:

> Nega-se ao negro a participação na construção da história e da cultura brasileiras, embora tenha sido ele a mão-de-obra predominante na produção da riqueza nacional, trabalhando na cultura canavieira, na extração aurífera, no desenvolvimento da pecuária e no cultivo do café, em diferentes momentos de nosso processo histórico. (FERNANDES, 2005, p. 379).

A importância dessa lei está no fato de que "a instituição escolar tem um papel fundamental no combate ao preconceito e à discriminação, porque participa na formulação de atitudes e valores essenciais à formação da cidadania de nossos educandos". (FERNANDES, 2005, p. 381).

Trata-se de uma grande conquista do ponto de vista da valorização desse povo, no entanto, reconhece-se lacunas nessa lei, posto que não houve uma capacitação profissional concomitante à sua instituição, sendo que a obrigatoriedade da temática exige um tratamento

peculiar. Como garantir que esse espaço na escola não reproduza e/ou dissemine ideologias já arraigadas, referentes ao negro?

Outra política pública relevante diz respeito ao Programa Nacional de Direitos Humanos, que, na gestão de Fernando Henrique Cardoso, estimulou a "elaboração de livros didáticos que enfatizassem a história e as lutas do povo negro na construção do nosso País, eliminando estereótipos e discriminações" (Brasil, 1996, p. 31), por meio do Ministério da Justiça.

### 4.4.2 A Necessidade das Cotas Raciais como Ações Afirmativas para a Promoção da Igualdade e da Cidadania

Ao considerar a importância do negro para a constituição do país, Nabuco (2000) destaca diversos aspectos nos quais o negro atuou, sem deixar dúvidas no tocante à grande dívida existente em relação a esta etnia:

> Tudo o que significa luta do homem com a natureza, conquista do solo para a habitação e cultura, estradas e edifícios, canaviais e cafezais, a casa do senhor e a senzala dos escravos, igrejas e escolas, alfândegas e correios, telégrafos e caminhos de ferro, academias e hospitais, tudo, absolutamente tudo que existe no país, como resultado trabalho manual, como emprego de capital, como acumulação de riqueza, não passa de uma doação gratuita da raça que trabalha à que faz trabalhar. Por esses sacrifícios sem número, por esses sofrimentos, cuja terrível concatenação com o progresso lento do país faz da história do Brasil um dos mais tristes episódios do povoamento da América, a raça negra fundou, para outros, uma pátria que ela pode, com muito mais direito, chamar sua. Suprima-se mentalmente essa raça e o seu trabalho, e o Brasil não será, na sua maior parte, senão um território deserto, quando muito um segundo Paraguai, guarani jesuítico. (NABUCO, 2000, p. 10).

Trazendo essa discussão para os dias atuais, pode-se dizer, refletindo sobre as estatísticas apresentadas neste estudo, que o negro é respeitado no Brasil? Que ele tem o direito à equidade? A análise de estatísticas referentes aos IBGE e ao IPEA, no capítulo anterior, são suficientemente capazes de responder negativamente a estas questões. A pergunta seguinte é o que fazer para diminuir o hiato existente entre importância do negro para o Brasil e desvalorização do Brasil para com o negro.

Se por um lado Nabuco (2000) defendia que o negro havia construído todo o país, nos seus mais variados aspectos, por outro, acreditava que a escravidão minava o nosso desenvolvimento. E muitos dos aspectos por ele enumerados encontram eco na realidade do país, mesmo em pleno século XXI:

> - Moralmente é a destruição de todos os princípios e fundamentos da moralidade religiosa ou positiva - a família, a propriedade, a solidariedade social, a aspiração humanitária;
> - Politicamente, é o servilismo, a degradação do povo, a doença do funcionalismo, o enfraquecimento do amor da pátria, a divisão do interior em feudos, cada um com o seu regime penal, o seu sistema de provas, a sua inviolabilidade perante a polícia e a justiça;
> - Econômica e socialmente, é o bem estar transitório de uma classe única, e essa decadente e sempre renovada;
> - A eliminação do capital produzido, pela compra de escravos;
> - A paralisação de cada energia individual para o trabalho na população nacional;
> - A importância social do dinheiro, seja como for adquirido;
> - A venda dos títulos de nobreza;
> - A desmoralização da autoridade desde a mais alta até a mais baixa;
> - A impossibilidade de surgirem individualidades dignas de dirigir o país para melhores destinos, porque o povo não sustenta os que o defendem, não é leal aos que se sacrificam por ele, e o país, no meio de todo esse rebaixamento do caráter, do trabalho honrado, das virtudes obscuras, da pobreza que procura elevar-se honestamente, está, como se disse dos Estados do Sul, "apaixonado pela sua própria vergonha". (NABUCO, 2000, p. 98).

O Brasil da atualidade tem como fortes traços, muitos dos aspectos supracitados por Nabuco (2000). E não parece exagero afirmar que, enquanto o país seguir em sua tendência de negligenciar a condição inferior do negro, o tratamento a ele dispensado e a tendência em segregá-lo das oportunidades que deveriam ser iguais para todos - e isso inclui as demais etnias ou grupos discriminados - o desenvolvimento do país continuará comprometido.

> A parte da população nacional que descende de escravos é, pelo menos, tão numerosa como a parte que descende exclusivamente de senhores; a raça negra nos deu um povo. Em segundo lugar, o que existe até hoje sobre o vasto território que se chama Brasil foi levantado ou cultivado por aquela raça; ela construiu o nosso país. Há trezentos anos que o africano tem sido o principal instrumento da ocupação e da manutenção do nosso território pelo europeu, e que os seus descendentes se misturam com o nosso povo. Onde ele não chegou ainda, o país apresenta o aspecto com que surpreendeu os seus primeiros descobridores. (NABUCO, 2000, p. 10).

O atual contexto de exploração do negro, assim como aconteceu no passado, revela um certo conformismo. Como afirmava Nabuco (2000, p. 97) "A escravidão tirou-nos o hábito de trabalhar para alimentar-nos"; hoje, manter grupos excluídos das oportunidades sociais significa não ter de reparar danos, de rever posturas e concepções, de dividir aquilo que deve ser igual para todos, de conviver com as diferenças. É por tudo isso que a revolta do negro, seus movimentos, sua relutância, sua resistência, suas cobranças e lutas são as armas mais significativas para a promoção da mudança da condição inferior em que ainda vive. Quaisquer conquistas obtidas são frutos de sua mobilização e cobrança por seus direitos. Pode-se afirmar, portanto, que nenhuma lei jamais foi inventada em prol do negro, sem que ele não precisasse reivindicá-la. (PAIM, 2003).

Ao se considerar o nível de desvantagem dos negros, no que diz respeito à igualdade de condições sociais, nota-se a importância das ações afirmativas como medidas que, apesar de não solucionarem o problema imediatamente e em sua raiz, conferem ao processo de inclusão do negro, um cunho mais voltado para a prática e para a transformação, uma vez que possui sentido imediatista. Entende-se como ação afirmativa, o conjunto de políticas sejam elas públicas ou privadas "concebidas com vistas ao combate da discriminação de raça, gênero, etc, bem como para corrigir os efeitos presentes da discriminação praticada no passado" (Gomes 2005, p. 165).

Quanto aos objetivos das ações afirmativas, segundo Gomes (2005, p.165), eles são:

> Induzir transformações de ordem cultural, pedagógica e psicológica, visando a tirar do imaginário coletivo a ideia de supremacia racial versus subordinação racial e/ou de gênero; coibir a discriminação do presente; eliminar os efeitos persistentes (psicológicos, culturais e comportamentais) da discriminação do passado, que tendem a se perpetuar e que se revelam na discriminação estrutural; implantar a diversidade e ampliar a representatividade dos grupos minoritários nos diversos setores; criar as chamadas personalidades emblemáticas, para servirem de exemplo às gerações mais jovens e mostrar que elas podem investir em educação porque teriam espaço.

Na medida em que ações afirmativas são direcionadas ao negro, pode-se concluir que algumas iniciativas concretas estão sendo realizadas, o que não significa mudança estrutural em relação ao problema, porém, remetem às medidas que já resultam em ações mais positivas, na mudança da situação atual de alguns sujeitos, o que é sempre melhor que o descaso e a inércia da sociedade e da política brasileiras em relação à condição à sua condição.

O sistema de cotas nas universidades públicas, por exemplo, configura-se como uma maior oportunidade para alguns indivíduos, pois, valendo-se desse sistema, o negro socialmente menos favorecido pode ter a experiência de nova realidade, uma possibilidade que, talvez jamais tivesse se a perseguisse por meio da concorrência desigual, como a vigente. Embora a instituição em análise não disponha da reserva de cotas raciais, foi no ano de 2012 que o Congresso Nacional brasileiro passou a julgar esse sistema como constitucional, o que certamente propiciará maiores oportunidades de reflexão e de se pensar a inclusão do negro na educação superior sob novas perspectivas.

De acordo com Durhan (2003, p. 54), "as cotas constituem mecanismos extremos de ação afirmativa. Visam diminuir as diferenças de oportunidades existentes entre sujeitos de diferentes etnias ou gêneros, nos diversos espaços sociais". Trata-se, dessa forma, da "reserva de um percentual determinado de vagas para um grupo específico da população - negros,

mulheres, gays entre outros - principalmente no acesso à universidade, ao mercado de trabalho e à representação política". (Durhan, 2003, p. 71).

Depreende-se disso que, as ações afirmativas ou leis direcionadas ao negro, visando à sua inclusão, tendem a fazer com que a sociedade reconheça os pontos em que os direitos dessa etnia estão sendo violados; servem ainda para apontar onde existem lacunas e o que pode ser feito para dirimir o problema da exclusão. No entanto, nem sempre a teoria encontra eco na prática cotidiana, sendo esse um grande desafio a ser superado.

Para negros, brancos, homens e mulheres, está previsto em lei o direito à educação. No Capítulo III da Constituição da República (1988), intitulado "Da Educação, da Cultura e do Desporto", art. 205, está estabelecido que: "A educação é direito de todos e dever do Estado e da família. Será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade visando ao pleno desenvolvimento da pessoa seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho".

É preciso ainda partir de uma concepção ampla de qualidade de vida, compreendendo que "valores não materiais, como amor, liberdade, solidariedade e inserção social, realização pessoal e felicidade, compõem sua concepção". (MINAYO, HARTZ e BUSS, 2000, p. 9).

As cotas raciais no ensino superior possuem uma relação com a oportunidade de educação do negro. A oportunidade de educação, em síntese, tem relação com qualidade de vida e satisfação pessoal. E ainda que a educação não seja capaz de superar as diferenças existentes entre negros e brancos, a curto prazo, é sabido que mudanças de concepções e de comportamentos podem ser esperados depois de um processo de educação sistemática, para efetivar a igualdade como um valor e contribuir para uma sociedade mais democrática e humana.

Havia no país uma grande polêmica em torno do tema das cotas raciais nas universidades públicas. Havia argumentos de que elas seriam inconstitucionais. No entanto:

> Em abril de 2012 o Supremo Tribunal Federal decidiu pela constitucionalidade da adoção do sistema de cotas nas universidades públicas. Se a Suprema Corte reiterava a continuidade das decisões dos conselhos universitários, meses depois, o Congresso Nacional aprovaria uma lei pelo estabelecimento de cotas em todas as universidades públicas federais. E em 29 de agosto entraria em cena o Palácio do Planalto. A presidenta da República sancionou a Lei 12.711 estabelecendo cotas de no mínimo 50% das vagas das instituições federais para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. (SANTOS, 2013, p. 65).

A respeito desse assunto, Marco Aurélio de Mello (2001) ratifica juridicamente:

> Urge a compreensão de que não se pode falar em Constituição sem levar em conta a igualdade, sem assumir o dever cívico de buscar o tratamento igualitário, de modo a saldar dívidas históricas para com as impropriamente chamadas minorias, ônus que é de toda a sociedade. [...] É preciso buscar a ação afirmativa. A neutralidade estatal mostrou-se um fracasso. Há de se fomentar o acesso à educação; urge um programa voltado aos menos favorecidos, a abranger horário integral, de modo a tirar-se meninos e meninas da rua, dando-se-lhes condições que os levem a ombrear com as demais crianças. E o Poder Público, desde já, independentemente de qualquer diploma legal, deve dar à prestação de serviços por terceiros uma outra conotação, estabelecendo, em editais, quotas que visem a contemplar os que têm sido discriminados. [...] Deve-se reafirmar: toda e qualquer lei que tenha por objetivo a concretude da Constituição não pode ser acusada de inconstitucional. (MELLO, 2001, p. 5).

Não é objetivo deste estudo aprofundar considerações a respeito das cotas raciais. Salienta-se, no entanto, que Telles (org. 2013), apresenta a experiência de sete universidades brasileiras que adotaram este sistema e, em todas elas, os frutos colhidos são positivos, ao passo em que se garantem direitos, efetivamente, seja na educação superior brasileira, seja no mercado de trabalho, de um significativo número de sujeitos historicamente excluídos que, não fossem o sistema de cotas raciais, seguramente não teriam acesso a esses bens e direitos, que são para todos.

Pretende-se aqui apontar para o fato de que a instituição em estudo instituiu o sistema de cotas raciais para pretos, pardos e indígenas, a partir do primeiro semestre de 2013, com reserva de 50% das vagas de todos os cursos e de todos os turnos, segundo os dados do último recenseamento realizado pelo IBGE, atendendo à Lei nº 12.711 de 2012. A partir de Portaria Normativa do MEC, de 5 de novembro de 2012, que resolve sobre a reserva de cotas raciais e a divisão de grupos que atendam aos novos critérios legais, ficam definidos na UFVJM, os parâmetros para a seleção dos estudantes cotistas, "em proporção no mínimo igual à de pretos, pardos e indígenas na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (BRASIL, 2012).

Trata-se de uma grande conquista social, ao se considerar que a UFVJM, até então, adotava o sistema que previa a reserva de 50% das vagas para estudantes egressos do ensino médio que tivessem cursado integralmente o ensino público. A questão étnico-racial passa a ganhar uma nova atenção e um novo significado.

Tal realidade institucional, neste exato momento histórico, conduziu aos seguintes questionamentos: em relação ao processo de inclusão de pretos, pardos e indígenas nas universidades públicas, e, mais especificamente, na UFVJM, que ações são necessárias tendo

em vista promover a inclusão destes sujeitos historicamente excluídos? Como incluir os sujeitos do Vale do Jequitinhonha, pretos, pardos e indígenas, da cidade de Diamantina, sede da instituição?

O primeiro passo deve ser sempre a tentativa de se conhecer, de maneira mais aprofundada, esta realidade, sendo este um dos intuitos deste estudo, embora reconheça as suas limitações. Passo seguinte foi o reconhecimento da necessidade de se consolidar informações a respeito deste processo e de levá-los aos potenciais interessados no ingresso ao ensino superior, ou seja, os estudantes do ensino médio. Buscou-se, dessa forma, realizar um trabalho de cunho prático, qual seja, um projeto de extensão, desenvolvido em cinco escolas diamantinenses, discutindo os temas preconceito, racismo discriminação, *bullying,* inclusão, ideologias, relação entre preconceito e problemas de saúde, entre outros correlatos. Tal projeto também levou informações acerca das cotas raciais, instituídas na UFVJM, cursos existentes, formas de ingresso, quantidade de vagas, bolsas, benefícios e oportunidades institucionais existentes - para incentivar o interesse e a busca pelo ensino superior – a porta de acesso mais segura ao processo inclusivo do sujeito negro e socialmente menos favorecido no país.

Outras ações foram pensadas, a partir da presente pesquisa científica, partindo da temática do negro e da busca pela inclusão, o que resultou na elaboração de um encarte com a descrição dos "Produtos Gerados" no decorrer do Curso de Mestrado Profissional Interdisciplinar em "Saúde, Sociedade e Ambiente".

# 5. RESULTADOS E DISCUSSÃO DOS DADOS

## 5.1 A UFVJM no Contexto do Vale do Jequitinhonha e Breve Histórico dos Cursos da Saúde

### 5.1.1 UFVJM e o Vale do Jequitinhonha

A Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM, em seu percurso como universidade, tem apenas oito anos. Foi criada em 2005, pela Lei 11.173, de 06 de setembro de 2005. "Dentre as 11 Universidades Federais mineiras, é a única instalada na região nordeste do estado, que visa atender especialmente os Vales do Jequitinhonha e Mucuri (SILVA, 2011, p. 12).

A gestão Luis Inácio Lula da Silva (2003-2010) deu ênfase à criação e implementação de novas universidades e campi universitários. Dessa forma, o projeto de expansão e de interiorização da universidade pública ganha corpo. A ampliação das vagas foi outra meta, perseguida através de programas tais como "Expansão (2003), Universidade Aberta do Brasil – UAB (2006) e Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, através do Decreto 6096/2007 (SILVA, 2011, p. 12). Dessa forma, houve no sistema público de ensino superior, maiores oportunidades de acesso, tendo em vista ampliação de IFES e de vagas, além da já referida proposta de interiorização. Além deste aspecto, houve o objetivo deste programa de "promover a inclusão social e reduzir as desigualdades regionais". (SILVA, 2011, p. 22).

A UFVJM é o resultado do Programa Expansão, o que possibilitou a entrada dos chamados "novos universitários", ou seja, parcela da população jovem que, pertencente a um segmento social que, até bem pouco tempo, não constituía o universo acadêmico brasileiro. Britto *et al* (2008) denominam o novo fenômeno como "massificação do acesso".

É importante, no entanto, refletir se esta massificação do acesso abrange o negro, sobretudo, do Vale do Jequitinhonha, onde a universidade encontra-se inserida. É inegável, no entanto, que ela consegue abranger ao sujeito das classes sociais menos favorecidas. De acordo com Silva (2011):

> Nestas instituições observa-se a afluência massiva de um "novo aluno", "oriundo de um segmento social que até recentemente não tinha acesso à Educação Superior e que, normalmente, dispõe de condições de estudo limitadas e pouca convivência com objetos intelectuais e artísticos da cultura hegemônica". O "novo universitário" (SILVA, 2011, p. 23).

A UFVJM, no contexto do Vale do Jequitinhonha, significa a oportunidade de acesso para uma parcela de excluídos. Silva (2011) defende que:

> A criação de uma Universidade Federal nos Vales do Jequitinhonha e Mucuri representou um elemento novo na sua história, que pode contribuir para a ampliação das perspectivas de longevidade escolar de cidadãos oriundos das classes populares. (SILVA, 2011, p. 26).

A UFVJM é uma das 11 universidades federais mineiras, tem sua sede na cidade de Diamantina/MG, com *campi* em Teófilo Otoni/MG, Janaúba/MG e Unaí/MG, sendo que os dois últimos *campi* ainda estão em processo de implantação. Há ainda duas fazendas experimentais em Curvelo e em Couto Magalhães de Minas (MG).

A UFVJM oferece 32 cursos, sendo que ¾ deles ofertados na cidade-sede. Para se ter uma ideia aproximada do significado da UFVJM nos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri, premente se faz a análise de alguns dados, como os seguintes: há 24 cursos de graduação na cidade sede, com a oferta de 1.370 vagas anuais, apresentando o total de 4.259 matriculados em 2012, e o total de 4.391 diplomados.

Em Teófilo Otoni, Campus do Mucuri, há a oferta de 9 cursos, com 540 vagas anuais, 1.902 matriculados em 2012 e 290 diplomados pelos cursos. Somando o total de diplomados de ambos os *campi,* chega-se ao total de 4.681 novos profissionais, somente no ano de 2012. Há ainda a Educação a Distância (EaD), que oferta 4 diferentes cursos e onze cursos de pós-graduação, com 200 diplomados, também no ano de 2012.

É inegável o fato de que estes números revelam oportunidades que, para muitas pessoas dos vales do Jequitinhonha e Mucuri, talvez jamais existissem, não fosse a presença instituição, o que abrange ainda o crescimento e/ou desenvolvimento das cidades nas quais se

encontram os *campi* e as oportunidades de emprego geradas em decorrência das demandas da instituição.

Pode-se depreender desses dados que a UFVJM tem atingido o seu objetivo de promover a inclusão e interiorizar o ensino e o progresso aos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Trata-se de um processo a longo prazo, porém, é possível antever resultados mais imediatos, tais como a formação dos jovens destes vales. No entanto, neste contexto, de expansão e de mais oportunidades, faltam estudos acerca do espaço conquistado pelo sujeito negro, tanto quantitativa quanto qualitativamente.

A tabela a seguir apresenta uma breve cronologia da UFVJM.

| **BREVE CRONOLOGIA DA UFVJM** |
|---|
| **1953**- Fundação da Faculdade de Odontologia de Diamantina (30/09/1953) |
| **1954**- Início do curso de Bacharelado em Odontologia |
| **1960**- Federalização: Faculdade Federal de Odontologia de Diamantina (Fafeod) |
| **1997**- Criação do segundo curso de graduação: Bacharelado em Enfermagem |
| **2002** - Transformação em Faculdades Federais Integradas de Diamantina (Fafeid) com a criação de seis novos cursos (Farmácia, Fisioterapia, Nutrição, Agronomia, Engenharia Florestal e Zootecnia) |
| **2005**- Transformação em Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) (06/09/2005) |
| **2006-** Expansão: Fundação do Campus do Mucuri, em Teófilo Otoni, com a criação de cinco novos cursos (Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Matemática e Serviço Social) |
| **2006** - Expansão: Campus JK, em Diamantina, criação de cinco novos cursos (Ciências Biológicas, Educação Física, Química, Sistemas de Informação e Turismo)<br>**2009** - Expansão: criação de 14 novos cursos nas áreas de Ciência e Tecnologia, Engenharias, Humanidades e Licenciaturas |
| **2011** - Início da oferta de Educação na modalidade a Distância (EaD) com a criação de quatro cursos em 7 cidades/polos de apoio presencial (Administração Pública, Matemática, Física e Química) |
| **2012** - Oferta de EaD em outras 3 cidades/polos de apoio presencial, totalizando 10 polos |
| |

**Tabela 1:** Breve Cronologia da UFVJM
Disponível em: http://www.ufvjm.edu.br/numeros/index.php?option=com_content&view=article&id=6&Itemid=4. Acesso em agosto de 2013.

### 5.1.2 Os Cursos da Saúde/UFVJM

O primeiro curso da área da saúde, graduação em Odontologia, data de 1954, enquanto o de Enfermagem teve início em 1997. Os cursos de Farmácia, Fisioterapia e Nutrição datam de 2002 e o curso de Educação Física foi criado no ano de 2006. Além destes, há previsão de o curso de Medicina ter início no 1º semestre de 2014.

Os cursos da saúde fazem parte da Faculdade de Ciências Biológicas e da Saúde (FCBS), e possuem as seguintes especificidades: os cursos de Odontologia, Farmácia, Fisioterapia e Enfermagem são cursos integrais, com dez semestres letivos ou cinco anos. O

curso de Nutrição é também integral e conta com nove semestres letivos, sendo que o curso de Educação Física possui oito semestres letivos e é o único curso da saúde que é licenciatura e é do turno noturno.

Os cursos da saúde apresentaram o total de 2.284 diplomados no ano de 2012. Há que se considerar, ainda, com relação a estes números, o impacto nos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, desses novos profissionais da saúde, formados a cada ano.

A tabela a seguir ilustra alguns dados em relação aos cursos da saúde, tais como turno de funcionamento, vagas anuais, número de matriculados e de diplomados.

**Faculdade de Ciências Biológicas e da Saúde**

| Curso | Ano de Início | Turno/Duração (Semestre) | Vagas Anuais | Matriculados em 2012 | Diplomados em 2012 | Total Diplomados pelo Curso |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Educação Física (L)** | 2006 | Noturno/8 | 60 | 176 | 22 | 96 |
| **Enfermagem** | 1997 | Integral/10 | 30 | 114 | 0 | 321 |
| **Farmácia** | 2002 | Integral/10 | 60 | 270 | 21 | 286 |
| **Fisioterapia** | 2002 | Integral/10 | 60 | 231 | 23 | 263 |
| **Nutrição** | 2002 | Integral/9 | 50 | 178 | 20 | 266 |
| **Odontologia** | 1954 | Integral/10 | 60 | 275 | 21 | 2284 |

**Tabela 2:** Dados sobre Cursos da Saúde da UFVJM
Disponível em http://www.ufvjm.edu.br/numeros/index.php?option=com_content&view=article&id=6&Itemid=4. Acesso em agosto de 2013.

## 5.2 A Teoria das Representações Sociais

Esta parte do estudo tem por objetivo aprofundar o conceito das representações sociais e relacioná-lo ao negro no Brasil, e, dessa vez, identificando-as nos discursos dos estudantes autodeclarados negros dos cursos da saúde da UFVJM.

A primeira base teórica das Representações Sociais (RS) surgiu em 1961, com a obra "A Psicanálise, sua Imagem e seu Público", do psicólogo social Serge Moscovici (1978). Este estudo ficou conhecido como interacionismo simbólico. Moscovici foi o primeiro a trabalhar como o conceito de representações sociais, inspirado em Durkheim (2002) que analisou o conceito de representações coletivas.

A Teoria das RS refere-se ao estudo das simbologias sociais, ou seja, configura-se como um estudo das trocas simbólicas que os sujeitos desenvolvem em suas relações interpessoais, e ainda, de como tais trocas influenciam a construção do conhecimento partilhado, do conhecimento cultural.

O objetivo da Teoria das RS é abranger uma perspectiva humana coletiva, porém, sem deixar de também considerar o aspecto da individualidade. Elas têm ainda, a finalidade de tornar familiar para o sujeito, aquilo que não lhe é ainda familiar, em sua necesside de conhecer as coisas, eventos e ideias, de classificá-los, de categorizá-los e nomeá-los, numa tentativa constante de internalizar valores e teorias preexistentes e que são amplamente aceitas pela sociedade. Em outras palavras, o homem tem a necessidade de dominar o conhecimento, lançando mão dele em seu cotidiano, e pode-se então afirmar que se trata de um saber construído coletivamente, e que as pessoas compartilham entre si como verdades padronizadas. De acordo com Moscovici (1978, p. 58):

> As representações que fabricamos – de uma teoria científica, de uma nação, de um objeto, etc. – são sempre o resultado de um esforço constante de tornar real algo que é incomum (não familiar), ou que nos dá um sentimento de não familiaridade. Através delas, superamos o problema e o integramos em nosso mundo mental e físico, que é, com isso, enriquecido e transformado. Depois de uma série de ajustamentos, o que estava longe, parece ao alcance de nossa mão; o que era abstrato torna-se concreto e quase normal (...) as imagens e ideias com as quais nós compreendemos o não usual apenas trazem-nos de volta ao que nós já conhecíamos e com o qual já estávamos familiarizados. (MOSCOVICI, 1978, p.58).

Os pensamentos refletem não somente o individual, mas também o social, de forma cristalizada, sem que as pessoas tenham a consciência desse fato. As RS superam o seu status de conceitos e valores e se refletem no comportamento das pessoas, uma vez que as concepções costumam nortear as ações dos sujeitos. De acordo com Moscovici (1978):

> A representação social é uma preparação para a ação, ela não é somente na medida em que guia o comportamento, mas, sobretudo na medida em que remodela e reconstitui os elementos do meio ambiente em que o comportamento teve lugar. (MOSCOVICI, 1978, p. 49).

As RS são um tema de extema importância, ao se partir do pressuposto de que elas conduzem o indivíduo a certos comportamentos.

No presente estudo pretende-se argumentar que, devido ao histórico de servidão do negro, ao qual foi submetido no período da escravidão, as RS a ele direcionadas na atualidade estão carregadas de pré-conceitos, ou seja: muitas das situações de rejeição, segregação, *bullying* e discriminação vivenciadas pelo negro, são decorrentes das RS negativas, construídas e reforçadas ao longo dos séculos, das quais o ele continua sendo alvo no Brasil.

As representações sociais, quando relacionadas ao negro, podem ser consideradas ainda como um produto de defesa da elite branca diante da "ameaça" da negritude, como argumentam Santos e Scopinho (2011):

> Visando defender-se da ameaça da negritude o grupo dominante branco elabora representações e práticas para "conter" a ameaça do outro, o negro. Assim são produzidas representações pejorativas que são difundidas e veiculadas no e pelo grupo social dominante. (SANTOS e SCOPINHO, 2011, p. 27).

Para Rodrigues (1986), os sistemas de representação são constituídos historicamente. É por essa razão que a educação, como possibilidade de trocas e interações, além de construir representações nos indivíduos, é capaz de mudar as concepções dos sujeitos, possibilitando uma visão mais igualitária. Segundo esse autor:

> O fato é que, uma vez constituídos, os sistemas de representações e sua lógica são introjetados pela educação nos indivíduos, de forma a fixar as similitudes essenciais que a vida coletiva supõe, garantindo, dessa maneira, para o sistema social, uma certa homogeneidade. (RODRIGUES, 1986, p. 11).

A homogeneidade acima apontada não pode ser entendida como igualdade universal entre todos os seres humanos. Historicamente, a etnia negra apresenta diferenças em relação às demais etnias e ignorar essa verdade é também uma forma de exclusão. O que parece necessário, no que concerne à educação, é o ensino para a aceitação dessa diversidade, o respeito mútuo, a abertura para a igualdade de oportunidades sociais.

> Para o grupo dominante branco, o negro constitui um sujeito cujas características físicas e culturais fogem daquilo que "deveriam" ser, uma vez que diferem enormemente da "norma" branca. Assim, com o intuito de "familiarizar" a não-familiaridade negra, o grupo hegemônico tece representações sociais que, de um lado, desqualificam o negro, e de outro buscam assimilá-lo, levando-o a aderir a representações sociais e identidades brancas. (SANTOS e SCOPINHO, 2011, p. 32).

Pode-se afirmar que, tendo em vista o papel do movimento negro e das lutas dos simpatizantes ante a causa do negro no país, existem choques das representações que foram construídas pela população, em detrimento daquelas que são defendidas pelos militantes na defesa dos direitos da comunidade negra. (MENIN, SHIMIZU e SILVA, 2008).

A relação existente entre RS e o negro pode ser explicada sob uma ótica do medo. De acordo com Moscovici (1978) o medo diante daquilo que é estranho é algo já arraigado a todo sujeito.Por isso, existe uma ameaça de se perder as referências existentes, os marcos que

davam o sentido de continuidade, e que, por seu turno, propiciavam a compreensão mútua. Por isso, quando a alteridade entra em choque com o que "deveria ser", o sujeito a rejeita, pela ameça à ordem estabelecida. (SANTOS e SCOPINHO, 2011).

Para Jodelet (2001), os estudos de representações sociais que tocam a questão do racismo no Brasil, têm como característica uma espécie de instauração de alteridade-radical, o que resulta da fenda social existente entre brancos e negros:

> Assim, no Brasil, a intensidade do preconceito varia em proporção direta aos traços negróides; e tal preconceito não é incompatível com os mais fortes laços de amizade ou com manifestações incontestáveis de solidariedade e simpatia. Os traços negróides, especialmente numa pessoa por quem se tem amizade, simpatia ou deferência, causam pesar, do mesmo modo por que o causaria um "defeito" físico. (NOGUEIRA, 2006, p. 38).

Ainda em relação ao negro, Moscovici (1978) afirma que as representações sociais emergem a partir de conflitos duradouros que, dentro das culturas, possuem uma estrutura representacional. Reconhece-se a universalidade dos direitos do homem, mas na prática, existe a negação desses direitos em relação aos grupos sociais específicos, como é o caso dos negros. Diante dessa necessidde de explicação desse conflito é que surgem as RS.

Santos e Scopinho (2011) argumentam que as construções e representações sociais acerca do negro, conferiram-lhe uma posição ideologicamente constituída de estereótipos, tais como os descritos a seguir:

> O negro é um ser inferior - intelectual, emocional e socialmente; O negro representa: falta de moralidade, signo de morte e corrupção; em contrapartida, o branco, signo de vida e de pureza.O negro não é civilizado.O negro é propenso a ser criminoso.As representações sociais emergem, portanto, não apenas como um modo de compreender um objeto particular, mas também como uma forma em que o sujeito adquire uma capacidade de definição, uma função de identidade que é uma das maneiras como as representações expressam seu valor simbólico. (SANTOS e SCOPINHO, 2011, p. 33).

Na análise das entrevistas, a seguir, palavras que remetem ao negro e ao branco, expressas pelos estudantes entrevistados confirmam o que Santos e Scopinho (2011) argumentam na citação acima: de que as RS ganham um peso ou valor simbólico por sua função de identidade, elas conseguem, portanto, definir os sujeitos, dar a eles uma identificação específica.

## 5.3 Experiências, Percepções e Representações Sociais dos Discentes Autodeclarados Negros dos Cursos da Saúde da UFVJM

### 5.3.1 Perfil dos Sujeitos desta Pesquisa

Os entrevistados do presente estudo são 10 estudantes da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri; autodeclarados negros, que cursam ou cursaram um dos seis cursos de graduação da área da saúde, nesta instituição. Destes, há uma discente de pós-graduação, recém formada em um curso em mestrado profissional da UFVJM, depois de concluir o curso de Nutrição.

Buscou-se selecionar, dentre os estudantes ora entrevistados, aqueles que se encontram nos dois últimos períodos, de cada um dos seis cursos de saúde existentes na UFVJM, que são: Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Nutrição e Odontologia.

Os nomes originais de todos os participantes foram substituídos por codinomes, escolhidos pela pesquisadora, optando-se por nomes de pedras preciosas, devido ao fato de Diamantina ser uma cidade que tem como atividades econômicas em seu histórico, o garimpo e a mineração. Os entrevistados têm de 22 a 30 anos de idade, são de ambos os sexos, sendo metade deles do Vale Jequitinhonha.

#### 5.3.1.1 Ágata

"Ágata" é do sexo feminino, tem 22 anos, é do noroeste de Minas e terminava o último período do curso de Fisioterapia na UFVJM em 2013, quando participou deste estudo. A forma de ingresso ao ensino superior foi através do vestibular.

Ela é solteira, sem filhos, fez o ensino fundamental em escola particular e tentou o vestibular da UFVJM uma vez, conseguindo êxito em sua primeira tentativa.

Segundo Ágata, a opção pelo curso de Fisioterapia foi porque "dos cursos disponíveis na UFVJM, este foi o que mais tinha a ver" com ela. Gostaria de ter feito como uma primeira opção, o curso de medicina veterinária, mas não "insistiu muito nesse sonho". Apesar disso, afirmou que gosta demais do curso escolhido, e que pretende "ganhar a vida com ele".

Afirma ter muito apoio de sua família em relação aos estudos e ainda, financeiramente, já que deles é dependente para se manter e concluir seu curso em Diamantina.

De uma família, segundo ela, "de poder aquisitivo muito bom", Ágata tem duas irmãs, e vive em uma república com outras três estudantes da UFVJM, todas elas de fora da cidade,

numa casa relativamente confortável (com fogão, geladeira, máquina de lavar, computador com Internet, televisão e quartos individuais), situada num bairro central de Diamantina.

Ágata sente-se muito à vontade na UFVJM e reclama que já sente saudades do tempo em que viveu em Diamantina, local em que, segundo afirma, fez muitas amizades.

#### 5.3.1.2 Bronzita

É do sexo feminino, tem 25 anos, sem filhos, não pertence ao Vale do Jequitinhonha, e possui apenas um irmão mais novo em sua família. É originária de-Corinto e finalizava o último período do curso de Farmácia na UFVJM, quando participou desta entrevista, concluindo-o no primeiro semestre de 2013.

Afirmou ter estudado alguns anos em escola particular, mas que boa parte de sua vida escolar foi em escolas públicas. Vive na mesma casa que Ágata, dividindo as despesas mensais, e contando com os mesmos recursos materiais e/ou domésticos já descritos anteriormente, com exceção de um veículo, que pertence exclusivamente a Bronzita, mas que serve como meio de transporte para o Campus, de todas as moradoras da casa, desde que os seus horários de aulas sejam compatíveis ou que outras atividades acadêmicas coincidam em relação ao local e horário.

Define sua família como de condição financeira "muito boa" e que nunca passou por nenhum tipo de dificuldade financeira ou privações materiais. Afirma que sua família sempre representou total apoio no decorrer do curso, sempre incentivando-a em todos os aspectos e buscando acompanhar de perto o seu desempenho.

Bronzita se ofereceu para ser também entrevistada, ao perceber a participação de Ágata, já que a entrevista aconteceu no domicílio de ambas. Perguntou então sobre o estudo, ao que a pesquisadora explicou que se tratava de um levantamento acerca de opiniões de estudantes dos cursos de saúde que, dentre outros aspectos, abordaria sobre a inclusão do negro no ensino superior e sobre as cotas raciais. Bronzita afirmou que gostaria de opinar sobre o tema inclusão do negro, já deixando evidente o seu desejo de posicionar-se contrariamente ao tema das cotas raciais, e, uma vez que também se encaixava nos critérios de inclusão deste estudo, foi aceito o seu pedido como participante.

Bronzita ingressou na universidade pelo vestibular, e afirma que a opção pelo curso de Farmácia foi mesmo um "acidente de percurso", já que não tinha ideia do que escolher como carreira. "Minha mãe chegou a ficar de mal de mim na época em que me pressionava para eu tentar algum curso, e eu nada..." – recorda achando graça da situação e fazendo menção a um período em que ficou sem estudar depois de ter concluído o ensino médio. Afirma estar feliz

agora por ter certeza do que realmente quer e pela prova de sua conquista que é a formatura com data prevista para o primeiro semestre de 2013.

Bronzita sente-se tão bem acolhida na UFVJM quanto em Diamantina e afirmou que, se o mercado de trabalho nesta cidade fosse mais amplo, certamente que continuaria a viver nela.

#### 5.3.1.3 Cristal

É do sexo feminino, tem 30 anos, pertence ao Vale Jequitinhonha e vive em uma cidade próxima a Diamantina, Couto Magalhães de Minas. Solteira e sem filhos, ela finalizava, em 2013, um dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* ofertados pela UFVJM, quando participou deste estudo, tendo sido bolsista da UFVJM durante os dois anos de curso.

Cristal realizou o seu curso de graduação (Nutrição) na UFVJM e, ao passar por processo seletivo da instituição, foi aprovada para cursar o mestrado profissional. Antes, no entanto, realizou uma pós-graduação *lato sensu* em nutrição clínica, logo após ter terminado a graduação. De acordo com esta estudante, a sua família é "pobre", constituída por seus pais e mais cinco irmãos. Cristal afirmou que entrou na UFVJM por meio de vestibular. O seu desejo era o de fazer o curso de jornalismo ou publicidade, porém, como não havia PROUNI nesta época, acabou optando pelo curso de nutrição, dentre os existentes em sua região, aquele que mais lhe interessou. O curso de graduação representou uma mudança de vida para Cristal, tendo em vista que foi logo absorvida pelo mercado de trabalho, em sua cidade, assim que se formou.

Cristal define que se sentiu bem acolhida na UFVJM, embora tenha afirmado que não se sentiu exatamente "incluída", por razões que serão aprofundadas em sua entrevista.

#### 5.3.1.4 Dolomita

Tem 29 anos, é do sexo feminino, de uma localidade do Vale do Jequitinhonha, casada, mãe de uma filha e está cursando Enfermagem. Segundo esta estudante, o seu ingresso na UFVJM foi um incentivo de sua patroa, pois, ao mudar-se para Diamantina, foi trabalhar em uma loja, para obter o seu próprio sustento. Foi cuidando da mãe de sua patroa - uma senhora idosa e com saúde comprometida - que lhe disseram que ela apresentava "muito jeito para ser médica ou enfermeira", pela forma cuidadosa e técnica com que lidava com a senhora doente. Diante disso, Dolomita alimentou o sonho de fazer o curso, porém, não havia meios de efetivá-lo, porque precisava sustentar-se. A solução encontrada foi deixar o emprego e acelerar o plano de casamento, ficando então o marido, responsável pelas despesas do lar até

que ela terminasse os estudos. A filha veio no segundo ano de curso, porém, Dolomita afirma ter tido muito apoio da instituição no que diz respeito à obtenção de oportunidades e bolsas, o que facilitou sua permanência. “Várias vezes pensei desistir, não por minhas dificuldades financeiras, mas pela minha filha e a dificuldade de acertar alguém legal para cuidar dela para eu estudar. Se tivesse uma creche na UFVJM isso facilitaria a vida de muita gente”. Dolomita atrasou o seu curso por alguns meses, com a vinda da filha, mas retomou suas atividades logo que foi possível. Ela define a condição de seus pais como “muito humilde” e da nova família que definiu como de “classe média baixa, porém, tenho certeza de que mudaremos de condição daqui a poucos anos”. Afirma confiante no curso que escolheu e na carreira futura que poderá desenvolver, somando-se a isso, o emprego do marido. Quanto aos pais, afirmou não ter tido incentivo deles, pois, segundo ela, “eles não valorizam muito os estudos e, se fosse por eles, estaria na roça até hoje, como meus três irmãos mais velhos”. Ingressou na UFVJM pelo vestibular e foram três tentativas consecutivas para ingressar no curso escolhido. Fez um cursinho preparatório e chegou a imaginar que jamais seria possível. Quanto ao acolhimento na UFVJM, Dolomita afirmou que não tem uma opinião formada a respeito. Que há períodos em que ela se sente bem, há outros, a depender dos professores, que ela se sente excluída. “Prefiro dizer que não é uma situação de acolhimento estável. Há altos e baixos e assim a gente vai seguindo adiante, com novidades a cada semestre. E tem a questão das simpatias também”.

#### 5.3.1.5 Esmeralda

Tem 24 anos, é do sexo feminino, natural de Diamantina, Alto Vale do Jequitinhonha, solteira e mãe de um filho. É filha única e vive com seus pais – uma família que define como de “classe média baixa” já que tem os recursos necessários para a sua sobrevivência, porém, necessitando de algum tipo de apoio da instituição para a efetivação do curso.

Esmeralda ingressou ao ensino superior pelo vestibular. Segundo ela, “era a única opção, já que o curso de Nutrição é de 5 anos e nessa época em que entrei não tinha ENEM”. Sua formatura está prevista para julho de 2013.

Segundo Esmeralda, seus pais são “de fundamental importância” para que ela siga estudando, afinal “até mesmo meu filho é a minha mãe quem cuida para que eu possa estudar”- afirma claramente emocionada.

Esmeralda vive num bairro periférico de Diamantina e a opção pelo curso de Nutrição, segundo ela, foi devido ao “amplo mercado de trabalho, sendo mais fácil conseguir um

emprego, mesmo que seja preciso sair de Diamantina, já que aqui já é mais difícil trabalhar nessa área".

Esmeralda afirma se sentir à vontade na instituição, mas reclama que a sua turma é constituída por "99% de brancos". E o maior incômodo em relação ao tratamento desigual percebido entre os estudantes é que, segundo ela, são sempre os mesmos estudantes escolhidos para o desenvolvimento de atividades acadêmicas específicas, como será discutido a seguir.

#### 5.3.1.6 Ônix

Tem 22 anos, é do sexo masculino, solteiro, sem filhos e concluiria o curso de Odontologia no ano de 2012. Ônix é originário da capital mineira e é de uma família que define como "de condição financeira bastante razoável". Ônix vive em uma república com dois outros estudantes, localizada em um bairro central diamantinense. Tem outros dois irmãos, sendo ele, o "irmão do meio".

Ônix afirma ter estudado em um colégio militar a partir do 5º ano do ensino fundamental. Seu pai tem uma alta patente na Polícia Militar de Minas Gerais e a escolha pelo curso de Odontologia foi uma decisão sua, porém, com o apoio da família que o "incentivou bastante" nessa escolha. Ônix afirmou que ingressou na UFVJM pelo vestibular, obtendo sucesso logo em sua primeira tentativa. Quanto à escolha do curso, explicou que nunca teve problemas em definir uma profissão, que "já estava certo de que seria medicina ou odonto. Em qualquer um dos dois que eu passasse, estaria satisfeito".

Este estudante afirmou que sempre foi muito bem acolhido na UFVJM e que, apesar de ser tímido, teve mais problemas no ensino fundamental por essa característica, do que no ensino superior.

#### 5.3.1.7 Fluorita

Tem 23 anos, é do sexo feminino, solteira, sem filhos, natural de Diamantina. Optou pelo curso de Enfermagem, segundo ela por influência de sua mãe, enfermeira. "Cresci assistindo a minha mãe tirando pressão dos vizinhos, dando injeções a qualquer hora do dia ou da noite, e acabava fazendo o mesmo com minhas bonecas, quando era pequena. Isso deve ter ficado gravado em meu subconsciente (risos)". Fluorita estava cursando o penúltimo período quando participou desta entrevista. Afirma que sua família é de classe média hoje, porém, com histórico de muitas dificuldades quando ela e a irmã ainda eram muito pequenas. "Pai e mãe viveram muitas dificuldades, e a gente como era pequena, não entendia direito".

Segundo Fluorita, o incentivo de seus pais para ingressasse no ensino superior foi sempre positivo, porém, ela afirma que sempre foi muito estudiosa e que teria estudado de qualquer maneira. Afirmou ainda que não pretende parar de aperfeiçoar-se "tão cedo".

Fluorita afirma que se sente bem na UFVJM, que nunca teve problemas de se sentir excluída, e que a instituição tem um perfil inclusivo muito importante, "pelo menos para os estudantes negros já ingressos, pois ainda acho que é baixo o número total de negros na UFVJM".

**5.3.1.8. Quartzo**

Tem 24 anos, é do sexo masculino, é originário da cidade de Coração de Jesus/ MG, solteiro, sem filhos, de uma família que define como "de classe média baixa". Vive em uma pensão em Diamantina, e quando participou desta entrevista estava com data marcada para a sua formatura, em 2013.

Segundo Quartzo, a escolha pelo curso de Educação Física foi devido ao fato de sempre ter sido de "personalidade muito inquieta" e, portanto, teria de trabalhar em "algo que fosse realmente dinâmico". Ingressou na UFVJM pelo vestibular, e sobre o apoio da família, Quartzo afirma que este existe, mas de forma bem sutil. "Somos uma família de 2 homens e 2 mulheres, e cada um aprendeu a se virar sozinho muito cedo. Acaba que cada um é responsável por si próprio e isso já é bastante legal para os meus pais, que são muito simples". Quem o ajuda financeiramente é um tio, irmão de seu pai, que por ser aposentado e sem filhos, decidiu por auxiliá-lo durante este período fora de casa, para realizar a sua graduação.

Quartzo afirma sobre a UFVJM, que se sente muito bem acolhido nesta instituição, mesmo porque é bastante "extrovertido e descolado" e que não tem problemas de adaptação. Mas afirma que também é realidade que há casos de estudantes negros na instituição que são, segundo ele, "muito retraídos, tímidos, e nem parecem fazer parte daquele contexto, de tão poucos que são, já incluindo a mim".

**5.3.1.9. Rubi**

Tem 23 anos, é do sexo masculino, solteiro, sem filhos, nasceu em Betim/ MG e optou pelo curso de Educação Física. Segundo ele, a opção pelo curso foi devido ao "gosto pessoal". "Eu nunca me imaginei em outra profissão, é porque gosto demais mesmo". Sua forma de ingresso foi pelo vestibular.

Rubi define sua família como de "classe média", e dela recebeu muito apoio para escolher o curso que mais desejasse. Possui uma irmã mais velha, já inserida no mercado de

trabalho. Vive em uma república com outras duas pessoas, num bairro periférico de Diamantina. Rubi pretende fazer mestrado e dar sequência aos estudos, de preferência em Diamantina, onde já se encontra instalado. Segundo ele, "a concorrência está grande, o mercado de trabalho restrito, e por isso tem que se aperfeiçoar... você sabe... o pessoal está formando novo demais, e logo de cara já passa no mestrado e tal... a gente tem que acompanhar o ritmo que tá acelerado...".

Com relação à UFVJM afirma que se sente bem na instituição, e que o tempo passa tão rápido, pela quantidade de tarefas a cumprir, que ele nem havia parado para pensar neste aspecto. Porém, quando perguntando sobre o número de negros na instituição, defende que este ainda é muito pequeno.

**5.3.2.0 Ametrino**

Tem 24 anos, é do sexo masculino, é originário da cidade de Caetanópolis, solteiro, sem filhos e optou pelo curso de Farmácia. A forma de ingresso foi o vestibular, e este estudante afirma que a escolha pelo curso foi porque "das opções disponíveis, este era o curso preferido. Fiquei um pouco na dúvida antes de começar, mas quando peguei o ritmo, me adaptei rápido e gostei muito".

Com relação à condição financeira de sua família, Ametrino define como "mais ou menos". "Não sobra dinheiro para muita coisa, mas também não falta para as coisas essenciais, sabe como é, né?". Ametrino tem dois irmãos: um mais novo e outro mais velho que ele. Vive em um apartamento de pequenas proporções, de dois cômodos: um quarto e um banheiro, em um bairro central de Diamantina, depois de tentar viver em algumas repúblicas. "Como sou na minha, foi difícil dividir espaço com outras pessoas... tem sempre aquelas pessoas mais largadas, menos preocupadas com disciplina, e eu já sou todo programado, é... eu... preciso de paz pra estudar".

Com relação à UFVJM, afirma que se trata de um espaço no qual ele se sente bem. "Gosto da minha relação com amigos, professores e servidores da instituição, por isso, nada a reclamar".

## 5.4 Categorias de Análise

As questões das entrevistas visaram ao levantamento de alguns dados, apresentados como categorias estabelecidas a seguir:

### 5.4.1 Categoria: Idade

Pretendeu-se, com esta categoria, identificar a idade de cada sujeito participante. A faixa etária dos estudantes negros dos cursos da saúde da UFVJM, autodeclarados negros variou de 22 a 30 anos. Do total de 10 entrevistados, dois deles tinham 22 anos, dois tinham 23 anos, três tinham 24 anos, um tinha 25 anos, um tinha 29 e um tinha 30 anos.

### 5.4.2 Categoria 2: Gênero

Esta categoria visou ao levantamento do gênero dos estudantes participantes do presente estudo. Portanto, dos dez estudantes entrevistados, seis são do sexo feminino e quatro do sexo masculino.

Apesar de ser uma pequena amostra, neste estudo chegou-se ao mesmo dado apontado pelo IBGE: "Além de jovens, mulheres compõem quase 60% do corpo discente pesquisado". O fato de que as mulheres brasileiras estudam mais do que os homens é um dado confirmado pelo IBGE (2009), através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Elas estudam mais tempo e em todas as faixas etárias.

### 5.4.3 Categoria 3: Representatividade dos Estudantes por Origem nos Cursos da Saúde/UFVJM

Esta categoria visou identificar a presença de estudantes negros, do Vale do Jequitinhonha, nos cursos da saúde da UFVJM.

Do total de entrevistados neste estudo, 50% são provenientes do Vale do Jequitinhonha, e 50% de outras regiões.

Embora este estudo parta da hipótese de que, na UFVJM, assim como em boa parte das demais universidades brasileiras, a presença do negro ainda seja tímida, não se pode negar as oportunidades existentes pelo fato de esta universidade se localizar nesta região. Zago (2006) defende que a presença da universidade pública em regiões menos desenvolvidas pode favorecer a inclusão social, reduzindo assim, as diferenças sociais. No entanto, defende também que é preciso ampliar o acesso e fortalecer o ensino público em todos os níveis, por meio de ações políticas articuladas, que atentem para a permanência dos estudantes no sistema educacional.

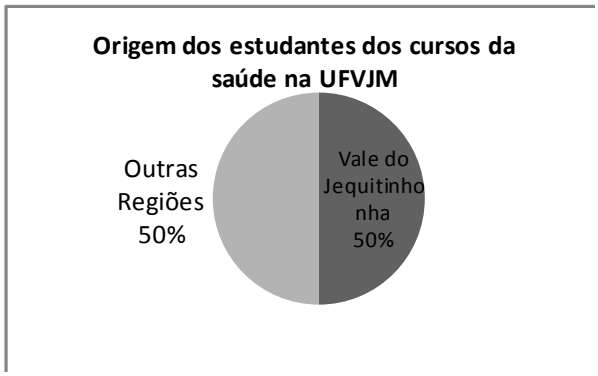


**Gráfico 1:** Origem dos Estudantes Autodeclarados Negros dos Cursos da Saúde da UFVJM
Elaborado pela autora

Os dez entrevistados deste estudo podem ser distribuídos da seguinte maneira, em relação aos cursos da saúde. Educação Física: 02; Odontologia: 01; Fisioterapia: 01; Nutrição: 02; Enfermagem: 02 e Farmácia: 02, conforme demonstra o gráfico abaixo:

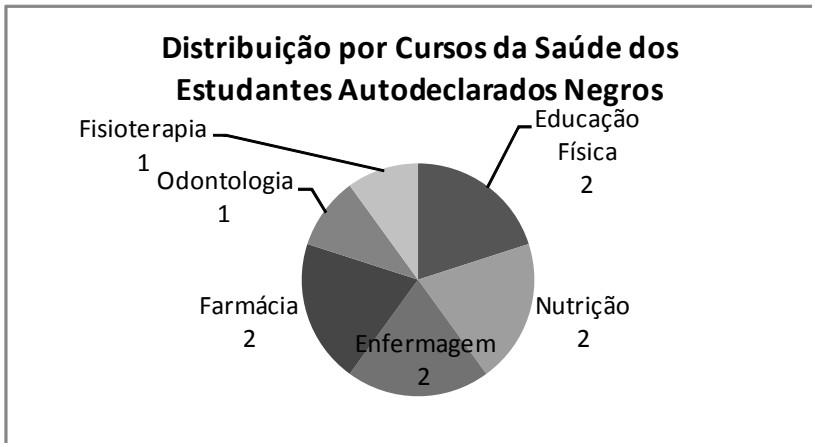


**Gráfico 2:** Distribuição por Cursos da Saúde dos Estudantes Autodeclarados Negros dos Cursos da Saúde da UFVJM
Elaborado pela autora

Com relação aos estudantes do Vale, por curso, a distribuição passa a ser a seguinte: Educação Física: 01; Odontologia: 00; Fisioterapia: 00; Nutrição: 02; Enfermagem: 02 e Farmácia: 00, conforme demonstra o gráfico abaixo:

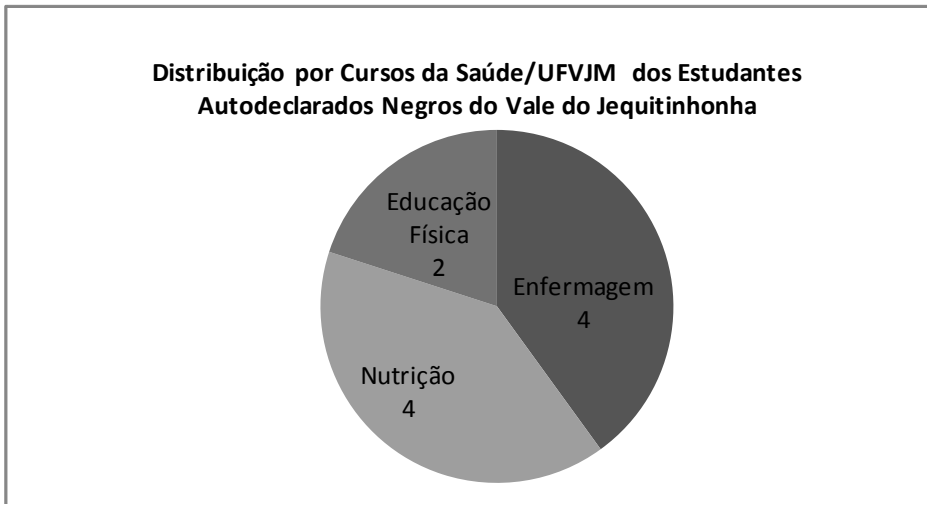


**Gráfico 3:** Distribuição por Cursos da Saúde/UFVJM dos Estudantes Autodeclarados Negros do Vale do Jequitinhonha
Elaborado pela autora

De acordo com Silva (2011):

> Um olhar mais apurado sobre os dados de alguns cursos específicos aponta uma ocupação ainda menor por este público, revelando que mais de 70% das vagas de cursos de maior prestígio social e econômico, como Odontologia, por exemplo, são ocupadas por estudantes oriundos de outras regiões, 20% da região central mineira, 16,7% da Região Metropolitana de Belo Horizonte, 16,7% do Vale do Rio Doce e 16,7% de outros estados da federação, sendo que apenas 13,3% das vagas foram ocupadas por estudantes oriundos do Vale do Jequitinhonha e 3,3% do Vale do Mucuri. (SILVA, 2011, p. 19).

Quanto ao perfil da instituição, se é inclusivo ou não, segundo o olhar de cada entrevistado, Ágata considera que sim, que a UFVJM é inclusiva e que o número de professores, discentes e servidores negros dessa instituição é equivalente ao número de brancos existentes. Questionada sobre a que razão atribui o fato de ser equivalente o número de brancos e negros na instituição, ela explica:

> Acho que como agora as leis... tudo... estão visando beneficiar mais as pessoas, principalmente da raça negra, acho que por isso as pessoas estão tendo uma educação melhor e consequentemente estão conseguindo entrar na universidade. (Ágata)

A afirmativa de Ágata diverge do que afirma Rubi, sobre o mesmo tema:

> Eu sempre senti que a presença do negro era pequena na universidade. Mas tive uma experiência outro dia que só confirmou isso... vou te dar um exemplo bobo...eu tava na lanchonete, esperando ser atendido, e enquanto esperava, assisti passar na TV

> cenas do último Sintegra, numa espécie de canal interno. Na verdade eu queria ver se via um colega meu, que é negro, em uma das cenas que passava sabe? mas acabei tendo facilidade porque não via negro nenhum, nem para comparar ou pra me confundir com meu colega. Fiquei realmente chocado ao perceber o número mínimo de negros na UFVJM, e digo mais: tinha cenas em locais fechados e cenas em locais abertos... meu... fui interrompido pela moça com meu cachorro quente, a que me atendia na hora, lá na lanchonete...adivinha de que raça ela era? Ela era negra... e não era a única negra não, tinha mais uma com ela.Continuei observando e consegui ver mais negros na UFVJM, mas sabe onde? No pessoal dos serviços gerais. É triste, mas é real...

Moura (1988) destaca que a divisão social do trabalho no Brasil coincide com a divisão racial do trabalho. Dessa forma, todo trabalho qualificado como nobre é destinado ou é realizado pela população branca, enquanto o trabalho classificado como braçal, sujo, não qualificado e mal remunerado, continua sendo desenvolvido pelos afrodescendentes, assim como os negros africanos, escravos ou libertos, o desenvolviam no passado. Para Moura (1988), tal situação não apresenta uma mudança significativa no país. As estatísticas atuais confirmam esta afirmativa.

E ainda que não ocupe este lugar secundário na sociedade, desvalorizado e inferior, "O afrodescendente é sistematicamente associado com atividades que são socialmente consideradas de menor valor". (FERREIRA e CAMARGO, 2011, p. 34).

Retomando as opiniões dos estudantes sobre a inclusão na UFVJM, Esmeralda apresenta uma opinião contraditória, pois afirma o seguinte: "Eu acho que ela e inclusiva, apesar de ela ter um número muito menor de negros, ela é inclusiva". Ao explicar melhor a sua opinião, esclareceu que considera a instituição inclusiva no sentido de não constranger, diretamente, os negros, com situações preconceituosas explícitas, porém, é visível o pequeno número de negros que nela se encontram.

Sobre o perfil da UFVJM, no que diz respeito à inclusão do negro, Bronzita opinou que:

> A instituição, a universidade, eu acho que ela é sim, inclusiva, eu acho que o problema não tá na universidade, o problema tá é na educação de base, que a maioria dos negros estudam geralmente na escola pública, não tem base, não tem educação, não tem estrutura pra entrar numa universidade, são poucos os que têm, por isso que eu acho que a minoria é de negros, mas a instituição eu acho que sim, que é inclusiva. (Bronzita)

É possível identificar no discurso do próprio negro, pensamentos disseminados por autores tradicionais, acerca, por exemplo, da solução para a sua inclusão. Permanecem nos dias atuais, posturas disseminadas há mais de uma década, mas que continuam recorrentes. "Claramente, as soluções para iniqüidade de acesso não estão no vestibular [...] o problema da

iniqüidade está, sobretudo, na falta de qualidade do ensino de primeiro e segundo graus". (CASTRO, 2001, p. 122). Tal postura é contrária ao sistema de cotas, pelo caráter imediatista das ações afirmativas, e despreza o fato de que o tempo a ser despendido na educação de base, em sua melhoria, seria necessariamente muito grande, o que significaria mais prejuízo e danos ao negro, já alvo de um sistema excludente.

Assim como Ágata, Bronzita afirma que a UFVJM é inclusiva. Porém, não faz uma relação entre inclusão e número de negros no ensino superior. Bronzita acredita que a UFVJM é inclusiva, mas reconhece que os negros são minoria. Logo, mais uma vez, parece uma observação contraditória.

Ambas as entrevistadas pertencem a famílias de boas condições financeiras. Talvez isso explique o fato de que, como no caso de Bronzita, haja a identificação com a elite, pois, em determinado momento, ela se refere aos negros como "eles", e não se vê como parte desse grupo, já que se autodeclarou negra, demonstrando o fenômeno defendido por Ferreira e Camargo (2011) de que o negro quando pertence ou atinge uma posição social melhor, tende a negar a própria ancestralidade ou de desqualificar as especificidades de sua negritude. De acordo com Bronzita:

> Porque no meu ver, se ***eles*** se esforçarem, procurarem se dedicar aos estudos, o sucesso é certo. Se tem poucos negros na universidade, é porque ***eles*** mesmos não estão querendo... o que não falta é oportunidade. Na época que eu entrei sim... era difícil, mas hoje? Só não faz um curso, uma faculdade, quem realmente não quer. (Bronzita)

Percebe-se, neste posicionamento, que Bronzita destaca o seu ingresso no ensino superior como um sucesso, uma vez que o obteve mesmo numa época em que as coisas eram mais difíceis. No entanto, ignora o fato de que não pode comparar a sua situação de maior privilégio sócio-econômico com a condição de outros sujeitos que, seguramente, não tiveram as mesmas oportunidades que ela. De acordo com Guimarães (2002):

> A classe socioeconômica interfere no desempenho dos membros de todos os grupos de cor: quanto maior a classe socioeconômica do candidato, melhor o seu desempenho, maiores as chances de acesso. A influência da classe também se manifesta por três outras variáveis. Primeiro, a possibilidade de dedicação exclusiva aos estudos: aqueles que não precisam trabalhar têm um desempenho melhor no vestibular. Segundo, e relacionado a esse, o turno em que cursou a escola secundária: aqueles que estudaram no período diurno têm mais sucesso. Terceiro, a natureza do estabelecimento de 1º. e 2º. graus em que se estudou: aqueles que cursaram escolas públicas estaduais e municipais têm menos possibilidade de sucesso. (GUIMARÃES, 2002, p. 75).

Acerca dessa tendência, de os próprios sujeitos negros que se encontram incluídos tecerem relações entre esforço pessoal e conquista, Backes (2007) destaca que:

> Os sujeitos incluídos são levados a produzir explicações atribuindo suas vitórias e seus fracassos ao seu esforço, luta e empenho individual. Isto faz com que vejam os excluídos como sujeitos que não se esforçaram, como preguiçosos ou que não possuem vontade de melhorar de vida. (BACKES, 2007, p. 11).

A respeito dessa inclinação de se culpar o negro sobre sua condição de desvantagem, Ferreira e Camargo (2011) afirmam que:

> Tal estado de coisas tende a manter as configurações das classes sociais através de um processo de retroalimentação, processo que é geralmente justificado como resultante de problemas pessoais da própria pessoa negra, em que ela é responsabilizada pelas dificuldades às quais está submetida. Encobre-se, assim, o fato de que situações sociais concretas determinam que as pessoas negras não tenham as mesmas oportunidades de estudo e de trabalho, dentre outros. (FERREIRA e CAMARGO, 2011, p. 34).

Cristal demonstra uma opinião mais incisiva a respeito do tema. Para ela, a UFVJM não é inclusiva, e argumenta: "Pelo menos na minha área, da saúde, vejo muito poucos negros e não tive nenhum professor negro". No programa de pós-graduação *stricto sensu* do qual Cristal participou, ela era a única estudante negra de uma turma de 17. De um total de 21 docentes, apenas um era negro ou de características negroides.

Carvalho (2005), numa pesquisa pioneira, investigou o número de docentes negros nas universidades brasileiras, e os resultados o levaram a concluir que o Brasil era "o país com um dos sistemas acadêmicos mais racistas do planeta", defendendo, portanto, uma "política de acesso preferencial". Carvalho (2005) questiona sobre a baixa representatividade do negro no universo acadêmico, quando o número de pretos e pardos no país ainda era menos significativo:

> Não encontro paralelo em nenhum país de composição multirracial e multiétnica equivalente à nossa que mantenha, em pleno século XXI, esse grau tão extremo de segregação. Menos de 1% de professores negros nas universidades públicas em um país de 45% de população negra? (CARVALHO, 2005, p. 124).

O estudo revela ainda que o país tem apenas 1% de diplomatas negros num universo de mil profissionais. Outros dados foram os seguintes:

- Dos professores que atuam hoje nas universidades públicas brasileiras, menos de 1% são negros;
- Na Universidade de São Paulo - USP, por exemplo, dos 4,7 mil professores, o número de negros não chega a dez (0,2%);
- Na Universidade Federal de São Carlos, UFSCar, onde há 670 professores, três deles são negros;
- A Universidade de Brasília – UnB possui 15 docentes negros para um total de 1,5 mil profissionais (1%).

Cristal, lançando um novo olharem relação à inclusão na UFVJM - compara o período de graduação com o período de pós-graduação, por ela concluídos e observa que:

> Acredito que não seja uma questão somente da UFVJM, mas da educação no Brasil de modo geral. Mas acredito que a situação já esteja mudando um pouco, durante a minha graduação, de 2004 a 2008, era muito raro ver um negro na instituição, entre discentes e docentes, hoje... 2013, já é possível visualizar que a universidade vem recebendo pessoas de todas as classes e etnias, ainda que os negros, ainda estejam em menor número. (Cristal)

A entrevistada reconhece uma mudança positiva em relação à inclusão do negro, apesar de pequena.

Quanto aos demais estudantes, do total dos dez entrevistados, quatro deles consideram a universidade excludente. Seis consideram a UFVJM uma instituição inclusiva, ainda que, dentre estes, três tivessem afirmado que há uma presença menor de negros.

### 5.4.4 Categoria 4: Vivência de Constrangimento em seu Percurso Acadêmico por ser Negro

Esta categoria visa identificar as ocorrências de situações de discriminação ou de preconceito raciais vivenciados pelos estudantes entrevistados, devido à sua etnia.

Bronzita afirmou que jamais sofreu quaisquer tipos de racismo, preconceito ou discriminação na UFVJM. Também afirmou não conhecer ninguém que tenha sido alvo de preconceito na instituição, tampouco de forma velada. Importante salientar que esta entrevistada não apresenta características negroides, que possam justificar situações de discriminação ou preconceito mais diretos. Por outro lado, a boa condição financeira também pode ser um fator para amenizar este aspecto, já que no Brasil há o preconceito de marca, que, segundo Nogueira (2006) é o preconceito racial exercido em relação à aparência, isto é, às

pessoas pelos seus traços físicos, pela fisionomia, pelos gestos, ou mesmo pelo sotaque, e este é o preconceito existente no Brasil em relação aos negros.

Cristal, por seu turno, responde que:

> Situações mais diretas ou agressivas, não. Mas como durante minha graduação, era a única negra da classe, da turma de nutrição, às vezes, sentia alguns olhares diferentes, mas não tenho certeza se esses eram mesmo devido a minha cor, ou por outro motivo. Mas em um episódio específico, durante um estágio em uma instituição de Diamantina, em que cumpria todas as tarefas designadas a mim, sabia que estava desempenhando bem minha função e mesmo assim, não era bem aceita pelo responsável pelo local, senti que a única explicação seria mesmo o fato de ser negra, já que possuía um perfil diferente dos meus colegas, que foram todos bem recebidos nesse local conforme observação própria. (Cristal)

De acordo com Sodré (2006):

> A discriminação vem do fato de ignorarmos – afetivamente, intelectualmente – que estamos excluindo o outro, o diverso, por não termos possibilidade de lidar existencialmente com a diferenciação [...] E quando o termo comparante sobrevaloriza a si mesmo por se julgar o detentor de uma verdade absoluta, o termo comparado é automaticamente rebaixado e discriminado. (SODRÉ, 2006, p. 5).

Para este autor, o ato de se fazer comparações está relacionado à necessidade humana de exercer poder, de dominar. Para Sodré (2006, p. 18), "os homens não são iguais, nem desiguais: são seres singulares que coexistem em sua diversidade".

Dos dez estudantes, apenas duas afirmaram ter vivido uma situação de discriminação. Cristal diz que sua experiência foi de forma indireta e Esmeralda voltou a denunciar a preferência de alguns professores pelos mesmos estudantes brancos, quando há escolha para participação em atividades acadêmicas, e que, portanto, também sofreu constrangimento por ter sido preterida sempre.

Importante salientar que, em ambos os relatos há a denúncia de uma situação indireta de racismo ou discriminação. A discriminação velada que será tratada a seguir.

Acerca do problema apontado por Esmeralda, referente à preferência pelos estudantes brancos - pode-se afirmar que é esta uma realidade nas escolas. Ela existe no ensino fundamental, médio e continua a existir no ensino superior: "O educador, comumente, não tem consciência do tratamento diferenciado que confere a crianças brancas e negras, pois também é sujeito constituinte e constituído pelo racismo silencioso que atravessa as gerações da sociedade brasileira. (FERREIRA e CAMARGO, 2011, p. 36).

Bento (2002) defende que há um silêncio sobre o lugar que o branco ocupa nas relações sociais brasileiras. Não se problematiza ou se reflete sobre o seu papel nas

desigualdades sociais. O foco é sempre o negro, sendo o problema também dele, exclusivamente.

Dolomita faz referência ao aspecto financeiro, que muitas vezes, acaba servindo como um fator excludente: "Nunca me senti inferior por ser negra, mas vivia restrições em relação aos outros colegas, devido às minhas condições financeiras, então sempre deixava de fazer uma coisa ou outra, mas pela falta de dinheiro". (Dolomita).

Os demais estudantes negam a vivência de quaisquer situações constrangedoras na UFVJM, devido à sua etnia.

### 5.4.5 Categoria 5: Vivência ou Testemunho de Discriminação Velada

Dos dez estudantes, cinco afirmaram ter vivenciado ou testemunhado algum tipo de situação de discriminação velada na instituição. Dolomita explicou que:

> Não explicitamente. As piadinhas sempre existem, né? "ah... preto é preto, faz isso porque é preto, faz aquilo porque é preto", implicitamente tem. Pode ser um comentário cochichado, pode ser um olhar, e às vezes é uma comunicação só com o olhar mesmo... um jogo... neste caso já presenciei, e mais de estudante para estudante. (Dolomita)

Neste momento da entrevista, a discente parece aceitar como naturais, de tão recorrentes as "piadinhas" direcionadas ao negro, enquanto Cristal faz uma séria denúncia, também apontando as "piadinhas":

> Não me lembro de uma situação específica, mas esse tipo de comportamento ocorre o tempo todo, sempre tem uma piadinha, uma coisinha ou outra. Acho que nós negros estamos o tempo todo à prova, temos de mostrar nossa competência o tempo todo... como se tivéssemos de justificar nossa presença ali... lembro que uma vez durante a graduação, uma colega que me disse assim: 'Ainda bem que você é boa aluna e impõe respeito, caso contrário, as pessoas pegariam no seu pé'. Na hora não dei importância ao que ela me disse, mas depois fiquei refletindo o que ela havia dito e agora vejo que ela falava sobre preconceito mesmo, mas não me sinto 'vítima', na verdade tem pessoas preconceituosas, acho que em pleno 2013, essas questões nem deveriam estar sendo mais discutidas, porque já deveríamos ter superado, evoluído a respeito dessas questões, mas infelizmente, quando vejo casos de discriminação, tenho menos esperança nos seres humanos, parece não vamos evoluir nunca. (Cristal)

De acordo com esta experiência, Cristal revela que a discriminação velada é uma constante no espaço acadêmico. O comentário da colega, do qual foi alvo, apresenta os

seguintes significados, que podem ser explicados pelas representações sociais referentes ao negro:

- um negro não pode frequentar o ambiente acadêmico que é um espaço reservado para a elite;
- para fazer parte deste espaço é preciso apresentar alguma característica ou qualidade a mais, bem evidente, para que se consiga o respeito dos colegas;
- caso não haja essa qualidade a mais no negro, seguramente que ele será o alvo de discriminação e preconceito, visto que ocupa um espaço que não lhe pertence no imaginário coletivo e ainda, não apresenta razões que compensem essa "ocupação inadequada".

Fluorita, a respeito de um testemunho de discriminação velada, conta que:

> Eu lembro que foi um professor que tava almoçando, ele era negro, tinha um cabelo diferente e uma colega minha branca criticou o cabelo dele. Ele percebeu a situação, mas fingiu que não viu. E ela ria, despistado, como se ele não tivesse vendo tudo. Uma situação constrangedora, eu acho, e até mais feio pra ela né? Imagina,uma pessoa num lugar onde está aprendendo uma profissão, uma carreira, um futuro, mas que nem aprendeu a lidar com o jeito do outro ser ainda, né? Que tipo de profissional ela vai ser desse jeito? (Fluorita)

O comportamento da estudante parece revelar uma visão preconceituosa, a partir de uma característica física, cor ou estilo pessoal de seu alvo.O fato é que comportamentos como estes, aparentemente ingênuos ou simples, são uma forma de ataque gratuito, pautada na intolerância à diversidade. De acordo com Ferreira e Camargo (2011, p. 36):

> As pessoas negras submetidas a um processo de desvalorização constante tendem a se identificar com uma minoria estigmatizada, sob os rótulos de inferiores, desprovidos de beleza, pobres e incapazes, e fazem parte do segmento da população brasileira que talvez mais sofra o efeito da discriminação e do preconceito, sempre encobertos por frases e gestos ambíguos. (FERREIRA e CAMARGO, 2011, p. 34).

Para Quartzo, ele próprio foi alvo de discriminação velada, porém, somente no início do curso.

> Quando cheguei na universidade, logo nas primeiras aulas, havia um determinado professor que ignorava quando eu levantava a mão para tirar uma dúvida. No início eu pensei que era porque eu me sentava mais no fundo, aí me esforcei mais pra ser visto. O problema era que ele fazia um esforço danado para fingir que não me via. Ficou claro isso... aprendi então a levantar a voz na hora da dúvida, perguntar mesmo e como meus colegas olhavam para trás, pra me olhar, e existia... é... faziam aquele silêncio depois da minha pergunta, ele se viu meio que obrigado a me responder. Foi assim que consegui me impor, mas depois desse impasse, ficamos até bons amigos depois e eu juro que não sei até hoje se era pela minha cor ou se era uma antipatia em relação a minha pessoa. O fato é que fui tratado diferente. (Quartzo)

Esmeralda mais uma vez repete, como um tipo de discriminação velada, a escolha dos mesmos estudantes para o desenvolvimento de atividades acadêmicas. Fica evidente, pela repetição desse argumento, que esta estudante ficou profundamente marcada por esta situação na universidade, talvez porque revele o seu desejo de participar, sempre impedido por uma espécie de "jogo de cartas marcadas" que a excluía. Seu depoimento é no início de sua fala, confuso, ela se mostra nervosa, mas é possível identificar a sua (mesma) denúncia novamente:

> Até em questão de projetos... mas que estão ali mesmo de escolha de estudantes que vão participar de certas atividades.... eu acho que tem relação com a etnia, porque o perfil dos que eram escolhidos era de brancos, da elite. (Esmeralda)

Dos cinco estudantes que afirmaram terem sido alvos ou testemunhas de algum tipo de discriminação velada na UFVJM, nenhum deles tomou quaisquer iniciativas para combater a situação. A atitude mais incisiva das cinco analisadas foi a de Quartzo, ao forçar que o professor cumprisse a obrigação de sanar a sua dúvida em relação ao conteúdo ministrado. No entanto, não houve outras reações mais peremptórias, o que, em tese, poderia combater outros atos semelhantes, dirimindo o problema da discriminação.

Esta categoria demonstrou que no Brasil, existe o assimilacionismo. As formas veladas de discriminação e preconceito estão mascaradas sob a ideia de que eles não existem, pois não se aceita as diferenças no Brasil, todos seriam "iguais". Ribeiro (1996) explica que a postura assimilacionista é contrária ao *apartheid,* já que este tem como características ocasionar o afastamento, aceitar que o outro seja diferente, não admitir a relação com o outro. Ao contrário, o sistema assimilacionista não admite a diferença e tenta mostrar que todos são iguais. Dessa forma, pode-se depreender que o assimilacionista é um importante mecanismo para mascarar a real relação entre brancos e negros no Brasil. (KERN, 2011).

### 5.4.6 Categoria 6: Maiores Dificuldades e Desafios para efetivar Curso

Esta categoria tem por finalidade apresentar os maiores desafios e dificuldades encontrados pelos estudantes negros dos cursos da saúde da UFVJM, em seu percurso acadêmico. Estes dados servem para promover reflexões acerca do tipo de apoio mais necessário ou mais recorrente ao estudante negro, segundo sua própria ótica.

Dentre as maiores dificuldades e desafios para terminar o curso, os estudantes apresentaram as seguintes razões, sintetizadas na tabela abaixo:

| Estudante | Desafios e dificuldades encontrados na efetivação do curso da saúde |
|---|---|
| **1. Ágata** | Não teve quaisquer dificuldades. |
| **2. Bronzita** | A maior dificuldade foi dividir tarefas na república, tarefas que não estava acostumada a desenvolver no ambiente familiar, ao mesmo tempo em que precisava dar conta das provas e trabalhos. |
| **3. Cristal** | Enfrentou uma verdadeira maratona, perdendo noites seguidas de sono, antes e depois de ingressar na universidade, devido à defasagem da educação recebida na escola pública e a necessidade de acompanhar o ritmo dos colegas na UFVJM. |
| **4. Dolomita** | Gravidez durante o curso e falta de uma creche na instituição. Quase desistiu do curso pelas dificuldades em relação à filha ainda bebê. |
| **5. Esmeralda** | Transporte: ganhar o vale transporte não é o suficiente, tendo em vista a necessidade de ônibus em melhor estado e em maior número, para atender à demanda dos estudantes oriundos de vários bairros diferentes. |
| **6. Ônix** | Conseguir visitar a família sem prejudicar o ritmo dos trabalhos e atividades acadêmicas. A distância era grande, o trânsito perigoso e somava-se a isso, um cansaço natural, já que há uma sobrecarga de atividades sobre o estudante, difícil de cumprir. |
| **7. Fluorita** | Ter uma família numerosa e muito unida, sendo comum a visita de familiares, festas, almoços ou churrascos constantes aos fins de semana ou datas especiais, justamente quando era necessário haver silêncio e concentração para poder se dedicar aos estudos. |
| **8. Quartzo** | A falta de dinheiro para manter as necessidades inesperadas que surgem. O estudante citou como exemplo, adoecer longe da família e precisar de algum medicamento mais caro, de alguém para cuidar do doente. Citou o exemplo de um amigo que fez uma cirurgia de apendicite urgente, e estava desprovido de apoio, pela rapidez com que aconteceu o problema e sua internação. |
| **9. Rubi** | Conciliar as responsabilidades advindas da vida acadêmica, com as festas e a rotina noturna que acabou descobrindo e participando na cidade de Diamantina. |
| **10. Ametrino** | Instalar-se em um local no qual pudesse estudar sossegado. Nas repúblicas (2) nas quais viveu anteriormente, não se adaptou, e essas constantes mudanças de um lugar para |

| | |
|---|---|
| | outro acabaram prejudicando a sua rotina acadêmica, causando-lhe certo transtorno. |

**Tabela 3:** Dificuldades e Desafios encontrados pelos Estudantes entrevistados para Efetivação dos Cursos da Saúde
Elaborada pela autora

De acordo com Guimarães (2003), os principais fatores que justificam a grande desvantagem dos negros nas universidades em relação aos brancos são:

> a) Pobreza;
> b) Qualidade da escola pública;
> c) Preparação insuficiente;
> d) Pouca persistência, com pouco apoio familiar e comunitário;
> e) Forma de seleção (o exame vestibular não dá oportunidade para que outras qualidades e potencialidades dos alunos sejam avaliadas). (GUIMARÃES, 2003, p. 259).

Como muitas das razões anteriormente apontadas Guimarães (2003) impedem o próprio acesso ao ensino superior, as razões enumeradas pelos entrevistados divergem um pouco daquelas apontadas por essa autora, mesmo porque, todos os estudantes estão inclusos no sistema educacional.

Dos problemas supracitados, alguns são de cunho subjetivo, que não estão ao alcance da instituição solucionar, tais como "família numerosa", com excesso de barulho que atrapalhava a necessidade de concentração da entrevistada. No entanto, a instituição contribui no sentido de oferecer espaços reservados para o estudante, caso ele precise, com uma estrutura adequada para se estudar, como é o caso das bibliotecas.

O depoimento de Cristal (acerca da maratona de estudos noite adentro) serve para ilustrar a forma como negros passam por uma vida escolar defasada e, para terem acesso ao ensino superior, precisam ainda pagar por um alto preço, para competir de forma igual com os demais, mesmo tendo tido um histórico de oportunidades educacionais desigual, diferente. Trata-se da vítima de um sistema arcando com os prejuízos que teve. Por outro lado, também faz pensar sobre a questão da capacidade: o desejo de adentrar o universo elitista faz com que esta estudante supere a sua condição de desvantagem, obtendo, apesar disso, a vaga almejada. Trata-se de uma forma de luta e de resistência, ante um sistema excludente e segregacionista. De acordo com Schwartzman (2008), Carvalho (2005) *e* Kern (2011), os estudantes das escolas públicas apresentam uma maior defasagem em relação ao ensino que recebem, e, portanto, apresentam maiores dificuldades para acessar as universidades através do vestibular tradicional.

Algumas instituições, visando dirimir este problema de defasagem do ensino das escolas públicas, ofertam bolsas e cursos pré-vestibulares populares, para estudantes negros e de condições financeiras menos privilegiadas. Ao se pensar na questão do ingresso, esta costuma ser uma importante iniciativa. Nascimento (2009, p. 13) defende que tais cursos "reúnem um número expressivo de pessoas na luta pela democratização do acesso ao ensino superior e contra o racismo e a discriminação". Para este autor, estas iniciativas caracterizam um movimento social, ainda que não tenha sido construída uma identidade autônoma.

A ideia de um pré-vestibular para negros teve origem em São Paulo, nos anos de 1982 e 1992, pela pastoral do Negro. No ano seguinte, na Baixada Fluminense, nasceu o Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC), o qual professores foram contratados e havia a concessão de bolsas de estudos para estudantes participantes de Movimentos Negros e Populares. Aderiram a este tipo de ação, São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia, com o objetivo de apoiar negros e trabalhadores a ingressar na universidade. É comum que estudantes que tiveram a oportunidade desses cursos, contribuírem com seu trabalho, retribuindo o que lhes foi propiciado pelos militantes.

É de suma importância, ao se pensar na permanência dos estudantes, que haja medidas, políticas e ações institucionais que auxiliem os estudantes, sobretudo, os negros e carentes. Dolomita demonstra como uma creche na instituição seria uma alternativa extremamente importante para a sua permanência, enquanto Esmeralda aponta que não basta receber vale-transporte, é importante zelar pela qualidade desse transporte.

Outros problemas indicados dizem respeito à adaptação do estudante à sua nova condição, quando deixam suas famílias para viver em repúblicas ou sozinhos. Há dificuldades em conquistar a sua autonomia (dividir e cumprir suas novas tarefas); na capacidade de divisão do tempo (visita a família e dedicação aos estudos), assim como de fazer as escolhas mais coerentes (encontrar o equilíbrio entre estudar e ir às festas) ou de encontrar um lugar adequado para viver (constantes mudanças).

Outros problemas dizem respeito à condição de exposição do estudante, distante de seus familiares, e,quando diante de imprevistos, como os problemas de saúde somados à falta de dinheiro ou de apoio.

> É necessário que os cursos estimulem a integração social dos alunos, na medida em que o grupo tem um papel fundamental na construção da identidade dos novos universitários e também na construção de uma rede de apoio afetivo e acadêmico que possa auxiliá-lo em caso de dificuldades. Atividades de integração podem ser propostas dentro de cada curso e também entre os cursos, promovendo o contato dos alunos com diversidade de ideias e pessoas. Ainda, é preciso oferecer serviços

> especializados que possam dar atenção àqueles estudantes que venham a se deparar com maiores dificuldades de adaptação, seja por estarem longe da família, por não se sentirem eficazes para fazer amigos, por não conseguirem se organizar para dar conta das exigências acadêmicas ou mesmo por apresentarem outros problemas pessoais que possam interferir no seu funcionamento cotidiano. (TEIXEIRA *et al.,* 2008, p. 198).

Para Coulon (2008) é preciso tanto observar quanto escutar os estudantes, tendo em vista identificar como eles gerenciam a transição para o status de estudante universitário. Cabe à universidade, repensar formas de atender aos estudantes em suas necessidades, tendo em vista o compromisso de facilitar a permanência dos mesmos em seus cursos. De acordo com Carrano (2009) é importante:

> Perceber como sente, pensa e age o jovem estudante em sua condição de sujeito cultural e político que participa, estrutura e sofre as determinações da vida universitária, trazendo para ela as disposições e orientações absorvidas em outros momentos de seu percurso pessoal e social. (CARRANO, 2009, p. 67).

Pode-se acrescentar, da citação supracitada, que igualmente importa registrar o processo histórico vivido pelo negro do Vale do Jequitinhonha, em seu processo de inserção no ensino superior público e das suas percepções, medos, experiências, necessidades e expectativas em relação a este momento, com todos os significados ele abarca.

### 5.4.7 Categoria 7: Percepção do Futuro Profissional da Saúde acerca das Relações entre Discriminação, Preconceito, Racismo e Saúde do Sujeito

Esta categoria tem por objetivo identificar, nas respostas dos entrevistados, se existe uma percepção dos mesmos, acerca das relações existentes entre discriminação, preconceito, racismo e saúde do sujeito que destes aspectos são alvos, tendo em vista o fato de que estes futuros profissionais trabalharão com diferentes etnias, havendo a necessidade de um preparo em relação a este requisito, que é básico em sua formação. Outra necessidade diz respeito ao futuro profissional que é negro, de se envolver com temáticas que dizem respeito à condição de sua própria etnia, para que seja possível tomar iniciativas que, ainda que isoladas no âmbito profissional, possam fazer a diferença e promover mudanças positivas, ou promover, no mínimo, um atendimento mais adequado a cada perfil de sujeito.

Esta foi a única categoria na qual houve unanimidade em relação às respostas obtidas: todos os estudantes reconhecem a relação existente, apresentada por essa categoria de análise.

Este dado aponta para uma maior conscientização da sociedade de que formas de segregação ou exclusão são negativas e maléficas à saúde. No entanto, é importante salientar que todos os estudantes que emitiram tal opinião se consideram negros, e talvez por essa razão, apresentem uma maior conscientização a respeito do assunto, por terem sido até mesmo, vítimas, ao longo de suas vidas, dessas situações que identificam como negativas.

Ametrino justifica a relação entre preconceito e problemas de saúde argumentando que "afetando o psicológico do sujeito, afeta tudo. O físico, o motor, tudo".

Ônix afirmou que reconhece essa relação, e que já teve perfil de "pacientes que se sentiam inferiorizados porque eram negros, e isso afetava muito o psicológico deles". De acordo com este depoimento, percebe-se a existência de sentimento de exclusão na instituição vivida por negros que não são estudantes, mas que pertencem à comunidade e que precisam dos serviços prestados pela UFVJM, por meio de suas clínicas. Geralmente, os usuários desses serviços são pessoas das classes menos privilegiadas que buscam por esses recursos gratuitos, e, dessa forma, pode-se reconhecer uma espécie de auto-exclusão. Por se sentir num espaço que não é para ele, o negro tende a se sentir constrangido, um resultado das representações sociais e ideologias a ele dirigidas, como este estudo aprofunda, nos capítulos anteriores.

Para Cristal, a respeito das relações existentes entre preconceito e problemas de saúde:

> Toda pessoa que é vítima de alguma discriminação, seja essa de qualquer natureza, quando não tem a autoestima trabalhada desde criança, acaba se sentindo mesmo inferior, o que pode causar, dependendo da freqüência desses episódios e do estado emocional dessas pessoas, danos psicológicos, como a depressão, que não tratada, pode levar ao isolamento e agravamento dessa depressão, podendo gerar novas síndromes. Além disso, outras patologias podem estar associadas a esses danos psicológicos. E conjuntamente a todo esse quadro, o risco de vítimas de preconceito abandonarem os estudos é muito grande. (Cristal)

Esta estudante faz uma importante observação, ao destacar o tema preconceito e evasão escolar. De acordo com Alaminos (2005), o preconceito se expressa na seguinte concepção: "Os pobres e os negros, assim como os deficientes, aprendem como os demais? Para que permanecer na escola se eles não irão disputar vagas nas melhores universidades e nem irão ocupar cargos de destaque no futuro?". Esse tipo de questionamento tende a favorecer um tratamento diferenciado para os estudantes, pré-definindo a sua possibilidade de sucesso escolar. Em decorrência desse tratamento, muitos estudantes evadem. Segundo Fluorita:

> O tratamento diferente e por conta da cor da pessoa geralmente está impregnado de desdém, de pouco caso, de superioridade de quem faz o atendimento. Vi uma vez, uma mulher negra, grávida, mal vestida, chegando ao hospital de Diamantina em busca de informações, de atendimento....ela já sentia as dores do trabalho de parto... vi ela chegando sozinha, vai saber lá como, e enquanto se contorcia, a atendente fingia não vê-la, continuava sorridente ao telefone... pra piorar a mulher também não tinha a iniciativa de cobrar por atenção. Ficou aguardando, calada, até que uma outra mulher, super indignada e que tava também esperando atendimento, foi pedir atendimento prioritário para ela e perguntou gritando:"será possível que você não está vendo essa mulher sofrendo aqui?". Na hora atenderam ao pedido porque já era uma ameaça de denúncia, naquela altura dos acontecimentos.Isso já faz algum tempo, mas lembro até hoje da cara da mulher negra, igual a uma criança desprotegida, envergonhada, humilhada. Aquela cena foi muito marcante e pra mim mostrou que é um absurdo tratar alguém diferente só pela sua cor ou condição social. Na área da saúde, estas atitudes são mais graves ainda, são repugnantes! (Fluorita)

Para Rubi, a saúde do negro apresenta uma desvantagem em relação às outras etnias, ao considerar que "o negro, desde que nasce, está cercado de tratamento discriminatório, o que certamente faz com que ele tenha baixa-estima, com que ele tenha que aprender a se gostar, o que acontece com a maturidade". Este posicionamento de Rubi converge com o que afirmam Ferreira e Camargo (2011):

> Desde a socialização primária, o brasileiro afrodescendente está submetido a ideologias que o compelem a repudiar, diariamente, sua negritude, elegendo um modo branco de ser e viver. Desenvolve, dessa maneira, uma posição submissa de aceitação e incorporação de valores ditados como ideais por uma sociedade branca que, simultaneamente, desqualifica suas qualidades e valores étnicos, milenarmente construídos. (FERREIRA e CAMARGO, 2011, p. 43).

Conclui-se, desses dados, que os estudantes negros dos cursos da UFVJM apresentam uma preocupação em relação aos atos de discriminação e de seus impactos sobre a saúde do sujeito. Restou saber se a UFVJM, através de seus cursos da saúde ou das atividades institucionais propostas, atentava-se para a temática do negro, segundo a percepção dos próprios estudantes negros entrevistados. É o que pretende identificar a categoria a seguir.

### 5.4.8 Categoria 8: Exploração da Temática do Negro na UFVJM

Esta categoria teve por finalidade identificar nas respostas dos entrevistados, se eles haviam, em algum momento de sua formação, tido algum tipo de formação a respeito das necessidades especiais da etnia negra no que diz respeito ao aspecto da saúde. Estudiosos

salientam o grau de desvantagem do negro em relação à saúde no país, havendo a necessidade de um atendimento diferenciado, visando atender às especificidades da etnia negra. Barata (2009) e Buss e Filho (2007) destacam a relação entre os determinantes sociais da saúde e a condição do negro no Brasil. Percebe-se que a universalidade no atendimento às questões de saúde, reforça a iniqüidade. De acordo com Batista, Werneck e Lopes (2012, p. 187). "As desigualdades sociais e seus efeitos na saúde são percebidos e a tríade preconceito racial, condições de vida e saúde aparece como reflexo do racismo". Acerca do assunto, Cristal afirma que:

> Pensando na minha primeira experiência nessa universidade, diria que não, levando em consideração que durante os anos de graduação, nunca presenciei nenhum debate o movimentação pelas 'minorias', que ajudariam a todos aqueles que sentem-se como pertencentes às minorias se sentirem mais 'acolhidos'.Essa temática nem é discutida, pelo menos, não era. Acho que poderiam ser oferecidas atividades que ajudassem a despertar a autoestima dos jovens negros, para que se sentissem mais encorajados a criar movimentos representativos e tivessem consciência de que o direito de estudar e frequentar a universidade é de todos. (Cristal)

Além de não identificar em sua trajetória acadêmica a exploração da temática do negro no curso da saúde, Cristal aponta para uma necessidade, na condição de estudante autodeclarada negra, que pode ser o anseio de outros estudantes pertencentes à sua etnia: atividades para trabalhar a autoestima dos jovens estudantes negros e, ainda, estimulá-los à criação de movimentos representativos dentro ou fora da instituição. Esta formação crítica e participativa do estudante é papel das instituições educativas, portanto, trata-se de uma importante sugestão dessa entrevistada.

A existência de Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros – NEABs - nas universidades é um fator relevante para a promoção de debates e mudanças em torno da problemática da exclusão[1].

[1] Numa análise comparativa entre os *campi* de Diamantina e Mucuri, no que diz respeito ao número de ações de extensão registradas na Pró-Reitoria de Extensão e Cultura/UFVJM, observou-se a importância do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros – NEAB, como um determinante para a discussão da temática do negro. Apesar de o Campus do Mucuri apresentar um número significativamente menor de cursos e de estudantes, tal temática foi sempre mais recorrente, conforme pode ser verificado em todos os relatórios de gestão da PROEXC/UFVJM. No ano de 2008, por exemplo, o ano em que a PROEXC nasce na instituição, dentre os três primeiros programas registrados (dois de Diamantina e um do Mucuri) há o primeiro programa com a temática do negro, desenvolvido em Teófilo Otoni, tendo como objetivo "Desenvolver ação de extensão e de pesquisa junto a quatro (4) comunidades remanescentes de quilombo da mesorregião do Vale do Mucuri/MG, pertencentes ao município de Teófilo Otoni". Dos trinta e um projetos de extensão existentes neste ano (vinte de Diamantina e onze do Mucuri), há um com a temática do negro, desenvolvido no Campus do Mucuri. Há ainda, do total de quarenta e seis eventos de extensão registrados em 2008, (quarenta e três em Diamantina e três em Teófilo Otoni), três eventos de extensão desenvolvidos no Mucuri que exploram a temática do negro, enquanto não há nenhum evento com esta abordagem em Diamantina. Percebe-se, em decorrência do NEAB no Campus do Mucuri, um amadurecimento maior deste campus em relação à preocupação com a temática do negro, sobretudo, porque há oportunidades de discussões, debates, capacitações, reflexões, elementos essenciais à promoção de mudanças efetivas. São linhas de pesquisa desenvolvidas por este grupo: História e Cultura da África e Afro-brasileira, Políticas Públicas e Ações Afirmativas, Relações Raciais e de Gênero, Relações Raciais e Educação, Saúde da População Negra. Pode-se depreender desses dados, que a existência de um NEAB configura-se como de suma importância não somente para o contexto acadêmico no qual se encontra estabelecido, mas para a

Bronzita, estimulada a pensar sobre os currículos e atividades da UFVJM, se são coerentes com a necessidade de se ouvir e de se valorizar o negro, argumentou em tom objetivo: "a liberdade de expressão na universidade é a mesma, independente da etnia da pessoa".

Dos dez entrevistados, apenas um afirmou ter percebido/ vivenciado a discussão sobre a temática do negro na UFVJM. Segundo ele, foi em um Simpósio institucional, do qual participou. Os demais estudantes se esforçaram para tentar lembrar, a pedido da entrevistadora, ainda que fosse alguma temática explorada em sala de aula, mas não recordaram, quase que em unanimidade.

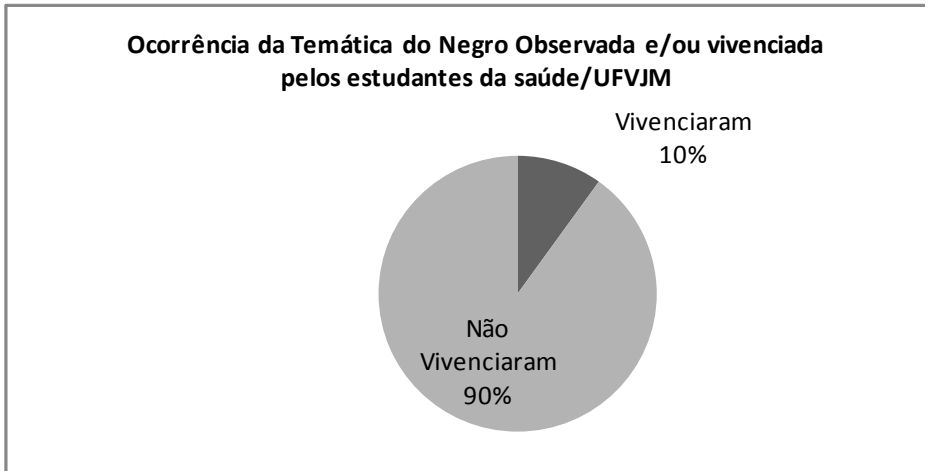


**Gráfico 4:** Ocorrência da Temática do Negro na UFVJM
Elaborado pela autora

Tal aspecto aponta para a necessidade de se buscar, na instituição, abordar mais sobre a temática da inclusão do negro. Os cursos de saúde, principalmente, não podem negligenciar o fato de que as diferentes etnias requerem cuidados e assistências à saúde diferenciados. O próprio SUS destaca a necessidade de se "Promover a saúde integral da população negra, priorizando a redução das desigualdades étnico-raciais, o combate ao racismo e à discriminação nas instituições e serviços do SUS". (Brasil, 2010).

Logo, parece preocupante que estudantes da saúde, de todos os cursos que esta pesquisa abrangeu - não se lembrem de terem estudado sobre o tema, estando todos eles, na reta final de sua formação acadêmica.

### 5.4.9 Categoria 9: Representações Sociais sobre o Negro e o Branco

sociedade e o Vale do Mucuri, dadas as suas contribuições tanto no debate do tema da inclusão do negro, quanto das mudanças de concepções e de práticas que seguramente consegue promover, dentro e fora da instituição.

Esta categoria visou identificar nas respostas dos estudantes dos cursos da saúde da UFVJM, o nível de influência das representações sociais em seus discursos, o peso das ideologias e os estigmas já atribuídos à etnia negra, reproduzidos até mesmo pelo próprio negro, já que ele também faz parte do contexto histórico e social no qual tais reproduções se expressam.

Três dos dez entrevistados mostraram-se claramente constrangidos ao perceberem que as palavras que remeteram ao negro e ao branco eram repletas de sentido estigmatizante, ainda mais, depois de argumentarem sobre a necessidade de se explorar a temática do negro na UFVJM, justamente como forma de combate a estes estigmas. Apenas a estudante Cristal não fez nenhuma associação entre negro e adjetivos pejorativos, ou ainda, ao branco, e adjetivos positivos.

Convém registrar a sequência de palavras (características, profissões ou situações) que remetem ao negro e ao branco segundo os entrevistados. Foi pedido aos mesmos que dissessem as primeiras palavras que viessem às suas mentes, sem a necessidade de justificar suas respostas. O número máximo de palavras registradas seriam 30, por isso, como houve estudantes que não conseguiram indicar 3 palavras mínimas para cada etnia, outros apontaram mais palavras, até que o quadro se completasse.

A entrevistada Bronzita não conseguiu responder a essa questão: a primeira só conseguiu atribuir uma palavra ao negro (pobreza), porém, conseguiu atribuir mais de três palavras ao branco (beleza, riqueza, poder e status). “Nossa... eu não consigo pensar em mais coisas...”, afirmou, apesar de ter se esforçado. Pode-se pensar na hipótese de que foi uma espécie de constrangimento da entrevistada, ao se considerar que a maioria dos estudantes atribuía sentidos antônimos a negros e brancos, como por exemplo: monarquia para o branco, escravidão para o negro, oportunidades para o branco, exclusão para o negro e assim sucessivamente.

Crochík (1997, p. 17), sobre o tema preconceito, preconiza que: "Não vemos a pessoa que é objeto de preconceito a partir dos diversos predicados que possui, mas reduzimos esses diversos predicados ao nome que não permite a nomeação: judeu, negro, louco, etc.".

Alaminos (2005) afirma que:

> No momento em que a presença de alguém nos remete a algum dos predicados, colocamos em ação um ritual no qual temos as mesmas reações estereotipadas frente àquele objeto, que são a base do comportamento preconceituoso e que justificam a dominação dos "inferiores" e a sobrevivência ou o poder dos mais aptos. (ALAMINOS, 2005, p. 54).

Cristal, por sua vez, evitou citar quaisquer características, adjetivos ou profissões direcionados às etnias, demonstrando uma visão crítica a respeito do assunto e uma superação em relação às representações sociais: “Não consigo visualizar nenhuma profissão específica para brancos ou negros, acho que qualquer profissão pode ser escolhida por qualquer pessoa independente de da raça ou gênero” (Cristal). Esta seria a atitude ideal de todos, porém, o negro sabe que até mesmo quando passou pelo processo de inclusão educacional, precisa justificar o seu valor, e não pelo que é, mas por sua formação.

| **Representações Sociais: Palavras que remetem ao branco** | **Palavras que remetem ao negro** |
|---|---|
| 1. Riqueza | Escravidão |
| 2. Limpeza | Discriminação |
| 3. Hierarquia | Falta de educação |
| 4. Monarquia | Servidão |
| 5. Beleza | Racismo |
| 6. Preconceito | Lutas |
| 7. Medicina | Pobreza |
| 8. Direito | Preconceito |
| 9. Poder | Profissões mal remuneradas |
| 10. Vida boa | Complexo de inferioridade |
| 11. Status | Catador de lixo |
| 12. Cabelos loiros | Doméstica |
| 13. Fama | Grande número de filhos |
| 14. Autoridade | Mal cuidado |
| 15. Pele bonita e bem cuidada | Aspecto físico ruim |
| 16. Donos de escravos | Doenças |
| 17. Altos cargos | Cabelos crespos |
| 18. Elite | Favelas |
| 19. Inteligência | Cadeias |
| 20. Oportunidades | Movimento Negro |
| 21. Câncer pela pele clara | Beleza |
| 22. Sem vida, desbotado | Força |
| 23. Governo | Indefeso |
| 24. Vantagens | Superação |
| 25. Angelical | Reprodutor |
| 26. Legislação | Virilidade |
| 27. Sucesso | Sensualidade |
| 28. Bons salários | Violência |
| 29. Fácil | Brigas |

| | |
|---|---|
| aceitação | |
| 30. Chefe | Macaco |

**Tabela 4:** Representações Sociais: palavras que remetem ao branco e ao negro, apontadas pelos estudantes autodeclarados negros dos cursos da saúde/UFVJM.
Elaborada pela autora

Esta categoria permitiu reconhecer o peso dos estigmas sofridos pelo negro no Brasil, uma vez que pessoas da própria etnia são tanto o alvo, quanto disseminadoras, reprodutoras, validando as representações sociais negativas existentes:

> Podemos aqui refletir a respeito dos adjetivos depreciativos associados à imagem da pessoa negra em relação às suas características fenotípicas. Isso se dá nas situações mais comuns e favorece a valorização da estética de pessoas de pele branca e cabelo liso como o padrão considerado belo. (FERREIRA e CAMARGO, 2011, p. 45).

De acordo com Florestan Fernandes (1972), o preconceito de cor é uma categoria histórico-sociológica construída pelos *brancos*, porém, compartilhada, em grande escala, pelos próprios não-brancos. "Desse modo, o indivíduo negro tende a desqualificar as especificidades de sua negritude e partir em busca incessante de reprodução do modelo socialmente considerado ideal". (FERREIRA E CAMARGO, 2011, p. 39). Estes autores ainda afirmam que:

> Ao negro coube a possibilidade de se desenvolver como cidadão de segunda classe, decorrendo daí o desenvolvimento de uma identidade articulada em torno de valores considerados socialmente negativos, alimentados pelo preconceito e pela discriminação. (FERREIRA e CAMARGO, 2011, p. 43).

Das trinta palavras remetidas ao branco, por estudantes autodeclarados negros, apenas três carregavam um sentido negativo (preconceito, câncer de pele, sem vida/ desbotado). As demais palavras remetem a profissões socialmente valorizadas (medicina, direito), a características positivas (beleza, inteligência), e a condições almejadas (status, poder, monarquia, governo, bons salários, sucesso, chefe) entre outros. Tais representações demonstram a associação do sujeito branco a aspectos ideais e positivos. No entanto, em relação ao negro, as palavras de sentido positivo, dentre o total de trinta foram apenas quatro (Movimento Negro, beleza, força e superação). Houve uma relação entre o negro e animais a partir dos termos "macaco" e "reprodutor"; e uma relação entre negro e sexualidade, a partir dos termos "virilidade" e "sensualidade", o que é muito recorrente nas representações sociais.

Houve ainda, uma referência entre o negro e as profissões socialmente desvalorizadas (catador de lixo, doméstica). Todas essas relações foram aprendidas social e culturalmente.

> Situações como essas, vividas desde a infância, muito provavelmente vão servindo de alimento para a introjeção de possibilidades/ impossibilidades pessoais e profissionais na vida do indivíduo negro que, por fim, tem seu espaço de criação e exploração pessoal delimitado e empobrecido. São artimanhas obscuras, muitas vezes praticadas de forma inconsciente pela pessoa branca, que sugerem ao indivíduo negro o seu lugar na sociedade (FERREIRA e CAMARGO, 2011, p. 52).

Após esta evidente relação entre o negro e as condições, profissões ou adjetivos pejorativos, que revelam o nível de estigma vivenciado por essa etnia, pretendeu-se investigar junto aos estudantes entrevistados, sobre quem era o maior alvo de discriminação e preconceito no país, sendo este o objetivo da próxima categoria.

### 5.4.10 Categoria 10: Maior Alvo de Preconceito: Negros, Mulheres ou Pobres?

Dos dez entrevistados neste estudo, três apontam o negro como maior alvo de preconceito no Brasil, enquanto dois acreditam que é a mulher e cinco afirmam ser o pobre.

Para Ágata, o preconceito existe: "Não pela cor, mas pela condição financeira, a pessoa talvez não tenha acesso a uma educação melhor, e então o ingresso na universidade pública é mais difícil". Destacou, portanto, como maior obstáculo ao ensino superior dentre ser negro, pobre ou mulher, o fato de ser pobre.

Bronzita acredita que ser pobre é ser maior alvo de discriminação, pois o negro, no atual mundo capitalista, seria quem mais fica exposto a situações de preconceito, por serem evidentes as suas limitações materiais. Segundo esta estudante:

> Porque hoje em dia, eu, eu vejo que o mundo hoje é muito capitalista. Tudo gira em torno do dinheiro, as pessoas não querem saber nem a sua personalidade, não querem saber o que você pensa, não querem saber nada. Elas querem saber o que você veste, que carro que você tem... entendeu? Tudo hoje em dia tá girando em torno do dinheiro. Se a pessoa anda bem arrumada, se ela anda maquiada, com o cabelo arrumado, e isso é o quê? Isso é o dinheiro que compra. (Bronzita)

Cristal afirmou que esta era uma questão difícil de responder, mas acabou optando pelo pobre como maior alvo de preconceito:

> Agora diria "estou perdida", sou negra, pobre e mulher (risos). Mas acho que infelizmente, o preconceito maior ainda é contra o negro... nossa sociedade dá um

> valor muito grande à aparência das pessoas e aquilo que é considerado bonito sempre será bem aceito, sabendo que o negro nunca (ou raramente) é considerado bonito pela sociedade, sempre terá essa desvantagem, se pensarmos numa pessoa pobre, mas de boa aparência, com certeza ela será bem aceita, de certa forma, as pessoas se comovem com a beleza, se a pessoa é pobre mas bonita, as pessoas de modo geral se solidarizam com ela, com o negro não, sempre terá de trabalhar mais, estudar mais, conquistar a confiança para depois de muito esforço, conseguir ser reconhecido e valorizado, quando isso acontece! (Cristal)

Esmeralda, por seu turno, argumentou: "Eu acho que é ser negro... eu tenho que ver que ser pobre também é difícil... pode mudar? É que às vezes o negro tem uma situação boa de vida, tem um carro, mas o pobre quando é pobre, não tem jeito".

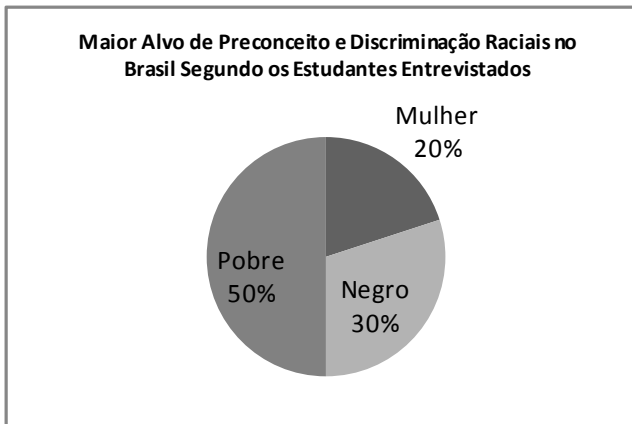


**Gráfico 5:** Maior Alvo de Preconceito e Discriminação: Mulher, Negro ou Pobre, segundo os Estudantes Entrevistados. Elaborado pela autora

**Gráfico 4:** Maior Alvo de Preconceito e Discriminação: Mulher, Negro ou Pobre, segundo os Estudantes Entrevistados. Elaborado pela autora

Já está cristalizado no inconsciente coletivo de que ser pobre no Brasil é fator de maior exclusão social. Por essa razão, é também mais fácil identificar o pobre como alvo de discriminação, do que o negro, como defende Santos (2003):

> É muito comum o reconhecimento de atitudes de discriminação em relação aos pobres, porém, ignora-se ou nega-se a discriminação, preconceito ou racismo direcionados aos negros. Dessa forma, percebe-se que o mito da democracia racial permanece como forte ideologia a minar as relações no país. Tal negação se configura como um impedimento para que haja "[...] uma discussão séria, franca e profunda sobre as relações raciais brasileiras e, mais do que isso, inibe a implementação de políticas públicas específicas para negros. (SANTOS, 2003, p. 87).

Outro fato decorrente dessa realidade, segundo Kern (2011) é a ocorrência do assimilacionismo. Os negros, vítimas de preconceito, não conseguem lutar contra eles de forma incisiva. Preferem o desejo do branqueamento ou do enriquecimento para mudar o foco

do preconceito, diminuindo-o. E quando conseguem atingir um nível que os diferencie, costumam se identificar com o modelo padrão da elite:

> Quando ele consegue transpor tais barreiras, acaba se identificando com os interesses, valores e modelos de organização da personalidade do branco, como forma de manutenção do status adquirido. Em consequência, o que poderia levar a uma reavaliação do negro como grupo social se torna tão somente um mecanismo através do qual o indivíduo visto como exceção deixa de ser negro para transformar-se em uma *figura importante*. Concede-se ao mesmo o merecido prestígio, desde que demonstre ser uma exceção, comprometido com o modo de ser, de agir de modo equivalente à pessoa branca (FERREIRA e CAMARGO, 2011, p. 50).

É importante reconhecer, como fez Cristal nesta entrevista, e no que diz respeito ao peso do preconceito, que ele tende a ser mais significativo para os sujeitos que somam fatores determinantes para a exclusão: portanto, uma mulher, negra e pobre, sofre, consequentemente, os efeitos de três condições estigmatizantes e excludentes.

### 5.4.11 Categoria 11: Conceito de Ações Afirmativas e Cotas Raciais – Visão Política

Esta categoria tem por objetivo refletir sobre o conceito de ações afirmativas e cotas raciais, ao passo em que busca identificar, por parte dos entrevistados, a existência de uma visão política acerca do assunto ou do reconhecimento da importância desse tipo de ação afirmativa.

Ao se tocar no tema das cotas raciais, é recorrente a tendência, por parte dos entrevistados, de um posicionamento, via de regra, contrário a respeito do assunto, ainda que o conceito não esteja totalmente formado. Por essa razão, foi possível o levantamento de quantos dos estudantes mostraram-se favoráveis ou contrários ao referido sistema na UFVJM.

Dos dez entrevistados, um não soube conceituar cotas raciais ou ações afirmativas. Seis mostraram-se favoráveis ao sistema de cotas e três contrários. Cristal, além do conceito, mostrou-se favorável a este tipo de ação afirmativa:

> Entendo que todas as instituições públicas de ensino superior ou técnico devem reservar 50% de suas vagas a alunos vindos de escolas públicas e em cada instituição, parte dessas vagas devem ser reservadas à população negra, parda ou indígena. Como já respondi numa pergunta anterior, é necessário que o Brasil repare tantos anos de exclusão e discriminação, para que todos possam ter as mesmas oportunidades, independente da raça, então, sou a favor das cotas sim. (Cristal)

Para Bronzita, as cotas são "uma medida pra facilitar a entrada de pessoas de determinada população na faculdade, sendo que o perfil das pessoas para quem as cotas são reservadas são as pessoas negras e de escolas públicas". A entrevistada argumentou que, apesar de ser contra as cotas, tentaria o seu ingresso ao ensino superior por meio delas: "tentaria porque é cômodo pra pessoa, ela tem uma chance muito maior de passar se considerando negro".

Percebe-se, mais uma vez, uma visão elitista da entrevistada, que ao considerar as cotas, despreza o fato de que se trata de um direito do qual poderia lançar mão. Ela, no entanto, aponta as cotas como um privilégio que pode ser conseguido em nome de uma comodidade maior em relação aos outros concorrentes. Nota-se então, a assimilação do discurso da sociedade hegemônica no seu posicionamento. E em um nível tão profundo, que Bronzita teme pela exclusão do branco, em detrimento da exclusão do negro.

> Sou contrária. Porque eu acho que trazendo a pessoa sem... sem a pessoa conseguir se manter dentro de uma universidade é muito pior. Eu acho que a educação... ela tem que vir lá de baixo, teria que ter primeiro, teria que investir na educação de base pras pessoas terem qualidade ao chegarem na universidade. Não abrir as cotas e qualquer um entra, né, o pessoal sem qualificação nenhuma para entrar, mesmo porque não são só os negros e os indígenas... não são só essas pessoas que não tem educação e que são consideradas menos favorecidas, tem muitas pessoas que são brancas que são menos favorecidas também, eu acho que elas tem o mesmo direito de entrar. E esse sistema de cotas acaba que é um tipo de exclusão para este tipo de pessoa. (Bronzita)

É comum uma visão tradicional por parte dos entrevistados em relação ao tema das cotas raciais, e percebe-se que novos estudos e resultados mais atuais ainda não conseguiram desmistificar este tema, sempre relacionado com a questão do mérito. Por essa razão, não raro são comuns posicionamentos tradicionais, contrários às cotas e similares ao abaixo descrito:

> Diante dos privilégios concedidos às elites, há muitos que pregam um sistema de cotas. Não acreditamos que isso seja uma boa idéia. É trocar iniquidade por mediocridade. Significa levar a instituições caríssimas alunos cujo desempenho é pior do que o de outros [...]. É nivelar por baixo, uma péssima maneira de se obter eqüidade. Ao invés de melhorar o mais fraco, pune-se o mais forte. Trazendo a discussão para um nível mais pessoal, quem gostaria de ser tratado por um médico que entrou na universidade porque alguém ficou com pena dele: 'Era tão burrinho, mas porque era pobre deixamos entrar'? O ensino superior está condenado à meritocracia e não podemos abastardar seu acesso. (CASTRO, 2001, p. 122).

A fala de Bronzita demonstra o total desconhecimento pela trajetória do negro no Brasil e de sua condição de desigualdade, assim como a necessidade de reparação. De acordo com Menin, Shimizu e Silva (2008):

> É preciso assinalar a pequena presença, entre os universitários pesquisados, de representações e argumentos baseados na história do negro, no Brasil, como aqueles sobre as discriminações impostas a eles e a compensação de perdas sofridas na defesa de políticas de ações afirmativas. Esses argumentos são centrais na concepção de justiça compensatória e na consideração das condições de igualdade formal e desigualdade real, de sorte que poderiam ser contemplados em diferentes processos culturais e educacionais (MENIN, SHIMIZU e SILVA, 2008, p. 270).

Por essa razão, a necessidade de se trabalhar este aspecto nas escolas. A ideia de mérito perpetuada por meio das representações sociais tende a reforçar os posicionamentos contrários às cotas raciais. A opinião de estudantes do ensino superior, portanto, parece ser uma extensão de um pensamento já cultivado no ensino médio, que não sofreu alterações. [2] É importante em relação ao assunto, o reconhecimento de que não se trata de uma questão individual, como destacam Menin, Shimizu e Silva (2008):

> A ideia de mérito, em nossa cultura liberal, parte do pressuposto da igualdade formal dos indivíduos perante a lei. Postos nesses termos, o direito ao acesso a um emprego digno, à educação, aos serviços sociais e oportunidade de consumo passam a figurar como uma questão individual, portanto, dependente do esforço pessoal, da disciplina e dedicação de cada um. Nessa perspectiva do mérito e da igualdade formal, mantém-se o tratamento igual para aqueles que são desiguais, o que, sem dúvida, amplia as desigualdades (MENIN, SHIMIZU e SILVA, 2008, p. 259).

Esmeralda, sobre o seu entendimento a respeito das cotas raciais, explica que:

> Eu entendo que as cotas, elas são um meio que o governo teve de suprir uma falha né, que ocorreu no passado, devido ao racismo né? devido ao negros terem sido escravos, né? serem considerados uma classe mais inferior, ele tá querendo suprir o que foi feito no passado. Por isso eu sou a favor, mas eu deixaria a minha vaga para outro que precisasse mais. Eu não entraria pelas cotas. (Esmeralda)

Cristal demonstra uma posição mais crítica e politizada, ao compreender que a educação no país é problemática. Se assim não fosse, não haveria a necessidade de cotas, fossem elas direcionadas a negros ou a pobres. Para Cristal, o que justifica a existência das ações afirmativas e das cotas é o fato de que haveria a necessidade de um longo período de

---

[2] Durante a efetivação de um projeto de extensão intitulado *"UPT: Universidade para Todos: Inclusão na UFVJM do Sujeito Negro e Socialmente Menos Favorecido das Escolas Públicas de Diamantina/MG",* vinculado a esta pesquisa, foi muito significativo o número de estudantes do ensino médio, contrários ao sistema de cotas raciais. O referido projeto informava sobre o referido sistema instituído na UFVJM, a partir do segundo semestre de 2013, como um direito conquistado e que deveria ser usufruído por estudantes autodeclarados pretos, partos e indígenas, a partir de uma postura ética e consciente, salientando-se que tal medida, visa garantir o direito à educação daqueles que tiveram oportunidades e direitos historicamente negligenciados. Mesmo estudantes negros, mostraram-se contrários às cotas, demonstrando a concepção da meritocracia como uma concepção enraizada a respeito do assunto.

tempo para sanar os problemas educacionais, sendo, portanto, necessário haver medidas mais urgentes que diminuam as distâncias de oportunidade entre negros e brancos no Brasil:

> Acho que o grande problema ainda é a educação deficiente. Se todos tivessem acesso a uma educação de qualidade, que permitisse a todos disputarem igualmente uma vaga em qualquer universidade ou curso, não seria necessária a reserva de nenhuma cota, independente de ter estudado em escola pública, ou quanto à etnia. No entanto, sabemos que melhorar a qualidade da educação oferecida no país, desde o ensino básico, é um projeto a longo prazo. Por isso, situações imediatas precisam acontecer mesmo, então o sistema de reservas de vagas é importante sim, porque permite o acesso a quem não teve uma educação boa a um curso superior ou técnico e assim, somente através da educação é que todas essas pessoas podem sonhar e vivenciar um futuro melhor, com novas perspectivas de vida e sabendo que os negros são os grandes excluídos e marginalizados do nosso país, é necessário sim fazer algo que possa reparar tantos séculos de exclusão, discriminação e poucas ou nenhuma oportunidade. (Cristal)

Acerca desse assunto, Menin, Shimizu e Silva*,* (2008) defendem que:

> As políticas de ação afirmativa e a reivindicação de uma igualdade compensatória para grupos historicamente discriminados, como é o caso dos negros no Brasil, vêm se contrapor a esse ideário. O que se reivindica, portanto, é uma igualdade material ou substantiva, que leve em conta as discriminações sofridas por esses indivíduos ao longo da história, as quais os colocam em desvantagem econômica, bem como impõem sérios limites ao acesso à educação e ao emprego, na atualidade. Assim, a igualdade compensatória, decorrente dessas políticas, tem como preocupação geral garantir, por meio de medidas compensatórias, que os grupos discriminados tenham acesso a esses bens, visto que eles ainda sofrem no presente as conseqüências da discriminação e do preconceito raciais. Em conseqüência, não se trata mais de uma questão de mérito ou aplicação formal do princípio da igualdade perante a lei, mas de reparar injustiças históricas que, de outro modo, não poderiam ser sanadas ou amenizadas (MENIN, SHIMIZU e SILVA, 2008, p. 265).

Ágata argumenta: "Eu sou contra a questão de cotas devido à raça. Pra negros. Porque eu penso que a cor não influencia, agora se você for negro e tiver uma condição financeira desfavorável, aí vale a pena ter uma cota". Menin *et al.,* (2008), ao realizar um estudo acerca do posicionamento de estudantes em relação às cotas raciais, identificou um grande número de sujeitos contrários a este tipo de ação afirmativa, e segundo ele:

> Trata-se de um conflito entre valores, em que o sistema de ingresso no Ensino Superior é visto por parte da sociedade — pelo movimento negro, em suas diferentes organizações representativas, por intelectuais e alguns políticos — como um sistema excludente e injusto, que deixa fora da universidade negros e pobres, tendo como justificativa o pressuposto da justiça do mérito e o princípio oitocentista da igualdade dos indivíduos perante a lei. Na nossa leitura, a resistência às cotas por parte dos alunos se fundamentou, principalmente, nessas duas perspectivas. (MENIN, SHIMIZU e SILVA*,* 2008, p. 269).

Logo, tal posicionamento contrário a um direito, e pelo próprio negro, pode ser explicado por uma representação social, pautada na ideia de que a obtenção de um benefício deve ser resultante de um esforço de um mérito, ignorando-se o processo histórico excludente do qual o negro permanece alvo no país.

Quando questionados a respeito do sistema de cotas, se optariam por esta forma de ingresso, cinco dos estudantes entrevistados responderam que não, quatro responderam que sim e um teve dúvida a respeito de sua decisão.

Ágata afirma que não optaria pelo sistema de cotas para ingressar ao ensino superior hoje, porque "seria hipocrisia" não concordar com algo e lançar mão desse recurso.

### 5.4.12 Categoria 12: Conhecimento de Bolsas e Benefícios e Importância das mesmas para a Permanência nos Cursos da Saúde

Esta categoria visa ao levantamento das oportunidades e bolsas concedidas pela UFVJM as estudantes autodeclarados negros dos cursos da saúde, e ainda, no caso de terem sido contemplados, qual a importância dos mesmos para a permanência dos estudantes nos cursos. Trata-se de um tema importante para este estudo, tendo em vista que, ao se tratar a inclusão do negro no ensino superior, tão importante quanto o seu ingresso é a sua permanência. Nesse sentido, busca-se aqui identificar o tipo de apoio encontrado pelo estudante negro na UFVJM.

Sobre as bolsas e benefícios que Ágata conhece na UFVJM, esta estudante apontou: "Eu sei que tem auxílio transporte, auxílio alimentação, tem bolsa estudantil, qualquer coisa assim, de quem trabalha né? bolsa de iniciação científica, a de extensão...tem bolsa de extensão, não tem?". (Ágata)

A falta de conhecimento a respeito das bolsas e oportunidades para quem concluiu um curso na UFVJM pode revelar a falta de informações ou a falta de necessidade das mesmas? Segundo a entrevistada, que tem uma "condição financeira boa", como ela própria define, o seu curso foi concluído sem maiores dificuldades.[3]

[3] Salienta-se, neste estudo, sobre a condição sócio-econômica privilegiada de alguns estudantes autodeclarados negros. No entanto, é importante salientar, sobre a inclusão do negro, que não pode haver uma relação com a sua condição sócio-econômica. De acordo com Munanga (2013), independentemente da classe social a que pertença, o negro foi vítima de exclusão no país. Portanto, a dívida é em relação à etnia, em decorrência do que foi submetida no passado, portanto, independe a condição social na qual este negro pertença. Sua etnia foi alvo de danos e prejuízos que devem ser reparados.

Sobre o significado da bolsa obtida para a manutenção e conclusão do curso e que, no caso de Ágata foi referente à pesquisa, a estudante afirmou: "Na verdade minha bolsa foi um dinheiro a mais, gasto comigo mesmo porque minha família tem uma condição financeira boa, então, eu não precisei ajudar nem com despesa de casa, com esse dinheiro não". (Ágata)

Bronzita a respeito das bolsas e oportunidades na UFVJM, responde que obteve:

> De extensão... e de ensino...e monitoria. Em pesquisa também, participei de três pesquisas dentro da faculdade, no laboratório... lá que a gente participava... hoje em dia é muito mais fácil a gente conseguir, eu lembro que na minha época era uma dificuldade conseguir bolsa, agora todo mundo tá conseguindo. (Bronzita)

Sobre o significado desses benefícios ou bolsas em relação ao seu curso, afirmou que gastava com ela o dinheiro recebido, com materiais de higiene, no supermercado, ou quando saía para se divertir, com exceção dos valores referentes às bolsas de extensão, que ela chegou a reservar em uma conta bancária. Bronzita disse que pretendia fazer uma viagem com este dinheiro, depois que juntasse certa quantia. Mas que um imprevisto na vida financeira do pai a obrigou a gastar o dinheiro em casa, dividindo as despesas com as colegas de república, e, portanto, argumenta que foi um dinheiro de extrema importância para que pudesse finalizar o seu curso, diante desse imprevisto que seguramente afetaria sua estadia em Diamantina.

> Sim, extensão, monitoria e projeto de iniciação, mas confesso que gostaria de ter participado mais vezes, e acho que nem todos os alunos conseguem o acesso a essas atividades facilmente, geralmente são os professores que escolhem os alunos e quase sempre, são sempre os mesmo alunos escolhidos. (Bronzita)

Cristal obteve, em todo o seu percurso como acadêmica, uma bolsa da UFVJM, já cursando a pós-graduação *stricto sensu.* Segundo ela, a obtenção da bolsa foi de suma importância devido ao fato de ela ter de se deslocar para estudar, o que gera alguns gastos que não são facilmente encaixados no orçamento familiar já definido.

Dolomita afirma que somente não participou de projetos de extensão devido à filha pequena, pois recebeu este convite de um professor. No entanto, afirmou que teve ajuda da instituição no que se refere à transporte, xerox de material e alimentação, este último por determinado período. Segundo a entrevistada, "sem estes auxílios eu teria passado por muitas dificuldades, porque, como todo mundo sabe, um filho requer muitos cuidados, e, então, não há dinheiro que sobre".

Esmeralda afirmou que recebeu muito apoio institucional, tendo o direito, por diversas vezes, a vale transporte, cópia de material didático e até mesmo vale alimentação, ainda que

fosse moradora da cidade. Tais oportunidades, segundo ela "foram uma ajuda grande demais, porque teve época que foi complicado... por eu morar longe eu não podia vir em casa para almoçar... aí eu pegava marmita... depois que não precisei mais do vale alimentação, eu mesma que abri mão dele".

Fluorita afirma que participou de dois projetos de extensão, tendo recebido bolsa por dois anos consecutivos. A importância destas bolsas para a sua vida acadêmica foi que, com o dinheiro ela se tornava mais independente, "já sentia o gosto de receber pelo fruto de meu trabalho e aí não ficava constrangida em pedir ajuda aos meus pais o tempo todo... muito pelo contrário, eu cheguei a ajudar eles com algumas despesas dentro de casa". (Fluorita)

Ametrino afirmou que nunca recebeu algum benefício institucional, porém, explicou que jamais recorreu a estes recursos, porque não precisa. Ônix, da mesma forma, não recorreu a bolsas e benefícios referentes às despesas tais como transporte, alimentação e xerox de material didático, no entanto, afirmou que foi contemplado com uma bolsa da pesquisa. Segundo ele, não houve uma relação entre bolsa e permanência no curso. "A bolsa foi uma espécie de complemento pra mim".

Rubi, por seu turno, afirma ter tido bolsas de ensino e extensão, sendo que a primeira pelo período de um ano e a segunda pelo período de dois anos. "Quando descobri que havia dentro da universidade meios de eu melhorar minha renda mensal, passei a buscar por elas e de uma coisa passava a outra (...) Estas bolsas foram fundamentais para eu me manter em Diamantina, porque vivendo em república, os gastos são grandes, e se tudo o que você precisar, ter de ficar ligando para os pais para pedir é muito ruim". (Rubi)

Quartzo afirma que no início de seu curso era difícil conseguir benefícios e oportunidades, mas que observou maiores facilidades nos últimos anos.

> Todo mundo está envolvido com alguma coisa ou recebendo algo. Principalmente o pessoal que chega agora na universidade. Pode ser que eu não tenha tido tanta sorte, porque me envolvi apenas com um projeto da PROGRAD. Esta bolsa foi super importante pra mim, nossa... me ajudou demais... foi um ano em que eu pude contar com um valor certo... a mais... que eu podia contar... Agora, ouço muito o pessoal falar sobre bolsas, dá pra ver que a instituição tem ajudado muita gente através dos vales, ou que os estudantes estão interessados em desenvolver algum projeto. (Quartzo)

De acordo com as respostas dos estudantes, tem-se os seguintes dados: dos dez entrevistados, seis deles afirmaram ter sido de muita importância a obtenção de bolsas e/ou benefícios. Cristal, a quem a bolsa ou benefício poderia ter sido muito importante, somente conseguiu uma em sua pós-graduação.

As bolsas e benefícios, obviamente, têm um maior peso para os estudantes que são de condições menos privilegiadas e que são provenientes de outras cidades, em decorrência dos gastos com aluguel, alimentação e transporte que se configuram como um peso a mais no orçamento para as famílias e, por isso, é de suma importância que haja este suporte da instituição.

Há ainda aqueles estudantes que afirmaram que a bolsa foi um complemento, deixando evidente que não precisariam deles para a sua permanência nos cursos.

Dois dos entrevistados afirmaram que perceberam maiores oportunidades de bolsas e benefícios atualmente na instituição. Este dado é positivo e revela preocupação da instituição em relação à permanência. Outro aspecto importante é que a UFVJM está em fase de expansão. Com o decorrer dos anos, ela tem aumentado o número de cursos, de estudantes, de profissionais e também de recursos, dentre os quais, aqueles direcionados a bolsas e benefícios.

Há bolsas, oportunidades e benefícios existentes na UFVJM que são distribuídos segundo alguns critérios específicos. Alguns deles têm relação com o desenvolvimento intelectual do discente, enquanto outros, dizem respeito às políticas que se comprometem com a inclusão e permanência do estudante nos cursos, visando auxiliá-lo nas necessidades que surgem como demandas de sua nova condição de acadêmico. A Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis, neste sentido, tem um papel de suma importância para a permanência do estudante nos cursos, pois visa ao atendimento de necessidades básicas, que conferem ao estudante, uma estrutura melhor para dar sequência aos seus estudos. Nesta Pró-Reitoria, a divisão é feita segundo análise de condição socioeconômica, e, portanto, são destinadas aos estudantes que efetivamente apresentam necessidades referentes à obtenção de recursos necessários à efetivação de seus cursos[4].

### 5.4.13 Categoria 13: Sentimento de Pertencimento ou de Inclusão na UFVJM

---

[4] Existem na UFVJM, algumas bolsas, oportunidades e benefícios destinados aos estudantes que comprovem a sua necessidade. São alguns deles:
Bolsa Permanência: 1. Bolsa Acadêmica (nota) ou 2. Bolsa Atividade
Auxílios (transporte, alimentação, material didático)
Bolsas de Pesquisa (12 meses)
Bolsas de Ensino (12 meses)
Bolsas de Extensão (12 meses)
Bolsas de Monitoria (concedidas por semestre letivo)
Estágios remunerados (período de 1 ano, podendo haver uma prorrogação por igual período)
PROAPE – Programa de apoio à participação em eventos.

Esta categoria tem por finalidade analisar, através dos depoimentos dos estudantes entrevistados, a existência, e em qual nível, de um sentimento de pertencimento ou de inclusão na UFVJM. Trata-se de uma importante categoria, que visa identificar coerências ou incoerências entre a visão que se tem da instituição (como inclusiva) e do sentimento de inclusão que se apresenta, na prática, na vivência cotidiana. Esta categoria, por fim, pretende demonstrar, segundo os entrevistados, quais são as situações acadêmicas que favorecem esse sentimento de inclusão.

Questionada sobre um momento em que tenha realmente se sentido parte da universidade, Bronzita destacou: "Eu acho que foi quando eu comecei a participar mesmo, dos projetos de pesquisa e de extensão... é aí que você se sente mais dentro da universidade, que você se sente mais a cara da universidade, assim"... (Bronzita)

"Eu acho que foi no momento que eu tava fazendo estágio na clinica, aí foi bom, o contato com os pacientes". (Esmeralda)

Dolomita que anteriormente citou a questão das simpatias entre docentes e discentes, como um fator importante para o sentimento de inclusão e acolhimento pela universidade, dessa vez afirmou que:

> Eu me senti mais incluída participando de um projeto de extensão que foi realizado, certo dia, em praça pública. Estar de branco, atendendo a pacientes, sendo observada pelas pessoas que passavam, fez eu me sentir incluída, importante, profissional... e veja bem que nem tinha ninguém da minha família pra me ver lá! (Dolomita)

> Eu me sinto incluído na UFVJM quando participo mais ativamente das coisas, tipo, apresentar trabalhos para a turma, participar do Sintegra, é... estar envolvido em algum evento como monitor, é... enfim, quando mostro a minha cara... quando mostro para os outros que estou dominando algum tema, que estou por dentro de algum assunto de minha área, entende? (Quartzo)

> É assim... eu me sinto bem, incluída, quando na divisão de grupos, dentro da sala, pra fazer trabalho, sabe? meus colegas me escolhem para participar no grupo deles. Como sou tímida, eu nunca tomo a iniciativa e, se acontece de eu ficar por último, sozinha, tenho pânico! Então, eu me sinto incluída quando estou enturmada. Outras coisas que fazem eu me sentir incluída é ser bem atendida nos setores da UFVJM, com respeito e atenção, na hora em que eu preciso e também, quando estou com meus pacientes na clínica, porque a gente faz muitas amizades e eles são muito carinhosos com a gente... o maior respeito...uma gracinha... (Fluorita)

Percebe-se, na maioria das respostas, que dois aspectos são fundamentais para os estudantes se sentirem incluídos no universo acadêmico: a relação com seus pares, o que significa aceitação pelo grupo, e o desenvolvimento de atividades acadêmicas, tais como projetos de pesquisa e extensão, atendimento nas clínicas, apresentação de trabalhos,

participação em eventos etc. Converge com este resultado, o que afirmam Teixeira *et al* (2008):

> O modo como os alunos se integram ao contexto do ensino superior faz com que eles possam aproveitar melhor (ou não) as oportunidades oferecidas pela universidade, tanto para sua formação profissional quanto para seu desenvolvimento psicossocial. Estudantes que se integram acadêmica e socialmente desde o início de seus cursos têm possivelmente mais chances de crescerem intelectual e pessoalmente do que aqueles que enfrentam mais dificuldades na transição à universidade. (TEIXEIRA *et al.,* 2008, p. 198).

"Embora nunca tenha me sentido inferior devido a minha cor, nunca me senti de fato incluída". (Cristal)

O depoimento de Cristal é extremamente significativo ao se considerar que ela efetivou uma graduação e uma pós-graduação na UFVJM. Durante todo este período, nunca ter se sentido incluída é um dado preocupante. Talvez revele a situação de muitos estudantes negros que, em nome de uma profissão, vivem vários anos de suas vidas sofrendo pressões, exclusões, convivendo com pessoas que não aceitam a diversidade e num clima tenso, incômodo.

Para Rubi, o sentimento de inclusão e de pertencimento à UFVJM é no período dos resultados das provas e dos trabalhos. "Quando eu vejo que minha dedicação vem dando um resultado bacana, que obtenho boas notas através do meu esforço, eu me sinto mais incluído e me sinto realmente um estudante universitário". (Rubi)

Ônix explica que o período em que mais se sentiu incluído na instituição foi durante sua participação no Sintegra, com apresentação oral de trabalho. "Foi a experiência melhor que tive na universidade porque falei para um público diferente. Isso me estimulou bastante, tanto, que voltei a participar de novo deste último."

De acordo com Ametrino o sentimento de acolhimento ou de inclusão na instituição decorre de seu relacionamento com os colegas e professores, segundo ele, "um relacionamento muito positivo", enquanto para Ágata, a sensação de estar realmente incluído na UFVJM foi desde o resultado de sua aprovação no vestibular. "Ter conseguido uma vaga foi motivo para comemorar dias seguidos. Desde este dia meu sentimento sempre foi o mesmo: eu me sinto totalmente incluída e adaptada, seja na faculdade, na cidade, ou na minha turma" (Ágata)

Seis dos dez estudantes afirmam que são as atividades acadêmicas fatores preponderantes para o sentimento de inclusão. Três deles apontam a relação com seus pares como essencial para este sentimento de pertencimento. Uma estudante afirmou que sempre se

sentiu incluída, desde o resultado positivo quanto à obtenção de uma vaga, enquanto outra, afirmou que jamais se sentiu incluída na UFVJM, embora tenha sido bem acolhida.

Gómez (2002) destaca que a relação do estudante com o espaço universitário representa um relevante processo de integração do mesmo com a vida universitária. Isto se deve ao fato de tal universo propiciar condições para o bom desenvolvimento das atividades acadêmicas, o que resulta em socialização, e, sobretudo, motiva o estudante a permanecer na universidade. (GÓMEZ, 2002). Logo, repensar o envolvimento dos estudantes com tais atividades acadêmicas é também uma forma de promover a sua permanência nos cursos.

Quanto ao sentimento de acolhimento e de pertencimento na UFVJM, sete dos dez entrevistados consideraram a instituição como acolhedora, e afirmaram que se sentem bem ou muito bem na instituição. Esmeralda considera a UFVJM acolhedora, porém, é pequeno o número de negros nos cursos; Cristal denuncia um não-pertencimento mesmo tendo permanecido longos anos, de graduação e pós-graduação nesta instituição, e Dolomita definiu este sentimento como variável, atribuindo aos professores esta responsabilidade de serem acolhedores ou não. Porém, mesmo os que negaram o sentimento de acolhimento ou de pertencimento, acabaram por citar qualquer atividade ou situação que despertasse neles a sensação de que eram estudantes e faziam parte da UFVJM.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo pretendeu, ainda que em linhas gerais, retornar ao período escravagista brasileiro, tendo em vista a identificação das raízes que justificam concepções e posturas, ideologias e representações sociais dirigidas ao negro no país e que tendem a manter a condição de servilismo e de desvantagem dessa etnia, em favorecimento da elite branca na

atualidade. Este objetivo foi alcançado por meio de um levantamento teórico acerca do passado, pautado nas considerações nos autores Freyre (2006) e Nabuco (2000). Por meio deste levantamento, o estudo mostrou as origens das desigualdades direcionadas ao negro no país.

Outro objetivo deste estudo foi o levantamento das ideologias racistas, sobretudo, daquelas referentes à mestiçagem, aspecto que se mostrou necessário neste estudo, para a compreensão de que até mesmo expressivos autores brasileiros estiveram pautados em teorias pseudocientíficas, que reforçaram a discriminação e o preconceito raciais. Nessa parte do trabalho, buscou-se ter a visão do próprio negro em relação a estas "verdades científicas", ao se analisar os possíveis impactos dessas teorias sobre a sua identidade e autoestima. Este estudo pautou considerações no autor Munanga (2006), atingindo, portanto, o objetivo a que se propôs.

Quanto à proposta de apresentação das estatísticas segundo órgãos governamentais acerca da condição do negro no Brasil, pode-se afirmar que, neste estudo, foi também possível reconhecer a necessidade de um recorte racial na abordagem das questões e problemas referentes a esta etnia, não somente no país, mas também na própria instituição, que reflete a macroestrutura na qual se encontra inserida. Na UFVJM, a participação do negro foi entendida pelos estudantes como um processo incipiente, o que coincide com alguns dados estatísticos. Há mudanças significativas, mas muito ainda a ser feito.

Para atender ao objetivo deste estudo - de analisar as mudanças e avanços em relação à temática do negro no país - foram apontadas algumas Políticas Públicas, Legislação Vigente e Ações Afirmativas, a partir de autores diversos e da leitura de documentos oficiais. Conclui-se que houve avanços significativos, no entanto, políticas de inclusão e ações afirmativas devem seguir em sua tentativa de igualar as condições dos diferentes grupos que constituem o país, tendo em vista que este objetivo ainda está longe de ser alcançado, dadas as condições reais de vida e de acesso às oportunidades da etnia negra no Brasil.

A discussão sobre a teoria das representações sociais mostrou-se como um objetivo relevante a ser perseguido, tendo em vista a possibilidade de identificá-las e/ou reconhecê-las nos discursos dos acadêmicos entrevistados, de maneira prática, no momento da coleta de dados. O alcance deste objetivo foi viável, a partir da análise das concepções do negro em relação a sua própria representatividade na UFVJM e das associações que apresentam em relação a sua etnia.

O objetivo de relacionar as desigualdades e situações de preconceitos como determinantes para a saúde do negro foi outro objetivo atingido neste estudo, embora de

forma superficial, tendo como base teórica tanto autores que se dedicam ao tema, quanto os próprios dados dos órgãos governamentais e estatísticas, referentes à condição de saúde e de vida do negro.

Este trabalho visou definir o perfil dos discentes negros que ingressaram na UFVJM, nos cursos de saúde, apontando aspectos tais como: idade, gênero, formas de ingresso, oportunidades institucionais obtidas, opção por cursos e outras informações relevante. Tais dados possibilitaram uma aproximação à realidade discente, apesar de ter partido da análise de uma pequena amostra.

O objetivo de apresentar dados que demonstrassem as limitações, desafios e empecilhos encontrados para ingresso e permanência na UFVJM, a partir de reflexões que abrangessem os próprios depoimentos acerca da trajetória vivenciada pelo negro acadêmico que obteve o seu ingresso na educação superior, foi alcançado a partir da escuta desses discentes, o que se configura como importante caminho para a identificação de suas percepções e anseios.

Quanto ao objetivo de analisar o perfil inclusivo da UFVJM, no que concerne às oportunidades de inclusão e de permanência na educação superior pública, expressas em bolsas e/ou benefícios institucionais obtidos pelos estudantes entrevistados, foi possível alcançá-lo por meio do levantamento junto aos estudantes deste estudo, abarcados por estas oportunidades.

Os discentes autodeclarados negros que obtiveram seu ingresso em um dos cursos da saúde na UFVJM, e que participaram deste estudo, partilhando suas experiências e concepções, auxiliaram na compreensão de uma série de aspectos que serão considerados a seguir, por categoria de análise e de forma sucinta.

Quanto à idade, pode-se perceber que o estudante negro, principalmente originário do Vale do Jequitinhonha e que é proveniente das classes sociais menos favorecidas, ingressavam mais velhos no ensino superior. Havia a necessidade de tentar mais vezes o vestibular (no caso dos estudantes aqui entrevistados, a maioria deles não teve outra opção de ingresso), e a decisão por um curso superior entra em conflito, muitas vezes, com a necessidade de sustentar-se.

Quanto ao gênero desses estudantes, as mulheres têm sido maioria na UFVJM. No entanto, se a análise for em relação à mulher negra, e do Vale do Jequitinhonha, tal dado somente será possível a partir do ano de 2013, quando torna-se obrigatória a identificação étnico-racial nas fichas de matrícula dos estudantes.

Quanto à categoria de representatividade do estudante por origem, a metade dos entrevistados neste estudo é originária do Vale do Jequitinhonha, enquanto a outra metade afirmou ser de outras regiões. No entanto, salienta-se a importância de mais estudos a respeito, além de um trabalho nas escolas públicas que vise estimular, orientar e informar os egressos do ensino médio, para que usufruam da universidade que é pública e gratuita. Os jovens do Vale do Jequitinhonha vivem em uma região marcada pela exclusão, pobreza e atraso, sendo a universidade, portanto, importante via de acesso ao mercado de trabalho, à formação profissional, à possibilidade de maiores perspectivas para o futuro.

Sobre a categoria que analisa a vivência de algum constrangimento durante o percurso acadêmico dos entrevistados, percebe-se que as situações de discriminação ou preconceito mais diretos, são menos comuns. Quanto à categoria de discriminação velada, percebe-se que as ocorrências aumentam, evidenciando que estudantes negros, mesmo nas universidades, continuam sendo alvos de segregação, de comparações, de rejeições e de "piadinhas". Cinco, dos dez entrevistados tiveram alguma ocorrência a narrar, e isso aponta para a necessidade de um trabalho que discuta questões tais como direitos, tolerância, diversidade, multiculturalismo, sobretudo, em ambientes de tradição elitista, como é a universidade brasileira. É preciso agir mais incisivamente, tendo em vista o respeito ao direito de o negro, ou quaisquer outros grupos excluídos, ocupar um espaço que é também seu.

Apesar de denunciar um mal estar durante todo o seu percurso acadêmico, é comum, por exemplo, que o estudante negro mostre-se em dúvida se em determinadas situações ele foi vítima de algum tratamento desigual por causa da cor ou por outra razão. Este aspecto demonstra um tipo de discriminação cruel no país, a partir do qual o seu alvo percebe a situação que o diminui, sofre e adoece por isto, porém, carece de ferramentas para identificá-la de forma mais incisiva. Isso o impede de atuar em relação ao problema, reforçando suas recorrências.

No que diz respeito à categoria que identifica as dificuldades e desafios encontrados pelos estudantes na instituição, pode-se depreender de que não se referem apenas aos aspectos voltados para a vida acadêmica, ou melhor, esta vida acadêmica é perpassada por uma série de acontecimentos, desafios e experiências que direta ou indiretamente, interferem nos estudos. Dessa forma, os problemas elencados pelos estudantes negros dos cursos da saúde da UFVJM servem para nortear uma série de aspectos que poderiam ser trabalhados pela própria instituição, tendo em vista atentar para a permanência dos mesmos nos cursos da UFVJM. A assunção de novas tarefas e responsabilidades pelo estudante é uma questão voltada para a sua autonomia e que requer algum tipo de apoio institucional. São muitas as mudanças para quem

ingressa no ensino superior, somadas às mudanças de domicílio, no caso de estudantes provenientes de outras cidades. Trata-se de um novo ritmo, que deve receber orientação no sentido de o estudante organizar-se e otimizar melhor o seu tempo. Há questões que fogem ao controle da instituição, porém, com medidas simples, tais como redes de apoio e até mesmo de trocas entre estudantes veteranos e novatos, pode-se garantir maior adequação e adaptação dos estudantes, o que decorrerá em fatores que o auxiliarão em sua permanência.

No caso do estudante negro proveniente da escola pública, a defasagem no ensino deve ser outro aspecto a ser pensado pela instituição, tendo em vista que seja capaz de acompanhar satisfatoriamente os demais colegas, que receberam uma educação de maior qualidade. Este aspecto interfere diretamente no seu sucesso e na sua permanência. Oportunidades de bolsas ou benefícios que tenham relação com o aproveitamento discente parecem ser boa estratégia para estes casos, pois além de representarem apoio financeiro, priorizam a aprendizagem do estudante.

Quanto à estrutura da instituição no sentido de melhor atender ao estudante, sabe-se que os serviços prestados tendem a facilitar a vida dos mesmos, tais como o serviço de atendimento medico, creche, academia de ginástica e outros, que também apresentam relação com qualidade de vida e saúde dos sujeitos. São estes recursos ainda inexistentes na UFVJM, que devem ser pensados, tendo em vista oferecer um maior suporte e apoio aos discentes.

Com relação ao transporte, este foi apontado como o empecilho por um dos estudantes entrevistados, e é sabido que o serviço de transporte prestado à UFVJM ainda é incipiente. É preciso rever este aspecto, pelo conforto e segurança dos estudantes em geral. O fato de terem de se deslocar diariamente representa um estresse diário. Logo, é preciso rever de que forma o transcorrer deste percurso (de 5 a 10 km de distância entre a cidade e o campus), possa ser realizado de maneira mais tranquila, cômoda e previsível. Logo, receber vale-transporte não é o suficiente. É também preciso pensar na qualidade do meio de condução disponível.

Percebe-se que os problemas apontados pelos estudantes autodeclarados negros dos cursos da saúde, não são problemas específicos da etnia: as melhorias almejadas por eles são necessárias a todos os discentes.

Sobre a relação existente entre discriminação e preconceito raciais com os problemas de saúde, os futuros profissionais mostraram-se cientes dessa relação, no entanto, a incoerência está no fato de que boa parte deles não se recorda de ter visto em algum momento, a exploração da temática do negro durante o curso, que é da saúde. Este dado aponta para a necessidade de a instituição atentar para a questão de que as diferentes etnias necessitam de atenções diferenciadas, no que diz respeito ao atendimento à saúde. Trata-se de

um aspecto que não pode ser negligenciado por futuros profissionais, havendo a necessidade de constante aprofundamento, tendo em vista uma maior adequação ao atendimento dos grupos etnicamente diferenciados.

A força e poder das representações sociais em relação ao negro mostraram-se mais evidentes na categoria referente às palavras que remetem a este grupo étnico-racial. O próprio negro, por ser parte do processo histórico de segregação, também herdou, como aspecto cultural, a visão estigmatizada em relação à própria etnia. E em decorrência desse fato, demonstra também o desejo de ser parte do grupo que é o ideal, ou seja, o branco. Por isso, o tratamento "eles", em relação aos negros, quando deveria ser "nós", uma vez que o estudante se autodeclara negro. Percebe-se, portanto, a necessidade urgente de trabalhos, projetos, debates e discussão que trabalhem tanto a autoestima, a questão da identidade, quanto temas tais como tolerância, respeito, diversidade e multiculturalismo no universo acadêmico. Estudantes negros denunciam a pressão de discriminações veladas no decorrer de sua vida acadêmica, e tal situação precisa ser trabalhada, tendo em vista dirimir o problema da exclusão.

Não há, por parte dos estudantes, uma visão de que o negro poderia ser o maior alvo de preconceitos – ao pobre é atribuído este lugar, como maior alvo.

Quanto ao tema das ações afirmativas, percebeu-se que inexiste, por parte da maioria dos estudantes, visão mais crítica e politizada acerca do assunto, sendo comum a posição contrária em relação ao sistema de cotas raciais – um direito que é renegado pelo próprio negro. Foi possível perceber, em alguns deles, a reprodução do próprio discurso da elite em relação à sua etnia.

Finalmente, os entrevistados, em grande parte, recebem algum tipo de apoio institucional, por meio de bolsas e/ou benefícios, o que consideram como de suma importância para a efetivação de seus cursos. E quanto ao sentimento de pertencimento, os estudantes autodeclarados negros dos cursos da saúde, em sua grande maioria, também consideram a UFVJM como uma instituição acolhedora, onde se sentem bem e à vontade.

Acerca das questões-problema que nortearam este estudo, apresentadas nas seguintes questões: 1) "uma vez que não possuía um sistema de cotas raciais - o que ocorre somente no ano de 2013 - a UFVJM conseguiu garantir a inclusão educacional dos sujeitos negros e socialmente menos favorecidos?" e 2) "em casos de inclusão para essa etnia, a instituição mostrou-se preocupada em atentar para a permanência dos discentes negros nos cursos, através de oportunidades e bolsas que se expressam em maiores chances de inclusão?" pode-se argumentar, segundo as respostas dos estudantes autodeclarados negros entrevistados neste

estudo que, a concepção que demonstram é contraditória, visto que consideram a instituição como inclusiva, num primeiro momento, embora percebam o baixo número de estudantes negros. No entanto, ao se aprofundar discussões, reconhecem que o negro não tem o merecido espaço na instituição ou sequer possui representatividade significativa. Depreende-se disso que a inclusão do negro ainda não é satisfatória na UFVJM e que, portanto, não conseguiu promover a inclusão educacional do sujeito negro e socialmente menos favorecido, de forma mais significativa, anteriormente ao sistema de cotas raciais, que é recente na instituição.

Quanto à preocupação da instituição em relação à permanência do estudante negro, conclui-se que não existe um cuidado específico com a etnia, e sim, de maneira geral, considerando-se a condição socioeconômica discente. O negro é abarcado pelas oportunidades e benefícios, porém, indiretamente, ou pelo mesmo processo pelos quais vivenciam os demais estudantes, sendo tratados de maneira igual, quando necessitam de um tratamento diferente. Porém, pode-se também observar que a grande maioria dos estudantes negros ora entrevistados recebe bolsas ou benefícios, o que significa que a UFVJM, embora não apresente formas específicas de considerar o negro nesta distribuição das oportunidades, consegue auxiliá-lo de forma significativa, ainda que indiretamente.

As recomendações deste estudo são de que: 1) a instituição das cotas raciais na UFVJM seja investigada em seu momento inicial (2013), para que seja possível acompanhar o processo desde a sua origem, e analisar os frutos deste sistema na UFVJM, assim como seus impactos para os Vales do Jequitinhonha e Mucuri; 2) que seja realizado um estudo com os estudantes cotistas, definindo-se o seu perfil (idade, gênero, origem, condição sócio-econômica) e delinear a visão que expressam sobre sua condição, a forma como são tratados dentro da instituição, os anseios e expectativas em relação ao ensino superior e ao seu futuro; 3) que seja realizado um levantamento quanti-qualitativo acerca dos novos estudantes que tiveram acesso ao ensino superior por meio das cotas raciais.

Em síntese, é perceptível que novos e melhores horizontes decorrerão das cotas raciais na UFVJM: a partir delas, espera-se que o problema da desigualdade e da desvantagem do negro em relação às demais etnias, seja amenizado por meio de uma universidade que seja realmente para todos.

Tendo em vista contribuir com este ideal, como parte dos resultados do trabalho aqui apresentado, foi realizado um Projeto de Extensão de título “UPT: Universidade para Todos”, que é uma extensão da pesquisa aqui apresentada ao Mestrado em “Saúde, Sociedade e Ambiente”. Para descrever as experiências deste projeto, assim como de outras ações

realizadas concomitantemente ao desenvolvimento da presente pesquisa, foi elaborado um encarte com descrições mais minuciosas de tais experiências.

O título do encarte é "Produtos Gerados da Pesquisa Científica: Inserção e/ou Inclusão do Discente Negro dos Cursos da Saúde da UFVJM – Campi Diamantina/MG", e configura-se como um anexo da presente Dissertação de Mestrado.

Parafraseando Boaventura de Souza Santos, é importante salientar a importância de "Lutar pela igualdade sempre que as diferenças nos discriminem; lutar pelas diferenças sempre que a igualdade nos descaracterize".

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALAMINOS, Cláudia. **Evasão escolar na adolescência: necessidade ou ideologia?** In: SIMPOSIO INTERNACIONAL DO ADOLESCENTE, 2., 2005, São Paulo. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000082005000200001&lng=en&nrm=abn>. Acesso em 07 de maio de 2012.

ALMEIDA-FILHO, Naomar. **Ensino superior e os serviços de saúde no Brasil**. Revista The Lancet, 2011.

ARAUJO, Joel Zito. **O negro na dramaturgia, um caso exemplar da decadência do mito da democracia racial brasileira.** *Rev. Estud. Fem.* [online]. 2008, vol.16, n.3, pp. 979-985. ISSN 0104-026X.

BACKES, José Licínio. **A explicação de estudantes do ensino médio de uma rede particular para a exclusão e a construção de identidades.** Prâksis: Revista do ICHLA, Novo Hamburgo, v. 4, n. 2. p. 11-16, 2007.

BARATA, Rita Barradas. **Como e porque as desigualdades sociais fazem mal à saúde.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009.

BARBOSA, M. I. da S. É **mulher, mas é negra: perfil da mortalidade do 'quarto de despejo'.** Jornal da Rede Saúde, São Paulo, n. 23, p. 34-36, mar. 2010.

BATISTA, Luís Eduardo; WERNECK, Jurema e LOPES, Fernanda. **Saúde da população negra.** Coleção Negras e Negros. Pesquisas e Debates, 2º edição Revista e ampliada. Brasília, ABPN - Associação Brasileira de Pesquisadores Negros, 2012.

BENCINI, Roberta. **Educação não tem cor**. 2004. Disponível em: http://revistaescola.abril.com.br/politicas-publicas/legislacao/educacao-nao-tem-cor-425486.shtml. Acesso em agosto de 2012.

BENTO, M. A. S.; BEGUIN, N. **Juventude e negra e exclusão Social. Políticas sociais, acompanhamento e análise.** 11 de ago, de 2005. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/bpsociais/bps_11/ENSAIO4_Maria.pdf. Acesso em 14 de abril de 2013.

BENTO, Maria Aparecida Silva. **Psicologia social do racismo.** Petrópolis: Vozes, 2002.

BRASIL. Lei nº. 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/2003/L10.639.htm>. Acesso em: 19 mar, 2012.

BRASIL. Presidência da República. Programa Nacional de Direitos Humanos. Brasília, DF: Presidência da República; Secretaria de Comunicação Social; Ministério da Justiça, 1996.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 23 dez. 1996. p. 27894.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual. Brasília, DF: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Promulgada em 05 de outubro de 1988.

BRASIL, Estatuto da Igualdade Racial, Lei nº 213. DF. Brasília, 2003.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo

oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 10 jan. 2003.

BRASIL. Parecer do Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno/DF No. 3, de 2004 (Relatora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva).

BRASIL, Programa Brasil Gênero e Raça. Orientações Gerais Ministérios do Trabalho e Emprego (MTE). Assessoria Especial de Combate à Discriminação/SE, Brasília, 2006.

BRASIL, Ministério da Saúde. Manual dos Comitês de Mortalidade Materna. 3. Ed. Brasília: DF, 2007.

BRASIL. MEC. Programa de Apoio a Reestruturação e Expansão das Universidades Federais: REUNI 2008 - Relatório de Primeiro Ano. Brasília: 2009. Disponível em: http://reuni.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=25&Itemid=28

BRASIL. Política Nacional de Saúde Integral da População Negra - PNSIPN - [S.1], 2010.

BRASIL, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Retrato das Desigualdades de Gênero e raça. 4. ed. Brasília, 2011.

BRASIL, Ministério da Justiça. WAISELFSZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2011. Os jovens do Brasil.** Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos. 2011. Disponível em: http://mapadaviolencia.org.br/pdf2013/MapaViolencia2013_armas.pdf. Acesso em 02 janeiro de 2013.

BRASIL, Ministério da Justiça. WAISELFSZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2013. Mortes matadas por armas de fogo.** Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos. 2013. Disponível em:
http://mapadaviolencia.org.br/pdf2013/MapaViolencia2013_armas.pdf. Acesso em 02 janeiro de 2013.

BRITTO, L. P; *et all,*. **Conhecimento e formação nas IES periféricas: perfil do novo aluno da educação superior.** In: Revista Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 13, n. 3, p. 777-791, nov. 2008.

BUSS, Paulo Marchiori e FILHO, Alberto Pellegrini. **A saúde e seus determinantes sociais.** Physis. Rev. Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 2007.

CARRANO, Paulo. Jovens universitários: acesso, formação, experiências e inserção profissional. In: SPÓSITO, Marilia. **Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006),** volume 1 / Marilia Pontes Sposito, coordenação. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2009.

CARVALHO, José Jorge de. **Inclusão étnica e racial no Brasil: a questão das cotas no ensino superior.** São Paulo: Attar, 2005.

CASTRO, Mary Garcia. **Jovens em situação de pobreza, vulnerabilidades sociais e violência**. Cadernos de Pesquisa, n. 116, julho/ 2001.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

COULON, Alain. **A condição de estudante: a entrada na vida universitária**. Salvador: EDUFBA, 2008.

CROCHÍK, José Leon. **Preconceito: indivíduo e cultura**. São Paulo: Robe Editorial, 1997.

DOMINGUES, Petrônio José. **Negros de almas brancas? A ideologia do branqueamento no interior da comunidade negra em São Paulo**, 1915-1930. Estud. afro-asiát., Rio de Janeiro , v. 24, n. 3, 2002 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-546X2002000300006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 24 de Outubro de 2012. http://dx.doi.org/10.1590/S0101-546X2002000300006.

DOMINGUES, Petrônio. **Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos.** Disponível em: http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_livres/v12n23a07.pdf. Acesso em: 12 de maio de 2012.

DOMINGUES, Petrônio. **Ações afirmativas para negros no Brasil: o início de uma reparação histórica.** Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, p. 164-176, 2005.

DUARTE, Rosália. **Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo.** Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 115, Mar. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742002000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 05 Dec. 2012. http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742002000100005.

DURHAN, Eunice R. **Desigualdade educacional e quotas para negros nas universidades.** São Paulo: NUPES/USP, 2003.

DÜRKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo, Difel, 1972.

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo, Dominus, 1965.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. **Ensino de História e Diversidade Cultural: Desafios e Possibilidades.** Cad. Cedes, Campinas, vol. 25, n. 67, p. 378-388, set./dez. 2005. Disponível em http://www.cedes.unicamp.br. Acesso em 01 de junho de 2012.

FREYRE, Gilberto. Casa grande e Senzala. Rio de Janeiro, José Olympio, 1985.

FREYRE, Gilberto. **O Escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX**. 4. ed. São Paulo: Global Editora, 2006.

FERREIRA, Ricardo Frankllin; CAMARGO, Amilton Carlos. As relações cotidianas e a construção da identidade negra. Psicol. cienc. prof., Brasília , v. 31, n. 2, 2011 .

Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932011000200013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 16 de julho de 2012.

FILHO, Naomar de Almeida. **Universidade Nova: Textos Críticos e Esperançosos.** Editora da Universidade Federal da Bahia, 2007.

FONTES, L.R.S. **O iluminismo e os reis filósofos**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1981

FRANÇA, Luiz Fernando. **Desconstrução dos estereótipos negativos do negro em *Menina bonita do laço de fita*, de Ana Maria Machado, e em *O menino marrom*, de Ziraldo.** Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea, nº. 31. Brasília, janeiro-junho de 2008, pp. 111-127.

GIACOMINI, Sonia Maria. **Mulatas profissionais: raça, gênero e ocupação.** *Rev. Estud. Fem.* [online]. 2006, vol.14, n.1, pp. 85-101. ISSN 0104-026X. http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2006000100006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2006000100006&script=sci_arttext Acesso em: 08 de abril de 2012.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, J. B. B. Ação afirmativa e princípio constitucional da igualdade: o direito como instrumento de transformação social. Rio de Janeiro: Renovar, 2001, apud DOMINGUES, P. **Ações afirmativas para negros no Brasil: o início de uma reparação histórica.** Rev. Bras. Educ. no. 29 Rio de Janeiro May/Aug. 2005.

GÓMEZ, **Carlota Guzman. Reflexiones en torno a la condición estudiantil en los noventa : los aportes de la sociología francesa.** Perfiles Educativos, año/vol XXIV, numero 97-98. Universidad Nacional Autónoma de Mexico. México, DF, México, 2002.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Classes, raças e democracias**. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo; Ed 34, 2002.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Acesso de negros às universidades públicas.** Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 118, p. 247-268, 2003.

GUSMÃO, Antônio Leite. **Diversidade e Liberdade.** Salvador: EDUFBA, 2005.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis: Vozes, 2003.

HERINGER, Rosana. **Desigualdades raciais no Brasil: síntese de indicadores e desafios no campo das políticas públicas.** *Cad. Saúde Pública* [online]. 2002, vol.18, suppl., pp. S57-S65. ISSN 0102-311X.

IBASE. Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. Cotas raciais, por que sim? 3. ed. Rio de Janeiro, 2008.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.Síntese dos Indicadores Sociais traz um retrato do Brasil em 2003. Brasília, 2004. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=317>. Acesso em: 10 nov 2009.

_____. Mulheres com nível superior recebem 60% do rendimento dos homens. Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia =1099&id_pagina=1>. Acesso em: 11 nov. 2012.

_____. Censo Demográfico 2010. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br>. Acesso em julho de 2012.

_____. PNAD 2009: rendimento e número de trabalhadores com carteira assinada sobem e desocupação aumenta. Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia =1708&id_pagina=1>. Acesso em: 12 dez. 2012.

_____. Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar 2010. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br>. Acesso em julho de 2012.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/. Acesso em 20 de março de 2012.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada. Comunicados do IPEA. Dinâmica demográfica da população negra brasileira. 12 de maio de 2011. nº 91.

JACCOUD, L. O combate ao racismo e à desigualdade: o desafio das políticas públicas de promoção da igualdade racial. In: THEODORO, M. et al. (org.). **As políticas públicas e as desigualdades raciais no Brasil: 120 anos após a abolição.** Brasília: Ipea, 2008.

JODELET, D. Representações sociais: um domínio em expansão. In D. Jodelet, **As representações sociais** (pp. 17-43). Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

JOHNSON III, Ollie A. **Representação racial e política no Brasil: parlamentares negros no Congresso Nacional (1983-99).** Estudos Afro-Asiáticos, (38), 7-29. (2000). 22 de Mai, 2013. Disponível Em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-546X2000000200001&lng=en&tlng=pt. 10.1590/S0101-546X2000000200001. Acesso em maio de 2013.

KERN, Maria Cristina Lunardi. **Universidade pública e inclusão social: as cotas para autodeclarados negros na universidade Federal do Rio Grande do Sul.** Dissertação de Mestrado, Novo Hamburgo: Feevale, 2011

LEITE, Maria Jorge dos Santos. **Imagens e representações dos negros nos livros didáticos e no cinema brasileiros.** Revista Ameríndia – v.8, n.1, maio de 2010. ISSN 1980-4806

LIMA, M., O quadro atual das desigualdades. In: **Cor e Estratificação Social** (C. Hasenbalg, N. V. Silva & M. Lima, org.), pp. 231-240, Rio de Janeiro: Contracapa, 1999.

MELLO, Marco Aurélio Mendes de Farias. **A discriminação e a lei:** Marco Aurélio fala sobre ações afirmativas e igualdade. Consultor Jurídico, São Paulo, 23 nov. 2001.

MENIN, Maria Suzana de Stefano; SHIMIZU, Alessandra de Morais; SILVA, Divino José da Silva. **Representações de estudantes universitários sobre alunos cotistas: confronto de valores.** Educ. Pesqui., São Paulo, v. 34, n. 2, Aug. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022008000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 31 Ago 2013. http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022008000200004.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; HARTZ, Zulmira Maria de Araújo; BUSS, Paulo Marchiori. **Qualidade de vida e saúde**: **um debate necessário**. Ciênc. saúde coletiva [online]. 2000, vol.5, n.1, pp. 7-18. ISSN 1413-8123.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 8. Ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). **Pesquisa Social.** 27. ed. São Paulo: Vozes, 2008.

MOURA, C. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Ática, 1988.

MOSCOVICI, Serge. **A representação Social da Psicanálise.** Tradução deÁlvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil. Identidade Nacional Versus Identidade Negra.** 2. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

MUNANGA, Kabengele e GOMES, Nina Lino. **O Negro no Brasil de Hoje.** São Paulo: Global Editora, 2006.

NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo**. São Paulo: Publifolha, 2000. (Grandes nomes dopensamento brasileiro da Folha de São Paulo).

NASCIMENTO, Alexandre do. **O Movimento Pré-Vestibular para Negros e Carentes: Histórico, Organização e Proposta**. 2009. Disponível em http://www.alexandrenascimento.com. Acesso em 13 de agosto de 2013.

NASCIMENTO, Amália; SACRAMENTO, Enilda Rosendo. **Racismo e Saúde: representações sociais de mulheres e profissionais sobre quesito cor/raça.** Ver. Esc. Enferma. USO. 2011. Disponível em: www.ee.usp.br/reeusp/. Acesso em julho de 2012.

NOGUEIRA, Oracy. **Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem. Sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil.** Tempo Social, Revista de Sociologia da USP, v. 19, n. 1, 2006.

OLIVEIRA, Fátima. **Ser negro no Brasil: alcances e limites.** *Estud. av.* 2004, vol.18, n.50, pp. 57-60. ISSN. 0103-4014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000100006. Acesso em 14 de fevereiro de 2012.

PAIVA, V. L. M. O. **Metáforas Negras**. In PAIVA, V.L.M.O. (Org.). **Metáforas do Cotidiano**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

PAIXÃO M. *et al.* Diferenciais de esperança de vida e de anos de vida perdidos segundo os grupos de raça/cor e sexo no Brasil e Grandes Regiões. In: LOPES F. (Org.). **Saúde da população negra no Brasil: contribuições para a promoção da eqüidade.** [Relatório Final Convênio UNESCO Projeto 914BRA3002]. Brasília: FUNASA/MS, 2004.

PAIXÃO, Marcelo. **Manifesto anti-racista: idéias em prol de uma utopia chamada Beasil.**

Rio de Janeiro: DP&A; LPP UERJ, 2006.

PASSOS, Ana Helena, *et al.* **Invisível e invisibilizado – ser negro no Brasil.** Rev. do Depto. de Serviço Social. PUC-Rio, 2006. Disponível em: http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br. Acesso em junho de 2013.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani César de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico.** Novo Hamburgo: Editora FEEVALE, 2009.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil.** 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

REIS, Tatiana. **Prostituição feminina: interação entre sexualidade, corpo, cor e desejo.Gênero, Corpo e Diversidade Sexual (Sexualidades)** – ST 51. 2004. (CEAO/ UFBA). Disponível 9m: http://www.fazendogenero.ufsc.br/7/artigos/T/Tatiana_Reis_51.pdf. Acesso em 03 de março de 2013.

REIS, Tatiana. Gênero, Corpo e Diversidade Sexual (Sexualidades) – ST 51 (CEAO/ UFBA). **Prostituição feminina: interação entre sexualidade, corpo, cor e desejo**, 2009.

RODRIGUES, José Carlos. **O tabu do corpo.** Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1986.

SANTOS, Sales Augusto dos. Ação Afirmativa e mérito individual. In: SANTOS, Renato Emerson dos; LOBATO, Fátima (Org.). **Ações afirmativas: políticas públicas contra as desigualdades raciais.** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SANTOS, Jocélio Teles dos. (org). **O impacto das cotas raciais nas universidades brasileiras**, 2004-2011. Salvador: CEAO, 2013.

SANTOS, Jocélio Teles dos. **De pardos disfarçados a brancos pouco claros: classificações raciais no Brasil dos séculos XVIII e XIX**. Afro-Ásia, nº 32, 2005. Universidade Federal da Bahia.

SANTOS, Sony Maria dos; GUIMARÃES, Maria José Bezerra e ARAÚJO, Thália Velho Barreto de. **Desigualdades raciais na mortalidade de mulheres adultas no Recife.** 2001 a

2003. *Saúde soc*. v.16 n.2 São Paulo maio/ago. 2007. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902007000200009.

SANTOS, Elisabete Figueroa dos; SCOPINHO, Rosemeire Aparecida. **Fora do jogo? jovens negros no mercado de trabalho.** Arq. bras. psicol., Rio de Janeiro, v. 63, n. spe, 2011 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672011000300004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 08 ago. 2013.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **História da Vida Privada no Brasil - Contrastes da intimidade contemporânea.** [S.l.]: Companhia das Letras, 1996.

SCHWARCZ, Lilia Morit. As teorias raciais, uma construção histórica de finais do século XIX: o contexto brasileiro. In L. M. Schwarcz & R. S. Queiroz (Orgs.), **Raça e diversidade** (pp. 147-185). São Paulo: Edusp, 1996.

SILVA, Vanessa Juliana da. **Universidade Pública nos Vales do Jequitinhonha e Mucuri: condição estudantil do novo universitário**. XXVIII CONGRESSO INTERNACIONAL DA ALAS. 6 a 11 de setembro de 2011, UFPE, Recife-PE Grupo de Trabalho: "Educação e desigualdade social.

SODRÉ, Muniz. **Diversidade e diferença**. Revista Científica de Información y Comunicación Número 3, Sevilla, 2006.

SPINK, M.J. **As Representações Sociais e sua aplicação na área da saúde.** Texto mimeografado. São Paulo: PUC. 1996.

SOARES, Sergei Suarez Dillon. **O Perfil da Discriminação no Mercado de Trabalho – Homens Negros, Mulheres Brancas e Mulheres Negras**. Brasília, novembro de 2000. IPEA.

SOARES FILHO, Adauto Martins. **Vitimização por homicídios segundo características de raça no Brasil.** Rev. Saúde Pública, São Paulo , v. 45, n. 4 Ago. 2011 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003489102011000400015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 31 Ago. 2012.

TEIXEIRA, Marco Antonio Pereira *et al.,* **Adaptação à universidade em jovens calouros.** Psicol. esc. educ; 12(1):185-202, jan.-jun. 2008. ilus, tab.

TELLA, Marco Aurélio. **Estigmas e Desqualificação Social dos Negros em São Paulo e Lisboa. Revista Ponto e Vírgula.** Nº 3, 1º semestre de 2008. Revista Eletrônica Semestral. Disponível em: http://www.pucsp.br/ponto-e-virgula/n3/artigos/15-marco.htm. Acesso em 10 de maio de 2012.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: apesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1999.

WAGNER, W. Sócio-gênese e características das representações sociais. In A. S. P. Moreira, & D. C. Oliveira (Orgs.), **Estudos interdisciplinares de representação social** (pp. 3-25). Goiânia: AB, 1998.

ZAGO, Nadir. **Do acesso à permanência no ensino superior: percurso de estudantes universitários de camadas populares**. Revista Brasileira de Educação v. 11 n. 32 maio/ago., 2006.

## Apêndice I

Questões aplicadas aos acadêmicos autodeclarados negros dos cursos da saúde da UFVJM:

1- Nome:
2- Idade: _____ anos

3- Sexo: ____ Masculino _____ Feminino
4- Cidade de origem:
5- Curso da Saúde escolhido:
6- Você ingressou na UFVJM por meio do sistema de reserva de 50% das vagas para discentes egressos das escolas públicas?
_____ Sim _____Não

7 Qual foi a forma de ingresso na UFVJM?
____ ENEM ____ Sisu ____ Sasi _____ Outros (especifique):

8 Você buscou acesso a algum tipo de bolsa ou benefício no transcorrer do curso?
_____ Sim _____ Não

9 Em caso positivo à pergunta anterior, você obteve o benefício almejado?
_____ Sim Não _____

Responda às questões seguintes somente se sua resposta anterior tiver sido SIM

10 Qual bolsa ou benefício obtido? Especifique semestre e ano:

____ Bolsa de Extensão Período_____
____ Bolsa ou benefício da PROACE
Outra (s) – especificar_____Período_____

11 Em caso de terem sido bolsas ou benefícios da PROACE, quais foram e em qual período. Especifique semestre e ano:
___Bolsa Atividade: Período_____
___Vale Transporte: Período_____
___Vale xerox: Período_____
___Vale Alimentação: Período_____
Outros (especifique)

12- Como um representante da etnia negra, você passou por constrangimentos, discriminações, *bullying* e outras situações constrangedoras em seu percurso acadêmico? Explique:
13- E em sua vida acadêmica: você já foi vítima de alguma situação de cunho discriminatório ou segregador ou presenciou alguém sendo o alvo de discriminação velada? Em caso positivo, relate:
14- Em algum momento de sua vida acadêmica, o fato de pertencer à etnia negra o fez crer que você estava em condições de inferioridade ou de desigualdade social em relação às demais etnias? Por quê?
15- Na sua opinião, existe uma relação entre classe social, etnia e oportunidades sociais, como por exemplo, a oportunidade referente à inclusão no ensino superior público? Justifique:
16- Na sua opinião quem é o maior alvo de preconceito no Brasil: a mulher, o negro ou o pobre?
17- Em relação à representatividade negra na UFVJM: você considera significativo o número de acadêmicos, de técnicos e de docentes negros nessa instituição? Por quê?
18- Que vantagens, bolsas e benefícios você obteve depois de seu ingresso na UFVJM?
19) Em resposta positiva à questão 10, esses benefícios são importantes para a sua manutenção no curso escolhido? Por quê?

B) Em resposta negativa à questão 10, na sua opinião, por que você não conseguiu nenhum benefício?

20- Se fosse definir o perfil da UFVJM, sob o aspecto inclusivo, como você definiria essa instituição?

21- Na sua opinião, os cursos oferecidos pela UFVJM, assim como o currículo e as atividades acadêmicas propostas possibilitam ao negro serem ouvidos, representados, respeitados e valorizados? Você se identifica com os aspectos supracitados? Explique:

22- Como acadêmico da área da saúde, você acredita que situações de exclusão racial interferem no processo saúde/doença? Por que?

23 O que você entende por ações afirmativas e cotas raciais?

24- Você sabia que a partir do ano de 2013 a UFVJM adotou o sistema de cotas raciais? Você lançaria mão das cotas raciais para ingresso à universidade?

25- Quais foram as maiores dificuldade e desafios encontrados por você para efetivar o curso?

26- Em algum momento de sua vida acadêmica você participou de alguma aula, discussão, palestra ou debate que tivesse como temática a inclusão o negro?

27- Na sua opinião, quem é o maior alvo de discriminação no país: o pobre, o negro ou a mulher?

28- Enumere 03 palavras, profissões ou adjetivos que remetem ao negro e, na sequência, 03 palavras que remetem ao branco.

29- Você considera a UFVJM um espaço inclusivo e acolhedor? Você se sente bem nela?

30- Que mensagem você enviaria aos estudantes do ensino médio que desejam ingressar no ensino superior?

**Anexos**

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) 1**

Você está sendo convidada(o) a participar de uma pesquisa intitulada: "Inserção e/ou Exclusão do Negro nos Cursos da Área da Saúde da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM, Campus Diamantina/MG", em virtude de ser discente da UFVJM e se considerar um(a) representante da etnia negra.

Esta pesquisa será coordenada pela Professora Sílvia Regina Paes e realizada por Ludmila Zaira Farnezi de Oliveira.

A sua participação não é obrigatória, sendo que a qualquer momento da pesquisa você poderá desistir e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo para sua relação com o pesquisador ou com a UFVJM.

Os objetivos desta pesquisa são: identificar as dificuldades de inclusão do discente negro nos cursos de saúde oferecidos pela UFVJM, sob uma ótica dos próprios sujeitos e de sua trajetória de vida, com enfoque nos aspectos voltados para a sua etnia; identificar fatores que contribuem e que impedem a inserção do acadêmico negro na UFVJM, salientando as situações de exclusão e preconceitos por eles vivenciadas e que afetam a qualidade de vida, saúde e autoestima; analisar a existência de um sistema de cotas, ações afirmativas, benefícios, bolsas e outras oportunidades institucionais que promovam o acesso e favoreçam a permanência de acadêmicos negros nos cursos superiores da saúde oferecidos pela UFVJM. Pretende-se com esses dados, oferecer um retorno dos resultados à instituição educativa ora em análise (UFVJM), e para as turmas dos terceiros anos do ensino médio de cinco escolas públicas da cidade de Diamantina/MG. Nesse sentido, será repassado aos discentes dessas escolas, através de uma discussão acerca dos temas preconceito racial e problemas de saúde, uma síntese das dificuldades e possibilidades relatadas pelos entrevistados, em sua trajetória até o ensino público superior, além de informações acerca de bolsas e benefícios institucionais existentes, e de reflexões acerca do preconceito como gerador de males à saúde.

Caso você decida aceitar o convite, será submetido(a) ao(s) seguinte(s) procedimentos: entrevista por meio de áudio-gravação com posterior registro escrito, sendo que a data, hora e espaço mais adequado para este procedimento será escolhido por você. O tempo previsto para a sua participação é de aproximadamente uma hora, com a possibilidade de extensão desse tempo, se for de sua vontade.

São alguns possíveis riscos dessa pesquisa: que você se sinta constrangido, ao responder às questões propostas, porém, você poderá desistir do estudo a qualquer momento, se porventura se sentir incomodado ou recusando-se a responder algumas das questões propostas, no entanto, este risco será evitado com a capacitação da entrevistadora, para que não tenha comportamento invasivo; outro possível risco seria o desvelamento de sua identidade, o que também será minimizado, pois não serão anotados dados tais como nome e identidade, sendo que cada participante será representado por um codinome.

Os benefícios relacionados com a sua participação são indiretos e poderão ser apontados nessa contribuição única e de suma importância, pois, ao oferecer a sua experiência de inserção na UFVJM, será possível a leitura dos maiores desafios e empecilhos enfrentados por sua etnia nessa busca histórica pela inclusão e ainda, da luta pela oportunidade de educação superior, além da viabilidade de se divulgar as possibilidades e oportunidades também encontradas durante essa trajetória.

Os resultados desta pesquisa, além de serem apresentados nas turmas do terceiro ano das escolas públicas de Diamantina, poderão ser apresentados em seminários, congressos e similares, e em os eventos de cunho científico e sem fins lucrativos. As informações advindas de sua entrevista poderão ainda ser utilizadas futuramente para a realização de outras pesquisas, como por exemplo, a elaboração da tese de doutorado da pesquisadora.

A sua participação bem como a de todos os demais sujeitos envolvidos nesse estudo será voluntária, não havendo qualquer tipo de remuneração para tal.

Não está previsto ressarcimento e indenização por sua participação, mas em qualquer momento, se você sofrer algum dano, comprovadamente decorrente desta pesquisa, terá esse direito.

Você receberá uma cópia deste termo onde constam o telefone e o endereço do pesquisador principal, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sobre sua participação, agora ou em qualquer momento.

Coordenadora do Projeto: Profª Dra. Sílvia Regina Paes
Endereço: Rua das Camélias, 564 apto:01, Diamantina, CEP 39.100.000
Telefone: (38) 3531-9955

**Declaro que entendi os objetivos, a forma de minha participação, riscos e benefícios da mesma e aceito o convite para participar. Autorizo a publicação dos resultados da pesquisa mesmo sem que haja o anonimato ou o sigilo referente à minha participação.**

Nome do sujeito da pesquisa: _____
Assinatura do sujeito da pesquisa: _____

---

Informações – Comitê de Ética em Pesquisa da UFVJM
Rodovia MGT 367 - Km 583 - nº 5000 - Alto da Jacuba–
Diamantina/MG CEP39100000
Tel.: (38)3532-1240 Ramal 1200 - Coordenadora Profª Thais Peixoto Gaiad Machado
Secretaria (Dione de Paula) - Email: cep.secretaria@ufvjm.edu.br ou cep@ufvjm.edu.br.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI**
**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU***
**MESTRADO PROFISSIONAL "SAÚDE, SOCIEDADE E AMBIENTE"**
**ORIENTADORA: PROFA. DRA. SÍLVIA REGINA PAES**
**MESTRANDA: LUDMILLA ZAIRA FARNEZI DE OLIVEIRA**

**Encarte**

**PRODUTOS GERADOS DA PESQUISA CIENTÍFICA**
**"INSERÇÃO E/OU EXCLUSÃO DO DISCENTE NEGRO DOS CURSOS DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI – CAMPI DIAMANTINA"**

**DIAMANTINA/MG**
**2013**

**PRODUTOS GERADOS DA PESQUISA CIENTÍFICA**
**"INSERÇÃO E/OU EXCLUSÃO DO DISCENTE NEGRO DOS CURSOS DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI – CAMPI DIAMANTINA"**

Encarte apresentado ao Curso de Mestrado "Saúde, Sociedade e Ambiente" da UFVJM, como resultado dos projetos, artigos e participação em eventos realizados durante o desenvolvimento do mestrado referente à temática da inclusão social do negro, contendo as ações desenvolvidas pela pesquisadora e orientadora, concomitantemente à elaboração e redação da Dissertação de Mestrado.

**Orientadora:** Profa. Dra. Sílvia Regina Paes
**Coorientador:** Prof. Dr. Marivaldo Aparecido Carvalho
**Mestranda:** Ldmilla Zaira Farnezi de Oliveira

**DIAMANTINA/MG**
**2013**

## Agradecimentos

À professora Sílvia Regina Paes, orientadora deste estudo, que por sua personalidade criativa e sempre disposta a efetuar mudanças em seu meio, serviu como auxílio e inspiração para as atividades desenvolvidas neste encarte;

À Pró-Reitoria de Extensão e Cultura que, na figura da Pró-Reitora Ana Catarina Perez Dias, e das Diretoras Débora Vitorino e Nadja Murta, caracteriza-se pela abertura e interesse em discutir e efetivar as sugestões de temáticas importantes a serem trabalhadas em nossa região.

À equipe do projeto de extensão UPT e a todos os que contribuíram para que as atividades constantes deste encarte fossem desenvolvidas.

*"Há homens que lutam um dia e são bons.*
*Há outros que lutam um ano e são melhores.*
*Há os que lutam muitos anos e são muito bons.*
*Porém, há os que lutam toda a vida.*
*Esses são os imprescindíveis".*

*Bertolt Brecht*

**Índice**

1. Artigos relacionados ao tema da pesquisa científica escritos durante o mestrado.....4

1.1. Contribuições da disciplina "A Idéia de Natureza e as práticas sociais de cura".....5
1.2. Importância da adequação da linguagem/comunicação acadêmica para viabilizar a visão crítica e a promoção dos direitos das classes historicamente excluídas: relato da experiência de um encontro com remanescentes de quilombos do interior mineiro.....32
1.3. Leitura das estatísticas e dos determinantes e dos determinantes sociais da saúde em relação à condição do sujeito negro no Brasil.....48

2. Projeto de Extensão UPT "Universidade para Todos": A inclusão na UFVJM do sujeito negro e pertencente às classes sociais menos favorecidas da cidade de Diamantina/MG.....65

3. Participação em Eventos.....76
3.1 V Semana Envolver da UFVJM/2012.....77
3.1.1 Organização da V Semana Envolver e Apresentação de Mini-Curso sobre as Relações entre Preconceito e Discriminação Raciais X Problemas de Saúde.....77
3.2 VI Semana Envolver da UFVJM/2012.....79
3.3. Semana I SINTEGRA 2012.....79
3.3.1. Apresentação de pôster do Projeto de Extensão UPT.....79
3.3.2 Apresentação Oral de Trabalho.....79

4. Frutos decorrentes do Mestrado Profissional sob a ótica de uma atuação prática.....81
4.1 Projetando o futuro para colher novos frutos.....82
Anexos.....83

# ARTIGOS RELACIONADOS AO TEMA DA PESQUISA CIENTÍFICA DO MESTRADO

**UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI**

**MESTRADO PROFISSIONAL SAÚDE SOCIEDADE & AMBIENTE**

**DOCENTE: PROF. DR. MARIVALDO APARECIDO DE CARVALHO**

**DISCENTE: LUDMILLA ZAIRA FARNEZI DE OLIVEIRA**

# CONTRIBUIÇÕES DA DISCIPLINA "A IDEIA DE NATUREZA E AS PRÁTICAS SOCIAIS DE CURA" PARA UM CURSO DE MESTRADO INTERDISCIPLINAR E ELABORAÇÃO DE PESQUISA CIENTÍFICA

**Diamantina**
**2012**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI**
**MESTRADO PROFISSIONAL SAÚDE SOCIEDADE & AMBIENTE**
**DOCENTE: PROF. DR. MARIVALDO APARECIDO DE CARVALHO**
**DISCENTE: LUDMILLA ZAIRA FARNEZI DE OLIVEIRA**

**CONTRIBUIÇÕES DA DISCIPLINA "A IDEIA DE NATUREZA E AS PRÁTICAS SOCIAIS DE CURA" PARA UM CURSO DE MESTRADO INTERDISCIPLINAR E ELABORAÇÃO DE PESQUISA CIENTÍFICA**

Ensaio apresentado ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM, como um dos requisitos da disciplina "A Ideia de Natureza e as Práticas Sociais de Cura".

**Diamantina**

**2012**

## RESUMO

O presente Ensaio visa discutir e/ou apontar as contribuições da Disciplina "A Ideia de Natureza e as Práticas Sociais de Cura", tanto para um Curso de Mestrado Profissional de cunho Interdisciplinar, em processo de construção, quanto para auxiliar o mestrando em sua pesquisa cientifica que, obrigatoriamente, deverá abranger os temas "Saúde, Sociedade e

Ambiente". Diante do exposto, o objetivo do presente estudo é o de identificar reflexões e debates decorrentes dessa disciplina, coerentes com a proposta interdisciplinar do curso e, ainda, reconhecer a forma como tais discussões abrangeram a proposta de uma formação mais ampla do mestrando, pautada na interface das diferentes áreas do conhecimento. A metodologia ora utilizada é a revisão bibliográfica, fundamentada nos autores Alves (2001), Minayo (1994), Barata (2009), Carvalho (1991), Sousa Santos (1988), Lévi-Strauss (1989); (1985) e ainda, o recurso da memória em relação às aulas da disciplina em análise, sobre as quais tornou-se possível tecer algumas considerações que extrapolam o aprofundamento teórico por ela proposto. Os resultados obtidos apontam que a referida disciplina mostrou-se essencial à formação interdisciplinar de sujeito almejada pelo curso, ao promover debates e discussões que, por seu caráter abrangente, superaram as expectativas e transformaram, de maneira significativa, a concepção de seus estudantes, acerca de diferentes temas tais como cultura, natureza, mito, sociedade, saúde, doença, comunidades tradicionais, medicina, dentre outros.

**Palavras-chave:** Mestrado Interdisciplinar; A Ideia de Natureza; Práticas Sociais de Cura; Formação Discente; Pesquisa Científica

## Introdução

O Curso de Mestrado Profissional "Saúde, Sociedade e Ambiente", da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM, recentemente implantado, tem por meta "a capacitação de pesquisadores, gestores e pessoal nos serviços, de forma interdisciplinar, multiprofissional e interinstitucional, voltada para a busca de soluções

aplicadas aos serviços de saúde e a sua interface com a sociedade e o ambiente". (SASA, 2011).

Sucintamente, o referido curso objetiva a formação de profissionais capazes de atenderem de forma qualificada ao mercado de trabalho; de atenderem às demandas sociais; a formação de sujeitos aptos a transferir conhecimentos para a sociedade, contribuindo para o desenvolvimento local, regional ou nacional, e, finalmente, também persegue o objetivo de formar sujeitos capazes de promoverem uma articulação integrada com entidades de diferentes naturezas, visando à eficácia e à eficiência de organizações públicas e privadas, na solução de problemas, assim como na aplicação de processos de inovação apropriados.

O curso supracitado ofertou, para a sua primeira turma, a disciplina "A Ideia de Natureza e as Práticas Sociais de Cura", sob a orientação do Professor Dr. Marivaldo A. de Carvalho, quem criou a proposta de estudo e até mesmo a denominação dessa disciplina.

A disciplina ora em análise, em sua finalidade interdisciplinar, visou abranger aspectos amplos, tais como discutir Natureza e Cultura, Natural e Racional, tecer críticas sobre a concepção de natureza segundo a ótica do homem ocidental pós-moderno, com suas respectivas práticas biomédicas e capitalistas vigentes;apresentar a visão holística dos povos tradicionais, as suas posturas em relação ao processo de doença e cura; apontar a lógica subjacente a tais culturas tradicionais e às suas práticas ou crenças, dentre outras discussões igualmente relevantes. Tal disciplina, em síntese, promoveu intensos diálogos acerca da relação do homem - pertencente a diferentes culturas – com a natureza, e as consequências práticas, ecológicas ou destrutivas de cada tipo de relação existente.

Uma das considerações mais surpreendentes, durante as discussões promovidas por essa disciplina, embora pudesse parecer óbvia, foi o reconhecimento de que as culturas tradicionais apresentam sistemas de conhecimento holísticos, como defende Little (2010, p. 13), ao apontar que as distintas aplicações do conhecimento desses povos "podem envolver, de forma interligada, relações sociais, práticas rituais, trocas econômicas e estruturas políticas". O que emerge como paradoxal é a tendência em se diminuir tais culturas, de inferiorizá-las quando comparadas à cultura ocidental, ao mesmo tempo em que o aprofundamento sobre as mesmas, revela aspectos sublimes, dignos de serem imitados, tais como o cuidado com o meio ambiente, a autonomia para a busca pela cura, a relação de respeito entre os iguais, a solidariedade, a tolerância e a noção mais coerente de vida em coletividade.

Se estes saberes possuem um "status marginal" dentro da ciência moderna, é exatamente porque ela postula-se como um saber universal, sendo, portanto, o único caminho

para se chegar à verdade. Como forma hegemônica de construção da realidade, a ciência teria duas explicações para a sua hegemonia, de acordo com Minayo (org. 2004): 1º: a possibilidade de responder a questões técnicas e tecnológicas postas pelo desenvolvimento industrial, sendo este um aspecto exterior a ela mesma e, 2º: devido ao estabelecimento de uma linguagem adotada pelos teóricos e cientistas, fundamentada em conceitos, métodos e técnicas para compreensão do mundo. Existe uma comunidade que controla tal linguagem e que administra a sua reprodução, sendo este um aspecto interno a esta ciência.

No que diz respeito ao estudo das comunidades tradicionais, o conhecimento construído pelos sujeitos possui características distintas dessa ciência, no que se refere ao jogo de poder existente, à posse e controle do conhecimento, ao tipo de linguagem adotado. No entanto, esse conhecimento é também ciência, como será discutido a seguir nesse estudo. Uma ciência diferente, mas não menos importante ou válida.

Este trabalho pretende, em linhas gerais, revelar a ótica de uma discente do Curso "Saúde, Sociedade e Ambiente", em relação às contribuições da disciplina "A Ideia de Natureza e as Práticas Sociais de Cura" para o Curso de Mestrado, para a própria formação pessoal e profissional, e ainda, apontar as relações existentes entre a disciplina ora em análise e o tema de pesquisa científica a ser desenvolvido.

Na primeira parte desse estudo são apresentadas as discussões relevantes da disciplina ora em estudo, em sala de aula: os temas abrangidos e a proposta interdisciplinar e crítica suscitada pelo docente.

Na segunda parte desse ensaio são feitas algumas considerações acerca dos povos "primitivos", da natureza e do mito, temas muito recorrentes e que merecem destaque nas presentes reflexões.

Finalmente, na última parte desse estudo, são feitas considerações acerca das contribuições dessa disciplina em relação ao tema de pesquisa científica, referente à inclusão/exclusão do negro na educação superior, buscando-se apontar de que forma "A Ideia de Natureza e as Práticas Sociais de Cura" pôde contribuir para o aprofundamento e compreensão desse tema de estudo.

## A Ideia de Natureza e Práticas Sociais de Cura – Discussões Relevantes

Pretende-se nesse momento, de forma sucinta e objetiva, apresentar alguns estudos e discussões propiciados pela disciplina "A Ideia de Natureza e as Práticas Sociais de Cura", destacando assim, as suas grandes contribuições na formação dos estudantes de um curso

interdisciplinar, as contribuições para o próprio curso ainda em formação e as relações existentes entre a disciplina e o tema de pesquisa científica a ser desenvolvido.

O denominado pensamento selvagem foi o foco de muitas reflexões na referida disciplina, tendo-se como teórico principal, Lévi-Strauss, tomado por fundamento em diferentes de suas obras.

O referido "pensamento selvagem" foi interpretado por Comte como "em estado selvagem", diferentemente do "pensamento cultivado ou domesticado com vistas a obter um rendimento". Comte, em sua época, como defende Lévi-Strauss (1989), pela escassez de estudos etnográficos, acreditou que o pensamento mítico fosse um modo de atividade mental anterior ao pensamento científico. No entanto, Lévi-Strauss (1989) destaca a necessidade de ambos serem considerados em suas possibilidades de interpenetração e de coexistência. As experiências humanas frente às outras culturas podem e devem ter também esse aspecto, ou seja: buscar encontrar pontos que as aproximam, aspectos que revelem a humanidade comum a todo sujeito, independentemente de sua etnia, crença ou cultura. Sob esta lógica, conhecer ao invés de criticar, buscar somar ao invés de subtrair qualidades daquilo que é desconhecido, respeitar e evitar julgamentos precipitados parecem ser caminhos mais adequados àquele que deseja o genuíno conhecimento acerca de outros povos e culturas. Foi esse também o aspecto constantemente destacado e reforçado pelo docente, em sua disciplina, ou seja: propor o mergulho às outras culturas, com total desprendimento, a partir de uma postura neutra, sem impor a própria cultura como parâmetro para julgamentos.

A ideia-síntese da disciplina ora discutida, foi a de destacar a importância desse diálogo entre culturas, buscando-se uma visão mais abrangente e menos estereotipada, sobretudo, das culturas e povos que são historicamente considerados como "inferiores" ou "ignorantes", e, portanto, apontados por séculos como desprovidos de uma ciência ou de uma lógica. É importante o reconhecimento de que, como defende Little (2010, p. 10) "existe uma pluralidade de maneiras de fazer ciência, cada uma com seus métodos e finalidades próprias". Ao se debruçar sobre o estudo da lógica subjacente às práticas e crenças desses povos, reconhece-se a riqueza de seus rituais, a relação existente entre as influências religiosas remotas e as práticas de cura contemporâneas. Aliás, foi esse outro tema aprofundado na disciplina ora em análise, numa discussão que pretendeu mostrar como existe uma relação entre os símbolos das fases mais recentes com os símbolos das fases mais arcaicas, e o interessante dessa discussão foi reconhecer que o próprio homem ocidental pode identificar em suas tendências contemporâneas (ritos e simpatias), reflexos de um homem ocidental mais

remoto, ao mesmo tempo em que pode também reconhecer que essa lógica é a mesma dos mitos estudados por Lévi-Strauss.

Em outras palavras, existe uma lógica, uma oposição binária nas crenças populares, basicamente pautadas na tradição cristã, mas que se mostram próximas aos mitos, por essa mesma lógica. Outro dado significativo é que em muitas práticas e crenças indígenas, por exemplo, emerge, como fundamento, a concepção de expiação universal, sendo que essa mesma característica pode ser identificada em nossa própria cultura, através de rituais, remédios e simpatias, que são muito semelhantes, mesmo quando distâncias geográficas e cronológicas possam existir entre os seus adeptos. É por isso que, a título de ilustração, podem ser identificados aspectos comuns em diferentes culturas, tais como: a existência de práticas de cura, a ideia presente de morte e ressurreição, a busca (simbólica) pelo renascimento do corpo, a transferência da doença para objetos inanimados, para outros seres vivos ou até mesmo para outro homem, a relação das práticas e rituais com os pertences do doente, como uma forma de representação do mesmo, a presença da cruz, do círculo, do efeito curador e renovador da água, animais em oposição a determinadas doenças, a presença da lei da semelhança, da lei do contato, a utilização de um alter-ego, a consideração da ligação pai e filho, o batismo, o fogo, o princípio da reciprocidade e do próprio aniquilamento, entre tantos outros que mais revelam as similitudes humanas que suas diferenças.

Outro ponto interessante e que deve ser considerado por aqueles que menosprezam o pensamento mítico, ou que o julgam ingênuo ou não fundamentado é que este pensamento continua a prosperar. Percebe-se aí, a sua força de adaptação aos novos tempos, a sua permanência, decorrente de sua capacidade de renovar-se ou de moldar-se ao tempo, mantendo a sua base original.

A referida disciplina, devido ao conteúdo por ela propiciado, foi de suma importância para a formação profissional daqueles mestrandos que, já atuantes segundo algumas áreas do saber, tais como educação, saúde e direito, tiveram a oportunidade de refletir sobre temas esquecidos, postos em segundo plano, ou simplesmente, negligenciados. Em outras palavras, a possibilidade de refletir sobre a visão de natureza que o sujeito possui hoje, decorrente de uma sociedade extremamente capitalista e consumista, e ainda, de reconhecer as populações tradicionais sob uma ótica mais humana e complexa, foi de essencial relevância para uma nova abertura, para a formação dialética de concepções mais abrangentes e complexas, capazes de abranger e compreender melhor o sujeito holístico. Como um dos aspectos mais importantes, decorrentes dessa disciplina, pode-se apontar o delineamento de uma postura abrangente, mais aberta e interativa de todos os envolvidos, uma atitude necessária e essencial

a quem pretende lidar com temas tão complexos e complementares, como saúde, sociedade, ambiente e suas interrelações.

A partir dessa disciplina, discutiu-se sobre as oposições entre natureza e cultura, sobre a natureza na prática biomédica, a visão holística dos povos primitivos no que diz respeito à doença, o pensamento no "estado selvagem". A análise da cosmovisão desses povos se configurou como a possibilidade única de se identificar neles, práticas, conhecimentos e relações com a natureza, em muito superior ao que estudiosos e cientistas tradicionais puderam revelar.

Foi também possível reconhecer na sociedade ocidental contemporânea, uma visão multifacetada da natureza, que em outras palavras, resulta numa visão fragmentada do próprio homem. Pode-se atribuir essa visão multifacetada ocidental à própria ciência que, ao prezar pelas especializações, condenou o homem ocidental a "conhecer cada vez mais de cada vez menos", parafraseando Alves (2001). Esse mesmo autor corrobora com as discussões realizadas em sala de aula, de que a ciência, com toda a sua pretensão de verdade única, consegue uma visão em profundidade, porém, consequentemente e por essa tendência, uma menor visão em extensão. Se a ciência é mesmo a "hipertrofia de capacidades que todos têm", como defende Alves (2001, p. 9), é chegado o momento de criticarmos a hegemonia dessa ciência e a sua tendência em negar que ela própria é uma "metamorfose do senso comum" (Alves, 2001, p. 11), a qual nega peremptoriamente. A ciência, em síntese, como um arcabouço fechado e sistemático de saberes dominados, impõe suas regras, é quase um jogo. É por essa razão que nenhum conhecimento ou prática, rito ou crença que tenha passado por seu crivo seria merecedor de mérito, de crédito ou de valor. Existem, no entanto, muitas fragilidades e contradições nessa ciência, que ela segue sem aprofundar ou reconhecer.

A própria tendência biomédica, como produto dessa ciência, buscou, por diversos caminhos, explicar a interrelação entre sujeito, estado de doença e saúde e sua relação com as influências do mundo externo. O Normal e o Patológico de Canguilhem (1966, p. 8), partia do pressuposto de que a doença era a "anomalia histológica determinada pela desordem fisiológica", desordem essa mais visível em períodos de guerra, quando eram maiores os casos de úlcera nervosa. Reconhece-se aqui que fatores externos ao ser humano são capazes de influenciar o seu processo saúde-doença, mas as áreas do saber que mais se mostraram interessadas no assunto, geralmente foram as mais desvalorizadas socialmente, não sendo possível superar a análise superficial dessa relação indiscutivelmente intrínseca entre homem/ meio social/ meio natural/ crenças/ cultura/ saúde. Uma tendência buscada hoje, pela interdisciplinaridade.

Mas o que à primeira vista, pode parecer uma busca da ciência em apontar as relações entre o homem e aspectos a ele externos, como importantes influências no processo saúde-cura, (como os aspectos social e ambiental), mostra-se como uso da ciência segundo finalidades condenáveis. Madel T. Luz, em o "Natural, Racional, Social – Razão Médica e Racionalidade Científica Moderna" afirma que Canguilhem apresenta "conceitos científicos (Normal-Patológico) que são deslocados, transplantados de seu campo (o pensamento médico), tendo este outro campo social outra finalidade e natureza, não-científica, ausente no seu campo originário" (LUZ, 1988, p.100), demonstrando que a própria ciência, a partir das práticas e teorias biomédicas, buscou regular o social, através de conceitos e rótulos, capazes de controlar as pessoas. Tem-se um conhecimento a cargo do Estado, auxiliando-o em seu poder de regulação e manutenção das divisões das classes sociais. A ciência, por esse ângulo, apresenta finalidades que não se relacionam com a busca pelo bem-estar humano. Outro aspecto constantemente discutido nesta disciplina, ao que questionar para que serve essa ciência, ou para quem ela se destina.

A relatividade individual do fato patológico foi também foco de discussões de Canguilhem, que, logo no prefácio, afirmou não desejar "renovar a medicina incorporando-lhe uma metafísica" (CANGUILEM, 1996, p. 10). Mas a aparente referência às outras possibilidades ou práticas de cura foi substituída pela defesa de que "a doença deixa de ser o objeto de angústia para o homem são e torna-se objeto de estudo para o teórico da saúde". (CANGUILHEM, 1996, p. 13). Essa concepção de ciência como o único "remédio" capaz de curar todas as doenças, segue como o pensamento vigente nos tempos atuais. A medicina, sob essa ótica de caminho único para o bem da humanidade, é também uma espécie de mito moderno.

Boaventura de Sousa Santos (1987), em seu "Discurso sobre as Ciências" aponta para a arbitrariedade da ciência, sobre a causalidade das leis científicas e a forte tendência de quantificar as qualidades intrínsecas do objeto de estudo. Essa última característica da ciência justifica a forma como o homem pós-moderno enxerga natureza, ou seja: como um objeto de estudo quantificável, que pode ser controlado e dominado, através de seus conhecimentos e tecnologias. Segundo Araújo (2012, p. 14) "A sociedade vê na ciência a provedora de um conhecimento aplicável que permite ao homem o domínio da natureza". Aliás, tais conhecimentos incrementam o setor produtivo, daí a importância dada à ciência em seu sentido prático. Concepção que se adequa coerentemente ao atual mundo capitalista vigente.

A ciência em sua tendência de quantificação, também justifica o descaso pelas Ciências Sociais, em sua incapacidade de controle metodológico da realidade, uma vez que

lida com seres humanos que modificam o seu comportamento em função do conhecimento que adquirem, ou porque não dá conta da objetividade num universo de subjetividades. Por isso, ao sugerir o colapso do paradigma científico dominante, Boaventura de Sousa Santos (1987) defende que:

> Os factos observados têm vindo a escapar ao regime de isolamento prisional a que a ciência os sujeita. Os objectos têm fronteiras cada vez menos definidas; são constituídos por anéis que se entrecruzam em teias complexas com os dos restantes objectos, a tal ponto que os objetos em si são menos reais que as relações entre eles. (BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS, 1988, p.12).

Este autor ainda destaca que "as futuras teorias da matéria terão de incluir o estudo da consciência humana", e superar o que fez Freud ao ampliar o conhecimento do inconsciente lançando um olhar para dentro. Ao contrário, deve-se buscar um olhar para fora, "um conhecimento de fenômenos mentais para além dos indivíduos". O conhecimento passaria a ter um caráter não dualista, que supera as distinções tão comumente impostas pela ciência, tais como enumera Boaventura de Sousa Santos (1988) ao apontar:"natureza/cultura, natural/artificial, vivo/inanimado, mente/matéria, observador/observado, subjectivo/objetivo, colectivo/individual, animal/pessoa". Assim sendo, o homem privilegiará a verdadeira compreensão do mundo, em lugar da manipulação do mundo, mas isso requer profundas transformações na própria humanidade. Outro aspecto destacado por esse autor que converge com o que foi discutido durante a disciplina "A Ideia de Natureza e as Práticas Sociais de Cura" é o fato de que o conhecimento para ser total deve ser também local. Tudo isso requer uma maior personalização do trabalho científico, ou seja: o sujeito que produz reflexões deve aparecer em sua escrita, porque todo conhecimento é autoconhecimento – uma verdade ignorada e extremamente negada pela ciência dominante. Por isso, o caráter autobiográfico e autoreferencial de todo trabalho deve ser assumido, como defende Boaventura de Sousa e Santos, retomando o valor do sujeito que investiga como ser pensante, não como um mero reprodutor de verdades já ditas. Diante dessa possibilidade, o conhecimento científico reconheceria o senso comum nele inerente, e seria mais fácil aceitar outras formas de saber como igualmente autênticas e funcionais, como lógicas e respeitáveis. Seria mais fácil utilizar a razão sob um prisma mais crítico, superando que aponta Boaventura de Sousa Santos (1988, p. 13) quando afirma que "a ciência moderna faz do cientista um ignorante especializado e do cidadão comum, um ignorante generalizado". Essa fragmentação do saber precisa ser superada, o que se refletirá em uma nova visão do outro, da natureza, dos animais, da cultura alheia e das tradições e crenças que regem determinados povos.

Por outro lado, entende-se que, ao se considerar o local e o total, o pesquisador estará mais apto a partir do estudo de sua própria realidade, buscando a solução de problemas próximos, locais, que contribuirão, por seu turno, para o todo complexo.

Durante a disciplina "A Ideia de Natureza e as Práticas Sociais de Cura", houve, como suporte da maioria das discussões, o destaque para algumas relações apontadas, tais como: a compreensão de que o homem é afetado por uma série de influências e relações, consigo mesmo e com o outro, com a cultura da qual faz parte, com os valores que possui, em sua relação com a natureza e com o sobrenatural, dentre outros tantos. Dessa forma, pode-se afirmar que o homem em si deixa de ser o objeto de estudo mais relevante, sendo mais significativas as suas relações com outros aspectos da vida e do mundo, o que aponta para a necessidade da interdisciplinaridade (como esforço comum de distintas áreas do saber), como caminho para uma compreensão mais aproximada desse homem complexo.

Houve ainda, no decorrer dessa disciplina, a exploração de diferentes textos de Lévi-Strauss, de obras nas quais este autor discute o pensamento selvagem, os mitos, a cultura, os pré-conceitos, todos eles compreendidos em a relação à ciência e cultura ocidentais. Interessante salientar que "Na medida em que a ciência moderna desvaloriza os outros sistemas de conhecimento pelo fato de eles não seguirem seus padrões de empiria e verificabilidade, ela se torna uma ideologia" (ARONOWITZ, 1988, p. 133).

A Interdisciplinaridade pode ser identificada nessa disciplina por meio da abrangência dos temas discutidos (Educação, História, Filosofia, Religião, Ciência, Cultura, Direito, Arte, Antropologia, Medicina, Linguística, Literatura, entre outros), o que demonstra o preparo pessoal e profissional do docente responsável pela mediação dos debates suscitados e de sua visão complexa acerca do ser humano, o que pode ser verificado tanto em sua formação acadêmica voltada para o estudo de comunidades tradicionais, constituída não somente de formação teórica, mas de prática e contato por logos anos com esses povos. Outro dado que revela a interdisciplinaridade dessa disciplina, é a ocorrência, inúmeras vezes, de suas discussões e aspectos surgirem no debate de outras disciplinas do curso, revelando o seu cunho abrangente, e, sobretudo, a sua relação ou convergência com as outras áreas do conhecimento.

Mais um aspecto que contribuiu para a interdisciplinaridade em sala de aula foram os posicionamentos de diferentes estudantes, sujeitos com formações em áreas distintas e com experiências de vida e de profissão também peculiares, o que resultou em interessantes reflexões e exposição de ideias.

Na disciplina “A Ideia de Natureza e as Práticas Sociais de Cura”, foi possível discutir acerca do sobrenatural e do mito, nas comunidades indígenas. Aliás, a ideia de natureza do indígena em relação ao homem ocidental contemporâneo, demonstra algumas características muito distintas, no que concerne à visão do natural como algo do qual se faz parte. Em outras palavras, o indígena se sente parte integrante de um todo (universo), sendo que outros seres e espécies fazem, assim como ele próprio, parte desse mesmo conjunto. Nenhum tem maior importância que outro, existe o valor absoluto de cada ser e uma relação de complementação.

Quanto ao homem ocidental, contemporâneo, a sua relação com a natureza é de distanciamento: o natural é objeto de lucro, e, portanto, é considerado numa dimensão exterior à sua própria dimensão. Por essa visão multifacetada da natureza, ou ainda, por esse distanciamento, não é possível compreender-se como parte dela, nem almejar uma relação de cuidado e de preservação mútuos. A natureza passa a ser “algo”, sobre o qual o sujeito tem plenos poderes de exploração e de consumo, sem a necessidade de responsabilidades ou a noção das conseqüências de seus atos, via de regra, cada vez mais abusivos ou desastrosos para a própria humanidade. O próprio homem encontra-se multifacetado, e assim costuma ser considerado.

Outro aspecto muito interessante das comunidades tradicionais em suas práticas sociais de cura é a conformação de que, na própria natureza, de onde surge a essência humana, é que se pode contar com os “medicamentos” - ervas ou plantas- que também gerarão a cura, somadas a alguns rituais e intervenções humanas e sobrenaturais (xamânicas). Nota-se nessa relação, uma espécie de autonomia do homem, ou seja: os próprios sujeitos podem recorrer aos recursos naturais e sobrenaturais disponíveis, tendo em vista uma vida melhor e mais digna. Somente essa relação de compreensão do natural como fonte de conforto aos males humanos, já interfere na maneira como a natureza é considerada. E na maneira como o próprio homem é considerado: um ser complexo que requer a soma de diferentes aspectos para obter uma vida mais plena.

De maneira oposta, na cultura ocidental, na relação homem *versus* natureza, o primeiro considera a segunda como fonte de recursos para o seu próprio benefício (ainda que em detrimento à escassez de uma maioria), como fonte de riqueza e lucro, ainda que esgotável, local de onde se pode retirar o seu status, os benefícios pessoais em detrimento aos demais sujeitos de sua comunidade. A relação passa a ser de posse, de domínio, de poder, sob uma visão limitada e egoísta. Dissociado dessa natureza, não é mais nela onde podem ser encontrados os remédios para os seus males, e sim na indústria farmacêutica (que ao identificar os conhecimentos tradicionais sobre plantas e ervas, patenteiam essas

“descobertas” como autênticas e próprias), forçando o sujeito contemporâneo a ser um escravo da medicina e de suas recomendações, havendo pouca autonomia em relação ao próprio corpo e saúde, à própria vida e atitude diante da dor, dor não mais vista como um sinal do organismo para a busca pelo equilíbrio, mas como um mal em si mesmo, que deve ser evitado desde tenra idade, porque revela que algo vai mal num universo em que tudo deve ser neuroticamente controlado e perfeito.

A hegemonia da ciência e das práticas biomédicas foi posta constantemente em evidência e discussão nessa disciplina. Através do estudo do texto “Os Filósofos e os Animais”, vários aspectos da supremacia da ciência foram discutidos, tais como o discurso policiado do próprio cientista, se desejar permanecer nesse universo restrito e sistemático que é o científico. Em outras palavras, as verdades científicas não podem ser discutidas, e mesmo que isso aconteça, é necessário seguir a um padrão conceitual pré-existente, como se o saber inovador e autêntico não tivesse espaço nesse contexto. Foi possível analisar nesse texto uma crítica direcionada aos filósofos, que ironicamente foram destacados como detentores da capacidade de refletir sobre a condição dos animais, sobre os seus direitos, se possuíam ou não uma alma, se eram ou não semelhantes ao homem. São Tomás de Aquino, a exemplo de supremacia do ser humano em relação aos demais seres, afirmou que somente o homem foi feito à imagem de Deus. Descartes, ao defender a sua famigerada ideia de que “penso, logo existo”, relegou a um plano secundário todos os seres incapazes de pensar. Ao cientista, portanto, resta apenas a incapacidade de pensar e de sentir como esses animais: a empatia é tida como uma habilidade impossível, o que justifica um tratamento distante, a existência de laboratórios, de matadouros, de fazendas industriais. A relação do homem/cientista com esses animais é de posse, de investigação segundo a sua própria lógica ou ótica, de utilização irracional, relação fundamentada por uma justificativa de que a investigação científica promoverá o bem e a vida digna à humanidade, ainda que boa parte desses animais (vidas não valorizadas) precise ser sacrificada. O que o homem costuma fazer é renegar a plenitude do ser, expressa pelo fato de simplesmente existir, de ser dono de uma corporalidade, de ser capaz de sentir, de possuir a sensação de ser. De acordo com o texto “Os Filósofos e os Animais” a pergunta que deveria ser feita é a seguinte: “temos algo em comum – razão, autoconsciência, alma – com os outros animais? E se não tivermos, estamos autorizados a tratá-los como quisermos, aprisionando-os, matando-os, desrespeitando seus cadáveres?”. (p.42). Foram discussões desse nível que permearam as reflexões da disciplina “A Ideia da Natureza e as Práticas Sociais de Cura”, e que propiciaram uma visão do homem em sua prepotência, e, ao mesmo tempo, em sua fragilidade, constantemente negada nessa relação de

poder e ignorância em relação aos outros seres. A mesma lógica de distanciamento entre homem e animais se aplica ao ser humano quando no período de guerras, era incapaz de se colocar em lugar daqueles iguais que iam rumo ao sofrimento, ao sacrifício. Faltou empatia, a capacidade de se colocar em lugar do outro, para melhor compreendê-lo. A mesma empatia que esteve ausente com o trato em relação ao negro, à natureza, aos animais, aos indígenas, aos loucos, aos deficientes físicos, aos diferentes em geral. Esse texto apontou para uma triste realidade: que apesar de seres pensantes, supostamente superiores, "podemos fazer tudo e escapar ilesos; que não existe castigo", mesmo diante das maiores atrocidades, como a cometida aos judeus, pelos alemães, (p.44). Há outra crítica interessante nesse texto, referente ao vegetarianismo. Ele não se configura como uma preocupação autêntica com os animais que o ser humano consome (e que assim, se mistura ao seu próprio corpo), mas uma restrição alimentar para que um grupo ou elite se separe dos demais. Dessa forma, até o vegetarianismo que poderia ser considerada como uma preocupação genuína é identificada como um exercício de poder humano. Na sociedade pós-moderna, outros traços servem para separar os homens em hierarquias: os lugares que frequentam, a roupa que vestem, a linguagem que utilizam, os comportamentos adotados, os objetos que possuem.

Se a relação humana com seus pares já se mostra arbitrária, dentro de uma mesma cultura, o que dizer em relação à natureza, aos animais? No texto "Os Filósofos e os Animais" foi levantada uma questão pertinente, seguida de uma resposta também esclarecedora: "Matamos os animais pela falta de autoconsciência?"; "Os bebês humanos são desprovidos dessa autoconsciência e consideramos um crime muito mais hediondo matar um bebê que um adulto". (p.55). Dessa forma, conclui-se que a postura humana é de defesa da própria espécie, embora haja atitudes contraditórias em relação a essa defesa.

Na relação com as outras culturas, nega-se o óbvio: como defende Lévi-Strauss (1985, p. 40), em Raça e História "as culturas isoladas não poderiam criar sozinhas as condições de uma história verdadeiramente cumulativa". Esse mesmo princípio, segundo Lévi-Strauss, se aplicaria analogicamente ao nível do genonoma: "o que é verdadeiro ao nível do genonoma individual é-o também ao de uma população, que deve ser de tal maneira, pela combinação que se opera no seu seio de diversos patrimônios genéticos, onde antes se teria de reconhecer um tipo racial, que um equilíbrio óptimo se estabeleça e melhore as suas probabilidades de sobrevivência" (p. 41). Strauss destaca nessas ideias a necessidade de se somar experiências para evoluir; de que o homem, do nível de genoma ao nível de população, deveria realizar esse exercício de combinação e de equilíbrio.

Num país como o Brasil, formado por diferentes povos e etnias, nega-se também o óbvio: que todos possuem misturas genéticas significativas, que diferentes perfis misturaram seus genes resultando na população atual. Mas a negação segue em forma de preconceito, rejeitando-se a riqueza dessa mistura, dessa combinação, disso que deveria ser considerado fator de equilíbrio, e não o contrário.

**Os "Povos Primitivos", a Natureza e o Mito**

Em "O Pensamento Selvagem" de Lévi-Strauss (1989), evidenciou-se a tendência da maioria dos teóricos dedicados aos estudos das populações tradicionais, de se considerar a "inépcia" dos primitivos para o pensamento abstrato. Lévi-Strauss não somente discute um pensamento extremamente complexo desses "primitivos", como também revela a sua riqueza e lógica subjacentes. Logo, Lévi-Strauss demonstra que a riqueza de nomes abstratos não é um "apanágio das línguas civilizadas", demonstrando que a tradicional tendência de se rotular as comunidades tradicionais e povos indígenas, sobretudo, a sua linguagem, como a marca cultural de maior expressão e riqueza, é uma tendência ingênua, quiçá tendenciosa, na medida em que enxerga o "diferente", o "outro", sempre como "inferior", como aquele que está abaixo, ou que possui menos qualidade. Mas tal realidade é até certo ponto compreensível, uma vez que, segundo Lévi-Strauss "cada civilização tende a superestimar a orientação objetiva de seus pensamentos". Tal postura deve ser pensada num plano lógico e crítico, com vistas à abertura necessária para a compreensão das outras culturas e tendências existentes. Essa visão que superestima a própria cultura tende a funcionar como a lógica especialização: forçar uma visão profunda, mas não extensa. A lançar um olhar para dentro e não para fora.

Lévi-Strauss (1989) também demonstra, de forma magistral, que o pensamento primitivo anseia por um uma forma de conhecimento objetivo, sendo este o aspecto mais negligenciado do pensamento ocidental, a ele referente. É, portanto, um erro considerar o "selvagem" como exclusivamente governado por suas necessidades orgânicas ou econômicas. O estudo mais pormenor desses "primitivos", ao contrário desses pré-conceitos, demonstra uma visão complexa, menos voltada para a tendência ocidental de se obter o conhecimento objetivo como meio de satisfazer as necessidades - como a Ciência assim o pretende e faz. Percebe-se uma genuína preocupação dos primitivos com a natureza, e uma visão holística dos processos sociais, econômicos, culturais, enfim, do próprio processo de cura.

Existe uma lógica subjacente a esse tipo de conhecimento dos povos primitivos, que Lévi-Strauss, num estudo carregado de empiria, comprova, desmistificando o pensamento

anterior existente, acerca desses povos. Eles não buscam conhecer apenas as espécies animais e vegetais, mas seus hábitos e costumes. Estão totalmente integrados ao seu meio e realizam um estudo constante do ambiente natural que o cercam. A ciência botânica é extremamente significativa, e é somente depois de testar todos os sentidos, que se afirma conhecer ou não determinada espécie. Percebe-se o universo como objeto do pensamento. É como se a parte explicasse o todo, e por isso, uma criança de uma população considerada "atrasada", consegue identificar a espécie de uma árvore a partir de um mínimo fragmento de madeira. Portanto, a "extrema familiaridade com o meio biológico, a atenção apaixonada que lhe dedicam, os conhecimentos exatos ligados a ele, frequentemente impressionaram os pesquisadores como indicadores de atitudes e preocupações que diferenciam os indígenas de seus visitantes brancos" (LÉVI-STRAUSS,1989, p. 20).

O que se percebe como a razão de preconceitos e subestimação do pensamento e hábitos dos primitivos, é a falta de conhecimento sobre eles. Essa distância entre realidade e idealização tende a resultar em considerações grotescas, fantasiosas e distantes da realidade. Certo cientista, ao estudar plantas tóxicas ou medicinais usadas por determinadas populações (Gilges,1955), reconheceu que jamais possuiria a ciência da psicologia africana, e a habilidade dessa população para curar seus semelhantes. Da mesma forma, produtos naturais utilizados por povos siberianos com finalidades medicinais, revelam o "cuidado, a engenhosidade, a atenção ao detalhe e a preocupação com as diferenças que devem ter empregado os observadores e teóricos nesse tipo de sociedade" (LÉVI-STRAUSS, 1989, p. 23). Existe, portanto, uma ciência com exigências intelectuais, não meramente práticas, como atribuído por muitos teóricos. É no agrupamento de coisas e seres que introduz-se uma ordem no universo, e é essa exigência de ordem, a base do conhecimento primitivo. Dessa forma, parte-se da reflexão das propriedades mais comuns entre os seres, para se chegar ao pensamento e às relações mais complexas.

Um pensador indígena revela a sua concepção de natureza ao afirmar que "cada coisa sagrada deve estar em seu lugar". Essa concepção se traduz na necessidade de o homem (indígena) observar e conhecer os seres, para que assim, reconhecidos e especificados, eles possam ser também valorizados, contemplados, reconhecidos em sua importância. Outro aspecto interessante, é que o indígena precisa reconhecer esse ser que lhe é estranho, e somente na medida em que o conhece, que sente-se ainda mais integrado ao universo, do qual faz parte. Portanto, esse pensador indígena reconhece que, ao negligenciar, suprimir ou desconhecer uma "coisa sagrada", consequentemente essa coisa sagrada será destruída, o que se refletirá em toda a ordem do universo, inclusive, nele próprio. Em outras palavras, cada

pequeno ser ou espécie tem o seu valor inerente, e o todo, só é possível ou existe, através da consciência por essas partes menores, que devem ser conhecidas e reconhecidas como sagradas, e é sob essa consideração de que são sagradas, que são também constantemente contempladas e reverenciadas em suas peculiaridades.

Lévi-Strauss é um autor singular, ao revelar ao homem ocidental, ao cientista e ao leitor, um homem primitivo de pensamento muito mais complexo e elaborado do que o suposto, salientando ainda que o pensamento mágico "não é uma estréia, um esboço, a parte de um todo ainda não realizado", mas um sistema segundo ele, bem articulado, independente da ciência, apesar de ter com ela, uma analogia em sua forma, podendo o pensamento mágico, de acordo com esse autor, ser interpretado como "a expressão metafórica da ciência". Por essa razão, esse autor defende que ao invés de opor ciência e pensamento mágico, deveria haver a tendência de interpretá-las paralelamente, como duas formas de conhecimentos "desiguais quanto aos resultados teóricos e práticos", porém lógicas, merecedoras de crédito pelos papéis que desempenham. Aliás, esse tipo de pensamento mais globalizante, pautado na ideia de que os diferentes tipos de saberes e conhecimentos deveriam ser considerados em seus aspectos complementares, e não de oposição, deve guiar o pensamento de todo cientista, interessado em estudar as populações tradicionais ou culturas diferentes da sua. Não se pode partir do pressuposto de que a sua própria cultura é a mais coerente, porque o indígena pode ter essa mesma visão do homem branco. O que falta aos estudiosos é o reconhecimento e o respeito à diversidade humana, cultural, às especificidades de cada povo e cultura, identificando em todas elas a humanidade que é o traço mais comum. Ao invés de um embate entre culturas, premente se faz buscar desvelar os traços que as tornam singulares, buscar somar os conhecimentos adquiridos, e, no que diz respeito à cura, por exemplo, aprender a ter sensibilidade para as diferentes formas de expressão de conhecimentos. Portanto, não se pode realizar um estudo sobre benzedeiras, destacando de suas práticas aquilo que reconhecemos como coerentes com a nossa prática biomédica. O mais importante e realmente significativo é realizar um mergulho nas tradições, conhecimentos e crenças que pautam as práticas desses sujeitos, dessas comunidades detentoras de saberes muito mais antigos que os nossos, reconhecendo nelas, valores próprios, que não precisam estar em oposição aos nossos próprios valores e práticas, mas serem considerados como uma riqueza a ser desvelada, o que muito acrescentará a todos ao final desse processo de aprendizagem.

A lógica em relação às espécies é de que plantas e animais são considerados úteis porque são primeira e detalhadamente conhecidos, e não o contrário, como nos povos

ocidentais contemporâneos, que partem sempre em busca de algo que se reverta em alguma utilidade, função prática ou lucro.

O estudo dos povos tradicionais em relação ao seu meio, via de regra, conduz à ideia de que "toda classificação é superior ao caos" (LÉVI-STRAUSS, 1989, p. 30). Portanto, ainda que o mito esteja no nível do sensível, não deixa, porém, de seguir uma rota rumo à ordem racional. Ao contrário do que se pensava, os mitos e os ritos não ignoram a realidade, por suas "funções fabuladoras", e sim, mantêm modos de observação e de reflexão que vão sendo adaptados. Dessa forma, mitos e ritos são aquilo que Lévi-Strauss denomina como substrato de nossa civilização, a "ciência do concreto", defendendo que essa ciência não deixou de ser menos científica, e que seus resultados também não foram menos reais, em seus dez mil anos à frente dos demais tipos de conhecimentos.

O que foi reforçado pela disciplina "A Ideia de Natureza e as Práticas Sociais de Cura" é que há aspectos que unem a ciência e o mito, como defende Strauss, citando a oposição binária como exemplo (as ideias opostas de alto e baixo, direita e esquerda, paz e guerra). Existe a aplicação no mito, de uma mesma regra ou "esquema organizador".

O totemismo, por seu turno, é um sistema hereditário de classificação, por meio do qual, os povos primitivos tentam "tornar tão permanente quanto possível os estados que consideram 'primeiros' em seu desenvolvimento",ou seja, há nessa tendência, a busca pela perpetuação do passado. As comunidades estão na História, e essa muda. Logo, existe um caráter de mudança inerente a todas as sociedades humanas, havendo, consequentemente, um movimento dinâmico que abrange suas formas de expressão ou crenças.

O estudo de Lévi-Strauss, na disciplina "A Ideia de Natureza e as Práticas Sociais de Cura", foi um exemplo prático da importância da interdisciplinaridade para a compreensão de um ser mais complexo. Esse autor, pautado em diferentes formas de saberes, busca compreender e ampliar os seus conceitos referentes aos povos primitivos, aos mitos, linguagens, significados e relações que estes apresentam. Ele parte de saberes de sua cultura, sem, no entanto, considerá-las como ponto de vista ou verdade únicos. Esses saberes servem como suporte de interpretação do outro, por sua base científica, mas não é ao outro imposta. Não se tem em relação a ela uma atitude acrítica, ao contrário: Lévi-Strauss não deixa de revelar as suas lacunas e pretensões.

Foi possível discutir que a Arte, ao se considerar a ciência e o mito, fica a meio caminho, pois o artista apresenta aspectos de ambas, uma espécie de redução da realidade, através de modelos. Segundo Lévi-Strauss (1989, p. 40), o modelo reduzido apresentado pelo

artista “compensa a renúncia às dimensões sensíveis pela aquisição de dimensões inteligíveis”.

A partir da disciplina “A Ideia de Natureza e as Práticas Sociais de Cura”, foi-nos possível compreender que a ideia de natureza não é algo estático ou definitivo. Depende ainda de cada sujeito segundo a sua visão de mundo e das coisas. De acordo com Carvalho (1991, p. 13) se para as sociedades primitivas a natureza sequer era reconhecida enquanto algo distinto do agrupamento humano, para as sociedades complexas de hoje, não é possível realizar uma caracterização geral, dadas as diferenças existentes entre os povos e a sua forma de ver o mundo. Porém, segundo Carvalho (1991), independentemente dos diversos conceitos que possa vir a ter, a natureza é a mesma, sendo que os seus significados, segundo diferentes agrupamentos humanos é que sofrem alterações no decorrer dos tempos. Não se pode deixar de considerar, no entanto, que as mudanças ocorridas nas relações de vida dos homens que fazem apontar novas exigências de “conhecimento, de relacionamento e de explicação das coisas naturais” (CARVALHO, 1991, p. 22). Logo, a história da natureza é a história dos próprios homens - conclui este autor. Foi a separação social que resultou na consideração da natureza como alter (= outro), havendo, por isso, a separação entre o mundo natural e o mundo social. É por isso que antes desse corte homem-natureza, os mitos e rituais mágicos serviam para confirmar que, os atributos dessa “natureza-gente” retornassem aos homens, conferindo-lhes poderes sobrenaturais. Não havia cisão, havia junção.

Com o surgimento das sociedades de classe, e suas considerações sobre a natureza, pode-se parafrasear Marx, que afirmou em seu Manifesto, a respeito da burguesia “tudo que é sólido e estável se evapora”. A situação do planeta revela essa afirmativa marxiana, e embora o capitalismo não tenha mais que um século de vida, a natureza já se encontra num estado alarmante quanto ao seu destino e futuro.

A visão do homem ocidental em relação à natureza gerou problemas de grandes proporções, o que requer desse mesmo homem uma nova postura e uma nova visão: a capacidade de refletir sobre suas práticas políticas, sociais, culturais, tecnológicas, econômicas e, sobretudo, ecológicas, buscando superar a destruição decorrente dessa visão multifacetada, sob a qual, ele próprio, está condenado a não sobreviver. (FREITAS e PORTO, 2006).

Segundo Freitas e Porto (2006), no livro “Saúde, Ambiente e Sustentabilidade”, vivemos um momento histórico em que a dialética entre o florescimento e a destruição da vida nunca esteve tão radicalmente evidente. É preciso, no entanto, transcender a dialética e aprender a praticar as ações que resultarão nas mudanças almejadas.

Como e possível concluir, a disciplina “A Ideia de Natureza e as Práticas Sociais de Cura” foi de fundamental importância na promoção de discussões extremamente significativas a respeito do homem, da ciência, medicina, dos animais, do meio ambiente, da sociedade, do conhecimento, da doença e outros, demonstrando um ser humano complexo, que precisa aprofundar conhecimentos de muitos aspectos ao mesmo tempo, e através de diferentes áreas do saber, para se aproximar da realidade.

**Relações entre a Disciplina “A Ideia de Natureza e as Práticas Sociais de Cura”e o Tema de Pesquisa Científica: Exclusão/Inserção do Negro na Universidade**

Ao intentar discutir a inserção/e ou exclusão do discente negro na UFVJM, essa ideia de pesquisa científica apresentou total relação com os conceitos e aspectos discutidos na disciplina “A Ideia de Natureza e as Práticas Sociais de Cura”, na medida em que se conclui que é exatamente a maneira como as diferentes populações humanas consideram a Natureza, que tendem também a considerar alguns de seus membros, principalmente, aqueles que se configuram como os “diferentes”, os que são geralmente excluídos ou que são pertencentes das comunidades tradicionais, como afirmado anteriormente, considerados “inferiores”. Dessa forma, se o homem ocidental contemporâneo, de tendências fortemente capitalistas e consumistas, enxerga a natureza como um objeto para atender às suas necessidades fugazes, o prazer também fugaz advindo desse poder sobre ela,tende a ser mais importante, desmerecendo-a a seus olhos, como um bem de consumo.

No caso da exclusão do negro na sociedade, é sabido que o estigma de inferioridade que ele carrega ao longo de séculos se deve ao histórico de escravidão no país. Por isso, retirado de seu meio, apartado de seus entes, vendido em feiras, negociado como um pertence qualquer, o escravo foi considerado um objeto, de troca e de consumo, com tempo de vida curto e definido e sem possuir quaisquer direitos. Essa postura diante do negro (assim como de outras populações também excluídas, tais como as indígenas), é a mesma postura diante da natureza ou do sujeito louco, especial ou diferente: é subtraído deles o seu valor real, a sua humanidade, a sua importância, o seu cunho singular, para ser considerado como algo sobre o qual é possível dominar. No caso do negro, em especial, ignorar a sua humanidade permitiu que fosse escravizado, torturado, morto, segundo a mesma lógica que rege as guerras e a ideia de supremacia de uma etnia em detrimento de outra. Segundo a mesma lógica que enxerga o natural como mero usufruto para a obtenção de lucros próprios.

Quanto à natureza, o homem pós-moderno se vê fora dela: ele é o seu dono. Dela extrai aquilo que lhe convém, e, portanto, o sentimento de preservação, de reverência e de divindade foram quase que totalmente perdidos. O negro, nesse contexto, emerge como o detentor de conhecimentos tradicionais desprezíveis, como seres dissociados de uma lógica, de uma inteligência, de uma religião e de uma vida que seja digna de ser preservada. Tal qual a natureza, o negro é mero objeto de consumo, e por isso as maiores atrocidades (tais como retirá-lo de seu meio para viajar dias seguidos em condições sub-humanas de vida, separando pais de filhos, ignorando seu histórico de vida anterior, impondo-lhe uma cultura diferente da sua, buscando assemelhá-lo a um animal ou outro objeto de uso, escravizando-o, chicoteando-o, aprisionando-o), todas essas práticas revelam as atrocidades às quais o homem é capaz de cometer quando diante daquilo que julga "diferente" ou "inferior". A natureza encontra-se nessa relação de poder, e são sérias as consequências dessa concepção.

Quanto ao negro, a abolição da escravidão não e configurou como uma mudança de concepções, e é por isso que ele segue atualmente excluído das oportunidades sociais, estigmatizado, diminuído, apesar de sua beleza, força e riqueza cultural e de ter superado todas as mazelas das quais foi vítima, tendo sobrevivido aos séculos de escravidão sistemática, o que denota a sua força.

A partir das discussões que ocorreram na disciplina ora em análise, foi possível reconhecer que a tendência classificatória ocidental foi responsável pelas maiores tragédias na história da humanidade: as guerras mundiais, a escravidão, e atualmente, o tratamento destrutivo e irracional direcionado à natureza. O negro - assim como o indígena, o cigano, o louco, a mulher, o idoso, entre outros tantos - é um sujeito destituído de direitos, e por essa razão cabe aos demais homens julgar a sua "serventia", a sua "utilidade", num quadro mais amplo de idealizações e de padrões. Não há espaço para o multiculturalismo, para a solidariedade, para a singularidade, para o valor de cada um. Ao contrário: consumo, massificação, padronização do pensar, ser e agir, superestimação da própria cultura, parecem ser atributos indissociáveis do homem pós-moderno.

É preciso haver uma negação dessa tendência – como foi tão amplamente discutido nessa disciplina – para que o sujeito, em sua divindade, seja respeitado como um ser holístico, que depende de inúmeros aspectos para ser realmente compreendido em sua complexidade. Mas como atingir o pensamento complexo, quando o sujeito pós-moderno é ainda guiado por concepções ainda tão arraigadas, tão marcadas pelo preconceito, pela atitude perversa ante o diferente e pela negação da diversidade e da singularidade, maiores traços da riqueza na natureza humana?

A relação das comunidades tradicionais aponta para um importante aspecto: a existência de uma relação diferente dessas comunidades com a territorialidade. Para os remanescentes de quilombos, por exemplo, assim como para os indígenas, a relação com a terra é diferente da nossa cultura. O espaço físico, a natureza, o seu meio ambiente é carregado de práticas e traços culturais, de tendências peculiares de sua cultura, havendo, portanto, grandes danos quando o tema é a perda de posse sobre seus territórios – mais uma forma encontrada pelo homem ocidental capitalista de eliminar esses povos. Nesses espaços físicos e naturais, os negros e indígenas fazem a sua própria história, repleta de tradições, ritos, e conseguem com elas, uma relação harmônica de preservação e subsistência. Retirar esses sujeitos de seu meio ambiente é uma perda para ambos, visto que se complementam. Essa tendência antiga, presente no projeto colonizador, segundo Miranda *et al* (2008, p. 89) "centrado na apropriação do território como afirmação da nação", permanece nos dias atuais, e mais uma vez, direitos seguem sendo ignorados simplesmente porque esses sujeitos foram histórica e culturalmente desvalorizados, logo, isentos de quaisquer direitos. O território, segundo Miranda *et al*, (2008, p. 91), "é o lugar da vida, o *habitat* no seu sentido mais profundo e original. Esse *habitat* é físico, constituído por condições ambientais, mas também forma uma rede de troca de matérias, energia e informação".

E tal restrição ou atitude arbitrária não se direcionam somente à posse de terra. Ela se estende a todos os demais aspectos da vida em sociedade desses sujeitos rejeitados. Ao se considerar os determinantes sociais da saúde (DSS), discutidos por Buss e Filho (2007), percebe-se que o negro tem todos os aspectos sociais negativos presentes em sua existência: são os que possuem menos acesso à educação, são as maiores vítimas de abusos de poder, são os que possuem menos representatividade na arena política, são aqueles que possuem menor média de vida, e que mais morrem por doenças, as mais variadas. O negro também é maioria quando se considera a vulnerabilidade em relação ao consumo de drogas, ao número total de pobreza e indigência, quando se consideram os níveis de desemprego e condições inferiores de trabalho, as estatísticas em relação à evasão escolar e ao acesso aos bens sociais, tais como cultura, lazer, atendimento médico adequado e outros.

Como defende Tella (2008), ainda que algumas mudanças nos últimos anos revelem estatísticas um pouco melhores nas condições sociais desses grupos, eles ainda

> Habitam as regiões mais periféricas e degradadas das grandes e médias cidades, ocupam os postos de trabalho com pouca ou sem qualificação e, conseqüentemente, com menos remuneração. Um exemplo disso é a grande presença no mercado de trabalho em ambos os países (Brasil e Portugal), se comparada com os brancos, de mulheres negras na função de empregada doméstica e de homens negros na construção civil. (TELLA, 2008, p. 153).

Ao aprofundar sobre essa lógica capitalista, percebe-se que esses sujeitos são impedidos de uma participação social mais digna, são alvos de rejeição e eliminação, ao mesmo tempo em que servem como mantenedores das diferenças sociais, ao serem explorados e assim garantirem os privilégios de uma elite capitalista. Servem, sobretudo, para exercerem os trabalhos socialmente menos valorizados, recebendo menor remuneração, ainda que estes sejam evidentemente mais árduos e que mal garantam a sobrevivência, em seu nível mais básico - processo muito similar ao da escravidão. Em outras palavras, "Os integrantes dos grupos étnicos e raciais discriminados sofrem vários tipos de desvantagens, acumulando-se os efeitos da discriminação econômica, segregação espacial, exclusão social, destituição do poder político e desvalorização cultural". (BARATA, 2009, p. 67). Diante dessa realidade, é possível reconhecer que o poder continua nas mãos de uma elite, que o homem pós-moderno é incapaz da igualdade de direitos, de reconhecer as diferenças e de aceitar o outro como sujeito de direito. Assim como sua relação com a natureza, sua relação com o negro é de descaso, poder, lucro e soberania. E por detrás dessa atitude de superioridade e de desumanidade, tende a negar as suas posturas preconceituosas, discriminatórias e racistas. Resultado disso é a necessidade de aprender com as culturas tradicionais, valores que colocam o ser humano e a natureza num patamar de maior importância, sob a qual, a vida é possível e mais viável, a partir da convivência harmônica, do respeito às diferenças e com a abertura à diversidade.

Foi possível refletir através da referida disciplina, que todos esses dados negativos em relação ao negro no Brasil são o reflexo de uma negação. Porém, de uma negação que não se restringe ao aspecto ideológico: ela ganha forma e se expressa na saúde desses sujeitos, através de ações violentas e de problemas de saúde que são constantemente banalizados. Segundo Bento e Beghin (2005, p. 195): "Ações que de tão recorrentes e banalizadas denunciam um processo silencioso de eliminação desse grupo da população".

Estudos revelam que as sociedades mais saudáveis são as mais solidárias, não as mais ricas. Diante do exposto a referida disciplina foi um convite à capacidade de ser solidário, de viver em coletividade, de respeitar o próximo com as suas peculiaridades, e de se reconhecer a importância da natureza como um bem em si mesma.

Para finalizar as presentes considerações, lança-me mão do pessimismo machadiano, em "O Alienista", quando discute a loucura em sua relatividade e como questão de poder, e afirma que "O mal não parece estar no 'racional' ou no 'normal' mas no humano". Verdade que pode se estender a outros aspectos a vida e na maneira como o homem lida com elas.

## Considerações Finais

A disciplina "A Ideia de Natureza e as Práticas de Cura" propiciou uma significativa ampliação de concepções do discente do curso interdisciplinar "Saúde, Sociedade e Ambiente", na medida em que destacou a importância do aprofundamento de estudosem relação aos povos tradicionais, culturas diferentes da ocidental e, sobretudo, sob uma ótica mais crítica e holística, no empenho de o sujeito tentar superar e desvencilhar-se das velhas tendências e concepções tradicionais de estudo.

Além de destacar a importância de se aprofundar estudos sobre outros povos e culturas, sob uma visão mais complexa e menos preconceituosa, tal disciplina ainda evidenciou a necessidade de uma certa humildade, de uma genuína reverência, ao reconhecer que esses povos são donos de conhecimentos e de práticas, de valores e de tradições muito ricas e dignas de serem apreendidas, senão imitadas por nós. A própria relação entre os "iguais" em nossa cultura é permeada por preconceitos, por racismo, por segregação, por isolamento social, revelando a intolerância, a falta de solidariedade e de aceitação à diversidade, mesmo dentro de uma mesma cultura.

Na intenção de se estudar determinado povo ou comunidade tradicional, resta ao pesquisador partir para uma investigação menos superficial, não buscando relações entre o que busca conhecer, interpretando-a segundo a ótica de sua própria cultura. A ideia é de aprofundamento, de interpenetração, de se buscar, numa entrevista a uma benzedeira, por exemplo, sobre seus sentimentos em relação às plantas que manuseia, o que entende por doença, por cura, o que percebe de sua prática e qual a concepção que possui de sua importância frente à sociedade da qual faz parte. Deve haver um esforço do pesquisador para chegar até a essência desses sujeitos, com a finalidade de não reproduzir conceitos e pré-conceitos já histórica e culturalmente enraizados na cultura ocidental. O respeito e a humildade são elementos essenciais nessa relação de troca, e a aprendizagem certamente será mais significativa. A partir dessa postura investigativa, pode-se dar voz aos historicamente excluídos, trazendo para a nossa cultura, aspectos culturais alheios que nos fugiram à capacidade de uma análise mais próxima. É preciso recuperar a riqueza desses povos, e aprender com ela, é possível reconhecer que existe uma lógica, uma ética interna, intrínseca a todo ser humano, independentemente de suas crenças, etnia, cultura ou espaço geográfico, ao qual pertença, ou seja: é positivo identificar pontos que nos aproximam.

Em síntese, a disciplina "A Ideia de Natureza e as Práticas Sociais de Cura" foi de extrema contribuição não somente como uma prática de discussão crítica constante acerca de outros povos e culturas, mas, sobretudo, na própria formação de profissionais que, ao lidarem com sujeitos das classes, etnias e condições econômicas as mais variadas, certamente poderá lançar mão de um preparo mais abrangente para considerar tais diferenças, para compreender melhor a relação que esses sujeitos possuem com o seu meio ambiente e a forma como suas percepções de mundo, práticas e crenças interferem no seu processo saúde-doença.

No que diz respeito ao curso, as contribuições dessa disciplina foram no fato de que suas características práticas foram redundantemente interdisciplinares: seja no grande número de aspectos discutidos, sejam pelas áreas de conhecimento considerados, seja pela formação do docente responsável pela disciplina, e até mesmo pelo perfil diverso de turma que constituiu a classe.

Finalmente, em relação à pesquisa científica que tem como foco o negro, a discriminação e o preconceito, a referida disciplina foi de fundamental contribuição, na medida em que revelou que o mesmo olhar ocidental direcionado à natureza, é também direcionado ao negro, ao indígena, ao deficiente, ao cigano...

Por todas essas razões é que "A Ideia de Natureza e as Práticas Sociais de Cura" se constitui como uma das disciplinas mais essenciais do referido curso de mestrado de cunho interdisciplinar, pelo enfoque dado ao meio ambiente, porém, considerando-se a diversidade de aspectos que a ele se referem.

**Referências Bibliográficas**


ALVES, Rubem. **Filosofia da Ciência: Introdução ao Jogo e suas Regras**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

ARAÚJO, Inês Lacerda. Introdução à Filosofia da Ciência. 3. Ed. Curitiba: UFPR, 2003.

ARONOWITZ, Stanley (2001) *In:* LITTLE, Paul E. (org). **Conhecimentos Tradicionais para o Século XXI – Etnografias da Intercientificidade.** São Paulo: Annablume, 2010.

ASSIS, Machado de. **O Alienista.**São Paulo: Ática, 2000.

BARATA, Rita Barradas. **Como e porque as desigualdades sociais fazem mal à saúde.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009.

BENTO, M. A. S.; Beguin, N. **Juventude e negra e exclusão Social. Políticas sociais, acompanhamento e análise.**11 de ago, de 2005. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/bpsociais/bps_11/ENSAIO4_Maria.pdf

BUSS, Paulo Marchiori e FILHO, Alberto Pellegrini. **A saúde e seus Determinantes Sociais. Physis.** Ver. Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 2007.
CANGUILHEM, Georges**. O Normal e o Patológico**. 6. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1996.

CARVALHO, Marcos de. **O que é Natureza**. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1991.

CARVALHO, S. M. S. de et al. **A lógica subjacente às superstições e simpatias**. Perspectivas, Araraquara, v. 1 , n. 1 , 1976.

FREITAS, Carlos M. de; PORTO, Marcelo F. **Saúde, Ambiente e Sustentabilidade.** 20. Ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista** . 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

MIRANDA, Ary Carvalho de. (org.).**Território, Ambiente e Saúde.**Rio de Janeiro, Fiocruz, 2008.

LUZ, Madel T. **Natural, Racional e Social: Razão Médica e Racionalidade Científica Moderna**. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

LITTLE, Paul E. (org). **Conhecimentos Tradicionais para o Século XXI – Etnografias da Intercientificidade.** São Paulo: Annablume, 2010.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O Pensamento Selvagem**. Trad. Tânia Plegrinni.São Paulo: Papirus, 1989.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Raça e história**. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

MINAYO, Maria C. de Souza. (org.). Pesquisa Social. Teoria, Método e Criatividade. 23. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

MIRANDA, Ary Carvalho de. Et al. Território, Ambiente e Saúde. Rio de Janeiro, Fiocruz, 2008.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. **Um Discurso sobre as Ciências**. Porto: Edições Afrontamento, 1988.

Programa do SASA, disponível em:
http://ufvjm.edu.br/prppg/pos-graduacao/stricto-sensu.html?utm_source=portal&utm_medium=primaryNav&utm_campaign=stricto-sensu

**UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI**

**MESTRADO PROFISSIONAL SAÚDE SOCIEDADE & AMBIENTE**

**DOCENTE: Profa. Dra. SÍLVIA REGINA PAES**

**DISCIPLINA: FILOSOFIA DA CIÊNCIA**

**DISCENTES: ÉRIKA JÚNIA PAULINO E LUDMILLA ZAIRA FARNEZI**

# IMPORTÂNCIA DA ADEQUAÇÃO DA LINGUAGEM/COMUNICAÇÃO ACADÊMICA PARA VIABILIZAR A VISÃO CRÍTICA E A PROMOÇÃO DOS DIREITOS DAS CLASSES HISTORICAMENTE EXCLUÍDAS:

## Relato da Experiência de um Encontro com Remanescentes de Quilombos do Interior Mineiro

**Diamantina**
**2012**

**ÉRIKA JÚNIA PAULINO**

**LUDMILLA ZAIRA FARNEZI DE OLIVEIRA**

# IMPORTÂNCIA DA ADEQUAÇÃO DA LINGUAGEM/COMUNICAÇÃO ACADÊMICA PARA VIABILIZAR A VISÃO CRÍTICA E A PROMOÇÃO DOS DIREITOS DAS CLASSES HISTORICAMENTE EXCLUÍDAS:

**Relato da Experiência de um Encontro com Remanescentes de Quilombos do Interior Mineiro**

Artigo apresentado ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM, como um dos requisitos da disciplina Filosofia da Ciência

Orientadora: Prof.ª Dra. Sílvia Regina Paes

**Diamantina**

**2012**

**IMPORTÂNCIA DA ADEQUAÇÃO DA LINGUAGEM/COMUNICAÇÃO ACADÊMICA PARA VIABILIZAR A VISÃO CRÍTICA E A PROMOÇÃO DOS DIREITOS DAS CLASSES HISTORICAMENTE EXCLUÍDAS:**

**Relato da Experiência de um Encontro com Remanescentes de Quilombos do Interior Mineiro**

**RESUMO**

Este estudo apresenta como tema a necessidade da adequação da comunicação/linguagem acadêmica quando em seu intuito de promoção dos direitos humanos e repasse de informações relevantes à comunidade. Um dos requisitos necessários à formação crítica dos sujeitos socialmente excluídos é a capacidade de os responsáveis pelos eventos ou encontros educativos viabilizarem uma interação horizontal, em que haja compreensão do que é tratado, ampliação das concepções existentes e trocas genuínas entre os participantes, para que essas experiências resultem em práticas sociais transformadoras e no reconhecimento dos próprios direitos, ou ainda, para que resultem em aprendizagens para todos os envolvidos no processo. Foram, portanto, objetivos desse estudo: analisar em um determinado contexto (evento cultural), como a comunicação entre acadêmicos e população remanescente de quilombos se efetivou; apontar aspectos identificados como positivos ou negativos da linguagem utilizada nesse contexto e refletir sobre a existência de uma interação entre os participantes, apontando os aspectos que a promoveram ou que serviram como empecilhos à comunicação. Para nortear a presente discussão, partiu-se do seguinte problema: "a comunicação dos docentes, gestores e políticos participantes de um evento no interior mineiro, direcionada às pessoas iletradas, remanescentes de quilombos, procedentes das classes sociais menos favorecidas,foi suficiente para atender aos objetivos do encontro no que concerne à capacidade de repasse de informações importantes, referentes à identidade, territorialidade e direitos?". A metodologia utilizada nesse estudo foi a observação da postura comunicativa dos acadêmicos, gestores e políticos em relação à mensagem a ser repassada ao público-alvo. De posse dessa observação, foi realizada uma análise dos discursos utilizados,à luz das teorias vigentes e em relação ao comportamento dos presentes. Os autores que fundamentaram esse estudo foram Duprat (2007), Silva *et al.;* (2000) e Walsh (2001). Justifica a escolha por esse assunto, a forte tendência na adoção de termos técnicos, específicos e de uma linguagem formal padrão, rígida e hermética, dos sujeitos ligados ao universo acadêmico. Sujeitos que pretendem orientar as pessoas semi ou não-alfabetizadas, o que resulta na inviabilidade de uma comunicação significativa e de troca efetivas. Os resultados apontaram que a dinâmica comunicativa coerente ao contexto no qual se aplica é essencial no sentido de se obter os objetivos propostos e de também perseguir a tríade Ensino, Pesquisa e Extensão, sobretudo, quando as atividades da academia para a comunidade externa visam a uma sociedade melhor e mais equânime. Conclui-se nesse estudo que, ao mesmo tempo em que a comunicação acadêmica pretende-se superior, quando em contato com as culturas tradicionais, ela se mostra, via de regra, incapaz de atingir aos seus objetivos mais básicos, no que concerne ao repasse de informações relevantes, ante a falta de adequação coerente em relação ao seu público-alvo.

**Palavras-chave:** Universidade. Comunicação. Direitos. Visão Crítica. Extensão.

## Introdução

Em um país como o Brasil, de grandes diferenças sociais, que apresenta estatísticas extremamente negativas referentes às possibilidades de escolarização ou de inclusão dos sujeitos, sobretudo, no que concerne às etnias (segundo o Instituto de Pesquisa Econômica

Aplicada IPEA, os negros que chegam à universidade representam 4,4%, contra 16,6% de brancos, ou seja, uma diferença quatro vezes maior), é imprescindível que a questão dos direitos seja posta em discussão, tendo em vista o empoderamento desses sujeitos excluídos, que se encontram histórica e socialmente em desvantagem social, no sentido de se sentirem capazes de discutir e de modificar a sua própria realidade.

Uma vez que a educação superior é privilégio ainda de poucos no Brasil, espera-se que as universidades brasileiras sejam capazes de formar diplomados aptos a auxiliarem a transformação social necessária, contribuindo assim, para o progresso do país.

Tal expectativa encontra eco na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 9394/96, segundo a qual:

> A educação superior tem por finalidade formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira e colaborar na sua formação contínua; incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e tecnologia e da criação e difusão da cultura e promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

A tríade Ensino, Pesquisa e Extensão parte do pressuposto da importância da universidade em seu caráter social, tendo em vista a relação entre instituições educativas e realidades nas quais se encontram inseridas. A Extensão, por exemplo, é entendida como "processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Comunidade". (Política de Extensão, 2009, p. 2). Depreende-se, portanto, que a universidade, em suas inúmeras políticas de atuação, visa à transformação social por meio de seus alcances científicos. E se a academia abre espaços à comunidade, seus objetivos têm por escopo realizar trocas de conhecimentos, informações, formações e articulações entre os saberes obtidos em uma dada realidade, promovendo assim, transformações positivas. Pretende, em outras palavras, contribuir com informações junto àqueles que, de alguma forma, não tiveram acesso ou a mesma oportunidade de escolarização.

No que diz respeito às suas terras, os remanescentes de quilombos delas necessitam, para que sua cultura sobreviva. Suas relações com a natureza são mais sustentáveis, e o significado da terra é mais distinto e complexo, tendo um sentido intrínseco à questão da sobrevivência:

> Para comunidades tradicionais, a terra possui um significado completamente diferente da que ela apresenta para a cultura ocidental hegemônica. Não se trata apenas de moradia, que pode ser trocada pelo indivíduo, sem maiores traumas, mas sim do elo que mantém a união do grupo, e que permite a sua continuidade no tempo através de sucessivas gerações, possibilitando a preservação da cultura, dos valores e do modo peculiar de vida da comunidade étnica. Privado da terra, o grupo tende a se dispersar e a desaparecer, tragado pela sociedade envolvente. Portanto, não é só a terra que se perde, pois a identidade coletiva também periga sucumbir. Dessa, forma não é exagero afirmar que quando se retira a terra de uma comunidade quilombola, não se está violando o direito à moradia dos seus membros. Muito mais que isso, se está cometendo um verdadeiro etnocídio. (DUPRAT, 2007, p. 83).

Deve haver um interesse crescente sobre o assunto, dentro de uma sociedade que se denomina como democrática. A universidade surge, nesse contexto, como possibilitadora de debates que esclareçam e que promovam os direitos das pessoas. Por essa razão, este estudo apresenta como tema a necessidade da adequação da comunicação/linguagem acadêmica quando em seu intuito de promoção dos direitos humanos e repasse de informações relevantes à comunidade, sobretudo, em relação aos direitos à terra, à cultura, à tradição e à manutenção de suas práticas e saberes.

Um dos requisitos necessários à formação crítica dos sujeitos socialmente excluídos é a capacidade de os responsáveis pelos eventos ou encontros educativos viabilizarem uma interação horizontal, em que haja compreensão do que é tratado, ampliação das concepções existentes e trocas genuínas entre os participantes, para que essas experiências resultem em práticas sociais transformadoras e no reconhecimento dos próprios direitos, ou ainda, para que resultem em aprendizagens para todos os envolvidos no processo.

Foram, portanto, objetivos desse estudo: analisar em um determinado contexto (evento cultural), como a comunicação entre acadêmicos e população remanescente de quilombos se efetivou; apontar aspectos identificados como positivos ou negativos da linguagem utilizada nesse contexto e refletir sobre a existência de uma interação entre os participantes, apontando os aspectos que a promoveram ou que serviram como empecilhos à comunicação almejada.

Para nortear a presente discussão, partiu-se do seguinte problema: “a comunicação dos docentes, gestores e políticos participantes de um evento no interior mineiro, direcionada às pessoas iletradas, remanescentes de quilombos, procedentes das classes sociais menos favorecidas, foi suficiente para atender aos objetivos do encontro no que concerne à capacidade de repasse de informações importantes, referentes à identidade, territorialidade e direitos?”.

A metodologia utilizada nesse estudo foi a observação da postura comunicativa dos acadêmicos, gestores e até mesmo políticos em relação à mensagem a ser repassada ao público-alvo. De posse dessa observação, foi realizada uma análise dos discursos utilizados, à

luz das teorias vigentes, que se referem aos aspectos essenciais para a efetivação de uma boa comunicação e que foram pautadas nos autores Duprat (2007), Silva *et al.;* (2000) e Walsh (2001).

Justifica a escolha por esse assunto, a forte tendência na adoção de termos técnicos, específicos e de uma linguagem formal padrão, rígida e hermética, dos sujeitos ligados ao universo acadêmico. Sujeitos estes que pretendem orientar as pessoas semi ou não-alfabetizadas, no sentido de inteirá-las de seus direitos, o que resulta na inviabilidade de uma comunicação significativa e de troca efetivas, devido às impossibilidades decorrentes dos tipos de discurso adotados no processo comunicativo.

A linguagem/comunicação, como será defendido nesse artigo, deve ser adequada ao seu público-alvo tendo em vista a obtenção dos objetivos propostos, sendo que, no caso ora em análise, os objetivos foram o de esclarecer direitos, explicitar caminhos para a posse do território, despertar a visão crítica sobre a própria condição e salientar aspectos importantes sobre a identidade e a cultura negra.

**Análise e Discussão dos Dados**

Numa localidade do interior mineiro, realizou-se o primeiro encontro de cunho cultural, direcionado aos seus cidadãos afro-descendentes -uma oportunidade em que seriam discutidos aspectos tais como identidade, território e direitos, tendo em vista atender aos remanescentes de quilombo, em suas dúvidas e inquietações acerca das lutas necessárias a empreenderem, em prol da manutenção de sua cultura e tradição.

Foi esta uma iniciativa da prefeitura local, por meio de suas secretarias, contando ainda com a co-realização das associações locais e com a participação de docentes de uma universidade da região, havendo, portanto, o perfil acadêmico para a realização das observações, as quais este trabalho se propõe.

Outro sujeito de perfil acadêmico, que pertence a uma importante fundação que visa à efetivação dos direitos dos quilombolas, foi também convidado e responsável pelas orientações práticas e legais acerca do território, nesse evento.

Um terceiro docente convidado e pertencente a uma instituição distante daquele contexto foi figura de fundamental importância ao que se pretendia, pelo menos teoricamente, com esse encontro.

A seguir, algumas impressões deixadas pelos participantes que compuseram a primeira mesa de debates, no dia da abertura do evento. Parte-se aqui do conceito de comunicação, para posterior análise de como ela se configurou no referido evento. De acordo com Silva *et al.,(*2000, p. 52):

> A comunicação é um processo de interação no qual compartilhamos mensagens, idéias, sentimentos e emoções, podendo influenciar o comportamento das pessoas que, por sua vez, reagirão a partir de suas crenças,valores, história de vida e cultura.

De acordo com essa citação, as reações dos ouvintes tende a ser maior ou menor a depender da capacidade do interlocutor em realizar a conexão necessária entre o que é exposto (discurso) e a realidade dos ouvintes: as suas crenças, valores, cultura e história de vida. O vocábulo "interação" também traz subjacente a ideia de que, para haver a comunicação, é preciso haver "reciprocidade". Depreende-se disso que, no intuito de se dirigir a determinado perfil de sujeito, é necessário antes, conhecer um pouco essa bagagem de valores, crenças, cultura, para a posterior escolha de uma linguagem que se conecte a essa realidade. Silva *et al*.; (2000, p. 52) ainda salienta que:

> A comunicação pode ser realizada de forma verbal e/ou não-verbal. A comunicação verbal exteriorizão ser social e a não-verbal o ser psicológico, sendo sua principal função a demonstração dos sentimentos. Em geral, é atribuída maior relevância à comunicação verbal expressa pela linguagem falada ou escrita; entretanto, o *homo sapiens* sempre se comunicou mesmo que através de grunhidos e gesticulações.Considera-se que apenas 35% do significado social de qualquer interação corresponde às palavras pronunciadas, pois o homem é um ser multissensorial que, de vez em quando, verbaliza.

A comunicação, em outras palavras, não se resume ao texto escrito ou na forma verbal. Existe uma gama de possibilidades ao se transmitir determinadas ideias sendo que, todo o corpo é também mensagem, toda expressão facial, gestos, posturas querem dizer algo. Portanto, a comunicação pode ser expressa através de dois tipos distintos de comunicação, a verbal e a não-verbal, sendo que ambas serão analisadas no presente estudo.

O primeiro encontro cultural que teve como público-alvo os remanescentes quilombolas aconteceu numa cidade de estrada de terra, de acesso relativamente difícil, tendo sido improvisada uma sede, para que fosse possível receber um número significativo de participantes.

A localidade recebeu a ideia com festa, e a abertura do evento contou com diferentes apresentações culturais, peculiares daquele povo de grande maioria negra e de ricas tradições.

Os políticos locais, em seu primeiro contato com as comunidades presentes (que vieram de diferentes localidades, porém vizinhas), deixaram evidenciar os seus interesses voltados para a obtenção de votos. O discurso adotado era paternalista,ou seja:benevolente e condescendente e deixava transparecer o desejo de reconhecimento, uma vez que aquele evento era produto de uma gestão realmente "comprometida" com o povo, disposta a garantir os seus direitos.

Boa parte do tempo utilizado por esses políticos na abertura do evento fugiu ao objetivo central do encontro, e tornou-se um verdadeiro espaço para se angariar interesses próprios. Nessa oportunidade, o maior representante político presente fez uma retrospectiva das ações públicas voltadas para aquelas comunidades, e teve como um recurso discursivo-argumentativo (que dá a ideia de proximidade com o público-alvo), citar nomes de alguns dos representantes populares, para demonstrar o grau de intimidade que possuía com aqueles cidadãos.

Houve uma contradição dessa preocupação com o povo no discurso dos referidos políticos, perceptível na própria constituição da mesa, o que demonstrou o pouco interesse pelo público-alvo que deveria ser reverenciado naquele momento, ou seja, os negros. Apesar de enaltecer a importância da etnia para aquela comunidade e para o país, a mesa foi constituída por apenas 2 negros, representantes de associações locais, num total de 8 convidados.

Uma docente da universidade local, apesar de uma linguagem polida e segundo as normas da língua padrão, foi capaz de sensibilizar as pessoas presentes, atentando inclusive, para que aquela oportunidade fosse realmente das comunidades ali consideradas, para que elas tomassem o microfone, externassem suas experiências e expectativas, e fossem, dessa forma, ouvidas. Destacou que naquela noite eram os remanescentes de quilombo os homenageados, por suas contribuições para o Brasil, e, sobretudo, para Diamantina como Patrimônio Histórico da Humanidade. Esclareceu que aquele era um momento de escuta, pois aquelas pessoas tinham muito a dizer, a acrescentar e a ensinar, por suas experiências culturais, sociais e de vida. Ressaltou a força dessa cultura, e passou-lhes a palavra, como um reconhecimento genuíno, numa atitude de humildade, que foi bem aceita pelos presentes.

Seu discurso pareceu revelar o incômodo causado pelos políticos presentes, devido à falta de objetividade com que estes se mostraram na abertura do evento e em relação à verdadeira importância daquele encontro.

Retomando o tema das discussões que aconteceriam naquela oportunidade, essa docente passou o microfone a um dos representantes populares que compunham a mesa. Um

senhor representante de uma associação local, em seu breve discurso, demonstrou o apreço que sentiu por participar do primeiro encontro daquele gênero, o que, segundo ele, já era uma grande conquista. Afirmou sobre o seu orgulho pessoal, por fazer parte de uma luta antiga por direitos, e numa linguagem muito simples, mostrou-se impressionado com o que havia conquistado até ali:estava à frente, num lugar de destaque, entre outras pessoas importantes, compondo uma mesa, na discussão de direitos coletivos de sua etnia.

Passou a palavra à outra senhora negra, também representante de uma associação local, que envergonhada e sem saber o que fazer com o microfone, começou a rir muito, levando a platéia às gargalhadas.

As apresentações se seguiram, e, depois de serem realizadas por cada componente da mesa, era de se esperar que fosse possível delinear um pouco do perfil daqueles sujeitos, reconhecendo suas limitações verbais no que diz respeito às normas da língua padrão e a falta de experiência com exposições públicas como as que vivenciaram naquela noite. Adequações da linguagem já poderiam ter sido antevistas naqueles momentos, por simples sensibilidade.

Por outro lado, era preciso desvelar o acúmulo de experiências e de conhecimentos que aquela comunidade possuía, a depreender de suas apresentações artísticas e culturais que abrilhantaram a noite. O que estava visivelmente faltando naquele encontro era a adequação de uma linguagem que servisse de ponte entre os sujeitos desses universos distintos que ali precisavam interagir: políticos, acadêmicos e populares. A linguagem política utilizada, como de praxe, tinha como objetivo a subtração de algo daqueles sujeitos, ao invés de acrescentar ou de interagir.

Numa primeira leitura, ingênua e preconceituosa, era possível concluir que a etnia negra estava fracamente representada, visto que os dois representantes (mais evidentemente a representante negra que teve um ataque de riso num momento inoportuno) apresentou pouca visão crítica acerca daquele contexto de “debates”.

Dando sequência à programação da noite, uma pessoa de formação acadêmica, pertencente a uma importante fundação, que tem por objetivo a defesa de direitos dos quilombolas, foi convidada fundamental para os temas mais importantes a serem debatidos. Ela tomou posse da palavra, com a responsabilidade de discutir sobre a questão da identidade e do território, que são de suma importância ao público-alvo do evento, e talvez fosse esse o ponto mais relevante de toda a programação. No entanto, a palestra ministrada por essa convidada foi basicamente apresentada através de um recurso tecnológico (data-show). Para começo de análise, aquele público-alvo não estava acostumado com esse tipo de mídia. Os slides eram repletos de informações escritas, ignorando o fato de que as pessoas presentes, em

grande parte, eram iletradas. Mais sério que o conteúdo pouco claro do material escolhido para orientar aqueles cidadãos, foi a linguagem/comunicação utilizada por essa pessoa de formação acadêmica: um vocabulário extremamente polido, de difícil acesso para os presentes, e de tal forma inacessível, que muitos mostraram-se sonolentos, alguns saíram da sala para se unirem em círculos de conversas informais na porta do local, enquanto outros a observavam vagamente, como quem pouco ou nada compreendem do que está sendo exposto.

A inexistência de comunicação, nesse caso, foi um fator lamentável, devido às importantes informações que aquela convidada possuía para repassar, informações de extremo interesse para as comunidades presentes, além de seu profundo conhecimento sobre as lutas da etnia negra. Deduz-se dessa observação que nenhum conhecimento profundo sobre determinado tema é suficiente para promover a comunicação, sendo este, o aspecto fundamental para que trocas ocorram.

A personalidade dessa convidada também não favoreceu a troca, o debate, a comunicação. Sua voz, de timbre baixo, era abafada por alguns ruídos, que existiam tanto dentro quanto no exterior da sala. A leitura de seu próprio currículo parecia aumentar a distância entre ela e a maioria dos presentes, apesar de ser um item de aproximação claramente implícito, ou seja, a sua longa experiência como pesquisadora dos temas de interesse daquela comunidade. Faltou uma ponte comunicativa para as pessoas compreenderem que ali estava, diante delas, alguém que se interessava por suas questões, problemas e desigualdades.

O nível do vocabulário utilizado por essa convidada, somada às interferências existentes no local resultaram em crescente desinteresse. Sua postura corporal não correspondia ao tema que, dentre outros aspectos, defendia a necessidade de uma postura incisiva, na luta pelos direitos territoriais. Ela falava sobre a história de Zumbi, como um importante representante, mas sem emoção necessária. As expressões corporais e faciais, quase que inexistentes, não corresponderam à importância do assunto por ela abordado, não houve qualquer ênfase, não foi possível despertar o sentimento de orgulho naquelas pessoas, o que ela parecia desejar suscitar.

As estatísticas apresentadas por essa palestrante, referentes ao número de quilombos existentes no Brasil e da postura tradicional dos estados de Minas Gerais e São Paulo em relação às causas da etnia negra (apesar de terem sido os estados que mais exploraram a mão-de-obra negra no país), também não foram muito bem compreendidas pelos participantes, com todos aqueles gráficos que continham uma linguagem estranha, pouco ou nada familiar.

Em outras palavras: os temas de maior importância para o reconhecimento histórico daqueles sujeitos, para a compreensão de sua condição no país, das conquistas obtidas até aquele momento e dos recursos legais que necessitavam conhecer para poderem efetivar objetivamente a luta pelo território, foram inadequadamente explorados por essa convidada e formação acadêmica. Pode-se concluir dessa observação que a comunicação utilizada não considerou, em nenhum momento, o perfil de público-alvo presente e interessado, o que resultou numa participação quase que dispensável dessa convidada, uma vez que não obteve resultados positivos. Houve uma clara e visível distância entre palestrante e expectadores.

Ao final de sua apresentação, houve aplausos educados, mas nenhum pergunta, apesar do espaço aberto para esse fim. Um silêncio abissal foi a prova concreta da distância entre palestrante e demais presentes. Agradecendo aos todos que a ouviram, essa participante julgou terminada a sua tarefa de orientar, educar e de fazer valer, por meio de uma visão crítica e esclarecedora, os direitos daqueles cidadãos.

Finalmente, a participação de um docente convidado de uma outra universidade, mais distante geograficamente, foi, no entanto, o contato mais próximo junto àquela comunidade em questão, proximidade possibilitada por sua comunicação aberta e desprovida de palavras rebuscadas. O seu discurso pareceu realizar uma síntese ou crítica aos discursos anteriores dos componentes daquela mesa, numa espécie de tradução de tudo o que não havia sido entendido até aquele momento.

Para começar o *debate* (porque privilegiou em seu discurso a abertura constante de espaço aos demais presentes), este docente se apresentou à platéia considerando-se como um deles: considerava-se negro por sua ascendência étnica, mas, sobretudo, pela causa da inclusão, por postura contrária à escravidão, à discriminação, ao desrespeito em relação ao negro brasileiro. Logo de início, causou um impacto positivo junto à platéia, no sentido de se mostrar alguém próximo e capaz de se comunicar adequadamente.Traduziu em palavras simples algumas das estatísticas anteriormente apresentadas, mas não decodificadas. Mostrou-se um sujeito do povo, apesar de não pertencer àquela comunidade específica.

Sua voz era de forte timbre, e houve um silêncio significativo para ouvi-lo, apesar disso. Ele quase gritava para a platéia, a depender dos assuntos tratados e,as diversas entonações das quais se apropriou em seu discurso, revelavam suas emoções íntimas e entusiasmadas. A platéia, de forma semelhante, também participava com diferentes entonações. Era visivelmente grande a postura da platéia nesse momento. De olhos fixos, interessados, empolgados e participativos, os sujeitos que agora se mostravam eram atentos e compreendiam aquelas palavras, por isso, interagiam.

Este docente retomou as palavras da outra docente que compunha a mesa, ressaltando que os negros ali presentes é que deveriam se apropriar daquele espaço para serem ouvidos. Que tinham muito a ensinar e que deveriam revelar o que possuíam de mais belo, ou seja, a sua tradição, a sua história, a sua sobrevivência apesar de todos os obstáculos encontrados e registrados na História do Brasil. Agradeceu pelos momentos em que, naquela noite, pôde conhecer melhor aquela cultura peculiar. Destacou-a com adjetivos merecidos, e salientou a necessidade de se lutar por essa identidade única, num mundo globalizado e massificante.

Este palestrante mostrou-se contrário aos políticos presentes, esclarecendo àquele povo que não deveriam acreditar em promessas, em favores, em segundas intenções. Que essa luta deveria ser uma bandeira erguida por cada negro e em coletividade, para terem maior força. Que era preciso reconhecer-se negro, ter orgulho disso e não desistir ante os obstáculos pelos quais certamente passariam. Abordou sobre as burocracias que permeiam tais conquistas, e mais uma vez explicou sobre os requisitos necessários para a exigência dos próprios direitos junto às instituições governamentais, com sua legislação tradicional, morosa e excludente.

Salientou que deveriam, sobretudo, desconfiar das falsas promessas existentes, salientando o sentimento de pertencimento de qual deveriam lançar mão, em nome de conquistas comuns. Tais conquistas não poderiam ser uma troca de favores, mas uma luta com resultados positivos, em nome da dignidade dos seus ancestrais.

Esse representante do universo acadêmico, não leu nenhum discurso escrito nem lançou mão de quaisquer recursos tecnológicos. Caminhava pelo salão, gesticulava enquanto argumentava, e, o mais importante: se apropriou de uma linguagem próxima, sem preocupações com concordâncias, ilustrando seu pensamento por meio de exemplos conhecidos daquelas pessoas, focalizando aspectos do cotidiano delas, e deixando transparecer grande sensibilidade, sobretudo, quanto ao objetivo de sua participação naquele evento.

Além de suscitar durante todo o tempo o senso crítico dos participantes, esse docente também fez muitas reverências ao povo negro, salientando a sua importância e despertando o orgulho dos presentes. A platéia correspondeu à sua adequação de discurso aplaudindo-o, concordando em alta voz, de maneira que era evidente a comunicação ou troca pretendidas. Por outro lado, esse palestrante fazia perguntas e aguardava que as pessoas se posicionassem, o que começou a acontecer timidamente, porém, dentro de pouco intervalo tempo, ganhou vulto. Demonstraram, nesse momento, que sabiam a razão de estar ali: pela necessidade de lutar por seus direitos. Apesar de viverem em localidades distantes e com poucos recursos,

demonstraram vivenciar um fenômeno apontado no Programa das Nações Unidades para o Desenvolvimento – PNUD (2004, 22):

> Em todo o mundo as pessoas são mais afirmativas para exigir respeito pela sua identidade cultural. Muitas vezes, o que exigem é justiça social e mais voz política. Mas não é tudo. Também exigem reconhecimento e respeito... E importam-se em saber se eles e os filhos viverão em uma sociedade diversificada ou numa sociedade em que se espera que todas as pessoas se conformem com uma única cultura dominante.

O discurso do referido docente, em determinado momento passou a abordar mais sobre o direito ao território, apontando as relações existentes entre a terra e a manutenção de uma cultura, preservada a duras penas. Foi então que as pessoas pareceram compreender a importância dessa oportunidade de trocas, sentindo-se mais empoderadas, mais preparadas para exporem suas ideias, medos e expectativas, de forma mais ativa. Elas perguntavam sobre os procedimentos legais para a posse da terra, e as questões que apresentaram foram se mostrando cada vez mais complexas, não no nível da palavra, ou do vocabulário por elas utilizado, mas no nível do pensamento, retirando o mito de que pessoas iletradas são totalmente desprovidas de senso crítico. As respostas desse docente foram esclarecedoras e mais perguntas iam sendo realizadas, sendo que em dado momento, havia fila de espera para os que se interessaram em fazer perguntas.

Em síntese, houve com a participação desse docente, a oportunidade de interculturalidade, que segundo Catherine Walsh (2001, p. 10-11), trata-se de:

> [...] um processo dinâmico e permanente de relação,comunicação e aprendizagem entre culturas em condições de respeito, legitimidade mútua, simetria e igualdade.Um intercâmbio que se constrói entre pessoas, conhecimentos, saberes e práticas culturalmente diferentes,buscando desenvolver um novo sentido entre elas na sua diferença.Um espaço de negociação e de tradução onde as desigualdades sociais, econômicas e políticas, e as relações e os conflitos de poder da sociedade não são mantidos ocultos e sim reconhecidos e confrontados.Uma tarefa social e política que interpela o conjunto da sociedade, que parte de práticas e ações sociais concretas e conscientes e tenta criar modos de responsabilidade e solidariedade.Uma meta a alcançar.

Devido ao atraso que ocorreu para a abertura desse evento, e do tempo despendido pelos políticos, na exaltação de suas tarefas públicas teoricamente cumpridas junto à população em análise, foi exatamente quando o discurso atingiu o seu ápice crítico e participativo, que a pessoa responsável pela apresentação e sequência do evento interrompeu a todos afirmando que no dia seguinte os debates seriam retomados, mas que, infelizmente, já eram altas horas, e parte dos participantes enfrentaria um longo percurso de volta às suas

cidades de origem. Ou seja: as pessoas interessadas foram obrigadas a se calarem, no momento de maior interesse e interação.

Esse corte foi visivelmente fora de propósito, tendo em vista o interesse da comunidade e de suas dúvidas e inquietações que estavam sendo, finalmente, esclarecidas por alguém. Percebe-se, da experiência supracitada, que, no universo acadêmico, pessoas ainda incapazes de adequarem o seu discurso ao público-alvo em foco, embora não seja essa uma regra. Quando, porém, uma pessoa de nível acadêmico consegue o seu intuito de adequação comunicativa junto ao público-alvo, como aconteceu nesse caso, boa parte do tempo já havia gasta com temas de menor importância, sendo necessária a interrupção dos debates de cunho prático e objetivo.

Quando se tem a etnia negra como público-alvo de ações acadêmicas, não se pode perder de vista o grau de vulnerabilidades das quais ela é vítima. Portanto, a comunicação a ser utilizada deve se concentrar mais no conteúdo a ser transmitido - conteúdo a ser desvelado em seu caráter social e através de uma linguagem simples- que num mero repasse de conhecimentos científicos que, por sua complexidade e pelo uso de termos técnicos, produziria mais problemas que soluções.

Esse primeiro encontro possui um grande significado político, cultural e simbólico. Político porque teve suscitada a visão crítica dos direitos; cultural, porque houve oportunidade de mostrar os conhecimentos e saberes tradicionais, e, finalmente simbólico porque tendeu a combater as representações sociais negativas e historicamente construídas em relação, negro, sendo que a valorização da própria cultura subjaz à mudança de concepção. No entanto, não fosse a intervenção de um dos convidados em relação aos verdadeiros objetivos do evento, todas aquelas pessoas historicamente excluídas, que se reuniram para discutir sobre suas vidas, história, presente e futuro, teriam perdido essa significativa oportunidade no que concerne à obtenção de uma visão mais crítica e aberta, capaz de mobilizá-las na busca por seus direitos.

**Conclusões**

A ideia central do evento aqui observado e descrito foi o de propiciar que as comunidades quilombolas estreitassem laços entre si, e ainda, que reconhecessem as diversas instâncias do poder público, inteirando-se das exigências e protocolos referentes ao processo de assunção de sua identidade. Esses objetivos poderiam ter sido otimizados, caso a primeira palestrante, por exemplo, conseguisse transmitir aos presentes, o significado de suas pesquisas, a relação de sua prática profissional com os interesses daquelas pessoas, a forma

como elas devem agir para obter os resultados almejados, ou seja, a conquista de direitos sobre a sua cultura, história e identidade. Tais objetivos, no entanto, não tiveram êxito, devido à falta de uma comunicação coerente ou de uma linguagem adequada.

Esse encontro também teria sido mais significativo, não tivesse sido utilizado segundo propósitos políticos que tomaram grande parte do tempo e que apontaram para os interesses que realmente subjazem os eventos desse caráter, ou seja: nenhuma preocupação social com o presente, por parte dos representantes do povo, e muita busca por apoios e adesões políticas futuras. Na orientação sobre os direitos humanos, é preciso utilizar uma visão crítica para revelar essas intenções freqüentes e, infelizmente, muito comuns no Brasil, da qual muitas pessoas são vítimas.

Por todas essas razões que servem como obstáculos à defesa dos direitos fundamentais,e ainda, pela importância desse encontro, percebe-se a necessidade de uma linguagem objetiva, acessível, flexível e próxima daqueles cidadãos que são, de maneira inconfundível, o público-alvo desse evento.

Os resultados apontaram que a dinâmica comunicativa coerente ao contexto no qual se aplica é essencial no sentido de se obter os objetivos propostos e de também perseguir a tríade Ensino, Pesquisa e Extensão, sobretudo, quando as atividades da academia para a comunidade externa visam à obtenção de uma sociedade melhor e mais equânime.

Conclui-se nesse estudo que, ao mesmo tempo em que a comunicação acadêmica pretende-se superior, quando em contato com as culturas tradicionais, ela se mostra, via de regra, incapaz de atingir os seus objetivos mais básicos, no que concerne ao repasse de informações relevantes, ante a falta de adequação coerente em relação ao seu público-alvo.Os antigos mitos de que essas pessoas são totalmente desprovidas de opiniões ou de uma visão crítica, é também postura ultrapassada e preconceituosa. As limitações do público-alvo são de linguagem e referentes à falta de informações, não se tratam da incapacidade de reflexão nem do não-reconhecimento de sua própria condição. Elas têm a noção de que vivem uma situação de desrespeito, e anseiam por mudanças desse quadro.

Por outro lado, quando surgem pessoas capazes de tal comunicação e de promover o empoderamento necessário, geralmente por possuírem veia crítica e por esbarrarem em temas polêmicos, acabam, via de regra, por serem igualmente silenciadas, sendo impedidas de realizarem o processo democrático de repasse de informações relevantes para a conquista de direitos do povo. Em última análise, mesmo quando interrompidos em sua missão de esclarecer sobre determinado tema, a sua participação, ainda que restrita, mostra-se fundamental, importante e realmente transformadora, uma vez que centrada no repasse de

saberes científicos adquiridos, e mais, pautada na sensibilização das pessoas, na mudança de concepções que resulta em ação. Esses saberes visam ao bem-comum de outros sujeitos, que ainda não tiveram as mesmas oportunidades de inclusão social, sobretudo, acadêmicas. É, portanto, uma comunicação positiva, utilizada como ferramenta mais importante, pois, além de diminuir diferenças, almejam pela igualdade de direitos dos cidadãos.

**Referências**


DUPRAT, Deborah (org.). **Pareceres Jurídicos – Direitos dos povos e dasComunidades Tradicionais.** Manaus: Documentos de Bolso, 2007.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Relatório do desenvolvimento humano 2004: liberdade cultural num mundo diversificado**. Lisboa: Mensagem, 2004.

POLÍTICA DE EXTENSÃO/ UFVJM – Pró-Reitoria de Extensão e Cultura. Resolução Nº 06, CONSEPE, de 17 de abril de 2009.

WALSH, Catherine. **La educación intercultural enlaeducación**. Peru: Ministerio de Educación, 2001.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI**

**MESTRADO PROFISSIONAL SAÚDE SOCIEDADE & AMBIENTE**

**LUDMILLA ZAIRA FARNEZI DE OLIVEIRA**

# LEITURA DAS ESTATÍSTICAS E DOS DETERMINANTES SOCIAIS DA SAÚIDE EM RELAÇÃOÀ CONDIÇÃO DO SUJEITO NEGRO NO BRASIL

**Diamantina**
**2012**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI**

**MESTRADO PROFISSIONAL SAÚDE SOCIEDADE & AMBIENTE**

**LUDMILLA ZAIRA FARNEZI DE OLIVEIRA**

# LEITURA DAS ESTATÍSTICAS E DOS DETERMINANTES SOCIAIS DA SAÚDE EM RELAÇÃOÀ CONDIÇÃO DO SUJEITO NEGRO NO BRASIL

Ensaio científico apresentado ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM, como um dos pré-requisitos da disciplina Metodologia Científica, da Prof.ª Dra. Rosana Passos Cambraia

**Diamantina**
**2012**

**Leitura das Estatísticas e dos Determinantes Sociais da Saúde em Relação à Condição do Sujeito Negro no Brasil**

*"Negro é quem se identifica como tal; no limite, é todo aquele que abraça a luta anti-racista"*. (DOMINGUES, 2005, p. 173).

Ludmilla Zaira Farnezi de Oliveira

**Resumo:** Este ensaio consiste numa análise crítica da insuficiência de políticas públicas ou de ações afirmativas mais incisivas direcionadas ao sujeito negro no Brasil. Para tanto, parte da leitura das estatísticas referentes a essa etnia, como argumento a tal insuficiência, pautando-se ainda no conceito de Determinantes Sociais da Saúde, aqui considerados sob uma ótica da situação do negro pobre brasileiro, pelo fato de ser ele, o alvo

das condições sociais menos favoráveis, o que requer reflexões acerca dessa realidade e a proposição de medidas gerais e/ou específicas que visem à mudança desse quadro. As presentes discussões partem do pressuposto de que, historicamente excluído, o negro foi, consequentemente, o alvo principal dos determinantes sociais da saúde negativos e, portanto, carece de ação compensatória e/ou reparatória pelos anos de escravidão sistemática que o forçaram a um atraso social significativo, dentre outros prejuízos. Os resultados obtidos nesse ensaio apontam para a necessidade de reversão do quadro de subcondição imposto ao negro na história brasileira, ao se pretender um país democrático e igualitário.

**Palavras-chave:** Exclusão. Determinantes Sociais da Saúde. Negro. Políticas Públicas.

## Introdução

Existe um tipo de desigualdade no Brasil que não é aleatória, casual ou ingênua: aquela direcionada ao negro. Portanto, ao se almejar a redução da situação de desigualdade entre os cidadãos brasileiros, premente se faz partir daquela que é de mais longa data, que se mostra mais desumana e que emerge, constantemente, das relações de poder de uma etnia ou classe social em detrimento de outra.

Por meio de leitura das estatísticas, iniqüidades sociais são apontadas nesse ensaio como parte do cotidiano do negro. Elas interferem diretamente na condição de saúde do indivíduo e foram a principal preocupação da Comissão Nacional sobre os Determinantes Sociais da Saúde (CNDSS), criada no Brasil em março de 2006. Os objetivos dessa Comissão, estabelecida por um Decreto Presidencial, foram:

> Produzir conhecimentos e informações sobre os DSS no Brasil; apoiar o desenvolvimento de políticas e programas para a promoção da eqüidade em saúde e promover atividades de mobilização da sociedade civil para tomada de consciência e atuação sobre os DSS. (BUSS e FILHO, 2007, p. 88).[1]

Tais determinantes devem ser entendidos como "os fatores sociais, econômicos, culturais, étnicos/raciais, psicológicos e comportamentais que influenciam a ocorrência de problemas de saúde e seus fatores de risco na população". (BUSS e FILHO, 2007, p. 77).[1]

Reconhecida a relação ampla entre esses fatores e a saúde do indivíduo, premente se faz apresentar dados estatísticos referentes à condição do negro no Brasil, para que se evidenciem aspectos sobre os quais a sociedade deve atuar, uma vez que se revelam arbitrários e desiguais, sendo esse o objetivo desse estudo.

A compreensão de que as iniqüidades sociais são "sistemáticas, injustas, evitáveis e desnecessárias" (Whitehead, 2000, *apud* Buss e Filho, 2007, p.80)[1], deve nortear os cidadãos no sentido de reconhecerem a necessidade de mudança, em prol de uma sociedade mais aberta à diversidade étnica e multicultural que a constitui.

A Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri nesse contexto, em suas inflamadas discussões sobre as suas possibilidades de expansão, parece alheia ao fato de que possui dentro de suas dependências, sujeitos negros da própria cidade e de localidades vizinhas que, pobres e excluídos, somente enxergam esta instituição como uma possibilidade de trabalho temporário, executando as obras que servirão para acolher aos demais indivíduos com melhor suporte ou base de escolarização. Diante do exposto, nota-se a urgência de se pensar a exclusão do negro de maneira mais objetiva, lançando olhares sobre o espaço mais próximo, para melhor compreendê-lo e situá-lo sob maior enfoque ou abrangência.

Questões que têm como foco de análise a necessidade de igualdade no tratamento ao negro brasileiro e que vieram à tona desde a Constituição Federal (1988)[2], ainda não receberam na prática, uma atenção mais incisiva. As estatísticas atuais referentes à condição do negro comprovam essa realidade, como será discutido a seguir.

O trabalho que ora se apresenta é o resultado da leitura e interpretação das estatísticas negativas referentes ao negro no Brasil - dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)[3] - com base no conceito dos Determinantes Sociais da Saúde (DSS)[1] e das Políticas Públicas tais como a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN, 2008)[4] e de leis como a de Nº 213/2003, que revelam, sobretudo, as reivindicações apresentadas pelo sujeito negro e o seu estado desvantajoso de inserção social em relação aos demais sujeitos de direito, através do Estatuto da Igualdade Racial.

Como base teórica, este ensaio apresenta ainda alguns apontamentos dos autores Barata (2009)[6] e Gomes(2001)[7], em suas discussões respectivas sobre as desigualdades sociais em relação aos problemas de saúde, assim como da defesa da educação como essencial para a mudança do quadro de exclusão ora em análise.

Nessa perspectiva de apontar um possível horizonte, posteriormente a esta revisão, aprofunda-se sobre a educação como alternativa para a inserção social do negro, sobretudo, na promoção de mudança da atual situação de segregação vivida por essa etnia.

## Leitura dos DSS e das estatísticas em relação ao negro brasileiro

Existem alguns indicadores para a compreensão da condição do negro no Brasil e os Determinantes Sociais de Saúde (DSS) auxiliam nessa perspectiva. Os DSS "são as condições de vida e trabalho dos indivíduos e de grupos da população que estão relacionadas com sua situação de saúde".[1] Os autores Buss e Filho (2007, p. 80)[1] ainda destacam que: "Há várias abordagens para o estudo dos mecanismos através dos quais os DSS provocam as iniqüidades de saúde", sendo elas apresentadas resumidamente a seguir:

> 1) A primeira delas privilegia os "aspectos físico-materiais" na produção da saúde e da doença, entendendo que as diferenças de renda influenciam a saúde pela escassez de recursos dos indivíduos e pela ausência de investimentos em infra-estrutura comunitária (educação, transporte, saneamento, habitação, serviços de saúde etc.), decorrentes de processos econômicos e de decisões políticas. (BUSS e FILHO, 2007, p. 80).

Relatórios do IPEA, segundo Bento e Beghin (2005, p. 194)[9] demonstram que:

> Principais vítimas da violência urbana, alvos prediletos dos homicidas e dos excessos policiais, os jovens negros lideram o *ranking* dos que vivem em famílias consideradas pobres e dos que recebem os salários mais baixos do mercado. Eles encabeçam, também, a lista dos desempregados, dos analfabetos, dos que abandonam a escola antes de tempo e dos que têm maior defasagem escolar.

Os dados supracitados apontam que, se os aspectos físico-materiais na produção da saúde e da doença têm peso significativo no processo saúde e doença, e sendo os negros os que possuem menor renda no país, logo, são eles também os mais afetados em sua saúde por sua condição econômica inferior. Nota-se, ainda, na análise dessa abordagem, que existe uma relação intrínseca entre vários aspectos sociais negativos na vida do sujeito negro, sendo que um tipo de iniqüidade, via de regra, resulta em outro, por consequência. Dessa forma, jovens negros de famílias pobres, são também aqueles que recebem salários mais baixos, que constituem o maior número de desempregados no país e os que mais evadem ou apresentam defasagem na aprendizagem, além de serem as principais vítimas da violência nas cidades.

Outro enfoque privilegia os "fatores psicossociais", explorando as relações entre percepções de desigualdades sociais, mecanismos psicobiológicos e situação de saúde, com base no conceito de que as percepções e as experiências de pessoas em sociedades desiguais provocam estresse e prejuízos à saúde. (BUSS e FILHO, 2007, p. 80).[1]

No nível dos fatores psicossociais, que apontam as situações de desigualdade social como desencadeantes de estresse e prejuízos à saúde, tem-se que a discriminação ainda é muito presente nas relações sociais dirigidas ao negro. O Brasil, como as estatísticas demonstram, é um país desigual. Logo, pode-se afirmar que as experiências e percepções do negro, como alvos de discriminações, são determinantes negativos para a sua saúde.

Num terceiro nível de abordagem, "Os enfoques "ecossociais" e os chamados "enfoques multiníveis" buscam integrar as abordagens individuais e grupais, sociais e biológicas numa perspectiva dinâmica, histórica e ecológica". (Buss e Filho, 2007, p. 80).

Lançando um olhar, a grosso modo, sobre esse tipo de abordagem, que considera o individual em relação ao coletivo, o social e o biológico, numa perspectiva mais dinâmica, compreende-se que o negro vive um processo de eliminação que transcende ao nível

simbólico para se expressar no plano físico. Dados abaixo demonstram a sua relação de insegurança com a sociedade da qual faz parte. Segundo Bento e Beghin (2005, p. 195):[9]

> A insegurança é outro terrível flagelo que afeta os jovens negros, em especial os homens; eles são os principais alvos da criminalidade violenta. Segundo estimativas da Disoc/Ipea, a partir de dados do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (Datasus), em 2000, a taxa de vítimas de homicídio de jovens negros era de 74,1 por 100 mil habitantes, bastante superior à observada para os brancos da mesma idade, de 41,8 por 100 mil habitantes. Numa equação bem conhecida, a conjugação perversa de diversos fatores, tais como racismo, pobreza, discriminação institucional e impunidade, contribui para a falência do sistema de segurança e justiça em relação à população negra. Essa relação não é fruto do acaso: distorções como a "presunção de culpabilidade" em relação aos negros resultam em ações que promovem a eliminação pura e simples dos suspeitos, violando os direitos humanos e constitucionais desses jovens. Ações que de tão recorrentes e banalizadas denunciam um processo silencioso de eliminação desse grupo da população.

Sob a ótica do negro, sua identidade é negada ou rejeitada pela coletividade, logo, ele carrega consigo o estigma da inferioridade construída social e historicamente, sendo, portanto, mais uma vez posto em desvantagem frente às outras etnias. O enfoque ecossocial de sua realidade no Brasil, mais uma vez revela negações ou ausências: a não-valorização, o não-respeito, o não-pertencimento.

Ainda considerando os tipos de enfoque diretamente ligados aos DSS relativos aos negros no Brasil, sabe-se que:

> 2) Há os enfoques que buscam analisar as relações entre a saúde das populações, as desigualdades nas condições de vida e o grau de desenvolvimento da trama de vínculos e associações entre indivíduos e grupos. Esses estudos identificam o desgaste do chamado "capital social", ou seja, das relações de solidariedade e confiança entre pessoas e grupos, como um importante mecanismo através do qual as iniqüidades de renda impactam negativamente a situação de saúde. Países com frágeis laços de coesão social,ocasionados pelas iniqüidades de renda, são os que menos investem em capital humano e em redes de apoio social, fundamentais para a promoção e proteção da saúde individual e coletiva. Esses estudos também procuram mostrar por que não são as sociedades mais ricas as que possuem melhores níveis de saúde,mas as que são mais igualitárias e com alta coesão social. (BUSS e FILHO, 2007, p. 80).[1]

Diante do exposto, na tentativa de refletir sobre a condição do negro de acordo com esses aspectos, pode-se reconhecer que, no que diz respeito ao capital humano, no Brasil as relações de confiança e de solidariedade entre as pessoas sofrem um forte impacto quando, por meio do racismo, sujeitos negros são considerados como objetos ou como inferiores. O que pode ser apontado como positiva é a organização de grupos étnicos, cobrando por seus direitos, o que resulta em conquistas legais ou norteadores de políticas públicas, sendo o PNSIPN[5] um claro exemplo disso. Tais iniciativas, de alguma forma, representam algum tipo de "coesão social", ainda que restrita ou fragmentada, já que não são todos os negros que se

mobilizam quanto à exclusão. No entanto, essa possível coesão social é mais decorrente de uma luta que de uma sensação de pertencimento, e toda luta desse gênero é, por essência, resultado de conflitos de interesses.

Pode-se depreender da análise dos diversos níveis ou tipos de abordagens existentes acerca dos DSS, que a condição de saúde do negro é preocupante, sem aprofundar aspectos relacionados à sua autoestima, à sua identidade, às possibilidades de inclusão, ao empoderamento, entre outros aspectos fundamentais para uma vida digna.

Diante do exposto, e ao se considerar a situação de exclusão vivida pelo negro no Brasil como uma herança social, histórica e culturalmente herdada, percebe-se a necessidade de se reconhecer que os DSS a ele relacionados são muito mais graves, duradouros, quando não permanentes; cruéis, desumanos e, portanto, mais urgentes de serem enfrentados. A explicação para essa realidade está no fato de que, devido ao seu histórico de escravidão e de subserviência, o negro brasileiro incorporou o estigma da inferioridade, que é reforçado constantemente pelas situações de preconceito e de racismo que, segundo Fernandes (1965, p. 122)[10], "são um atraso cultural".

Num país que se autodenomina democrático, (Constituição 1988), mas que tem no processo de exclusão a sua forma de (des)classificar pessoas e etnias; que apresenta DSS via de regra desfavoráveis quando relacionados ao negro; que ainda insiste em manter os interesses da elite branca e escolarizada em detrimento de outros povos que contribuíram para a constituição histórica do país, parece tarefa árdua conseguir mudança no atual quadro de exclusão, sendo a educação e as ações afirmativas, caminhos possivelmente seguros para se mitigar essa situação de longa data, ao se projetar um futuro distinto do presente.

Embora a Constituição de 1988 seja um "marco para a construção de uma sociedade inclusiva", (Silvério, 2005, p. 88),[11] ela apenas reflete um conjunto de reflexões e exigências de grupos isolados que, representando uma maioria excluída, se organizaram em prol da luta por seus direitos:

> As mudanças na Constituição política são reflexos da correlação de forças entre grupos que disputam o poder, neste, os movimentos sociais - negros e indígenas em especial- ganham relevância por assumirem a luta contra a opressão recebida em virtude de suas diferenças étnico-raciais e culturais. (SILVÉRIO, 2005, p. 88).

Esta mesma Constituição declara em seu Art. 5º que: *"*Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza", e ressalta que: "A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei". (BRASIL,1988)[2].

Os números, no entanto, expressam sem distorções, a realidade do negro no país. Ao se considerar a efetividade da Lei nº 7437/85 (1985)[12], denominada Caó, por exemplo, que classifica como racismo comportamentos excludentes que se pautam na etnia, gênero ou estado civil dos sujeitos como impedimento de acesso a serviços diversos, sendo este crime inafiançável, com punição de até 5 anos - teria essa lei atingido a sua devida finalidade? Existe no país um interesse concreto em punir aqueles que agem de forma racista e preconceituosa em relação à etnia negra? Se os dados já citados nesse ensaio, referentes à eliminação física e simbólica do negro na sociedade servirem de base para uma conclusão relativa, poder-se-ia afirmar que não, que essa lei ainda não se efetivou num nível prático, tendo em vista que os crimes mais bárbaros, tais como homicídios e violências físicas, continuam sendo tolerados pela sociedade.

**Ações afirmativas e sistema de cotas raciais**

Ao se considerar o nível de desvantagem dos negros, na leitura dos DSS no Brasil, nota-se a importância das ações afirmativas como medidas que, apesar de não solucionarem o problema imediatamente e em sua raiz, conferem ao processo de inclusão do negro, um cunho mais voltado para a prática e para a transformação – ainda que para pequeno número de sujeitos -, uma vez que possui sentido imediatista. Entende-se como ação afirmativa:

> Um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate da discriminação de raça, gênero, etc, bem como para corrigir os efeitos presentes da discriminação praticada no passado (Gomes 2001, apud Domingues, 2005, p. 165)[13].

Quanto aos objetivos das ações afirmativas, segundo Gomes (2001, *apud* Domingues 2005, p.165), eles são:

> Induzir transformações de ordem cultural, pedagógica e psicológica, visando a tirar do imaginário coletivo a ideia de supremacia racial versus subordinação racial e/ou de gênero; coibir a discriminação do presente; eliminar os efeitos persistentes (psicológicos, culturais e comportamentais) da discriminação do passado, que tendem a se perpetuar e que se revelam na discriminação estrutural; implantar a diversidade e ampliar a representatividade dos grupos minoritários nos diversos setores; criar as chamadas personalidades emblemáticas, para servirem de exemplo às gerações mais jovens e mostrar que elas podem investir em educação porque teriam espaço.

Na medida em que ações afirmativas são direcionadas ao negro, pode-se concluir que algumas iniciativas concretas estão sendo realizadas, o que não significa mudança estrutural em relação ao problema, porém, remetem às medidas que já resultam em ações mais positivas, na mudança da situação atual de alguns sujeitos, o que é sempre melhor que o descaso e a inércia da sociedade e da política brasileiras em relação à condição à sua condição.

O sistema de cotas nas universidades públicas, por exemplo, se configura como uma maior oportunidade para alguns indivíduos, pois, valendo-se desse sistema, o negro socialmente menos favorecido pode ter a experiência de nova realidade, uma possibilidade que, talvez jamais tivesse se a perseguisse por meio da concorrência, como a vigente.

De acordo com Durhan (2003, *apud* Domingues, 2005, p. 165)[14], "as cotas constituem mecanismos extremos de ação afirmativa. Visam diminuir as diferenças de oportunidades existentes entre sujeitos de diferentes etnias ou gêneros, nos diversos espaços sociais". Trata-se, dessa forma, da "reserva de um percentual determinado de vagas para um grupo específico da população - negros, mulheres, gays entre outros-, principalmente no acesso à universidade, ao mercado de trabalho e à representação política". (Durhan, 2003, apud Domingues, 2005, p. 165)[14].

Depreende-se disso que, as ações afirmativas ou leis direcionadas ao negro, visando à sua inclusão, tendem a fazer com que a sociedade reconheça os pontos em que os direitos dessa etnia estão sendo violados; servem ainda para apontar onde existem lacunas e o que pode ser feito para dirimir o problema da exclusão. No entanto, nem sempre a teoria encontra eco na prática cotidiana, sendo esse um grande desafio a ser superado. Por isso, ainda que eventualmente haja um número significativo de políticas públicas pensadas em prol do negro, elas ainda precisam ganhar força, cunho prático, efetividade, transpondo o nível teórico, comumente presente até mesmo nas leis.

## Algumas Leis e Políticas Públicas direcionadas ao negro no Brasil *Versus* O Estatuto da Igualdade Racial

Através do Projeto de Lei nº 213, de 2003[15], o Estado cria o Estatuto da Igualdade Racial, que destaca a importância ao "combate à discriminação racial e às desigualdades estruturais e de gênero que atingem os afro-brasileiros, incluindo a dimensão racial nas políticas públicas e outras ações desenvolvidas pelo Estado". (BRASIL, 2003). Logo, o referido Estatuto pode ser considerado como "um conjunto de ações afirmativas, reparatórias

e compensatórias", que são apontadas como necessárias para a promoção da inclusão do negro brasileiro.

Mais uma vez, esta lei representa o esforço e o desejo de uma etnia que se mobiliza para cobrar por seus direitos. Este documento reivindica diversos aspectos relacionados ao negro, tais como saúde, educação, lazer e outros, sendo, portanto, abrangente.

São aspectos previstos nesse estatuto e que, se respeitados pelo Governo Federal assegurariam os seguintes direitos fundamentais à população afro-brasileira: o direito à saúde dos afro-descendentes com acesso universal e igualitário ao Sistema Único de Saúde (SUS); o direito à cultura, educação, esporte e lazer; o direito à liberdade de consciência e de crença e ao livre exercício dos cultos religiosos; prevê o financiamento pelo Estado das iniciativas de promoção da igualdade social; prevê os direitos da mulher afro-brasileira; o direito dos remanescentes das comunidades dos quilombos às suas terras; faz referência à inclusão do negro no mercado de trabalho; trata do sistema de cotas no ensino superior e dos meios de comunicação em relação à etnia negra, garantindo-se a veiculação pela mídia da herança cultural herdada; prevê ouvidorias permanentes nas casas legislativas, para que vítimas de preconceito racial possam ser ouvidas e possam ter acesso à justiça. O conjunto desses aspectos deveria, portanto, encontrar eco nas políticas públicas existentes.

Acerca das políticas públicas e leis direcionadas à etnia negra no Brasil, podem ser citadas, a grosso modo:

- A Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: um plano operativo que foi elaborado em 2008, pelo Ministério da Saúde, na tentativa de atacar dois problemas principais: 1) o racismo como determinante social das condições de saúde e 2) a morbidade e mortalidade na população negra. Concluiu-se quanto ao primeiro problema que ele seria equacionado através de "mecanismos gerenciais e de planejamento para a promoção da equidade em saúde de grupos em condições de vulnerabilidade" (PNSIPN, 2008, p.3)[5], e em relação ao segundo problema, por meio de "ações para a redução das taxas de mortalidade na população negra, especialmente a redução da mortalidade materna, infantil e por mortes violentas". (PNSIPN, 2008, p.3). Uma leitura das estatísticas, já realizada nas presentes discussões ainda demonstra que o índice de mortalidade do negro é alta em relação ao branco, e, pior, se elas não são resultantes da falta de condições econômicas e sociais frente aos problemas de saúde, são decorrentes de crimes.

Lei de grande significado para a etnia negra, embora mereça maiores atenções na prática é a Lei 10.639, de 09 de janeiro de 2003[8], que altera a Lei nº 9.394 (BRASIL, 1996),

de 20 de dezembro de 1996 e que é referente às Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, incluindo a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", no currículo oficial da rede de ensino. Trata-se de uma grande conquista do ponto de vista da valorização desse povo, no entanto, reconhece-se um aspecto subjetivo nessa lei, posto que não houve uma capacitação profissional concomitante à sua instituição, sendo que a obrigatoriedade da temática exige um tratamento peculiar. Como garantir que esse espaço ou oportunidade na escola não reproduza e/ou dissemine ideologias já arraigadas, referentes ao negro?

Uma reflexão acerca das políticas públicas existentes no Brasil exigiria uma avaliação de sua eficácia a médio e longo prazos. Por isso, não cabe aqui enumerá-las sem a possibilidade dessa verificação. Tal tarefa requer tempo e uma visão abrangente sobre o assunto, com cruzamento de dados locais, estaduais, em todo o país e até mesmo sob um enfoque global. No entanto, as estatísticas revelam muito acerca da situação presente, remetendo para a necessidade do que ainda precisa ser modificado hoje. Também revelam que a situação do negro aponta para a negligência, para a morosidade, para o descaso com que seus interesses são tratados pela sociedade. Segundo destacam Bento e Beghin (2005)[9]:

> O desafio que se apresenta é o de desvendar os diversos fenômenos que explicam a desigualdade racial no Brasil, procurando responder a perguntas tais como: que processos sociais estão por trás desse sistema que protagoniza a exclusão dos negros? Qual o perfil daqueles que dirigem escolas, universidades, empresas e outras instituições, públicas e privadas, nas quais os negros não são bem-vindos; ou dos que, em nome da lei, excluem e, mesmo, executam os meninos negros? O que motiva esses agentes da exclusão? (BENTO e BEGHIN, 2005, p. 195).

Ao se identificar as políticas públicas direcionadas ao negro brasileiro, relacionando-as ao Estatuto da Igualdade Racial, é comum o reconhecimento de um paradoxo: os dados em relação a essa etnia ainda apresentam muitos aspectos negativos, havendo um atraso social muito significativo nesse sentido. Tudo isso conduz à percepção de que tais políticas ainda não são totalmente abrangentes ou que tenham atingido a sua meta de dirimir significativamente os problemas de exclusão, com a abrangência almejada, indicada no referido Estatuto, por exemplo. São, portanto, políticas, leis e ações brasileiras ainda incipientes, se lidas num contexto em que os números não condizem com transformações inclusivas esperadas pelo negro, apesar dos mais de cem anos da abolição da escravidão de seus antepassados.

**Relações entre Preconceito, Discriminação e Saúde**

Em seu livro "Como e por que as desigualdades sociais fazem mal à saúde", Rita Barradas Barata (2009, p. 55)[7] defende que:

> As iniquidades são desigualdades injustas ou decorrentes de alguma forma de injustiça. A maioria das desigualdades sociais em saúde é injusta porque reflete a distribuição dos determinantes sociais da saúde na sociedade, remetendo, portanto à distribuição desigualdade de poder e de propriedade.

Esta mesma autora argumenta que "a discriminação praticada contra determinados grupos étnicos é um meio de expressar e institucionalizar relações sociais de dominação e repressão". (BARATA, 2009, p. 56). Trata-se, portanto, de "um fenômeno sancionado socialmente, justificado pela ideologia e expresso em relações pessoais e institucionais, visando ao privilégio dos grupos dominantes às custas da exclusão e dominação dos outros". (BARATA, 2009, p. 56).

A discriminação racial apresenta seus reflexos ou efeitos no plano físico e biológico dos sujeitos que são por ela atingidos. Logo, ao se tratar das condições de saúde do negro, além de se considerar as diferenças existentes no tratamento dado a esses indivíduos por conta do racismo, existe ainda a falta de profissionais capacitados para atenderem às necessidades e peculiaridades de sua etnia, como defende Barata (2009). É possível atribuir ao preconceito e ao racismo existentes no Brasil, a razão de muitos males relacionados à saúde do negro:

> Alguns problemas e comportamentos de saúde apresentam maior associação com a exposição a situações de discriminação e racismo: transtornos mentais, hipertensão arterial, baixo peso e prematuridade, doenças cardíacas, diabetes e obesidade, abuso de álcool e drogas e tabagismo. Os efeitos do racismo e da discriminação sobre a saúde podem ser agudos ou crônicos, agindo provavelmente através dos mecanismos fisiopatológicos do estresse. A experiência de exposição a atos racistas e discriminatórios pode funcionar como um estressor agudo, enquanto viver em uma sociedade racista pode funcionar como um estressor crônico. Os efeitos podem ser modificados por estilos pessoais de adaptação a situações de estresse, bem como pelas expectativas dos indivíduos, estrutura comunitária, fatores históricos e políticos de resposta e enfrentamento ao racismo. (BARATA, 2009, p. 67).

Além dos problemas de saúde, que são uma expressão física do mal causado pelo racismo, existem outros danos, mais abrangentes e excludentes. "Os integrantes dos grupos étnicos e raciais discriminados sofrem vários tipos de desvantagens, acumulando-se os efeitos da discriminação econômica, segregação espacial, exclusão social, destituição do poder político e desvalorização cultural". (BARATA, 2009, p. 67).

Os negros, em outras palavras, são os que mais sofrem os prejuízos decorrentes da pobreza, da miséria, da falta de oportunidades, do descaso político, da falta de escolaridade,

sendo raras as possibilidades de superar a sua condição, sendo ainda pior, o repasse dessa realidade aos seus descendentes, como um círculo vicioso. Dessa forma, percebe-se, diante do tratamento recebido pela sociedade, que o negro carece de esperança e de perspectivas mais positivas em relação ao seu futuro. Acerca desse tema Bento e Beghin (2005) defendem que:

> (...) quando analisados os dados referentes a condições de vida dos jovens negros, não se pode deixar de enfrentar a questão que se explicita: o amplo e diversificado leque de manifestações da discriminação racial que os atinge. De um lado, constata-se um ambiente escolar pouco hospitaleiro para os negros, que engendra a evasão ou torna a trajetória educacional mais acidentada; de outro, a grande dificuldade de inserção qualificada no mercado de trabalho. No final da linha observa-se, com estarrecimento, um quadro de genocídio. É óbvio que esse quadro não favorece a esperança, não estimula a dedicação aos estudos, não alimenta uma perspectiva otimista de futuro. Como confiar em si próprio, como acreditar na meritocracia, como avançar se, de antemão, sabe-se que o tratamento será negativamente diferenciado? O desalento, a desesperança, o não ter com quem contar atravessa o cotidiano desses jovens. (BENTO e BEGHIN, 2005, p. 195).

Por todas essas razões é que a etnia negra anseia por medidas urgentes, e, ainda, por representantes na arena política para que suas necessidades e vozes sejam ouvidas e respeitadas.

Nesse contexto de lutas e de busca pelos próprios direitos, talvez a conquista mais significativa se refira à possibilidade e à garantia de inclusão educacional. Mas seria essa a melhor forma de superação dos estigmas e preconceitos? A escola está preparada para a promoção da inclusão?

## A Educação como ponto de partida para a inclusão social do negro

Ao se almejar por políticas públicas que realmente visem à eliminação de problemas sociais desde a sua raiz, o primeiro passo a ser dado parece ser a defesa do direito à educação do negro. No entanto, a análise estatística desse aspecto revela que a escola não é capaz de combater as desigualdades raciais, como argumentam Bento e Beguin (2005):

> A comparação das taxas de escolarização líquida de negros e brancos é um excelente indicador de como o sistema educacional brasileiro não é capaz de combater as desigualdades raciais: a proporção de crianças de 7 a 14 anos matriculadas no ensino fundamental é de 92,7% para negros e de 95% para brancos; no entanto, somente 4,4% dos negros de 18 a 24 anos estão matriculados em instituições de ensino superior; entre os brancos, esse percentual é cerca de quatro vezes maior, de 16,6%. (BENTO e BEGHIN, 2005, p. 195)[9].

Nota-se, com esses números, que as oportunidades de ingresso nas escolas são quase as mesmas entre brancos e negros, nos primeiros anos escolares, porém, a permanência na

educação formal no decorrer dos anos, mostra-se como um desafio ao negro, e aí entram em jogo aspectos mais amplos que se traduzem como problemas já citados nesse estudo, tais como baixa renda, currículos e práticas pedagógicas inadequadas, problemas de aprendizagem e, em síntese, a não-identificação do negro com o espaço escolar, que é, por vezes, tão excludente quanto a sociedade.

Para negros, brancos, homens e mulheres está previsto em lei o direito à educação. No Capítulo III da Constituição da República (1988)[2], intitulado "Da Educação, da Cultura e do Desporto", art. 205, está estabelecido que: "A educação é direito de todos e dever do Estado e da família. Será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho".

Rodrigues (1986)[16] discute os sistemas de representação como constituídos historicamente. É por essa razão que a educação, como possibilidade de trocas e interações, além de construir representações nos indivíduos, é também capaz de mudar as concepções dos sujeitos, possibilitando uma visão mais igualitária. Segundo esse autor:

> O fato é que, uma vez constituídos, os sistemas de representações e sua lógica são introjetados pela educação nos indivíduos, de forma a fixar as similitudes essenciais que a vida coletiva supõe, garantindo, dessa maneira, para o sistema social, uma certa homogeneidade (RODRIGUES, 1986, p. 11).

A homogeneidade acima apontada não pode ser entendida como igualdade universal entre todos os seres humanos. É certo que há necessidades humanas universais, mas compreender a natureza humana como única e homogênea é desprezar a grande diversidade de sujeitos existente, a variedade de personalidades, de gostos, de peculiaridades. Historicamente a etnia negra apresenta diferenças em relação às demais etnias, e ignorar essa verdade é também uma forma de exclusão. O que parece necessário, no que concerne à educação, é o ensino para a aceitação dessa diversidade, o respeito mútuo, a abertura para a igualdade de oportunidades sociais. Em outras palavras, desde os primeiros anos escolares, cada etnia deve enxergar-se no fazer pedagógico das escolas e reconhecer-se como pertencente a uma sociedade, a um grupo, a uma dada realidade, sem que seja motivo de exclusão por não possuir, pertencer ou se adequar a determinados padrões. É preciso resgatar a busca pela essência em detrimento da aparência, ignorando os traços visíveis que, via de regra, não têm nenhuma relação com a realidade íntima e com a essência das pessoas.

É preciso ainda partir de uma concepção ampla de qualidade de vida, compreendendo que "valores não materiais, como amor, liberdade, solidariedade e inserção social, realização pessoal e felicidade, compõem sua concepção". (MINAYO, HARTZ e BUSS, 2000, p. 9)[17].

A oportunidade de educação, em síntese, tem relação com qualidade de vida e satisfação pessoal. E ainda que a educação não seja capaz de superar as diferenças existentes entre negros e brancos, a curto prazo, é sabido que mudanças de concepções e de comportamentos podem ser esperados depois de um processo de educação sistemática, para efetivar a igualdade como um valor e contribuir para uma sociedade mais democrática, mais humana e mais justa.

**Considerações Finais**

O Brasil precisa fazer jus ao seu título de país democrático e buscar efetivar políticas públicas e ações afirmativas mais específicas, direcionadas a etnia negra, visando dirimir o preconceito étnico e as desigualdades, discutidos no presente ensaio. Nesse sentido, existe uma forte doença social a ser combatida - o preconceito - e este pode ser considerado um problema crônico brasileiro. O sistema de cotas raciais, por exemplo, criado para garantir parcela de vagas para negros nas universidades brasileiras, geralmente é criticado pela elite escolarizada que se sente ameaçada ao ter de conviver com a diversidade étnica de seu próprio país. Por outro lado, não são todas as universidades que oferecem esse tipo de oportunidade ao sujeito negro, sendo que as tentativas de inclusão são ainda relativas. Muito foi o tempo gasto e muitas foram as discussões para apenas reconhecer o sistema de cotas raciais como constitucional.

É preciso apontar a necessidade da educação como direito e garantir que as crianças negras freqüentem a escola e sejam respeitadas; é preciso pensar em políticas de saúde estritamente direcionadas a essa etnia, não como motivo de separação, mas como ação compensatória que possa atender às suas peculiaridades. Se o negro brasileiro sofre atualmente quadro de descaso, as políticas públicas a ele direcionadas devem ser mais efetivas, visando atender às suas necessidades atuais somadas às necessidades já existentes e de longa data.

Ações específicas devem existir concomitantemente às ações mais gerais, para a garantia dos direitos mais básicos, tendo por escopo a necessidade de compensação pelos séculos de exclusão já vividos. Se por um lado a legislação prevê alguns aspectos positivos relacionados ao negro, nota-se a morosidade com que os direitos se expressam através da

prática cotidiana, na forma de a sociedade tratar e de oferecer oportunidades. Por isso, nem sempre as conquistas legais significam transformação da realidade, porque demandam tempo, mudanças de concepções e de comportamentos.

Apesar de todas as conquistas do homem pós-moderno, em plena era da globalização e no que diz respeito à ciência, às inovações tecnológicas, às descobertas que transformam o cotidiano das pessoas, velhos padrões e preconceitos continuam minando as relações, criando conflitos e tirando a oportunidade de uma vida mais digna de muitos, sendo fundamentados ou justificados por puro (pré)conceito. E não é somente o negro o alvo das iniqüidades sociais, apesar de ser o maior deles: também o indígena sofre perdas irreparáveis, tais como a sua língua, a sua cultura, a posse de sua terra, a sua dignidade. Ciganos, judeus, palestinos, mulheres, portadores de necessidades físicas e outros também buscam por sua inclusão e respeito.

Uma vez inserido socialmente, tendo a educação como porta de entrada para a participação social, o negro se mostrará mais preparado para exigir os seus direitos e o próprio empoderamento. Também estará mais apto para eleger sujeitos de sua etnia, que respondam às suas necessidades e conheçam de perto as suas dificuldades.

É preciso dar termo à tolerância em relação à desigualdade, buscando formas de atuação que visem dirimir e eliminar a situação de segregação social vivenciada pelo negro, segregação essa que ignora toda a sua contribuição para o desenvolvimento social, cultural, histórico, e, sobretudo, econômico deste país.

**Referências**

1. Buss, Paulo M; Filho, Alberto P. *A Saúde e seus Determinantes Sociais*. Physis. Rev. Saúde Coletiva. Rio de Janeiro (17(1):77-93, 2007.

2. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

3. IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/. Acesso em 20 de março de 2012.

4. BRASIL. Política Nacional de Saúde Integral da População Negra - PNSIPN - [S.1], 2010.

5. BRASIL, Lei Caó. Nº 7437/85, de 20 de dezembro de 1985.

6. Barata, R. B. *Como e por que as desigualdades sociais fazem mal à saúde*. Rio de Janeiro, Fiocruz, 2009.

7. Gomes, Nilma Lino. *Cultura negra e educação*. Cad. Cedes, Campinas, vol. 26, n. 69, p. 163-184, maio/ago. 2006.
Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br. Acesso em 19 de março de 2012.

8. BRASIL. Lei nº. 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e cultura afro-brasileira", e dá outras providências. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/2003/L10.639.htm>. Acesso em: 19 mar, 2012.

9. Bento, M. A. S.; Beguin, N. *Juventude e negra e exclusão Social. Políticas sociais, acompanhamento e análise.* 11 de ago, de 2005. Disponível em:
http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/bpsociais/bps_11/ENSAIO4_Maria.pdf

10. Fernandes, F. *A integração do negro na sociedade de classes.* São Paulo, Dominus, 1965.

11. Silvério, V. R. *Ação Afirmativa e o Combate ao racismo institucional no Brasil*. Caderno de Pesquisa, n. 117, nov. 2002.

12. BRASIL. Lei Caó. nº 7437/85, de 20 de dezembro de 1985.

13.Gomes, J. B. B. Ação afirmativa e princípio constitucional da igualdade: o direito como instrumento de transformação social. Rio de Janeiro: Renovar, 2001, apud DOMINGUES, P. *Ações afirmativas para negros no Brasil: o início de uma reparação histórica.*Rev. Bras. Educ. no. 29 Rio de Janeiro May/Aug. 2005.

14.Durhan, Eunice R. *Desigualdade educacional e quotas para negros nas universidades.* São Paulo: NUPES/USP, 2003, *apud* Domingues, P. *Ações afirmativas para negros no Brasil: o início de uma reparação histórica.*Rev. Bras. Educ. no. 29. Rio de Janeiro May/Aug. 2005.

15.BRASIL, Estatuto da Igualdade Racial, Lei nº 213. DF. Brasília, 2003.

16. Rodrigues, José Carlos. *O tabu do corpo.* Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1986.

17. MINAYO, M. C. de S; HARTZ, Z. M. de A.; BUSS, P. M. *Qualidade de vida e saúde: um debate necessário.* Ciênc. saúde coletiva [online]. 2000, vol.5, n.1, pp. 7-18. ISSN 1413-8123.

# PROJETO DE EXTENSÃO UPT: "UNIVERSIDADE PARA TODOS"

## INCLUSÃO NA UFVJM DO SUJEITO NEGRO E PERTENCENTE ÀS CLASSES SOCIAIS MENOS FAVORECIDAS DA CIDADE DE DIAMANTINA/MG"

**PROJETO DE EXTENSÃO UPT:**
**"UNIVERSIDADE PARA TODOS"**
**INCLUSÃO NA UFVJM DO SUJEITO NEGRO E PERTENCENTE ÀS CLASSES SOCIAIS MENOS FAVORECIDAS DA CIDADE DE DIAMANTINA/MG"**

**DESCRIÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DO PROJETO UPT**

**"Projeto de Extensão UPT: Universidade para todos!"- Repasse de Informações sobre a UFVJM nas Escolas Públicas Diamantinenses**

Tendo em vista que o Curso de Mestrado "Saúde, Sociedade e Ambiente", prevê a discussão de problemas locais, com o intuito de que o profissional seja capacitado a contribuir para a realidade na qual atua, sobretudo, visando interferir sobre tais questões de maneira interdisciplinar, buscou-se relacionar o problema de pesquisa, qual seja, a inclusão do sujeito

negro no ensino superior - a uma dinâmica de atuação que o dirimisse, ou seja, que fosse dado um cunho prático ao trabalho, uma vez que a fundamentação teórica o pautaria.

A ideia de um projeto de extensão que fosse um meio de se divulgar e/ou disseminar informações aos estudantes das escolas públicas diamantinenses – prováveis interessados no ingresso ao ensino superior – acerca das oportunidades, bolsas, cursos e formas de ingresso, além de um debate acerca da discriminação, racismo, preconceito e *bullying* no contexto escolar, surgiu da experiência da orientadora dessa pesquisa, a professora Sílvia Regina Paes, em seus projetos de extensão desenvolvidos em localidades vizinhas e mesmo na cidade de Diamantina. Segundo ela é significativo o desconhecimento das pessoas sobre o acesso à universidade pública, quando incentivadas a buscar pelo ensino superior. Outra observação foi de que muitos adolescentes terminavam o ensino médio, mas estacionavam neste nível de formação por falta de esclarecimentos ou motivação. Os pais costumavam reclamar a falta de perspectiva de seus filhos em relação ao futuro e nesses momentos explicitavam a falta de conhecimentos sobre os processos de seleção e as formas de ingresso ao ensino superior.

Uma vez que o referido Mestrado Profissional visa à formação para a transformação buscou-se dar a este trabalho um cunho prático, no qual teoria e ações pudessem se complementar no transcorrer deste percurso acadêmico.

A ideia de um primeiro trabalho com a temática do negro foi então apresentada segundo os moldes de elaboração de projetos da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura/ PROEXC/UFVJM, e submetida ao edital 004/2011, sendo classificado em processo seletivo.

O "*Projeto UPT - Universidade para Todos*" foi registrado pela PROEXC sob o número 006.2.006-2012, com vigência no período de março de 2012 a março de 2013 e recebeu o valor de 3 mil reais para o custeio de materiais de consumo necessários à sua execução. Este projeto também ofertou uma bolsa a um acadêmico, pelo período de um ano, sendo este discente alguém a ser selecionado pelo Coordenador do Projeto, no caso, o seu proponente, obrigatoriamente um docente ou técnico administrativo da instituição. A pesquisadora encaixa-se no segundo caso.

Como afirmado anteriormente, muitos estudantes negros e pardos, ou ainda, socialmente menos privilegiados, costumam desconhecer as formas de ingresso à universidade pública por dúvidas ainda muito básicas. Pensando em dirimir esse problema, o projeto de extensão *"UPT: Universidade para Todos"* foi desenvolvido em 05 escolas diamantinenses de ensino médio, e abrangeu a um total de 15 turmas, beneficiando cerca de 500 discentes do ensino médio, por meio das reflexões que promoveu.

Tendo em vista que uma das cinco escolas acima mencionadas dedica-se ao ensino supletivo e, portanto, é de frequência irregular, pensou-se numa forma de, no mínimo, informar aos seus estudantes acerca dos cursos, bolsas e benefícios da UFVJM, uma vez que são também potenciais interessados no ensino superior, e a alternativa encontrada foi a distribuição de folders com as referidas informações, sem haver, no entanto, a oportunidade de discussão crítica sobre os temas racismo, preconceito, *bullying* e discriminação racial no contexto escolar.

O referido projeto teve a seguinte dinâmica: distribuição de pastas e canetas com o logotipo da universidade para os estudantes participantes, e de 02 folders, sendo um referente às formas de ingresso na UFVJM, cursos existentes, bolsas, benefícios, auxílios e oportunidades institucionais que garantem a permanência do acadêmico (vide anexo 1) e um segundo folder, que teve por temas o "Racismo, Preconceito, Discriminação e *Bullying* no Contexto Escolar", sendo também abordada neste, a questão das cotas raciais instituídas na UFVJM, a partir do primeiro semestre de 2013 (vide anexo 2). Este impresso, ora mencionado, abordou sobre reflexões éticas que envolvem a autodeclaração como preto, pardo ou indígena, e ainda, apresentou alguns conceitos para a compreensão das práticas discriminatórias e segregadoras, extremamente negativas, porém muito comuns nas escolas.

Posteriormente a esta distribuição, houve a participação de uma servidora da UFVJM, que esclareceu sobre o processo de Avaliação Seriada Institucional - Sasi, que aumenta as chances de ingresso ou de inclusão dos candidatos aos cursos da UFVJM. A Sasi pode ser definida como uma espécie de avaliação interna que, apesar de ser aberta a todo e qualquer candidato do Brasil, por ser divulgada pela internet, acaba por privilegiar o candidato do Vale do Jequitinhonha, tendo em vista que estudantes de outras localidades costumam desistir deste processo avaliativo devido aos gastos com passagens e estadia, para realizarem as devidas avaliações. Diante disso, os estudantes de Diamantina e região são os maiores beneficiados, por terem a oportunidade de concorrerem ainda, às vagas do Sisu/Enem.

Como aspecto positivo, foi verificado que este tipo de avaliação possui seus frutos, ao se reconhecer que os estudantes carecem de informações e de que a UFVJM programa visitas às escolas de todo o Vale do Jequitinhonha, divulgando seus cursos e as formas de ingresso existentes, o que se configura como uma ponte entre sujeitos interessados e instituição.

No entanto, percebe-se que há ainda muita falta de informação, por vezes, há até mesmo falta de interesse dos candidatos, tendo em vista que adolescentes que trabalham na instituição como guardas-mirins deixam de realizar estas provas, ainda que orientados a respeito.

Tal situação – de necessidade de inclusão dos guardas-mirins no ensino superior - resultou na ideia de um segundo projeto a ser desenvolvido posteriormente ao *Projeto UPT*, ou seja: um trabalho estritamente direcionado a tais adolescentes que, trabalhando dentro da UFVJM estão desmotivados ou sem informações necessárias que resultem em maior procura pelos cursos. Este convite foi feito por uma servidora da Coordenação de Processos Seletivos - COPESE e ainda não teve início devido à dificuldade de conciliá-lo ao curso de Mestrado. Tal atividade será configurada como uma ação de extensão, com registro na PROEXC/UFVJM e com previsão de início no mês de outubro de 2013, sendo novamente retomada no ano seguinte, às vésperas das inscrições para o Sasi.

A participação da servidora da COPESE na efetivação desse projeto foi extremamente válida e os estudantes das escolas públicas tiraram inúmeras dúvidas sobre o Sasi. Nesta oportunidade, verificou-se que é recorrente a dúvida acerca da necessidade de algum tipo de ônus para acesso à universidade pública. Muitos acreditam que há mensalidades a cumprir e já deduzem que elas seriam o primeiro empecilho ao seu acesso ao ensino superior.

Anteriormente à explanação dos slides e vídeos sobre Preconceito, Racismo, Discriminação e *Bullying* no contexto escolar, a pesquisadora perguntou aos estudantes presentes quem era favorável e quem era contrário ao sistema de cotas raciais no ensino superior. Depois de ouvir seus posicionamentos, em sua maioria, contrários, passou-se ao conteúdo dos slides, para que eles tirassem suas próprias conclusões acerca da necessidade das cotas.

Foi comum nas escolas nas quais foi aplicado o *Projeto UPT: Universidade para Todos*, uma clara resistência dos estudantes em relação a tal sistema, inclusive, por parte dos próprios discentes negros. Na maioria dos depoimentos de tais estudantes, este tipo de ação afirmativa é desnecessário e ainda fomentaria um racismo que eles julgam inexistente. Alguns alegaram que o negro tem capacidade de obter suas vagas por livre concorrência, e defenderam que, quando o negro realmente deseja, ele alcança os seus objetivos sem quaisquer tipos de "ajuda". Outros citaram exemplos de quem, "mesmo sendo negro", obteve sucesso no ensino superior ou no mercado de trabalho, sejam elas pessoas famosas, conhecidos ou parentes.

Outro posicionamento recorrente é de que as cotas aumentam a sensação de inferioridade do negro, pois "fica parecendo" que ele não é capaz de conseguir por si mesmo, aquilo que almeja. Percebe-se, pela repetição dos mesmos argumentos em espaços e em momentos diferentes, que há uma espécie de pensamento ou resposta já cristalizada pelo senso-comum, também como produto das representações sociais apreendidas pelos sujeitos.

Sem uma consciência a respeito, os estudantes reproduzem um discurso da elite e tornam-se sujeitos que renegam a um direito próprio, tornando-se reprodutores de uma situação que reforça a própria exclusão.

A mesma pergunta - acerca de quem era favorável ou contrário às cotas - foi feita ao final da apresentação dos slides e dos vídeos sobre racismo, preconceito discriminação e *bullying* e, após longa discussão, os estudantes emitiram inúmeras expressões de surpresa, indignação e até mesmo de horror ao se inteirarem dos seguintes temas explorados através deste projeto:

- O histórico do negro no país desde as condições dos navios negreiros, nas senzalas, os castigos, a forma como eram comercializados;
- Análise de descrições de escravos nos anúncios de jornais;
- A omissão ou posicionamento da Igreja Católica em relação à escravidão;
- A ausência de uma legislação que defendesse o negro no passado e seus reflexos no presente;
- O peso das ideologias referentes ao negro (branqueamento, mestiçagem, democracia racial, a falsa concepção de passividade do negro no período escravagista, mito de que no país não existe racismo);
- As diferenças entre Brasil e EUA quanto ao negro e ao racismo;
- Teóricos importantes, brasileiros e estrangeiros e a forma como suas teorias sobre a mestiçagem eram negativas, influenciando gerações;
- Apresentação de pesquisas que demonstram que o racismo no país é uma realidade preocupante e que precisa ser trabalhada;
- Leitura crítica das estatísticas brasileiras em relação ao negro, abrangendo os temas educação, saúde, mortalidade, mendicância, homicídios, pobreza, salários, mercado de trabalho, a baixa representatividade nos setores e carreiras socialmente mais valorizados;
- Análise de manchetes atuais retiradas da internet sobre situações de preconceito e racismo no país;
- Reflexões sobre a questão do gênero e a forma como mulheres negras e pobres sofrem um peso ainda maior em relação à exclusão;
- As influências das representações sociais sobre as concepções acerca do negro no Brasil;
- Os problemas de saúde decorrentes do preconceito e do racismo;
- A necessidade de ações afirmativas e de medidas específicas para garantir a integração do negro na sociedade;

- Discussão acerca da reportagem da *Revista Isto É,* sobre os argumentos contrários às cotas, os mitos e verdades sobre o tema.

Observou-se que boa parte dos estudantes mudou a sua opinião em relação às cotas, quando novamente foram questionados a respeito do assunto, o que aponta para dois possíveis problemas: 1) a insuficiência de informações e/ou estudos que comprovem a necessidade de reparação por meio de ações afirmativas direcionadas ao negro no país; 2) a repetição acrítica pelos estudantes de representações sociais referentes às cotas raciais. Em ambos os casos, evidencia-se a necessidade de uma formação a respeito, visando dirimir o problema do posicionamento contrário aos próprios direitos do negro.

Foi também comum a existência daquela minoria de estudantes resistentes, sejam eles brancos, pardos ou negros, que insistiam em manter a sua opinião original, contrária a este sistema de reserva de vagas, de forma incisiva, desprezando quaisquer argumentos. Foi possível perceber uma posição radical, fechada a diálogos ou argumentos, o que é muito preocupante.

Diante das reações dos estudantes percebidas neste projeto, acredita-se que o tema é ainda pouco discutido ou explorado no contexto escolar, uma vez que muitos dados estatísticos foram recebidos pelos estudantes com muita surpresa, como novidades, o que parece apontar para o fato de que muitas mazelas ou aspectos da escravidão não são devidamente aprofundadas na escola.

Visando recuperar a autoestima dos estudantes negros das escolas públicas, o *Projeto UPT* pontuou as inúmeras contribuições do negro na constituição do país, em sua arte, vocabulário, religião, culinária, entre outros. Também foi salientada a resistência do negro ante as práticas da escravidão.

Destacou-se que o racismo é algo aprendido culturalmente, que os negros são discriminados não porque a cor de sua pele e seus traços carregam por si mesmos, características que favoreçam a concepção de sua inferioridade. Estudantes mostraram-se surpresos ao reconhecerem que, se a África do período do tráfico de seres humanos fosse constituída por brancos, loiros e de olhos azuis, logicamente que seriam pessoas com tais características, os alvos do racismo, preconceito ou discriminação, ou seja: foi a condição servil que perpetuou a visão de inferioridade do negro, não especificamente sua cor e seus traços físicos. Essa surpresa diante dessa simples ilustração mostra o quanto o padrão da elite – pele e olhos claros – são impensáveis como características de alguém que possa estar na condição de escravo. Reforça-se aqui a existência do preconceito estritamente dirigido aos

traços negroides dos sujeitos, como algo culturalmente herdado e já percebido como natural, ou seja: existem marcos de referência fortes e já cristalizados.

Foi importante salientar neste projeto de extensão, que não se pretendia criar um clima de competição ou de rivalidade entre as etnias. Que a nossa História havia se desenrolado da maneira com que aconteceu, de forma trágica e cruel em relação ao negro, mas que os erros do passado podem e devem ser corrigidos hoje por cada cidadão brasileiro, em nome de um presente e de um futuro mais equânimes.

O que foi constantemente destacado é que a diversidade étnico-racial é algo a ser admirado, respeitado. E que a pretensão do trabalho era promover o reconhecimento de que negros e brancos vivem em condições extremamente desiguais no país, sendo necessário equilibrar as oportunidades, como uma questão de ética e cidadania. Um país democrático deve oferecer oportunidades iguais para todos, e o vídeo apresentado ao final do trabalho – de uma campanha da UNICEF que apontou as diferenças de condições e oportunidades entre crianças brancas, negras, pardas e indígenas - reforçou a necessidade de igualdade de oportunidades para todos, independentemente de sua raça ou etnia, e de mudanças significativas nesse quadro de desigualdade existente.

Parece relevante salientar e buscar compreender sobre os 3 aspectos que mais causaram impacto entre os estudantes, e que foram explorados por meio dos slides:

1º: O vídeo no qual crianças americanas negras, diante de bonecas negras e brancas destacam qualidades nas primeiras e defeitos nas segundas, porém, identificando-se com aquelas que consideram feias e más (as bonecas negras). Tais crianças reconhecem, humilhadas, que carregam características ruins pelo fato de serem negras. É realmente impactante que, mesmo sendo crianças, já carreguem uma autoestima extremamente baixa, devido unicamente à cor de sua pele. Em outras palavras, elas aprenderam a ter essa visão negativa, o que se confirma como um peso negativo do racismo, causando males na vida dos sujeitos, precocemente. Muitos estudantes ficaram sensibilizados com a situação, mas houve uma minoria que considerou engraçado o problema exposto, rindo da situação.

2- O fato de um mendigo loiro e de olhos claros ter tido um destino feliz no país, e de sua história ter sido muito divulgada através da mídia (Internet e TV). Este acontecimento não deixa de revelar o racismo no Brasil, pois não é de se admirar que existam negros na condição de mendigos: isto é tão comum no país que se tornou aceitável como algo natural. Porém, em relação ao "Mendigo Gato", jovem, loiro e de olhos claros que foi fotografado vivendo como mendigo, nas ruas de Curitiba, Paraná e rapidamente ganhou a fama, é como se a sua cor branca, representante da elite, não pudesse fazer parte do universo da mendicância, buscando-

se imediatamente para ele, com a mobilização da sociedade, um novo destino, de recuperação e de reintegração social, como ocorreu de fato.

3- Outro aspecto que chamou muito a atenção dos estudantes foi de uma figura da escola francesa, de 1883: a "Vênus Hotentote". Eles demonstraram surpresa ao saberem que a negra retratada de maneira grotesca pela arte, realmente existiu e que foi considerada como aberração da natureza, sendo por isso, objeto de estudo, libertando-se dessa condição somente na década de 80, quando seus restos mortais foram devidamente enterrados.

Outra experiência que se mostrou extremamente positiva foi a participação da bolsista do Projeto UPT e do relato de sua experiência como acadêmica negra, do gênero feminino, pertencente ao Vale do Jequitinhonha, sendo oriunda de uma localidade de remanescentes de quilombos e portadora de uma linguagem bastante característica de sua região e cultura, sem preocupações ou conhecimentos profundos acerca da forma padrão culta. Estas características aproximaram a bolsista dos estudantes, sobretudo, daqueles adolescentes e jovens pertencentes às escolas mais carentes onde o projeto foi realizado. Os estudantes mostraram-se surpresos ao verem diante de si, alguém com muitas dificuldades de permanência, por ser filha de uma empregada doméstica, sem recursos para manter-se na cidade, precisando trabalhar para ajudar no sustento da família, e que encontrou na UFVJM oportunidade de uma bolsa e de outros benefícios que, segundo ela, estão sendo fundamentais para que possa dar sequência aos seus estudos.

A bolsista do projeto de extensão explanou sobre suas dificuldades, sobre os desafios e oportunidades encontrados ao trilhar o ensino superior público. Dividiu as suas impressões com os estudantes das escolas públicas, acerca do número de negros que ela considera ainda insignificante na instituição, e da possibilidade palpável de acesso a um curso, sendo ela, prova concreta de que é possível, diante das limitações que enfrentou. Os estudantes se mostraram interessados neste relato e puderam fazer perguntas referentes à instituição e às bolsas e oportunidades existentes. Evidenciou-se que o relato de experiência costuma ser mais objetivo, dinâmico e ainda despertar maior interesse dos estudantes.

O *Projeto UPT* não tem como quantificar o seu provável impacto nos seguintes aspectos que ele buscou privilegiar: 1) Incentivar a procura pelos cursos da UFVJM através de informações básicas, de incentivo e de apresentação das oportunidades existentes, quase que totalmente desconhecidas pelos estudantes das escolas públicas; 2) Diminuir os problemas de racismo, discriminação, preconceito e *bullying* no contexto escolar, por meio das reflexões críticas que propiciaram a formação de uma visão mais ampla sobre a gravidade desses problemas; 3) propiciar a compreensão da condição de inferioridade historicamente

vivida pelo negro brasileiro, destacando como importante o sistema de cotas raciais como um mecanismo de promoção da igualdade racial.

Conclui-se que este tipo de trabalho é extremamente válido por uma razão muito evidente: a necessidade de se quebrar muitas concepções errôneas, representações sociais negativas e visões estereotipadas sobre o negro, já cristalizadas pelo costume e pela cultura herdada. Acredita-se que esta iniciativa possa resultar em mudanças de posturas e de concepções, o que certamente contribuirá para uma sociedade mais justa e melhor.

No que concerne à falta de informações destes adolescentes sobre a UFVJM e das possibilidades que nela existem para também atendê-los, parece relevante que tenham acesso às mesmas para que se sintam motivados a dar sequência aos seus estudos.

Finalmente, este trabalho buscou trabalhar a autoestima dos discentes negros, o que certamente propiciou uma nova visão de si mesmos e das outras etnias que também estavam presentes em relação a ele. Ou seja: obtém-se a mudança de concepção não somente do negro, mas de todas as demais etnias.

Tendo em vista o curto espaço de tempo para esta finalidade e considerando a importância de se trabalhar de forma mais aprofundada a autoestima do discente negro, sobretudo, ao se levar em conta a necessidade de construção de uma identidade mais sólida, é que foi pensado um outro projeto de extensão que se dedicasse estritamente a este objetivo. Assim nasceu a ideia do *Projeto Madiba*, que seria executado posteriormente. (Vide anexo 3).

# PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS

# SEMANA ENVOLVER

# E

# SINTEGRA/UFVJM

### 3.1 V Semana Envolver da UFVJM/ 2012

A Semana Envolver é um evento institucional promovido pela UFVJM através da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura- PROEXC e tem por objetivo:

> **Art. 1º** A Semana Envolver é um evento promovido pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UFVJM em parceria com a Prefeitura da cidade sede e Organizações Civis Locais. Tem como objetivo proporcionar momentos de diálogo e interação entre a comunidade universitária e a população por meio de atividades de extensão, expressões culturais e debates sobre temas específicos relevantes para a região.

O evento é dividido em duas partes ou momentos simultâneos, a saber: 1) Envolvimento e Troca de Saberes**:** momento destinado à realização de atividades de extensão dirigidas ao público geral participante do evento, tais como, Oficinas, Mini-Cursos, Palestras, Demonstrações Práticas, oferecidas por membros da comunidade universitária ou por

organizações civis presentes. 2) Expressões Culturais: momento destinado à exposição de produtos artesanais e apresentação de grupos culturais e artísticos da região que acontece durante todo o evento.

Tendo em vista atender às demandas da cidade de Araçuaí - cidade que sediou o evento - demandas estas previamente levantadas pela PROEXC, e ainda, considerando-se o número de negros e de sua participação nessa região, é que foi apresentada a proposta de um trabalho direcionado à temática do negro.

Passou-se por um processo seletivo, no qual as propostas mais interessantes e/ou relevantes seriam contempladas com:

- veículo disponível para ida e retorno à cidade sede do evento;
- estadia em hotel durante a semana do evento;
- refeições incluídas;
- a possibilidade de levar até 5 estudantes para participarem como Monitores das propostas contempladas;
- o direito a certificados.

O público-alvo desse mini-curso foi constituído por 30 pessoas, e de perfis bastante diversificados. Havia adolescentes, donas de casa, senhores de idade, um escritor e filósofo presente, enfim, professores e estudantes, todos num mesmo espaço.

A experiência foi muito gratificante, tendo em vista que a discussão crítica foi o ponto mais forte desse mini-curso, sendo que cada participante teve oportunidade de se expressar acerca do tema.

Evidenciou-se, nessa experiência, que são exatamente as pessoas que não possuem ou não demonstram preconceitos que se interessam pela temática, o que despertou em nós o desejo de discutir o tema em situações que abrangessem mais pessoas, como por exemplo, escolas públicas, o que aconteceu logo em seguida.

Marcou esse mini-curso a presença de uma mãe que chorou copiosamente e contou ao grupo sua experiência em relação ao preconceito vivenciado por seu filho mais velho. Alvo de *bullying* e racismo na escola, desde criança, e já então adolescente, o referido filho começou a mostrar-se antissocial até chegar ao extremo de apresentar problemas mentais e atos de violência repentinos. A mãe reclamou que o mesmo espaço gerador do preconceito é o primeiro a evitar a vítima que ela produziu. Sem direito a estudar, uma vez que todas as escolas procuradas se negaram a aceitar o estudante, segundo a sua mãe, o adolescente mostrou-se ainda mais problemático e alheio à realidade.

A dinâmica utilizada foi a apresentação de slides e de vídeos de curta duração sobre o tema, com posterior discussão de situações do cotidiano, muitos deles apresentados pela mídia, tendo em vista uma compreensão maior do fenômeno do preconceito.

O mini-curso teve a duração de 8 horas e ao final desse evento houve o fechamento das atividades com apresentação musical de uma outra atividade de extensão também direcionada ao negro e que teve como título "Tornar-se negro através dos Tambores". Foi uma grande festa para fechar as discussões promovidas pela Semana Envolver, ao som de ritmos afro-brasileiros.

### 3.1.1 Organização do Evento e de Minicurso

A mestranda participou da Comissão de Organização da V Semana Envolver e ainda como proponente de um minicurso de extensão sobre as Relações entre Preconceito e Discriminação Raciais X Problemas de Saúde. (Vide slides em anexo 4).

## 3.2 - VI Semana Envolver/ 2013

As contribuições da pesquisa de Mestrado para a realização da VI Semana Envolver foram:

- sugestões da pesquisadora, em reuniões do setor, mais especificamente na Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UFVJM, de que a temática do negro fosse contemplada neste evento de forma incisiva, tendo em vista o grande número de negros na cidade que sediaria o evento, sugestões que foram propostas das seguintes maneiras:

- Temática da inclusão do negro como tema a compor as discussões das mesas-redondas, tendo a participação dos movimentos sociais;
- Sugestão para a participação de pessoas da própria UFVJM, docentes e discentes do Campus de Teófilo Otoni, que constituem o NEAB- Núcleo de Estudos Afro-brasileiros, tendo em vista a almejada troca de saberes e a reflexão do tema;
- Apresentação de proposta de um minicurso de 8 horas, de título: "Importância da Inclusão do Negro na Educação e as Cotas Raciais".

O minicurso aconteceu e teve como público-alvo, em sua grande maioria, docentes da educação básica. Mais uma vez várias discussões foram decorrentes desta proposta, tendo como temática ou eixo principal a condição de desvantagem do negro e a necessidade de reparação.

## 3.3 I SINTEGRA UFVJM 2012

### 3.3.1 Apresentação de Pôster:

O SINTEGRA é um evento institucional anual da UFVJM, realizado pelas Pró-Reitorias de Pesquisa, Graduação e Extensão, que engloba a Jornada de Iniciação Científica e Tecnológica, a Mostra de Pós-Graduação, o Simpósio de Extensão e a Mostra de Ensino. Tem como objetivo "estimular a integração entre as áreas de pesquisa, ensino e extensão e promover o encontro de pesquisadores, estudantes e profissionais".

O pôster referente ao *Projeto de Extensão UPT: Universidade para Todos* (vide anexo 5), ficou exposto durante o evento, durante um turno, sendo que deveria ser explicado para um

grupos de 10 pessoas, aproximadamente, que buscavam conhecer a cada um dos pôsteres expostos, além dos demais participantes do evento. Perguntas foram realizadas a respeito do projeto desenvolvido, dos resultados obtidos e houve a avaliação de dois docentes por pôster, sendo essa avaliação requisito para a expedição dos certificados.

**3.3.2 Apresentação Oral de Trabalho:** O trabalho de título "Importância da Adequação da Linguagem e/ou Comunicação Acadêmica para viabilizar a Visão Crítica e a Promoção dos Direitos das Classes Historicamente Excluídas: Relato da Experiência de um Encontro com Remanescentes de Quilombos do Interior Mineiro" foi apresentado para uma plateia de aproximadamente 100 pessoas, dentre as quais havia docentes e discentes da UFVJM, assim como professores, palestrantes e discentes de outras instituições do país.

Este trabalho foi o resultado de uma participação no *I Encontro de Cultura das Comunidades afrodescendentes de Diamantina*, na qual foi observado que a linguagem adotada fora parcialmente inadequada, ao se considerar a compreensão do público-alvo interessado: remanescentes de quilombos que necessitavam compreender o percurso legal que deveriam transcorrer tendo em vista o reconhecimento de suas terras.

Criticou-se nessa oportunidade sobre a dificuldade de pessoas qualificadas teoricamente sobre o tema a ser desenvolvido, mas a incapacidade das mesmas de atingirem seus objetivos porque apresentam sérios problemas de comunicação, tais como o uso de vocábulos difíceis, de mídias e da linguagem escrita quando a maior parte da plateia é constituída por pessoas iletradas.

## 4. Frutos decorrentes do Mestrado Profissional sob a Ótica de uma Atuação Prática

A experiência como estudante do Curso de Mestrado Profissional *Saúde, Sociedade e Ambiente,* sobretudo, depois de selecionado o tema de pesquisa a ser investigado, fez com que a pesquisadora, na condição de profissional e servidora da UFVJM, buscasse contribuir, em todas as oportunidades encontradas, para a participação em sugestões, críticas, ideias ou planejamentos que abrangessem a temática da inclusão do negro na sociedade e na instituição.

Diante do exposto, foi possível realizar as seguintes atividades, no transcorrer do curso de Mestrado Profissional:

1- Buscar por editais institucionais, adequar-se aos mesmos, redigir projetos e concorrer a eles, em processo seletivo, atendendo requisitos e acompanhando prazos;

2- Depois da obtenção de aprovação, desenvolver um projeto de extensão em escolas públicas diamantinenses, com duração de um ano, assumindo todas as responsabilidades de um coordenador de projeto junto à PROEXC/UFVJM, o que inclui:

- Participar de reuniões agendadas pela PROEXC;
- Fazer solicitações de materiais necessários no sistema;
- Emitir ofícios, informando sobre alterações no projeto, quando necessário;
- Elaborar relatórios parciais e finais;
- Realizar a comunicação entre os componentes da equipe do projeto;
- Dividir e monitorar as tarefas a serem realizadas por cada integrante das equipes de trabalho;
- Planejar e acompanhar cronograma de execução do projeto, dentre outros.

3- Orientar bolsista de extensão e demais componentes da equipe de execução, para auxiliar nessa tarefa de nortear estudantes negros e carentes das escolas públicas diamantinenses sobre o ingresso no ensino superior;

4- Elaborar folders informativos;

5- Elaborar diferentes slides, com os temas inclusão do negro, preconceito, ensino superior, cotas raciais, saúde e outros relacionados;

6- Selecionar vídeos e discussões sobre os mesmos;

7- Selecionar dinâmicas de grupo coerentes com os temas tratados e desenvolvê-los em salas de aulas;

8- Redigir resumos e propostas de oficinas para submetê-los aos eventos da UFVJM, que aconteceram nos últimos dois anos;

9- Elaboração e efetivação de mini-curso;

10- Como integrante de comissões organizadoras de eventos institucionais, destacar a importância da inclusão da temática do negro, o que foi sempre bem aceito pela instituição e pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura/UFVJM;

11- Sugestões, como integrante de comissões organizadoras de evento, de se atentar para a temática do negro, com sugestões de convidados externos para palestrar;

12- Na condição de avaliadora de projetos de extensão e de arte que ofertam bolsas, valorizar a temática da inclusão do negro, desde que respeitados os demais critérios de avaliação exigidos pelo processo seletivo;

13- Na condição de profissional lotada na Pró-Reitoria de Extensão e Cultura/PROEXC, buscar disseminar os conhecimentos e dados, sejam eles quantitativos ou qualitativos, obtidos por meio da presente pesquisa científica.

**4.1 Projetando o futuro para colher novos frutos...**

Tendo em vista dar sequência ao aspecto prático desta pesquisa, pretende-se desenvolver o Projeto "Madiba: Ideologias e Representações Sociais versus Resistência Negra, Autoestima e Identidade", como um projeto de extensão, nas escolas estaduais e municipais de localidades vizinhas de Diamantina, e preferencialmente, onde existam populações remanescentes de quilombos. Pretende-se, portanto, trabalhar a autoestima e a

identidade do negro, partindo do tema da resistência negra no período da escravidão, e, sobretudo, atuando nas localidades nas quais a pesquisadora atuou como docente.

O projeto será inicialmente desenvolvido na cidade de Diamantina, em duas escolas públicas do ensino fundamental.

Tal projeto foi submetido ao edital 002/2013 PIBEX e, se aprovado, pretende contemplar um(a) discente negro como bolsista para auxiliar a sua execução.

## Faculdades/Cursos da UFVJM em Diamantina

A UFVJM é constituída por 5 faculdades em Diamantina, ofertando um total de 23 diferentes cursos.

**Faculdade de Ciências Agrárias**

- Agronomia
- Engenharia Florestal
- Zootecnia

**2-Faculdade de Ciências Biológicas e da Saúde**

- Enfermagem
- Farmácia
- Fisioterapia
- Ciências Biológicas (Licenciatura)

- Educação Física (Licenciatura)
- Nutrição
- Odontologia
- **Obs: Medicina:** 30 vagas/ previsão 2º semestre de 2013/ considerará a nota do ENEM/2012.

**3- Faculdade de Ciências Exatas e Tecnológicas**

- Química (Licenciatura)
- Sistemas de Informação

**4- Faculdade Interdisciplinar em Humanidades**

- Humanidades
- Geografia (Licenciatura)
- História (Licenciatura)
- Letras/Inglês (Licenciatura)
- Letras/Espanhol (Licenciatura)
- Pedagogia (Licenciatura)
- Turismo

**5- Instituto de Ciência e Tecnologia**

- Ciência e Tecnologia
- Engenharia de Alimentos
- Engenharia Mecânica
- Engenharia Química

## Apoio:

PROEXC UFVJM

## Pró-Reitoria de Extensão e Cultura /PIBEX

**Coordenadora:**
Ludmilla Zaira Farnezi

**Colaboradores:**
Alessandra Neves Orsetti Araújo
Eliane Lima Teixeira
Marivaldo Ribeiro
Sílvia Regina Paes

**Discente Bolsista**
Vanessa Cristina Oliveira

"Sonhar é acordar-se para dentro".

Mário Quintana

## Esclarecendo dúvidas...

**A Universidade pública é paga?**
Não, a universidade pública não cobra nenhum tipo de mensalidade e está aberta a todos, de qualquer idade, gênero ou credo. Ela é mantida pelo poder público. Ter acesso à educação é um direito de todo cidadão, como previsto em nossa Constituição Federal.
**Existe a taxa referente ao vestibular,** no entanto, o candidato que comprovar renda igual ou inferior e 1,5 salário mínimo per capita, poderá solicitar a isenção da mesma.

**Como ingressar?**
Existem algumas formas, a saber:
**1. Processo Seletivo de Avaliação Única ENEM -** Com aproveitamento da nota do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), essa modalidade oferece possibilidade de entrada no 1º e no 2º semestre de cada ano, sendo necessário, para tanto, a inscrição no processo seletivo para o qual o candidato pretende concorrer, de acordo com edital e cronograma do Sisu/MEC.
**2. Processo Seletivo por Avaliação Seriada – SASI-** Essa modalidade de vestibular seriado é realizada no final de cada um dos três anos do Ensino Médio, sendo aproveitada a nota do ENEM na terceira etapa, que equivale à prova do terceiro ano do Ensino Médio. São oferecidas 50% das vagas de cada curso, distribuídos pelo sistema de cotas, de acordo com a Lei 12.711/12 e o Decreto nº 7.824/12.

**3. Educação a Distância – EaD -** Através de edital próprio são disponibilizadas vagas nos cursos de Bacharelado em Administração Pública e Licenciaturas em Física, Química e Matemática. A Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) reserva 60% das vagas das Licenciaturas ofertadas via EAD para professores em exercício na Educação Básica da Rede Pública de Ensino.

**4. Transferência-** São disponibilizadas vagas para Transferência de alunos de outras Instituições de Ensino Superior para a UFVJM no limite das vagas remanescentes (restantes) dos Cursos de Graduação. A seleção dos candidatos à Transferência será feita pela Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), através de edital próprio, considerando o resultado obtido pelo candidato nas provas do ENEM.

**5. Obtenção de Novo Título:** As vagas não preenchidas pelo processo de Transferência serão disponibilizadas para o processo de Obtenção de Novo Título. A seleção será feita pela PROGRAD, através de edital próprio, considerando o resultado obtido pelo candidato nas provas do ENEM.

**Sobre Cotas Raciais-** A partir do primeiro semestre de 2013, a UFVJM adotou o sistema de cotas raciais. Dessa forma, pretos, pardos e indígenas terão acesso ao ensino superior de maneira mais específica, o que aumenta as suas chances de inclusão. O candidato interessado em concorrer a uma vaga por este sistema, deverá se inscrever no processo seletivo segundo as orientações do Edital. É importante salientar sobre as questões éticas que envolvem esse tipo de autodeclaração. O formulário referente à autodeclaração é entregue pelo candidato à instituição somente após a aprovação no processo seletivo.

**Ler o edital é passo fundamental para que o processo seletivo seja um sucesso!**

**Para refletir!** As cotas raciais existem para garantir direitos de quem os teve violados. Portanto, são destinadas a negros, pardos e indígenas, grupos histórica e socialmente excluídos que precisam de uma estratégia ou política de inserção de modo a que possam integrar-se à sociedade. As cotas não existem para beneficiar ou facilitar a vida de quem quer que seja, como uma "oportunidade" a mais, nem pode, tampouco, ser vista como uma facilidade para pessoas que não sejam pertencentes a estes grupos. Lançar mão desse recurso, com má fé, é mais uma vez uma maneira de reforçar a exclusão e tirar o direito daqueles que sempre tiveram menos oportunidades ao ensino, sobretudo, o superior.

**Oportunidades -** Ainda que a universidade seja gratuita, no decorrer dos cursos, há para o estudante e sua família, despesas extras, seja com transporte, material escolar ou outros. Por essa razão, ingressar na universidade é uma etapa importante, mas permanecer no curso é um desafio maior. Existem, no entanto, algumas bolsas, oportunidades e benefícios na UFVJM destinados aos estudantes que comprovem a sua necessidade. São alguns deles:

**Bolsa Permanência: 1. Bolsa Acadêmica (nota) ou 2. Bolsa Atividade**
**Auxílios (transporte, alimentação, material didático)**
**Bolsas de Pesquisa (12 meses)**
**Bolsas de Ensino (12 meses)**
**Bolsas de Extensão (12 meses)**
**Bolsas de Monitoria (concedidas por semestre letivo)**
**Estágios remunerados (período de 1 ano, podendo haver uma prorrogação por igual período)**
**PROAPE – Programa de apoio à participação em eventos.**
**Crie o hábito de ler atentamente os editais da UFVJM. São muitas as oportunidades existentes para os acadêmicos!**

Entre no site **www.ufvjm.edu.br**, clique na opção **GRADUAÇÃO** e leia mais acerca do curso de seu interesse. Leia as informações sobre o mercado de trabalho e o perfil do profissional que a UFVJM está formando. **Seja um deles! A universidade é para TODOS e é de qualidade!**

**Diferenças entre:**

1- **Racismo:** A ideologia que postula a existência de hierarquia entre grupos humanos. Exemplo:

- **"Os alemães são superiores aos judeus".**

2- **Discriminação:** Ação ou omissão que viola direitos das pessoas com base em critérios injustificados e injustos, tais como: a etnia, o sexo, a idade, a opção religiosa e outros. Exemplo:

- **- Recusa de emprego porque a pessoa é negra;**
- **- Ou porque é mulher;**
- **- Ou porque é considerado velho.**

3- **Preconceito:** Indisposição ou julgamento prévio negativo que se faz de pessoas estigmatizadas por estereótipos. Está presente nas generalizações.

- **"Todo baiano é preguiçoso".**
- **"Todo negro é ladrão".**
- **"Se é loira, é burra".**

## A UFVJM E O SISTEMA DE COTAS RACIAIS PARA O NEGRO

O negro esteve excluído no Brasil, por longos séculos, das oportunidades sociais que são destinadas a TODOS os cidadãos brasileiros. E ainda permanece! Aquele que não acredita que as diferenças ou que a exclusão existem, deve aprofundar acerca das estatísticas sobre o negro no Brasil. Vai perceber que ele é o maior alvo das iniquidades sociais: é a maior vítima dos abusos de poder policiais, é aquele que tem menos acesso à educação e à saúde, sendo a maior vítima de homicídios, violências e consumo de drogas. Os negros lotam os presídios, vivem nas favelas e são impedidos de uma vida digna. Diante do exposto, existem as ações afirmativas - sendo as cotas raciais umas delas - que podem ser entendidas como medidas específicas para garantir às parcelas excluídas da nossa sociedade, os seus direitos e o acesso igualitário aos bens sociais existentes. Logo, o sistema de cotas pode ser considerado como uma grande conquista - uma medida de reparação, ou seja, a nossa sociedade reconhece que foi injusta com o negro e precisa reparar os danos a ele causados. Nesse contexto, o sistema de cotas, felizmente, existente na UFVJM, significa dar a negros e pardos, um direito essencial (à educação e à perspectiva de um futuro melhor) que lhe foi sequestrado durante séculos no país.

UFVJM

# PRECONCEITO, RACISMO DISCRIMINAÇÃO E *BULLYING*

# NO CONTEXTO ESCOLAR

**"Tire o seu racismo do caminho, que eu quero passar com a minha cor...".**
**(Georges Najjar Jr)**

## 1- *Bullying:* um mal presente nas relações e nas escolas

Bullying: é o conjunto de atitudes agressivas, violentas, intencionais e repetitivas muito comum nas escolas, causando dor, angústia e sofrimento. Tem o objetivo de intimidar ou agredir a outra pessoa.

### Os verbos preferidos do bullying*:*

Acusar/ intimidar/ humilhar/ apelidar/ isolar/expor/ criticar/ julgar/ diminuir/ ironizar/ agredir/ bater/ferir/ traumatizar, entre outros.

### Por que o negro é o maior alvo de discriminação, preconceito, violência e *bullying?*

No histórico brasileiro de escravidão, o negro foi vendido como um objeto, castigado sem piedade, trazido em navios como uma carga qualquer e submetido aos atos desumanos de seus senhores, vivendo em senzalas e trabalhando até o esgotamento físico total. Por sua condição servil ao branco europeu, herdou o estigma da inferioridade. A escravidão acabou, porém, muitas atitudes e pensamentos errôneos do passado, persistiram com o passar dos tempos, de geração em geração. Por isso, são comuns as piadas racistas, a falsa concepção de que o negro é preguiçoso, a tendência de associá-lo com fatos negativos (roubos, sujeira), e a perpetuação da sua exclusão, como em épocas remotas. Tudo isso deve ser superado por nós, nos dias atuais. Mas... como?

- A partir do reconhecimento de que as diferenças são enriquecedoras e fazem parte da natureza, da vida;
- Reconhecer que não devemos julgar as pessoas pela raça, credo, opção sexual, gênero ou quaisquer outros aspectos;
- Buscar compreender que a nossa convivência com o outro deve ser pautada na ética e no respeito mútuos, sempre!
- Atentar para as próprias palavras e atitudes, refletindo se elas reproduzem algum tipo de preconceito ou discriminação;
- Combater atitudes racistas e preconceituosas que, porventura, possamos presenciar, orientando e apoiando a vítima, ao mesmo tempo em que se repreende o agressor;
- Cultivar a rica experiência da amizade, admiração, respeito e amor por todas as pessoas, afinal, SOMOS TODOS IGUAIS EM HUMANIDADE!

**Apoio: Pró-Reitoria de Extensão e Cultura / PIBEX**

**Coordenadora:**
Ludmilla Zaira Farnezi
**Colaboradores:**
Eliane Lima Teixeira
Marivaldo Ribeiro
Sílvia Regina Paes
Vanessa Cristina Oliveira